

COLEÇÃO *Bahianas*

Alinne Bonneti e Ângela Maria Freire de Lima e Souza (Org.)

Gênero, mulheres e feminismos





GÊNERO, MULHERES E FEMINISMOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora

Dora Leal Rosa

Vice-Reitor

Luiz Rogério Bastos Leal

**NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER**
FFCH/UFBA



NEIM

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA

Diretora

Márcia Macêdo

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Vice-Diretora

Silvia Lúcia Ferreira

Conselho Editorial

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Comissão Editorial

Alda Britto da Motta

Ana Alice Alcântara Costa

Cecília M. B. Sardenberg

Enilda R. do Nascimento

Ivia Alves

Silvia Lúcia Ferreira

Coordenação Editorial Executiva

Eulália Azevedo

Ivia Alves

Maria de Lourdes Scheffler

Silvia de Aquino

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Alinne Bonneti e Ângela Maria Freire de Lima e Souza (Org.)

Gênero, mulheres e feminismos

COLEÇÃO *Bahianas*, 14

Salvador | EDUFBA/NEIM | 2011

2011, Autores
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa
Alana Gonçalves de Carvalho Martins

Revisão e normalização
Vanda Bastos

Revisão de texto
Ângela Maria Freire de Lima e Souza
Ivía Alves

Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores

Sistema de Bibliotecas – UFBA

Gênero, mulheres e feminismos / Alinne Bonneti e Ângela Maria Freire de
Lima e Souza (org.). – Salvador : EDUFBA : NEIM, 2011.
346 p. – (Coleção Bahianas ; 14)

ISBN 978-85-232-0851-6

1. Mulheres – Aspectos sociológicos. 2. Mulheres – Aspectos políticos.
3. Feminismo. 4. Relações de gênero. 5. Representações sociais. I. Bonneti,
Alinne. II. Lima e Souza, Ângela Maria Freire de.

CDD - 305.42

Editora filiada à



NEIM
Rua Prof Aristides Nóvis
197 – Federação
40210-630 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3247-2800
www.neim.ufba.br

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
Fax: +55 71 3283-6160
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

SUMÁRIO

7 APRESENTAÇÃO

Primeira parte ✂ **Pensando a teoria**

- 15 SOBRE GÊNERO E CIÊNCIA
tensões, avanços, desafios
Ângela Maria Freire de Lima e Souza
- 29 FEMINISMO E PÓS-MODERNIDADE
como discutir essa relação?
Márcia dos Santos Macêdo
- 53 ANTROPOLOGIA FEMINISTA
o que é esta antropologia adjetivada?
Alinne de Lima Bonetti

Segunda parte ✂ **Tratando de interseccionalidades**

- 71 FEMINISMO, GERONTOLOGIA E MULHERES IDOSAS
Alda Britto da Motta
- 93 SEXO, AFETO E SOLTEIRICE
*intersecções de gênero, raça e geração
entre mulheres de classe média*
Márcia Tavares

115 RESISTÊNCIA INVENTIVA
as mulheres fumageiras
Elizabete Silva Rodrigues e Lina Maria Brandão de Aras

141 A PERIFERIA, A CASA E A RUA
limites difusos na cidade
Iracema Brandão Guimarães

Terceira parte ✎ **Da ação política**

165 FEMINISMO VERSO “ANTI-FEMINISMO”
embates baianos
Iole Macedo Vanin

189 A POLÍTICA DE COTAS NA AMÉRICA LATINA
as mulheres e os dilemas da democracia
Ana Alice Alcantara Costa

221 AS COTAS POR SEXO NO LEGISLATIVO NA VISÃO DE
PARLAMENTARES ESTADUAIS NORDESTINOS
(Mandatos 2003/2007 e 2007/2011)
Sonia Wright

243 MOVIMENTOS FEMINISTAS, ABORTO E LAICIDADE
o caso de Alagoinha como exemplar
Carla Gisele Batista e Cecília M. B. Sardenberg

261 DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS
teoria e práxis de feministas acadêmicas
Simone Andrade Teixeira e Sílvia Lúcia Ferreira

Quarta parte ✎ **Analisando representações**

293 REPRESENTAÇÕES DE MULHERES EM SITCOMS
neoconservadorismo (Mulheres em Séries, 19)
Ivia Alves

319 MULHERES
o transe como devir
Linda Rubim

341 QUEM É QUEM

APRESENTAÇÃO

Este número da Coleção Bahianas, a coletânea *Gênero, Mulheres e Feminismos* reúne textos que refletem não apenas a diversidade temática e metodológica que caracteriza os estudos feministas, como, também, as diferentes áreas de interesse das pesquisadoras que, juntas, oferecem um amplo espectro de temas que suscitam importantes discussões dentro do pensamento feminista contemporâneo. Assim, este livro traz artigos que são distribuídos em quatro grupos: o primeiro, *Pensando a Teoria*, traz artigos que apresentam reflexões sobre questões teóricas que permanecem norteando as discussões no meio acadêmico; o segundo, *Tratando de Interseccionalidades*, apresenta textos que colocam em destaque as interações de gênero com outras categorias como raça, classe e geração, no contexto da sociedade contemporânea; *Da Ação Política*, apresenta as conquistas e os desafios da luta feminista em diferentes arenas, como a questão das cotas no poder legislativo e a luta pela descriminalização do aborto; e, finalmente, no quarto grupo, *Analizando Representações*, são discutidas as representações de mulheres no cinema e na televisão e suas repercussões sociais.

Compondo o bloco *Pensando a Teoria*, o artigo de Ângela Maria Freire de Lima e Souza “Sobre Gênero e Ciência: tensões, avanços, desafios” apresenta algumas reflexões sobre as relações conturbadas entre gênero e ciência constatando que, embora sejam inegáveis os avanços em termos estruturais e até simbólicos, ainda resta muito a fazer no campo epistemológico, vez que continuamos trabalhando com as mesmas categorias que caracterizam o viés androcêntrico próprio da Ciência Moderna. Continuando a discussão teórica, Márcia Macêdo, em seu artigo “Feminismo e Pós-modernidade: como discutir essa relação?” traz uma oportuna abordagem sobre o diálogo entre o feminismo e as chamadas teorias pós-modernas, analisando questões centrais da discussão e, ao mesmo tempo, destacando limites e possibilidades deste diálogo, segundo a autora, “sem cair em posições maniqueístas em torno, exclusivamente, dos ‘pecados’ ou das ‘virtudes’ dessa complexa relação”. Finalmente, Alinne Bonetti no seu texto intitulado “Antropologia Feminista: o que é esta antropologia adjetivada?” analisa a relação entre Antropologia e Feminismo, buscando identificar o que especifica a produção de conhecimento na intersecção entre os dois campos teóricos, quais as suas características teórico-metodológicas e, sobretudo, quais as implicações, contribuições e limites do seu caráter engajado no Brasil.

Iniciando a seção *Tratando de Interseccionalidades*, Alda Britto da Motta, no artigo “Feminismo, Gerontologia e Mulheres Idosas”, analisa as grandes transformações na estrutura das famílias associadas a mudanças importantes no âmbito das relações de gênero, frente inclusive ao processo de longevidade crescente; neste contexto, as famílias, em suas novas configurações, vão vivenciando conflitos claros ou disfarçados e renúncias ambíguas, envolvendo as mulheres em um reforço dos papéis tradicionais de gênero. Em seguida, Márcia Tavares, em “Sexo, Afeto e Solteirice: intersecções de gênero, raça e geração entre mulheres de

classe média”, destaca como as molduras de sociabilidade, sob a influência de marcadores sociais da diferença como gênero, raça e geração a que pertencem, contribuem para definir as trajetórias e escolhas no campo afetivo-sexual a partir dos relatos de duas mulheres sobre suas vivências no campo da sexualidade. Elizabete Silva Rodrigues e Lina Maria Brandão de Aras trazem, na sequência, o artigo “Resistência Inventiva: as mulheres fumageiras”, no qual analisam como se caracterizavam e se organizavam as relações sociais patriarcais no âmbito da indústria fumageira do Recôncavo Baiano; as autoras centram sua análise nas mulheres trabalhadoras, em um ambiente caracterizado pela opressão e pela exploração, à medida que lutavam pela sobrevivência, equilibrando a construção das duas identidades – mulher e trabalhadora. O artigo de Iracema Brandão Guimarães intitulado “A Periferia, a Casa e a Rua: limites difusos na cidade” encerra este bloco; nele, a autora analisa o impacto das transformações do mundo do trabalho ocorridas, a partir da década de 1980, nas relações familiares e de gênero entre as camadas urbanas de baixa renda. Para tanto, a autora se propõe a uma releitura das análises clássicas sobre o tema a partir da experiência de pesquisa entre moradores(as) das periferias de Salvador.

A seção *Da Ação Política* é iniciada pelo artigo de Iole Vanin, “Feminismo versus ‘Anti-Feminismo’: embates baianos”, em que a autora apresenta e analisa, em uma perspectiva histórica, as lutas entre ideias consideradas “feministas”, cujos discursos, bem como práticas, já estavam presentes na Bahia no período compreendido entre as décadas iniciais do século XX, e o antifeminismo; a partir de casos históricos bem documentados, descortina-se um interessante painel sobre os primórdios dos embates entre as duas correntes na sociedade brasileira. Em seu artigo “A Política de Cotas na América Latina: as mulheres e os dilemas da democracia”, Ana Alice Alcântara Costa analisa, em uma perspectiva histórica

e política, disparidades entre o uso deste sistema em diferentes países da América Latina, a exemplo de Brasil, Costa Rica e Argentina cujos resultados são diametralmente opostos, isto é, o Brasil, país em que o sistema de cotas tem se mostrado um completo fracasso e as experiências na Argentina e Costa Rica que, ao contrário, têm propiciado uma ampliação significativa da participação feminina. Ainda dentro do tema, Sonia Wright traz o artigo “As Cotas por Sexo no Legislativo na Visão de Parlamentares Estaduais Nordestinos (mandatos 2003/2007 e 2007/2011)” com o intuito de fundamentar, através de evidências empíricas, os entraves à implementação da política de cotas e, utilizando dados da pesquisa “A Questão da Mulher na Visão Parlamentar no Nordeste do Brasil”, realizada pela Rede Mulher & Democracia (M&D), apresenta seu estudo enfocando a opinião de parlamentares estaduais nordestinas(os), nas legislaturas de 2003/2007 e 2007/2011, sobre as cotas por sexo para o Legislativo. Carla Gisele Batista e Cecília Maria Bacellar Sardenberg contribuem com o texto “Movimentos Feministas, Aborto e Laicidade: o caso de Alagoinha como exemplar” no qual buscam fazer uma reflexão inicial sobre a forma como as atuações em defesa da legalização do aborto aproximam esses movimentos do debate sobre a laicidade do Estado, a partir de observações feitas na militância junto ao movimento de mulheres e feministas, na Bahia e em Pernambuco. Encerrando este bloco, o texto de Simone Andrade Teixeira e Silvia Lúcia Ferreira, intitulado “Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: teoria e práxis de feministas acadêmicas”, demonstra que o movimento feminista está diretamente associado às conquistas das mulheres quanto ao direito à saúde integral e que conferiu visibilidade a temas como sexualidade, orientação sexual, aborto, violência, saúde materna, contracepção e morte materna, dentre outros. As autoras afirmam, ainda, que o movimento contribuiu para que essas questões passassem a ser abordadas como integrantes dos

Direitos Humanos (DH) e adquirissem o *status* de Direitos Sexuais (DS) e de Direitos Reprodutivos (DR).

Encerrando a Coletânea, o bloco *Analisando Representações* traz textos de Ivya Alves e Linda Rubim; a primeira, com o artigo “Representações de Mulheres em Sitcoms: neoconservadorismo (mulheres em séries, 19)”, analisa o fato de que as séries televisivas apresentam aspectos altamente conservadores ao reforçar o discurso dominante tradicional de que as mulheres que têm sucesso profissional não dão atenção à família (sequer têm possibilidade de encontrar o parceiro afetivo), reimprimindo a construção dicotômica da modernidade: ou a família ou sucesso profissional. A segunda, no artigo “Mulheres: o transe como devir”, traz de volta Glauber Rocha que, segundo a autora, é sempre novo e oportuno quando se quer pensar o Brasil. No texto, a autora propõe a análise de mulheres brasileiras a partir de duas personagens do filme *Terra em Transe*: Sara e Silvia, o duplo de representação feminina, parceiras e interlocutoras do poeta Paulo Martins no seu doloroso conflito entre a poesia e a política. O artigo lança um olhar retrospectivo para os anos sessenta, quando o mundo vivia os “trances” que, em boa parte, resultaram na configuração das nossas sociedades atuais.

A Coletânea que ora se apresenta traz reflexões teóricas e a produção de conhecimento de pesquisadoras afinadas com as grandes questões que se impõem no pensamento feminista no Brasil. Este livro revela, de modo inequívoco, a concretização da superação da dicotomia movimento feminista e feminismo acadêmico, vez que reflete a atuação do próprio Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, cujas integrantes vêm construindo conhecimento tendo como referencial as demandas das mulheres nos diversos estratos da sociedade.

Alinne de Lima Bonetti e Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Primeira parte



Pensando a teoria



SOBRE GÊNERO E CIÊNCIA *tensões, avanços, desafios*

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Cientistas não são destacados observadores da natureza e os fatos que eles descobrem não são simplesmente inerentes ao fenômeno observado. Cientistas constroem fatos decidindo constantemente sobre o que consideram significativo, que experimentos devem realizar e como vão descrever suas observações. Essas escolhas não são meramente individuais ou idiossincráticas, mas refletem a sociedade em que o cientista vive e trabalha.
(HUBBARD; WALD, 1999)

A reflexão acima decorre de uma longa e profícua caminhada nos campos da Filosofia e da História da Ciência realizada por homens e mulheres que questionaram a própria concepção de ciência e os modos de produção do conhecimento científico dentre os quais destacamos as pensadoras feministas cujo trabalho vem nos inspirando. Sandra Harding (2004, 2007, 2008), Evelyn Fox Keller (1991, 1996, 1998), Nancy Hartsock (2003), Donna Haraway (2003), entre outras, nos fizeram repensar nossas práticas e

objetivos, além de nos permitirem avançar no enfrentamento dos muitos obstáculos que encontramos ao longo de nossa carreira acadêmica. Como ressaltam Ruth Hubbard e Elijah Wald (1999), é fato incontestável que o meio acadêmico reflete e reproduz, dentre outros aspectos sociais, os estereótipos de gênero, especialmente no campo cognitivo, o que nos obriga a enfrentar preconceitos quanto às nossas escolhas, nossos procedimentos investigativos e, até mesmo, quanto aos resultados que divulgamos.

Os termos “gênero” e “ciência” apareceram associados pela primeira vez, em 1978, em um artigo publicado por Keller (1998) no qual a autora externava a sua preocupação com o fato de que a associação entre a objetividade e o masculino e, conseqüentemente, entre masculino e científico, nunca fora questionada, sequer levada a sério no meio acadêmico. No Brasil, estudos associando os dois termos se avolumaram nos últimos anos, distribuindo-se em diferentes perspectivas, mas, de um modo geral, e de acordo com o que acontece em outros meios acadêmicos no mundo, enquadrando-se em três grandes abordagens, segundo a nossa percepção: (1) a estrutural, que analisa a presença, a colocação e a visibilidade das mulheres nas instituições científicas; (2) a epistemológica, que questiona os modos de produção do conhecimento a partir de uma crítica aos princípios norteadores do pensamento científico hegemônico; e (3) a análise dos discursos e das representações sobre mulheres na ciência, identificando metáforas de gênero como as que associam a mulher à Natureza e o homem à Razão, com repercussões importantes nos conteúdos de diversas disciplinas.

Nesse contexto, cientistas brasileiras e latino-americanas têm produzido seus estudos, marcados substancialmente pelo pensamento de feministas de língua inglesa. Em um espectro que compreende desde um disfarçado neoempiricismo até o mais transgressor pensamento pós-moderno, as mulheres que produ-

em 1948, estão dez mulheres e dez homens e apenas os nomes deles estão cuidadosamente registrados; as mulheres ali presentes estão completamente invisibilizadas. Não sabemos seus nomes, seus trabalhos, suas lutas...

Impressiona o fato de que o autor (ou autora) da legenda parece não enxergar as mulheres: vai citando os homens e suas posições na fotografia, excluindo as posições ocupadas pelas mulheres, como se ali não houvesse ninguém. A busca cuidadosa no texto das referências sobre as cientistas pesquisadoras foi inútil. As únicas mulheres que mereceram ter seus nomes citados na revista foram as esposas dos grandes cientistas que aparecem em outra foto e que parecem estar ali apenas por serem as esposas... assim, justamente nos espaços dos quais as mulheres são excluídas é que se revela a sua presença, simbolicamente, nos lugares e níveis em que foram discriminadas. Como afirma Gabriela Castellanos (1996), o gênero é mais pertinente exatamente onde parece menos relevante.

O fato de uma importante revista de divulgação científica ligada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) parecer não se dar conta da absurda falta de informação e do evidente viés preconceituoso da publicação (as mulheres seriam apenas coadjuvantes, no máximo, não merecendo ter seus nomes colocados entre os fundadores) pode nos dizer muito sobre o modo como as mulheres são vistas (ou não vistas) no meio acadêmico, ainda nos dias de hoje. Destaque-se que o que estamos criticando não ocorreu em 1948, mas em 2010.

A partir dessas considerações iniciais, é interessante destacar aqui alguns aspectos epistemológicos que guardam relação com as reflexões anteriores: em primeiro lugar, apontamos para a questão sobre o sujeito do conhecimento: seria o seu sexo epistemologicamente significativo?

Neste sentido, Diana Maffía destaca que, para o pensamento hegemônico, no meio científico,

[...] a identidade do sujeito da ciência, como o do conhecimento, é irrelevante para a prática da investigação. Por certo não possui sexo, mas tampouco gênio, inspiração, excentricidades, preferências, cegueiras, privilégios de classe, raça ou etnia. (MAFFÍA, 2001, p. 332)

A autora critica, então, essa visão sobre a produção do conhecimento, destacando a distância entre o projeto idealizado e reificado do pensamento científico e a construção real e cotidiana do conhecimento. Refletindo sobre essa questão, Marta González García e Eulália Sedeño (2002) afirmam:

Frente a la epistemología tradicional, donde el sujeto es una abstracción con facultades universales e incontaminadas de razonamiento y sensación, desde el feminismo se defiende que el sujeto del conocimiento es un individuo histórico particular cuyo cuerpo, intereses, emociones y razón están constituidos por su contexto histórico concreto, y son especialmente relevantes para la epistemología.

Nessa perspectiva e reafirmando as mulheres como sujeitos cognoscentes, perguntamos: Temos autoridade epistêmica? As mulheres, como cientistas engajadas em projetos de Ciência & Tecnologia (C&T), escolhem seus objetos de estudo ou se enquadram em projetos já existentes, capitaneados por cientistas do *mainstream*? Quando escolhem, são escutadas pelos seus pares e têm reconhecidas suas conclusões como cientificamente válidas? Ainda outras questões: Haveria um estilo cognitivo feminino? Produzimos conhecimento de forma diferente? Agora, estamos nos referindo a práticas científicas, desde as perguntas que escolhemos fazer, passando pelo campo epistemológico em que nos situamos, pela metodologia escolhida, as estratégias de obtenção de informações e os usos que delas fazemos.

A partir do ponto de vista de uma pesquisadora feminista que atuou durante grande parte da vida acadêmica no campo da Biologia, essas perguntas se revestem de grande significado e merecem muita reflexão. Considerando a importância da Biologia na contemporaneidade e partindo da crítica feminista à Ciência Moderna como um todo, podemos afirmar que biólogos e biólogas continuam aprendendo, na escola e nos laboratórios em que realizam seus estágios, que é absolutamente necessário o distanciamento entre o sujeito e o objeto da pesquisa, que a subjetividade, que pode ser traduzida em afeição ou encantamento com o objeto, pode “mascarar” os resultados ou permitir a manipulação dos dados.

Muitos estudos em Biologia são realizados em condições que apenas se aproximam das condições reais, muitas vezes isolando o objeto de suas complexas interações no contexto. Um bom exemplo é a inserção de organismos transgênicos nos ecossistemas, uma prática, no mínimo, irresponsável, uma vez que são imprevisíveis as consequências globais, em médio e longo prazos. Como afirmam Hubbard e Wald (1999, p. 19), este tipo de manipulação não permite prever como os genes se comportarão em um novo contexto e a longa história de erros de previsão ou de negligência em experimentos neste nível é sempre ignorada. É frequente o argumento de que as novas biotecnologias não são um mal em si. O argumento mais comum diz que é preciso apenas usar os recursos biotecnológicos com ética e responsabilidade, o que nos parece uma forma de não assumir responsabilidades.

Essas reflexões podem ser usadas para apresentar o argumento de que, na verdade, pelo menos dentro do campo científico com o qual estamos mais familiarizadas, deslocamentos epistemológicos significativos, verdadeiramente, não ocorreram. É verdade que, ao longo do final do século passado e início deste novo milênio, novos discursos acerca do conhecimento humano sobre C&T foram por nós incorporados; por exemplo, está claro que a Ciência

Moderna não dá conta da explicação sobre a ordem do mundo natural ou social. Nesse contexto, as mulheres e outros grupos subordinados também perceberam a incorporação e a legitimação de alguns de seus saberes, apesar da longa história de desqualificação destes mesmos saberes, tomados antes como míticos ou primitivos.

Mas, de fato, utilizando os instrumentos de análise sugeridos por Londa Schiebinger (2001) quais sejam, *análise de prioridades e resultados* – como são feitas as escolhas de temas de estudo e para quem são destinados os resultados de um trabalho científico; *análise de arranjos institucionais* – observação da ocupação das mulheres em instituições de prestígio, articulando-se a análise ao contexto social da época em estudo; *decodificação da linguagem e representação iconográfica* – atenção para a retórica de textos e imagens científicas; *análise de definições de Ciência* – o que conta como ciência e de que modo as mulheres são inseridas nessas questões –, pode-se ter uma percepção muito clara sobre a presença feminina no campo da Ciência & Tecnologia.

Senão, vejamos: quanto à análise de prioridades e resultados, em que situação pode-se hoje dizer que as pesquisas no campo das novas tecnologias reprodutivas, por exemplo, refletem os interesses das mulheres? Em que medida questões que tratam diretamente do que consideramos prioridade em pesquisas na área de saúde são tratadas de acordo com o nosso ponto de vista?

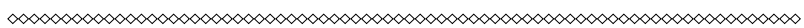
Questões sobre hereditariedade e reprodução, diagnóstico genético pré-natal, medicina fetal, contracepção e novas tecnologias reprodutivas conceptivas são fundamentais do ponto de vista das mulheres e, sob a perspectiva de gênero, se revestem de grande importância, uma vez que a mulher constitui o alvo preferencial de pesquisas na área, especialmente em países em desenvolvimento: sobre seus corpos é que terão efeito as novas tecnologias, sendo, assim, imperativo que elas se tornem sujeitos deste pro-

cesso, como cidadãos ou como cientistas responsáveis pela destinação dos novos saberes, atentas a questões éticas que se tornam a mais importante exigência atual no campo das Ciências da Vida.

Recentemente, na *Revista Science*,² um artigo denunciou o fato de que estudos sobre novos medicamentos utilizam cobaias do sexo masculino, porque são mais baratas e não passam por ciclos hormonais, o que frequentemente leva a certas dificuldades de interpretação que interferem nos resultados das pesquisas... A consequência mais óbvia é que as novas drogas, que são testadas em mamíferos machos, depois são prescritas indiscriminadamente para homens e mulheres.

Quanto à análise dos arranjos institucionais: é certo que realizamos nossos estudos no meio acadêmico e em outras instituições científicas, estando presentes, de modo marcante, em certas áreas do conhecimento, mas, praticamente ausentes em outras; somos numerosas nas Ciências Biológicas, por exemplo, mas estamos longe de ver esse grande contingente de mulheres cientistas que trabalham nas bancadas dos laboratórios devidamente representado nas instâncias de poder, no meio científico; é comum, por exemplo, mulheres pós-doutoras integrarem equipes de cientistas homens que nem estão produzindo tanto, mas têm o capital simbólico de um nome respeitado no meio.

Em artigo publicado em 2008, Lourdes Bandeira discute a crítica feminista à Ciência e apresenta dados muito interessantes, citando uma pesquisa anterior. Ela destaca que havia, em 2004, 41.168 homens e 36.080 mulheres engajados(as) em pesquisa, o que significa 47% de participação feminina. Entretanto, entre líderes e não-líderes, esse percentual se modifica: a liderança feminina na pesquisa representa 42% do total; entre não-líderes, a participação feminina quase se iguala à masculina, com 49%;



2 WALD, Chelsea; WU, Corinna. Of mice and women: the bias in animal models. *Science*, v. 327, n. 5.973, p. 1571-2, 26 March 2010.

e entre pesquisadores doutores, a participação das mulheres também é de 42%.

Um exemplo da sub-representação feminina em questões relevantes do meio acadêmico e científico é relatado pela autora e diz respeito à proposta de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Projeto Reuni. Esse projeto tinha um Grupo Assessor responsável pela elaboração da proposta composto por treze homens, notáveis cientistas e pesquisadores, a maioria oriunda da área das Ciências Exatas, com destaque para a Física, e nenhuma mulher, apesar da imensa maioria de professoras mulheres doutoras com reconhecido saber acadêmico. Já a Assessoria Técnica, de segunda ordem de importância, era composta por cinco membros dos quais três mulheres.

Quanto à decodificação da linguagem e representação iconográfica, são muitas as referências sobre a permanência de preconceitos que vão desde uma suposta inadequação cognitiva das mulheres para as falaciosas objetividade e neutralidade científicas até a impossibilidade de conciliar as “sagradas” tarefas de maternar e cuidar com as demandas rigorosas do fazer científico: tudo mal disfarçado no discurso e até em brincadeiras e piadas no cotidiano.

Um aspecto fundamental no meio científico e especialmente relevante na Biologia é o que Eulália Pérez Sedeño (2001) chama de “retórica da ciência”. Para a autora, essa retórica tem sido muito eficiente em convencer a todos que as características socioculturais são “naturais”, determinadas biologicamente, a ponto de definir os papéis que mulheres e homens desempenham na sociedade. Refere-se especialmente às diferenças entre os sexos, lançando mão da “cientificidade” conferida pela aplicação do, assim chamado, “método científico”, assentado sobre a pretensa racionalidade, além da objetividade e da neutralidade da ciência.

Os exemplos são abundantes e se distribuem em diferentes áreas do conhecimento biológico, desde o campo da genética e evolução até a neurociência, passando pela endocrinologia e medicina. Assim, enquanto avança o conhecimento científico, estranhamente se reinventam as explicações biológicas sobre as diferenças entre mulheres e homens, conferindo valor diferenciado às características ditas masculinas e femininas, sempre hierarquizando essas diferenças com prejuízo das mulheres.

Finalmente, quanto à análise das definições de Ciência, temos que nos manter atentas a um discurso cada vez mais conservador sobre a natureza da Ciência e sobre o que realmente conta como objeto de pesquisa e como procedimentos e técnicas considerados válidos, segundo o que se considera rigor científico. É preciso deixar claro que a nossa produção científica, declaradamente comprometida social e politicamente, é também “boa ciência”, sem que tenhamos que necessariamente repetir os famosos protocolos experimentais ou as fórmulas e receitas sobre métodos e técnicas consagradas que continuam a preconizar os princípios da Ciência Moderna. Essas breves considerações nos levam a uma constatação: são relevantes os desafios que temos à nossa frente.

Duas questões se destacam e parecem se agigantar, à medida que avançamos na discussão da inserção de gênero no meio acadêmico. A primeira diz respeito à transversalidade de gênero nos diversos campos de conhecimento.

A criação de grupos de estudos e núcleos de pesquisa sobre gênero e Ciência, embora tenha produzido muito conhecimento e agregado muitas(os) pesquisadoras(es) e estudantes, não tem se revelado eficiente na inserção de gênero como categoria de análise em estudos de diferentes áreas, como Ciências Biológicas e Educação. Como pesquisadoras feministas, enfrentamos uma dificuldade marcante de manter o diálogo acadêmico com outras áreas, mesmo quando as questões de gênero são imprescindíveis

meio acadêmico em relação aos estudos de gênero; sendo também considerado o fato de que, como se trata de uma área multidisciplinar e transversal, os estudos de gênero acabam ficando “sem lugar” no modelo tradicional de comitês disciplinares.

Nesse sentido, as entrevistadas alegam a ausência de pesquisadores/ avaliadores/ pareceristas com visão multi/interdisciplinar em que a maioria dos projetos de pesquisa na área de gênero se enquadram. Apesar da pertinência dessas considerações, a discussão sobre a criação de comitês específicos para a área deve continuar porque há uma argumentação contrária baseada na transversalidade, segundo a qual a presença de avaliadores sensíveis à problemática nos comitês das diferentes áreas seria mais apropriado.

Finalmente, é interessante demarcar que a grande dificuldade para as mulheres cientistas não se traduz, apenas, nos problemas aqui levantados, nem em discriminação explícita, perseguição machista, brincadeiras ou comentários de conotação sexista. O grande desafio é a própria estrutura do campo da pesquisa científica, concebido e construído para os homens, cujas atribuições são totalmente voltadas para o mundo do trabalho, enquanto nós mulheres seguimos com todos os encargos da vida familiar, apesar de estarmos situadas, como os homens, no campo da produção do conhecimento, vez que somos dotadas de todas as habilidades necessárias ao exercício da investigação científica. Seguir nesta luta constitui, verdadeiramente, o nosso maior desafio.

Referências

- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Rev. Estud. Fem.* [online], v. 16, n. 1, p. 207-28, jan./abr.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf>>.
- CASTELLANOS, Gabriela. Género, poder y posmodernidad: hacia un feminismo de la solidaridad. In: LUNA, Lola; VILANOVA, Mercedes (Comps.). *Desde las orillas de la política: género y poder en América*

- Latina. Barcelona: Seminario Interdisciplinar Mujeres y Sociedad/ Universidad de Barcelona, 1996. p. 21-48. Disponível em: <<http://www.ub.edu/SIMS/pdf/OrillasPolitica/OrillasPolitica-02.pdf>>.
- GONZÁLEZ GARCIA, Marta I.; PÉREZ SEDEÑO, Eulália. Ciencia, tecnología y género. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación* [online], n. 2, enero/abr. 2002. Disponível em: <<http://www.oei.es/revistactsi/numero2/varios2.htm>>.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: McCANN, Carole R.; KIM, Seung-Kyung. *Feminist theory reader: local and global perspectives*. New York; London: Routledge, 2003. p. 391-403.
- HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. *RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 163-8, jan./jun. 2007. Disponível em: <www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/download/39/28>.
- HARDING, Sandra (Ed.). *The feminist standpoint theory reader: intellectual and political controversies*. New York: Routledge, 2004.
- HARDING, Sandra. *Sciences from below: feminisms, postcolonialities and modernities*. Durham; London: Duke University Press, 2008.
- HARTSOCK, Nancy C. M. The feminist standpoint: toward a specifically feminist historical materialism. In: McCANN, Carole R.; KIM, Seung-Kyung. *Feminist theory reader: local and global perspectives*. New York; London: Routledge, 2003. p. 292-307.
- HUBBARD, Ruth; WALD, Elijah. *Exploding the gene myth: how genetic information is produced and manipulated by scientists, physicians, employers, insurance companies, educators and law enforcers*. Boston: Beacon Press, 1999.
- KELLER, Evelyn Fox. *Reflexiones sobre Género y Ciencia*. València: IVEI; Alfons el Magnanim, 1991.
- KELLER, Evelyn Fox. Feminism & Science. In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen (Eds.). *Feminism & Science*. Oxford; New York: Oxford University Press: 1996. p. 28-40.
- KELLER, Evelyn Fox. Gender and Science: origin, history and politics. In: HULL, David L.; RUSE, Michael (Eds.). *The philosophy of biology*. New York: Oxford University Press, 1998.

LIMA E SOUZA, Ângela M. F. Ensino das Ciências: onde está o Gênero? *Revista Faced*, Salvador, n. 13, p. 149-60, jan./jun. 2008.

MAFFÍA, Diana H. Conocimiento y subjetividad. In: SEDEÑO, Eulália Pérez; CORTIJO, Paloma Alcalá (Cords.). *Ciencia y género*. Madrid: Facultad de Filosofía, Universidad Complutense de Madrid, 2001. p. 329-36.

PÉREZ SEDEÑO, Eulália. Retóricas sexo/género. In: _____; CORTIJO, Paloma Alcalá (Cords.). *Ciencia y género*. Madrid: Facultad de Filosofía, Universidad Complutense de Madrid, 2001. p. 417-34.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998. p. 21-42.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria B. *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM/FFCH/ UFBA, 2002.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

YANNOULAS, Silvia Cristina; LIMA E SOUZA, Ângela M. F. Argumentos alrededor del cajón: sobre políticas afirmativas de género y meritocracia en el mundo científico. In: CONGRESO INTERNACIONAL “LAS POLÍTICAS DE EQUIDAD DE GÉNERO EN PROSPECTIVA” – *Nuevos escenarios, actores y articulaciones*. FLACSO – Argentina, Buenos Aires, nov. 2010. p. 403-16. Disponível em: <http://www.prigepp.org/congreso/documentos/ponencias/2_Silvia_Yannoulas.pdf>.

FEMINISMO E PÓS-MODERNIDADE *como discutir essa relação?*

Márcia dos Santos Macêdo

*Dando adeus a essas ilusões [Deus, razão, verdade],
o homem pós-moderno já sabe que não existe Céu nem
sentido para a História, e assim se entrega ao presente
e ao prazer, ao consumo e ao individualismo.*

(SANTOS, 1986)

Este texto nasceu de uma conjugação de fatores de diferentes ordens que terminou por produzir uma forte inquietação diante da recorrente e, muitas vezes, pouco conclusiva discussão em torno da natureza da relação entre a teoria feminista e o chamado discurso pós-moderno. No processo de sua escrita, tive de lidar, em primeiro lugar, com a minha própria perplexidade diante dos sofisticados “labirintos teóricos” que fui levada a percorrer (e nos quais, muitas vezes, me perdi) através de leituras da candente discussão em torno dessa complexa relação; em segundo lugar, fui movida, ainda, pela interessada (e angustiada) recepção das(os) estudantes dos cursos de Pós-graduação (*lato sensu*) do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Univer-

cidade Federal da Bahia (UFBA), às/aos quais tive o prazer de ser a responsável por apresentar algumas reflexões introdutórias em torno dessa temática.

Assim, movida particularmente por esse último objetivo, espero que esta iniciativa possa contribuir, de alguma forma, para preencher uma das grandes lacunas com que me deparei ao preparar as aulas para o referido curso: encontrar um material que, em uma linguagem acessível, pudesse, simultaneamente, oferecer alguns dos pré-requisitos para o entendimento do diálogo entre o feminismo e as chamadas teorias pós-modernas, situando questões centrais da discussão e apontar alguns limites e possibilidades deste diálogo, sem cair em posições maniqueístas em torno, exclusivamente, dos “pecados” ou das “virtudes” desta complexa relação.

Dessa forma, no intuito de “discutir essa relação” – como dizemos, na vida privada, quando se torna imprescindível a realização de um balanço das principais questões em torno de um relacionamento em seu momento decisivo (ou mesmo crítico) –, proponho a apresentação de alguns pontos essenciais para pensar a constituição da modernidade e da pós-modernidade, do feminismo enquanto teoria e projeto de transformação da sociedade e sua conturbada relação com a modernidade e, posteriormente, com as teorias pós-modernas. Para realizar tal intento, recorri à interlocução com as Ciências Sociais e com importantes autoras(es) do campo dos estudos de gênero e do feminismo; mas, como se trata de um texto de caráter introdutório, logicamente, este diálogo precisou se limitar a um número modesto de pensadoras(es) e obras, guiando-se pelo objetivo de dar corpo a um texto “mais enxuto” e direto, mesmo diante da necessidade de abordar questões tidas como de maior sofisticação discursiva, típicas deste tipo de reflexão.

As promessas da modernidade e o feminismo

Em uma primeira aproximação, segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss (2001), o termo *modernidade* se refere ao “período, influenciado pelo Iluminismo, em que o homem passa a se reconhecer como um ser autônomo, autossuficiente e universal e a se mover pela crença de que, por meio da razão, pode-se atuar sobre a natureza e a sociedade”. Assim, a Modernidade pode ser situada historicamente como “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que, posteriormente, se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. (GIDDENS, 1991, p. 11) Esse autor ainda vai ressaltar que “os modos de vida” produzidos pela modernidade, tanto em sua extensão quanto em sua intenção, provocam as transformações mais profundas de toda a história da humanidade em períodos precedentes: há, inequivocamente, um desvencilhamento das tradições do passado e a adesão a novas formas de relação social, em todo o mundo e em tal nível de profundidade, que revolucionam das mais globais às “mais íntimas e pessoais características da nossa existência cotidiana” (1991, p. 14).

A modernidade é marcada, portanto, por um acelerado ritmo de mudança cuja principal característica é a “interconexão”, fazendo com que “ondas de transformação social penetrem através de virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1991, p. 16) trazendo consigo novas instituições sociais como o sistema político do Estado-nação, a produção em larga escala – baseada na mecanização e no uso de mão de obra assalariada – voltada para o mercado e lastreada em uma profunda crença no progresso da humanidade, através do desenvolvimento das ciências e das técnicas. Dessa maneira, ao ser forjado, no século XIX, o termo modernidade vem carregado de uma conotação positiva, pois seus defensores partem do pressuposto de que existe um “progresso

possível” através da evolução acelerada pelo movimento das forças produtivas a serviço de um domínio sem precedentes dos processos naturais.

Destarte, a potencialidade de desenvolvimento das instituições sociais modernas permitiu o fortalecimento de um otimismo que parecia tornar possível toda e qualquer realização humana, desde o desenvolvimento industrial até a edificação política do Estado moderno, tendo como referência filosófica os valores do Humanismo e da razão iluminista. Nesse sentido, a modernidade não apenas acredita na possibilidade de emancipação do sujeito, mas coloca como alvo a construção da igualdade através dos direitos civis, como voto, trabalho e escolarização universal, entre outros – o que será chamado, posteriormente, de “promessas da modernidade”.

Com efeito, a modernidade termina por produzir um discurso universalista, assentado na defesa de um sujeito universal (humano universal) e expresso em um pensamento social evolucionista que irá dar base às “grandes narrativas” que “vêm a história humana como tendo uma direção global, governada por princípios dinâmicos gerais”. (GIDDENS, 1991, p. 14) Assim, os valores do Iluminismo – como liberdade, democracia, igualdade, direitos, entre outros –, se tornam “categorias modernas” fundantes das metateorias racionais, universalistas e humanistas que vão caracterizar este pensamento que vê o passado como superado e o futuro como predizível, dando à ciência um lugar privilegiado nesse processo.

Certamente, em um primeiro momento, esse discurso da modernidade “soará como música aos ouvidos” das feministas, por apresentar uma convergência de interesses diante das promessas de construção da igualdade que implicavam, naquele momento, na coextensividade dos direitos civis às mulheres através do voto, do trabalho assalariado, do acesso à educação e a todas as garantias previstas pela “cidadania moderna”. Assim, parecia haver

uma grande convergência entre as citadas “promessas da modernidade” e o “projeto de criação de uma utopia emancipatória das mulheres”, defendido pelo feminismo. Bila Sorj vai assinalar que esse encontro se tornou possível pelo fato de o próprio feminismo se constituir como um “típico movimento intelectual e social moderno” ou ainda, dito em suas próprias palavras:

Visto em perspectiva, o feminismo integra um longo processo de mudanças que envolveu a emancipação dos indivíduos das formas tradicionais da vida social. A recusa do Esclarecimento em conferir à tradição um poder intelectual, moral e de normatização das relações sociais, uniu o feminismo às promessas de reconstrução social ecoadas pela modernidade. (SORJ, 1992, p. 18)

Nessa direção, várias teóricas feministas vão ressaltar que, ao trazer a ideia de um sujeito universal – o cidadão, para as teorias liberais, ou o proletário, para as teorias críticas, como o marxismo –, o pensamento moderno foi extremamente útil ao feminismo por permitir a noção de “uma experiência comum das mulheres, generalizável a partir da vivência de gênero e coletivamente compartilhada através das culturas e da história”. (SORJ, 1992, p. 16) Essa ideia de “experiência comum” – posteriormente objeto de acalorados debates e questionamentos desestabilizadores das categorias teóricas e estruturas políticas do feminismo – será fundamental para a (auto)percepção das mulheres como ator coletivo/sujeito histórico, portanto, como agentes portadoras de interesses e identidades próprias.

Decerto, foge aos objetivos deste texto um resgate da história do feminismo e da construção de uma teoria feminista, mas, creio ser necessário pontuar a importância do pensamento moderno ao apontar ao feminismo caminhos possíveis para a emancipação feminina, isto é: a meta política da construção da igualdade e, portanto, do enfrentamento e da superação da subordinação da mulher na sociedade patriarcal.

Vale, ainda, destacar que a luta pela emancipação, ao desempenhar um papel fundante na longa jornada do pensamento feminista nesse último século – que se inicia com o debate em torno das origens da opressão, sendo aprofundada na crítica radical ao patriarcado em suas variantes, até culminar com a formulação do conceito de gênero –, simultaneamente, vai ainda visibilizar as armadilhas contidas nas “promessas da modernidade” que, embora parcialmente realizadas, efetivamente nunca incluíram as mulheres e terminaram por oferecer parte do combustível para a explosão (ou, por que não dizer, implosão?) da própria noção de igualdade e identidade coletiva entre as mulheres. (SORJ, 1992) Estão lançadas, assim, as sementes do “cisma” entre o feminismo e a modernidade e sua conseqüente e posterior aproximação das chamadas teorias pós-modernas.

Pós-Modernidade: de que se trata?

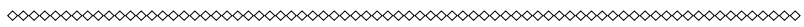
O avançar do século XX trará, paradoxalmente, realizações insuperáveis, como o avanço tecnológico, materializado na prevenção e cura de doenças, no aumento da expectativa e qualidade de vida, na difusão de novos meios de comunicação e transporte, facilitando o intercâmbio do conhecimento e também a intensificação da utilização de novas tecnologias na produção que, por sua vez, favorecerá a concentração dos recursos produtivos – que tem como principal contrapartida o agravamento das desigualdades socioeconômicas e a concentração do poder político. Daí se poder concluir que a persistência das mais diversas formas de desigualdade confirmou as evidências de que as “promessas da modernidade” ecoadas pelo Iluminismo se materializaram apenas parcialmente, pois aquele projeto, pretensamente em construção, estava, prioritariamente, submetido a uma orquestração sintonizada com a manutenção do *status quo*, isto é, através da

perpetuação da lógica da acumulação capitalista, dos interesses das nações hegemônicas no contexto da geopolítica mundial e do sexo historicamente dominante em uma sociedade eminentemente androcêntrica.

Assim, o segundo quartel do século XX vai trazer um grande desapontamento com os projetos de emancipação – inclusive com as metateorias, como o Marxismo. A Segunda Guerra Mundial trará os horrores do Nazismo com as ocupações e o extermínio de milhões de vidas produzidas pela política eugenista do holocausto e, finalmente, a utilização da bomba atômica pelos Estados Unidos contra o Japão. Depois da guerra, diz Andrea Nye:

[...] as feministas partilharam com os homens um mundo irrevogavelmente mudado. [...] Não havia limite ao mal que podia ser imaginado e realizado. Com a ‘impensabilidade’ do mal absoluto veio a ‘impensabilidade’ da destruição infinita através da bomba atômica. (1995, p. 96).

Nesse contexto, o desapontamento com o Comunismo – com a divulgação das execuções e do autoritarismo da experiência do “Socialismo Real” na União Soviética – também vai contribuir fortemente para o enfraquecimento da crença nos projetos de emancipação, que só se agudiza com a intensificação da “guerra fria” e com o crescimento da hegemonia imperialista norte-americana. Com efeito, em um cenário de descrença e desesperança política, concluem algumas feministas: “a única alternativa política era uma escolha entre duas opções igualmente insatisfatórias e, por fim, a aceitação de um mal ligeiramente menor...”. (NYE, 1995, p. 96) Onde achar esperança com o gradativo desaparecimento dos absolutos, das certezas?¹

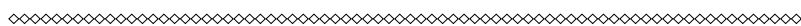


1 Aqui, Andrea Nye faz menção a um estado de espírito retratado com muita fidelidade por Simone de Beauvoir, na obra *Por uma moral da ambigüidade*, em uma edição publicada em inglês em 1948.

Para Jane Flax, a cultura ocidental, com o avançar da segunda metade do século XX, vai continuar intensificando um conjunto de transformações iniciadas em períodos históricos anteriores e, a esse respeito, dirá: “esse estado de transição torna algumas formas de pensamento possíveis e necessárias e exclui outras, gerando problemas que algumas filosofias parecem reconhecer e confrontar melhor que outras”. Nesse contexto de crise, a autora considera importante a formulação de um pensamento pós-moderno, tido por ela como modos de pensar “parcialmente constituídos por crenças do Iluminismo [mas, que] ao mesmo tempo, oferecem idéias e percepções que só são possíveis em razão da falência das crenças do Iluminismo sob a pressão cumulativa de eventos históricos [...]” (1991, p. 217; 218).

Assim, para reafirmar a impossibilidade do discurso da modernidade em refletir acerca das relações sociais na contemporaneidade, inclusive pelos próprios limites do seu “modo de pensar”, isto é, a inadequação dos conceitos e métodos utilizados para explicar a experiência humana, é ainda Flax que sistematiza alguns dos argumentos utilizados pelos filósofos pós-modernos, desejosos de “colocar em radical dúvida crenças ainda predominantes na cultura” (1991, p. 221) ocidental, todos provenientes do Iluminismo, tais como:²

- a existência de um sujeito (eu) estável e coerente baseado em uma racionalidade que percebe claramente a si próprio e aos fenômenos de natureza;
- a visão da razão e da ciência como se estas pudessem fornecer um fundamento objetivo, seguro e universal para o conhecimento;



2 Aqui, resumo livremente as palavras da autora no texto referido acima (FLAX, 1991, p. 221-3), portanto, me arvoreo o direito de não utilizar aspas.

- a ideia de que o conhecimento obtido através do uso da razão será sempre verdadeiro e que representará algo real e imutável (universal) sobre nossas mentes e/ou a estrutura do mundo natural;
- a noção de que a razão humana tem qualidades universais e transcendentais, pois ela existe de forma não contingente, independente de experiências corporais, históricas e sociais; o conhecimento seria atemporal, nessa perspectiva;
- a existência de conexões complexas entre razão, autonomia e liberdade: toda a verdade e autoridade precisam ser submetidas ao tribunal da razão (aí está a liberdade: obedecer leis);
- a ideia de que a razão possui uma autoridade que faz com que os conflitos entre verdade, conhecimento e poder possam ser superados: a verdade pode servir ao poder sem distorção e o conhecimento pode ser neutro e socialmente benéfico quando fundamentado na razão universal e não em interesses particulares;
- a ciência é o paradigma de todo conhecimento verdadeiro, é neutra nos métodos e conteúdos e benéfica nos seus resultados, se os cientistas seguirem as regras da razão em vez de interesses que estejam fora do discurso racional; e
- a linguagem é transparente, pois é meramente o meio no qual e através do qual tal representação ocorre – portanto, há uma correspondência entre “palavra” e “coisa” (como entre uma afirmação correta da verdade e o real), o que faz com que os objetos não sejam linguisticamente (ou socialmente) construídos, pois são meramente trazidos à consciência pela nomeação e pelo uso correto da linguagem.

Com efeito, as expectativas criadas pela modernidade se mostraram, no médio prazo, de difícil realização, surgindo assim

espaço para “a frustração, o relativismo e o niilismo”. Vale ainda ressaltar que, nessa perspectiva, “a pós-modernidade configura-se como uma reação cultural e representa uma ampla *perda de confiança* no potencial universal do projeto iluminista”. (CHEVITARESE, 2001, p. 6, grifo do autor) Os traços críticos e reativos dessa perspectiva são claramente explicitados, nas palavras desse autor:

A pós-modernidade pode ser caracterizada como uma reação da cultura ao modo como se desenvolveram historicamente os ideais da modernidade, associada à perda de otimismo e confiança no potencial universal do projeto moderno. Em especial, configura-se como uma rejeição à tentativa de *colonização pela ciência* das demais esferas culturais, o que vem acompanhado do clamor pela liberdade e heterogeneidade, que haviam sido suprimidas pela esperança de objetividade da Razão. (CHEVITARESE, 2001, p. 11, grifo do autor)

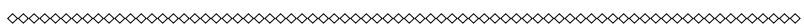
De um modo geral, podem ser identificadas algumas características bastante significativas e peculiares ao texto da chamada *crítica pós-moderna*, como: (1) a radical “oposição a todas as formas de metanarrativa (incluindo o marxismo, o freudismo e todas as modalidades de razão iluminista)”, como lembra David Harvey (1989, p. 47), (2) oposição esta que está assentada “em profundos desenvolvimentos e transformações que estão acontecendo no campo tecnológico, na produção econômica, na cultura, nas formas de sociabilidade, na vida política e na vida cotidiana” (THOMÉ, 2003), (3) o que faz necessário, neste novo cenário, a utilização de novos conceitos e categorias fundamentais para o entendimento das “atuais configurações e seus movimentos” (4) produzindo, conseqüentemente, uma fina sintonia com questões oriundas de “outros mundos” e “outras vozes” que há muito estavam silenciados (mulheres, negros, homossexuais, povos colonizados, etc.) e (5) levando, simultaneamente, à adoção de uma

postura defensiva, de uma lógica pluralista baseada na “idéia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos com sua própria voz, e de ter aceita sua voz como autêntica e legítima”. (HARVEY, 1989, p. 47)

Vale, portanto, enfatizar que o discurso pós-moderno, ao apresentar como alvo principal a crítica à ideia de uma universalidade movida pela razão e pela crença no progresso linear da humanidade, em verdades absolutas e na possibilidade de uma ordem social ideal, “irá exercer um forte fascínio junto à teoria feminista” (SORJ, 1992, p. 19) que, desencantada e desencontrada com a modernidade, passa a “repensar esta relação” em outros termos, abrindo espaço para uma nova reflexão em torno da diferença, da indeterminação e da heterogeneidade – expressões bastante caras aos novos marcos teóricos emergentes, como apontado anteriormente.

A crítica Pós-Moderna no discurso feminista: como ela se apresenta?

Discutir uma relação ainda em construção é uma tarefa complexa, pois se incorre no risco de realizar uma análise circunstancial, influenciada por acontecimentos conjunturais como, por exemplo, a publicação de um texto relevante, um debate inflamatório ou mesmo um ato provocativo como o “escândalo” provocado pelo “falso artigo pós-moderno” do físico Alan Sokal visando, segundo o próprio autor, incitar uma discussão sobre os “absurdos” do “excessivo subjetivismo e relativismo filosófico” do pensamento pós-moderno.³ Assim, o que dizer acerca do diálogo entre o feminismo e o discurso pós-moderno?



3 Em 1996, Sokal publica o texto “Transgredindo fronteiras: rumo a uma hermenêutica transformativa da gravidade quântica” na revista norte-americana *Social Text*, onde adotava uma abordagem pós-modernista. Semanas depois, em outro periódico – *Língua Franca* –, Sokal assume que o artigo anterior se tratava de “uma experiência” para demonstrar o absurdo

De um modo geral, podemos identificar que o “grande encontro” do feminismo com o discurso pós-moderno acontece no momento em que ambos se colocam face às problematizações em torno da *diferença*. Entretanto, é importante deixar evidente porque falo em “encontro” e porque apresento a tematização da *diferença* como o principal ponto de contato entre esses dois discursos: em primeiro lugar, não vejo o feminismo como um tipo de pensamento eminentemente pós-moderno, o que daria uma ideia equivocada de que o feminismo contemporâneo possa ser visto como “produto” do pensamento pós-moderno, como lembra Valeska Wallerstein:

O feminismo aparece como uma das principais vertentes disto que chamarei de pensamento da diferença, sem que por isso ele seja derivado, uma consequência do pós-modernismo. [...] Quero apenas levantar uma defesa do feminismo em relação a uma ‘acusação’ um tanto comum: de que o feminismo seria o filho mais importante do pós-modernismo. (2004, p. 2)

Contestada essa relação de filiação – voltarei a esse ponto mais à frente, pois defendo que não há motivo para acreditar que o feminismo contemporâneo deva sua existência às teorizações pós-modernas –, faz-se ainda mais necessário o esforço de realizar uma reflexão sobre a natureza do “encontro” entre esses dois pensamentos, portanto: em segundo lugar, é preciso voltar à tematização sobre a “diferença” como um significativo ponto de contato entre ambos, já que o pensamento pós-moderno vai se constituir como um enfrentamento “do regular, constante e universal”, caracterizando-se, principalmente, pela valorização da diversidade ao invés da uniformidade. Stuart Hall vai dizer que a “modernidade tardia” realiza um “descentramento” do sujeito,

grau de non sense das teorias e métodos pós-modernistas, provocando um amplo e acalorado debate acadêmico entre defensores e detratores do discurso pós-moderno (Ver a esse respeito o instigante artigo de Jorge Almeida publicado no número 36 de Teoria e debate, em 1997).

fazendo com que este seja cotidianamente “confrontado por uma gama de diferentes identidades”, o que vai ser chamado por ele de “política da diferença”, como vemos a seguir:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. [...] As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas. [...] Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de ‘diferença’.

(2003, p. 21)

Também o feminismo vai ser confrontado com a necessidade de “pensar a diferença” ao refletir sobre a impossibilidade da existência de uma experiência comum entre as mulheres – como a de opressão, por exemplo – independente de aspectos como raça, classe social, orientação sexual etc. A teoria feminista precisa lidar com o questionamento da presumida identidade do próprio “sujeito do feminismo” – “a mulher” – como lembra Judith Butler, já que este “não é mais compreendido em termos estáveis e permanentes” (2003, p. 18). Apesar da importância dessa contribuição, o pensamento questionador de Butler, ao enxergar uma necessária dimensão normatizadora por trás da categoria identitária mulher (ou mesmo “as mulheres”), vai trazer um novo problema, que discutirei mais à frente, que é o desaparecimento do sujeito do feminismo, dificultando a luta política pela emancipação (“de quem?”, questionaria esta autora).

De modo geral, é possível reconhecer que o esforço desconstrucionista das teorias pós-modernas, particularmente do pós-estruturalismo, irá permitir um diálogo fecundo com o feminismo, reforçando a crítica aos binarismos e essencialismos do ideário racional e iluminista. A esse respeito, dirá Mariano que importantes teóricas do feminismo – como Chantal Mouffe, Joan Scott e a já citada Judith Butler – vão apontar que o abandono do sujeito “transparente e racional” da modernidade irá dar lugar ao entendimento deste como “plural, heterogêneo e contingente”, permitindo, simultaneamente, uma maior compreensão do seu processo de constituição. Citando Claudia Costa (2000), explicita que se trata do “reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro de significados e representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder”. (MARIANO, 2005, p. 486)

Com efeito, ao realizar uma autocrítica à “natureza contingente, parcial, contraditória e historicamente situada de sua empreitada teórica e de seu compromisso político” (COSTA, 1998, p. 58), o feminismo aplica a si mesmo seu próprio método desconstrucionista da realidade. Jane Flax irá considerar como um feliz encontro a articulação entre o olhar das filosofias pós-modernas e o feminismo, ao permitir, segundo suas próprias palavras, um “auto-entendimento mais preciso da natureza de nossa teorização” (1991, p. 234). A autora apresenta, explicitamente, seus argumentos em defesa dessa posição:

Não podemos simultaneamente afirmar (1) que a mente, o eu e o conhecimento são socialmente constituídos e o que podemos saber depende de nossos contextos e práticas sociais e (2) que a teoria feminista pode revelar a Verdade do todo de uma vez por todas. Tal verdade absoluta [...] requereria a existência de um ‘ponto de Arquimedes’ fora da totalidade e além de nossa inserção nela, a partir da qual poderíamos ver (e representar) essa totalidade. (1991, p. 234-5)

Assim, insiste na assunção da “não-inocência” do olhar feminista, pois, na sua opinião, “qualquer posição feminista será necessariamente parcial” (1991, p. 248) e, com esta posição, vai claramente problematizar e questionar a ideia de um ponto de vista privilegiado do feminismo, entrando em rota de colisão com aquelas(es) pensadoras(es) que defendem o “privilégio epistêmico” das mulheres (no caso das relações de gênero) ou do proletariado (no caso das relações de classe), por exemplo. Vejamos, em palavras da própria autora, o que ela tem a dizer a esse respeito:

Realmente, a noção de um ponto de vista feminista que seja mais verdadeiro do que os anteriores (masculinos) parece basear-se em muitas assunções problemáticas e não examinadas. Elas incluem uma crença otimista na idéia de que as pessoas agem racionalmente em seus próprios interesses e de que a realidade tem uma estrutura que a razão perfeita (uma vez aperfeiçoada) pode descobrir. Essas duas assunções, por sua vez, dependem de uma apropriação acrítica das idéias do Iluminismo [...]. Além disso, a noção de um tal ponto de vista supõe que os oprimidos não são prejudicados de modo fundamental por sua experiência social. Pelo contrário, essa posição supõe que os oprimidos têm uma relação privilegiada (e não apenas diferente) e habilidade para compreender uma realidade que está ‘lá fora’ esperando por nossa representação. Ela também pressupõe relações sociais de gênero nas quais há uma categoria de seres fundamentalmente semelhantes em virtude de seu sexo – isto é, ela supõe a diferença que os homens atribuem às mulheres. [...] Eu acredito, pelo contrário, que não há força ou realidade ‘fora’ de nossas relações sociais e atividades [...] que nos livrará de parcialidade e diferenças. (FLAX, 1991, p. 248-9)

Por certo, traz profundas consequências para o processo de teorização feminista a realização dessa chamada “virada linguística” em direção a uma fina sintonia com os discursos de corte pós-moderno, como o pós-estruturalismo. Claudia Costa vai sinalizar para a instauração de uma “intensa e acentuada crise de identidade”, ao lembrar essa sintonia com o pensamento pós-

moderno, pois, “em alguns círculos acadêmicos, significou um questionamento radical das categorias analíticas tradicionais do feminismo, inclusive de alguns dos seus conceitos mais centrais (mulher, gênero, experiência) [...]” (1998, p. 76).

Como veremos a seguir, há polêmicas e posturas conflitantes na discussão acerca da conveniência da relação entre feminismo e pós-modernidade que vão merecer um olhar mais aproximado, pois, como lembra Kate Soper, o olhar sobre “qualquer grande esquema de melhoramento social” do passado ou do presente deve ser cuidadosamente analisado, pois também “há algo de demasiado totalizante na resposta pós-moderna”, já que, para ela, essa “situação é muito mais complexa do que se pode pensar via a mera oposição das perspectivas” (1992, p. 177) em confronto.

Para onde vai essa relação? O feminismo e seus impasses frente à pós-modernidade

Até que ponto interessa às feministas o aprofundamento de sua relação com as teorias pós-modernas? Pode o discurso pós-moderno oferecer respostas teóricas e políticas satisfatórias e coerentes com a trajetória do processo de teorização feminista? No “cômputo final”, pode-se dizer que há mais ganhos ou perdas para o feminismo com a continuidade do “investimento nessa relação”?

Logicamente, qualquer tentativa de responder a essas questões já denuncia um “olhar posicionado” em torno da pertinência (ou não) da contribuição do discurso pós-moderno ao estreitar relações com o feminismo e, “deixando cair minha própria máscara”, acredito haver muito mais perdas do que ganhos para o feminismo nesse processo.

Inicialmente, volto ao provocativo “trote de Alan Sokal”, retomando o episódio que gerou tanta polêmica nos meios acadêmi-

cos, na década de noventa. Esse pensador abriu um amplo debate em torno do significado do discurso pós-moderno e evidenciou o conservadorismo desta perspectiva, ao jogar por terra qualquer possibilidade “de um projeto universal e não-fragmentário”, posicionando-se, explicitamente, em relação à impossibilidade de qualquer vinculação com esse tipo de discurso e assumindo, portanto, sua própria vinculação política: “eu pertenço à esquerda – entendida amplamente como corrente política que condena as injustiças e as desigualdades do sistema capitalista e procura eliminá-las, ou ao menos minimizá-las”. (SOKAL apud ALMEIDA, 1997, p. 71) Assim, Sokal traz para a cena do debate contemporâneo uma das grandes contradições do discurso pós-moderno, pois, ao criticar as metanarrativas, enfatizar a alteridade e estimular lutas parciais, evita a questão do poder global e, lembra Almeida,

[...] ao fazer um discurso radicalmente antiteleológico, se apresenta como portador de uma teleologia do fim da história. Absorvendo o que há de fragmentário no mundo contemporâneo e negando a possibilidade de alternativas humanas globais [...], acabam somando ao *status quo*. (1997, p. 70)

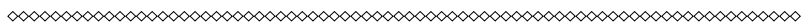
A esse respeito ainda, Antônio Flávio Pierucci (1998) faz uma instigante análise sobre o que ele chama de “as ciladas da diferença”, ao realizar uma crítica ao discurso do direito à diferença, típico do pensamento pós-moderno (e, também, do pensamento feminista). Sem negar a importância da diferença, o autor vai resgatar que, historicamente, a ênfase na diferença tem sido um traço característico de grupos mais reacionários, como, por exemplo, os grupos de direita, e aponta algumas questões: como investir demasiadamente em uma “lógica diferencialista” sem incorrer em algum modo de discriminação? Até que ponto a diferença não é uma via de gerar mais diferença? É possível a coexistência dos movimentos de afirmação da diferença com os princípios uni-

versalistas? Estaria, portanto, instalado o dilema entre “abstrato/universal” e “concreto/particular”?

Diante de tantas questões, Pierucci vai lembrar que os discursos pós-modernos, ao criticarem o sujeito universal via afirmação da diferença, vão construindo “labirintos” de novas, múltiplas e inesgotáveis diferenças – “a diferença jamais é uma só, mas sempre já-plural, sempre sobrando, muitas; sem unidade, sem união alguma possível” (1998, p. 150). Portanto, ele acredita que o desafio que permanece para a superação dos dilemas da diferença é a “reconstrução do geral, sem essencializar as diferenças”.⁴

Onde essa discussão rebate diretamente no feminismo? O que o feminismo ganha e o que perde, diante – como diria Pierucci – dos “labirintos da ênfase na diferença” do discurso pós-moderno? Kate Soper trata essa questão com muita lucidez, ao criticar o excessivo impulso desconstrutivista do discurso pós-moderno que, ao enfatizar, exclusivamente, a lógica da diferença, inviabiliza a possibilidade da defesa de que as identidades diferentes possam ter direitos iguais às mesmas formas de reconhecimento. Assim, ela afirma: “desconstruímos o terreno sobre o qual qualquer prática política pode ser promovida – o que faz ver toda prática atual como despótica, ‘um obscuro objeto de desejo de impossível realização’ [a democracia autêntica]”. (1992, p. 180-1, tradução nossa)

Acredito que o principal desafio de pensar a diferença traz uma questão elementar, já apontada anteriormente: nesse contexto, quem é o sujeito do feminismo? O “impulso desconstrucionista” pós-moderno, como lembrou Soper (1992), não questionou “apenas o sujeito masculino, mas também o sujeito ‘mulher’ e com ele o sujeito do feminismo”. (MARIANO, 2005, p. 489) Toda a crítica à



4 Vale ressaltar aqui que o discurso desse autor, a despeito da importância para os objetivos políticos mais amplos de emancipação humana, pode oferecer “combustível” para uma lógica de contestação de uma relevante estratégia política de emancipação feminina, como é o caso da “Política de cotas” – que assume claramente seu direito de ser uma “discriminação positiva”, até que esse tipo de estratégia atinja seu objetivo final e não mais seja necessária.

é a unidade realmente necessária para uma ação politicamente consequente do feminismo, nesse contexto? A partir das reflexões de Butler, Scott e Mouffe, responderá Mariano (2005) que **não**, que é possível pensar em “coalizões” (Butler) ou “múltiplas formas de unidade e de ação comum como resultado da criação de pontos nodais” (Mouffe). Assim, Mariano não descarta a possibilidade da construção de processos de identificação contingentes em torno da categoria **mulher**, sem significar “que o componente de gênero seja determinante em relação aos outros” (SCOTT, 1990 apud MARIANO, 2005, p. 498), e afirma, ainda, que, paradoxalmente, a ausência de unidade,

ao contrário de fragilizar a prática política feminista, a crítica ao essencialismo e a defesa da diferença podem contribuir para o seu revigoramento. [...] [Pois,] negar a essência da identidade não implica negar a existência de sujeitos políticos e de prática política, mas sim redefinir sua constituição. (MARIANO, 2005, p. 496-7)

Vale, portanto, enfatizar que a crítica aos processos de essencialização da identidade não precisa ser lida, literalmente, como a impossibilidade absoluta de trabalhar com qualquer noção de identidade. Nessa direção, vai lembrar ainda essa autora, citando Mouffe, que

[...] o aspecto da articulação é decisivo. Negar a existência de um vínculo *a priori*, necessário, entre as posições do sujeito, não quer dizer que não existam constantes esforços para estabelecer entre elas vínculos históricos, contingentes e variáveis. (1999, p. 33 apud MARIANO, 2005, p. 498)

Essa possibilidade de *diálogo na diferença* não faz desaparecer os dilemas do feminismo, pois implica constantes negociações de múltiplas identidades coexistindo e se articulando em contextos específicos, o que não significa a ideia de “pluralismo extremo” criticada por Mouffe, por defender que há “limites à celebração

das diferenças, uma vez que muitas delas constroem subordinação”. (MARIANO, 2005, p. 500) Assim, negociar identidades é lidar simultaneamente com igualdade e diferença, o que vai significar a manutenção dos conflitos, isto é:

[...] para Mouffe e Butler, a articulação no campo político, se se pretende democrática e não essencializada, deve pressupor a existência de conflitos. [...] Há [pois] nessa concepção feminista uma noção de positividade em relação aos conflitos. Chantal Mouffe deixa essa posição mais explícita ao tratar de sua proposta de uma *democracia agonística*, a qual pressupõe o conflito, no lugar do consenso. (MARIANO, 2005, p. 503)

À guisa de conclusão do exercício proposto neste texto sobre o “repensar dessa relação”, considero pertinente e bastante lúcida a avaliação de Linda Hutcheon (2002) – à qual me filio – sobre as reais possibilidades de encontro dos projetos feministas e pós-modernos. Ela será categórica ao afirmar que não há como esses projetos possam vir a confluir, pois há profundas diferenças entre ambos, apesar de possuírem algumas “zonas de contato”, como já apontado anteriormente. Seu argumento mais forte está assentado na ideia de que a principal (e inconciliável) diferença entre ambos é de natureza política. Isso porque, para ela, “o feminismo é uma política”, enquanto o pós-modernismo não o é, embora ele seja político, mas, para ela, ambivalente (porque duplamente envolvido, como crítico e cúmplice) em relação à realidade que deseja questionar.

Para Hutcheon, o feminismo não pode prescindir de uma “noção necessária de ‘verdade’”, pois ainda não pode abrir mão completamente das metanarrativas, ainda que conteste a patriarcal: Diz a autora:

Os feminismos continuarão a resistir à incorporação ao pós-modernismo, em grande parte devido à sua força revolucionária, como movimentos políticos, que lutam por mudanças

sociais reais. Eles certamente vão além de tornar a ideologia explícita e, desconstruindo-a, argumentam sobre a necessidade de sua mudança, para produzir uma transformação real [...], que só pode vir com a transformação das práticas sociais patriarcais. O pós-modernismo não teorizou este tipo de responsabilidade; não tem estratégias de resistência real que correspondam às feministas. Não pode ter. Este é o preço a pagar por essa incredulidade em relação à metanarrativa. (HUTCHEON, 2002, s.p.)

Referências

- ALMEIDA, Jorge. O trote de Alan Sokal nos pós-modernistas. *Teoria e Debate*, n. 36, p. 67-71, out./dez. 1997. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antteriores/cultura-o-trote-de-alan-sokal-nos-pos-moder>>.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHEVITARESE, Leandro. As “razões” da pós-modernidade. In: *Análogos: Anais da I SAF-PUC*. RJ: Booklink, 2001. Disponível em: <<http://www.saude.inf.br/artigos/posmodernidade.pdf>>.
- COSTA, Claudia Lima. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações das identidades nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam P. (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 57-90.
- DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa B. (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-50.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/hall1.html>>. Acesso em: 8 maio 2007.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

HUTCHEON, Linda. A incredulidade a respeito das metanarrativas: articulando pós-modernismo e feminismos. *Labrys – Estudos Feministas* [online], n. 1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/index.html>. Acesso em: 14 jul. 2007.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a02v13n3.pdf>>.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1995.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: 34, 1998.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

SOPER, Kate. El postmodernismo y sus malestares. *Debate Feminista*, México, ano 3, v. 5, p. 176-90, 1992.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da Pós-modernidade. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 15-23.

THOMÉ, Nilson. Considerações sobre modernidade, pós-modernidade e globalização nos fundamentos históricos da educação no Contestado. *Achegas* [online], Rio de Janeiro, UFF, n. 14, dez. 2003. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/quatorze/nilson_thome_14.htm>. Acesso em: 22 jun. 2007.

WALLERSTEIN, Valeska. Feminismo como pensamento da diferença. *Labrys – Estudos Feministas*, jan./jul. 2004. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/valeskafeminismo.htm>>. Acesso em: 8 maio 2007.

ANTROPOLOGIA FEMINISTA

*o que é esta antropologia adjetivada?*¹

Alinne de Lima Bonetti

Ao refletir sobre a minha própria prática acadêmica, como antropóloga, pesquisadora do campo dos estudos de gênero e feminista, e também instigada pelo desejo de compreender a especificidade da contribuição antropológica para a Teoria Feminista, deparei-me com a seguinte dúvida: afinal, o que define uma Antropologia Feminista?

Seria aquela cuja teoria e método se fundamentam em determinados pressupostos, tais como o reconhecimento de uma opressão específica que atingiria as mulheres? Supondo correta esta interrogação, como é possível conciliar o olhar parcial da abordagem feminista, que parte de um pressuposto universalizante,

1 Este texto é uma versão do apresentado no Simpósio Temático (ST) Entre pesquisar e militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas do VII Seminário Internacional Fazendo Gênero, ocorrido entre os dias 28 e 30 de agosto de 2006, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que se encontra disponível nos Anais do referido seminário, como também compõe o Dossiê homônimo ao ST, que se encontra disponível em: <http://www.cfemea.org.br/dossie_entre_pesquisar_militar.pdf>. Registro o meu agradecimento à leitura atenta e às preciosas sugestões feitas a esta versão do texto por Soraya Fleischer, bem como aos comentários e ao rico debate realizado pelas(os) participantes do referido Simpósio, que foram imprescindíveis para a revisão deste texto.

com a tradição antropológica de questionamento das categorias analíticas de relativização e de valorização dos saberes locais, do ponto de vista do nativo e dos conceitos de experiência próxima (GEERTZ, 1998)? Não estariam ambas condenadas ao desaparecimento, a partir desta combinação? Como conciliar a emancipação feminista das mulheres com o questionamento tipicamente antropológico do próprio conceito de emancipação?

Campo ainda instável na tradição antropológica brasileira, a ausência do adjetivo feminista – talvez subsumido pela locução de gênero – é notável frente à existência de muitas antropólogas que se identificam como feministas, o que talvez esteja relacionado com as particularidades da relação estabelecida entre academia e militância, no Brasil, em especial no campo feminista. Maria Luiza Heilborn, em um levantamento crítico sobre a Antropologia da Mulher no Brasil, identifica uma mudança no nome dos grupos de trabalho, que passou a ocorrer nas Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 1980, de *Antropologia da Mulher* para *Representação e Gênero*, em 1988, e *Relações de Gênero*, em 1990. Segundo a autora, tal mudança, além de representar uma virada conceitual, se deve:

[a um] desejo de driblar uma classificação tida como um ‘objeto menor’ dentro do campo da Antropologia. Estamos [pesquisadoras/es da área] sem dúvida inseridas/os em um conjunto maior de relações de força e legitimidade que configuram um campo intelectual. (HEILBORN, 1992, p. 95)

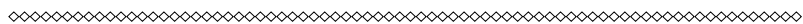
As relações de força e legitimidade às quais se refere a antropóloga podem ser melhor compreendidas na formulação de Maria Filomena Gregori, sobre a situação de liminaridade em que se viam as antropólogas feministas face à dupla resistência de que eram alvo. Por um lado, essa resistência vinha do próprio movimento feminista, que via com desconfiança a produção acadêmica, e, por outro, da própria academia

Antropologia Feminista - a Associação de Antropologia Feminista (AFA) - e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na qual não há nenhuma menção à Antropologia Feminista.³ A efervescência autorreflexiva da Antropologia Feminista anglo-saxã e a presença velada do feminismo na Antropologia brasileira são inspiradoras para a minha análise aqui e explicam, em grande medida, a orientação dos textos que a embasam.

Assim, por meio de um passeio pela literatura antropológica feminista, majoritariamente anglo-saxã, neste texto, reflito sobre a relação entre Antropologia e Feminismo. Busco compreender o que especifica essa produção de conhecimento, quais as suas características teórico-metodológicas e, sobretudo, quais as implicações, contribuições e limites do seu caráter engajado. Enfim, pretendo reunir elementos que possam servir de subsídios para incentivar o debate brasileiro.

Da antropologia das mulheres à antropologia feminista: os desafios feministas

Um dos mais importantes desafios à Antropologia colocados pela crítica feminista está no questionamento acerca do conhecimento que produz. O surgimento da Antropologia Feminista está marcado pela combinação entre a crítica epistemológica e a crítica sobre a forma pela qual as mulheres eram representadas nas etnografias.

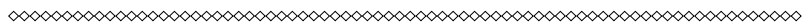


3 Parece-me sintomático que na coleção O que ler na Ciência Social Brasileira - 1975-1995 (1999) editada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), o capítulo sobre Estudos de Gênero, escrito por uma antropóloga e uma socióloga (Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj), bem como o seu Comentário Crítico, escrito por uma antropóloga (Maria Filomena Gregori), esteja no volume referente à Sociologia e não naquele relativo à Antropologia e seja denominado com a locução "de gênero" e não com o adjetivo "feminista". Para uma comparação entre as Associações de Antropologia estadunidense e brasileira, ver os seguintes sítios: <http://sscl.berkeley.edu/~afaweb.html> e <http://www.abant.org.br/>

A primeira fase da Antropologia Feminista, surgida na década de 70, ficou conhecida como a Antropologia das Mulheres, dado o seu enfoque na busca pela visibilidade das mulheres nas produções etnográficas.⁴ Voltada para a reflexão sobre a variabilidade de sentidos culturais da categoria mulher, esta primeira Antropologia Feminista questionou a universalidade e unidade da categoria sociológica mulher. Sua produção foi marcada pela constituição de um aparato teórico que buscava explicar, dentre a variabilidade do que é ser mulher, o caráter secundário que ela supostamente ocupa nas mais diferentes culturas. Se há inovação de um lado, de outro, há a permanência de um pressuposto universalista, o da subordinação feminina transcultural.

A ênfase na biologização do gênero, neste contexto entendido como a “elaboração cultural do sentido e significado dos fatos naturais das diferenças biológicas entre homens e mulheres” (MOORE, 2000, p. 151) e na universalidade da subordinação, denuncia o persistente viés ocidental nas análises realizadas pela Antropologia das Mulheres que, equivocadamente, interpretavam diferença e assimetria como se fossem desigualdade e hierarquia. Segundo Henrietta Moore,

quando os pesquisadores percebem as relações assimétricas entre homens e mulheres em outras culturas, eles supõem tais assimetrias como sendo análogos à sua própria experiência cultural das relações de gênero, na sociedade ocidental, de natureza desigual e hierárquica. (1988, p. 2)

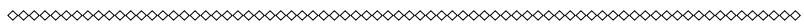


4 As duas antologias pioneiras, que foram responsáveis pelo estabelecimento da Antropologia Feminista, são *Woman, culture and society*, organizada por Michelle Rosaldo e Louise Lamphere, e *Toward an anthropology of women*, organizada por Rayna Rapp (BEHAR, 1993). Deve-se destacar que, talvez a primeira goze de maior popularidade na antropologia brasileira por contar com uma tradução para o português, o que nos remete a uma inescapável reflexão sobre a política de traduções no Brasil, que está ainda por ser feita.

Não tardam as reformulações e a Antropologia Feminista passa, aos poucos, a ter uma nova cara⁵ e as posições anteriores acerca dos universais da opressão/subordinação feminina e o imperativo biológico do gênero foram revistas.

Michelle Rosaldo, em um texto bastante crítico (e, sobretudo autocrítico) em relação ao que considera abusos da Antropologia, põe em questão os universais de opressão feminina que afirmara anteriormente e declara que a procura obstinada pelas origens e pela confirmação da opressão transcultural tornou os pesquisadores cegos às formas pelas quais as relações de gênero se constituem: “[...] tendemos repetidamente a contrastar e insistir em diferenças presumivelmente dadas entre homens e mulheres ao invés de perguntar como essas diferenças são elas mesmas criadas por relações de gênero” (1995, p. 23) e, acrescenta, se e de que maneira, essas diferenças se constituem em desigualdades. Para Rosaldo, “gênero, em todos os grupos humanos, deve ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” (1995, p. 22).

A questão em jogo muda de uma busca pelas vítimas oprimidas de cada sociedade e pelas formas através das quais esta opressão se manifesta, para uma investigação sobre como cada sociedade organiza os seus sistemas de valores de gênero e como tais sistemas implicam ou não em estruturas de desigualdade. Busca-se chamar a atenção para o fato de que há uma organização das estruturas de gênero constituída por relações de poder que podem transformar diferenças em desigualdades, dependendo do contexto e das combinações que assumam.



5 Janet Atkinson (1982) situa nesta classificação, dentre outros, os livros de: Michelle Rosaldo, *Knowledge and passion: Ilongot notions of self and social life*, de 1980; de Sherry Ortner e Harriet Whitehead, *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*, de 1981; e o de Carol MacCormack e Marilyn Strathern, *Nature, culture and gender*, de 1980.

É, portanto, na etnografia que a Antropologia feita sob a influência do feminismo parece estabelecer a sua especificidade no campo da Teoria Feminista. A universalidade da opressão passa a ser questionada a partir da ênfase nos processos sociais que a etnografia revela, associada a um crescente interesse na interação entre situação, contexto e sentido (ATKINSON, 1982), ou seja, a ênfase na etnografia permite revelar as complexidades das experiências culturais relativas ao gênero, as variações de sentidos a ele atribuídos, os contrastes entre convenções constitutivas de repertórios e as variadas formas como eles são vivenciados e ressignificados, enfim, as intrincadas relações entre convenções e prática.

Assim, as pesquisas etnográficas se voltam para a exploração dos domínios de sentido de gênero, dos contextos a que estão associados e dos usos situados. O grande potencial relativizador da pesquisa empírica antropológica, com os seus dados transculturais e o seu potencial comparativo, advindos daí para a desessentialização e desontologização de identidades de gênero, pode ser ressaltado como a grande contribuição desta segunda leva da Antropologia Feminista estadunidense e inglesa. (MOORE, 1994)

Outro aspecto importante para a Antropologia Feminista relativo a essa virada etnográfica é a problematização das relações de poder inerentes à situação etnográfica. O ponto central dessa mudança parece estar na atenção ao posicionamento dos(as) pesquisadores(as) em campo e nas relações de poder envolvidas seja na definição da relação de pesquisa, na troca desigual que se estabelece entre pesquisador(a)/pesquisado(a), seja na potencial exploração do(a) pesquisado(a). (WOLF, 1996 apud PANAGAKOS, 2004)

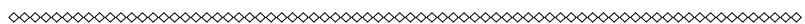
Tais preocupações partem da concepção de que, na relação de pesquisa, há uma distribuição diferencial dos recursos de poder entre pesquisador(a)/pesquisados(as) que emerge da combinação

entre distintos eixos produtores de diferenças e de desigualdades, tais como idade, gênero, raça, classe e nacionalidade, que se interseccionam. Reflete-se, portanto, sobre como essas combinações produzem mais diferenças que, por sua vez, produzem desigualdades, e de que forma tais mecanismos devem aparecer na representação produzida sobre o/a Outro(a) na escrita. Em vista disso, põem-se como implicações dessas transformações metodológicas na Antropologia Feminista a busca pela manutenção de uma postura crítica sobre o trabalho de campo, o questionamento dos cânones, a transformação das noções convencionais sobre pesquisa qualitativa através da imaginação e a luta por projetos e coalizões politicamente significativos. (PANAGAKOS, 2004)

Assim, o método etnográfico se revela como a marca distintiva da Antropologia Feminista dentro do campo da teoria feminista. A preocupação com as relações de poder e com as estruturas de desigualdade que marcam a Antropologia Feminista estão presentes também na postura crítica com que a etnografia é encarada.⁶

A antropologia feminista e o seu objeto

A partir desse revisionismo crítico, podemos nos aproximar do que seria o objeto da Antropologia Feminista, elemento crucial para a delimitação das fronteiras do campo. Em artigo provocativo, Sarah Ono (2003) afirma que o desafio contemporâneo para a Antropologia Feminista é a possibilidade de se constituir prescindindo das mulheres como seu objeto. Mas qual seria, então?



6 Cabe ressaltar que as preocupações acerca das relações de poder em campo, assim como sobre o potencial imperialismo teórico da Antropologia, o não reconhecimento de outras tradições antropológicas que não as euro-americanas e a autoridade do antropólogo enquanto aquele que escreve sobre outras culturas foram questões centrais da autocrítica chamada pós-moderna por que passou a disciplina, ao longo da década de 80. (CLIFFORD; MARCUS, 1986; MOORE, 1996; MARCUS; FISCHER, 1986) No entanto, a crítica feminista a essa produção aponta para o silêncio em relação às mulheres e ao seu lugar secundário nas etnografias. (BELL; CAPLAN; KARIM, 1993) Assim, parece haver um interessante avanço da crítica feminista em relação à crítica pós-moderna direcionada à Antropologia.

Tal objeto me parece ser constituído por alguns elementos: uma noção de diferença complexificada, relações de poder e a preocupação com a produção de desigualdades.

A Antropologia Feminista, ao criticar a noção de diferença cultural característica da Antropologia, introduz uma noção de diferença que passa a ser complexificada, havendo um comprometimento com complexos feixes de diferenças que se interseccionam e cujas combinatórias são variáveis, de acordo com os contextos e situações investigados. Muito embora o gênero tenha um lugar de destaque, ele não é o único produtor de diferença, devendo, portanto, ser tomado no cruzamento com outros elementos produtores de diferença tais como raça, etnia, nacionalidade, geração e classe.

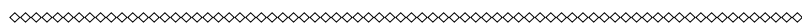
Como se pode perceber, o gênero parece ser a pedra de toque para a Antropologia Feminista, no entanto, a mera aparição da palavra gênero não implica, necessariamente, no adjetivo feminista. Mas há que se fazer uma ressalva a fim de explicitar o sentido que assume nesta produção. Muito embora a Antropologia Feminista implique na utilização da categoria gênero ao invés da categoria mulher, nem todo estudo sobre gênero na Antropologia é feminista. (MOORE, 1988; ONO, 2003) Gênero se complexifica: tal como passa a ser tomado pela Antropologia Feminista, ele é entendido como “um princípio pervasivo da organização social”. (STRATHERN, 1987, p. 278) No seu estado atual, a Antropologia Feminista vai além do estudo da construção social da identidade de gênero e dos papéis de gênero, feito pela Antropologia do Gênero, segundo a caracterização de Moore (1988).

Nesse sentido, parece-me rentável para a Antropologia Feminista acolher o conceito de gênero tal como proposto por Marilyn Strathern, como uma “categoria de diferenciação” (1990, p. 9) que tem como referência a imagística sexual. Nas suas formulações, essa categoria de diferenciação cria categorizações cujas interre-

lações revelam possibilidades inventivas sobre relações de gênero e sobre relações sociais. Assim, perpassa e marca as mais diversas ações sociais, não se restringindo, portanto, à relação corpo biológico-sexo-gênero, antes, abarca e dota de sentido a organização da vida social.⁷ Essa noção de gênero, tida como guia na consideração de alteridades complexas, leva, também, à busca pela compreensão das relações de poder nelas embutidas e dos processos de constituição de sistemas de desigualdades.

Com isto, chegamos, inevitavelmente, às considerações sobre a natureza política dessa Antropologia, outro elemento fundamental para a delimitação do campo. O seu caráter político, presente na aparição recorrente da proposta de luta por projetos e coalizões politicamente significativos nos textos consultados – como a proposta de se ter um conhecimento produtivo, politicamente levantada por Deborah Gordon (1993) e Ono (2003) –, recoloca no seu horizonte teórico a noção de engajamento como uma característica que lhe é inerente.

A noção de político aqui presente me parece estar associada a um questionamento e a uma busca pela compreensão de como se configuram as relações de poder e em como a ideia de diferença, tão cara à Antropologia em geral e à Antropologia Feminista, em especial, se complexifica e aparece na constituição de desigualdades. O intuito parece ser, de posse desse mapa cultural das relações de poder, o de contribuir para a sua reconfiguração. É nesse sentido que Gordon (1993) entende a Antropologia Feminista e o seu caráter engajado, inspirado pela reflexão de Peggy Sanday sobre fraternidades, estupro e masculinidade entre homens bran-



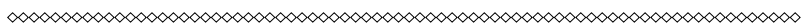
7 Algumas vertentes de estudos sobre a violência contra as mulheres no Brasil se utilizam de uma noção de gênero que associa corpo biológico-sexo-gênero. Ver, por exemplo, a compilação de Maria Amélia Teles e Mônica Melo (2002) sobre o tema e Suely Almeida (1998). Ver também o levantamento crítico realizado por Maria Luiza Heilborn (1992).

cos universitários estadunidenses,⁸ e reflete sobre a ideia de que a produção antropológica feminista pode ser uma forma de ação social. Cabe ressaltar que Gordon reflete sobre esse tema em um contexto marcado por uma então recente Antropologia Feminista voltada para pesquisar a sua própria sociedade e preocupada em compreender questões sócio-político-culturais que atingem, particularmente, as mulheres. Assim, esse caráter engajado e, de certa forma, útil, da pesquisa antropológica feminista demarca o seu cunho político.

O adjetivo feminista modificador do substantivo Antropologia, implica na “reestruturação ou subversão das estruturas de poder em algum nível”, subversão aqui associada à ideia de um desafio crítico às formas de produção de conhecimento estabelecidas, de uma possibilidade de redefinição dos caminhos a serem seguidos e da expansão dos temas a serem estudados. (ONO, 2003, p. 4) Através da sua imaginação criativa e da sua crítica, a Antropologia Feminista tem um grande potencial inovador, de extrema relevância para a expansão da disciplina.

Por uma antropologia feminista brasileira

Soa particularmente estranho, em uma época de rompimento de fronteiras disciplinares, querer delimitar as fronteiras de uma disciplina em um campo essencialmente interdisciplinar. Nessa intensa proliferação de referenciais e de combinações disciplinares, encontrei o estímulo para pensar qual seria a particularidade do olhar antropológico. A busca por uma maior clareza na definição, nas implicações, nas possibilidades e nos limites dessa Antropologia adjetivada se fundamenta em uma avaliação de que me



8 Segundo Gordon (1993), Sanday foi levada a estudar esse tema em função de uma aluna sua que foi estuprada por um grupo de estudantes universitários. A realização da pesquisa fez com que a antropóloga pudesse conhecer essa realidade e contribuir para a criação de mecanismos de combate a essa violação nos campi estadunidenses.

parece ser este um passo importante para a consolidação de um olhar, de um lugar de fala e de uma tradição.

Junto a isso há, ainda, a tentativa de transpor uma certa resistência semelhante àquela que talvez esteja nas origens da ausência de uma Antropologia Feminista no rol de possibilidades de atuação e de interesse previsto pela Associação Brasileira de Antropologia. Em se transpondo tal resistência, desvela-se o feminismo fortemente presente na Antropologia brasileira, como se pode perceber na larga tradição de estudos antropológicos sobre o tema da violência contra a mulher como os de Mariza Corrêa (1983), Miriam Grossi (1988), Maria Filomena Gregori (1993), entre outras(os).

Em vista disto, e em um registro mais político, tendo a concordar com a distinção, proposta por Moore (1988), entre Antropologia Feminista e Antropologia do Gênero. Sabemos que gênero e feminismo não são termos independentes, mas, também, que não têm uma relação necessária. Creio que a necessidade de afirmar o “feminista” da antropologia é uma atitude, em si, política, de positivar o engajamento político na produção de conhecimento e emprestar um caráter especificamente crítico à prática antropológica.

Em muitos contextos, os usos da locução “de gênero” no lugar do adjetivo “feminista” se revela uma importante estratégia a fim de tornar este último mais palatável. No entanto, acredito que apostar em uma postura mais frontalmente política e reafirmar o adjetivo “feminista” da Antropologia que fazemos, lhe confere um comprometimento crítico para “desafiar e re-desafiar as suposições sobre os próprios lugares das pessoas no mundo [...] com seus complexos conflitos inter-gênero, inter-racial, inter-cultural e internacional num modo ética e politicamente sensível”. (MASCIA-LEES; BLACK, 2000, p. 106 apud ONO, 2003, p. 4)

Não joguemos o bebê fora junto com a água do banho, no entanto. Por um lado, confirmamos ao gênero a sua crucialidade dentro do campo, por ser uma categoria fundamental para a Antropologia Feminista tal como a entendemos aqui e eixo importante da noção de diferença com que esta trabalha, lado a lado do escrutínio das relações de poder inerentemente incrustadas na constituição do social e dos sistemas de desigualdades. Por outro lado, esse comprometimento político não nos pode cegar para as especificidades locais, para os processos contextuais de negociação de sentidos; daí a importância da vigilância epistemológica em relação ao uso do método etnográfico para o questionamento e escrutínio dos conceitos tão caros à Antropologia.

Feitas as devidas ponderações, assumamos, a partir de então, este adjetivo e este lugar dentro do campo da Antropologia e da Teoria Feminista para que, parafraseando Gregori (1999), a Antropologia mereça também ser chamada de Feminista, sem reservas.

Referências

ALMEIDA, Suely Souza de. *Femicídio; algemas (in)visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

ATKINSON, Janet M. Anthropology – review essay. *Signs – Journal of Women in Culture and Society*, v. 8, n. 2, p. 236–58, 1982.

BEHAR, Ruth. Women writing culture: another telling of the story of American Anthropology. *Critique of Anthropology*, v. 13, n. 4, p. 307–25, 1993.

BELL, Deborah; CAPLAN, Patt; KARIM, W. J. *Gendered fields; women, men & ethnography*. London: Routledge, 1993.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. (Eds.). *Writing culture; the poetics and politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- GEERTZ, Clifford. *Saber local; novos ensaios em Antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GREGORI, Maria Filomena. Estudos de gênero no Brasil: Comentário crítico. In: MICELI, Sergio. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): sociologia*. São Paulo: Sumaré/Capes/Anpocs, 1999. p. 223-35.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra; ANPOCS, 1993.
- GROSSI, Miriam. *Discours sur les femmes battues: representations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul*. Thèse. Université Paris V "Rene Descartes", 1988.
- GORDON, Deborah. Worlds of consequences: feminist ethnography as social action. *Critique of Anthropology*, v. 13, n. 4, p. 429-43, 1993. Disponível em: <<http://www.deepdyve.com/browse/journals/critique-of-anthropology/1993/v13/i4>>.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? a Antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro; São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): sociologia*. São Paulo: Sumaré; Capes/Anpocs, 1999. p. 183-223.
- MARCUS, George; FISCHER, Michael. (Ed.). *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the Human Sciences*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- MOORE, Henrietta. Whatever happened to women and men? gender and other crises in Anthropology. In: _____. (Ed.). *Anthropological theory today*. Cambridge: Polity Press, 2000. p. 151-71.
- MOORE, Henrietta. (Ed.). *The future of anthropological knowledge*. London/New York: Routledge, 1996.
- MOORE, Henrietta. *A passion for difference: essays in Anthropology and Gender*. Indianapolis: Indiana University Press, 1994.
- MOORE, Henrietta. *Feminism and Anthropology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

ONO, Sarah. Feminisms without women: experimentation and expansion in feminist anthropology. In: _____; COMITO, Jacqueline. *Who's afraid of Margery Wolf; tributes and perspectives on Anthropology, feminism and writing ethnography: an anthology by students of Margery Wolf*. University of Iowa; Working Paper # 277, Jan. 2003.

PANAGAKOS, Anastasia. *eBook review*. Disponível em: <<http://sscl.berkeley.edu/~afaweb/reviews/index.html>>. Acesso em: 8 abr. 2004.

ROSALDO, Michelle. O uso e abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural. *Horizontes antropológicos* – Gênero, n. 1, p. 11–36, 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/HorizontesAntropologicos/article/view/2579/1881>>.

STRATHERN, Marilyn. *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1990 (1988).

STRATHERN, Marilyn. An awkward relationship: the case of feminisms and Anthropology. *Signs – Journal of Women in Culture and Society*, v. 12, n. 2, p. 276–92, 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/i358894>>.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos).

Segunda parte



Tratando de interseccionalidades



FEMINISMO, GERONTOLOGIA E MULHERES IDOSAS¹

Alda Britto da Motta

Introdução

A mulher idosa é uma personagem em suspensão – ela não é posta de forma integral em quase nenhum lugar social. Inclusive na produção científica. Vejamos: O feminismo sempre a ignorou. No auge da militância política feminista e não-classista das décadas de 60 e 70, a conclamação pela *sisterhood* não deu vazão às diferenças de idade – éramos todas jovens, geração das filhas de nossas “atrasadas” mães. Quarenta anos depois, continuamos inadvertidamente “jovens”, somos todas ainda filhas briguentas, apenas da grande Simone, a pioneira e libertária – e que, por ironia, nunca pretendeu ter filhos – mas é a única antepassada intelectual que reconhecemos com orgulho.



1 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no XIV Encontro da REDOR, realizado em Fortaleza, Ceará, em dezembro de 2007.

sas não seriam mais nem produtivas nem reprodutivas... Quando, em realidade, como mulheres, continuam a reproduzir, real ou potencialmente, a força de trabalho, em seu cotidiano doméstico; além de, especialmente como velhas, atualizarem a memória social. Lembrando-se que mesmo as mais idosas atuam, em graus variados, no âmbito doméstico.

Muito mais que “olhar” os netos, D. Vitalina, 82 anos, viúva, seis filhos, relata: “Faço tudo em minha casa. Há muito que não tenho uma empregada. Acho que não conseguiria mais dividir minha casa com mais ninguém”. (BRITTO DA MOTTA, 2004) E D. Eremita, 91, viúva, ainda que não morando só, revela: “Eu ainda cozinho, nessa idade que você está vendo”.

Ironicamente, entretanto, aquele enfoque corresponde, em seus defeitos, ao da família em modelo único (à maneira de Talcott Parsons, na década de 50), mais ou menos restrito à forma nuclear, tão criticado pelo feminismo das décadas de 60 e 70 do século passado e em cuja referência atual já perdeu o seu lugar produtivo a mulher/mãe idosa, titular, quando muito, de um supostamente desolador *ninho vazio*... que, entretanto, “na roda da História” está voltando a se encher... de filhos adultos e netos, tangidos pela reestruturação produtiva e pelas atuais recomposições familiares.

Só mais recentemente – e não diretamente relacionado às discussões feministas e, não raro, sequer às teorias de gênero – chega-se à percepção da existência de novas formas de família, entre elas a ampliada, multigeracional, até com duas gerações de idosos; em geral, de idosas, ensejada pela longevidade crescente e pelas novas formas de solidariedade intergeracional, mas que é tema/ enfoque/objeto de pesquisa ainda relativamente raro e, seguramente, não-prioritário para o feminismo. (BRITTO DA MOTTA, 1998b; GOLDANI, 1999)

Também as referências diretas à categoria idade, quando ocorrem, na teoria feminista são em geral incolores, analiticamente

inexpressivas, porque não pretendem elucidar situações reais, ou vividas, nem discutir teoricamente as vivências temporalmente situadas – o que se dá, aliás, de referência a todas as idades –, e apenas completa o ciclo da não-referência analítica ao âmbito das gerações, iniciada com o caso das mulheres idosas. Longe fica, esse quase descarte, das menções enfáticas e do vigor analítico com que são tratadas outras categorias identitárias como, além de gênero, raça e classe social.

Como eco da ausência de percepção/discussão sobre idosos no meio científico, nos grandes levantamentos mais ou menos públicos da mídia, as idades consideradas são sobretudo medianas, avançando raramente para além dos sessenta. Perdendo, portanto, em representatividade. (Vejam-se os periódicos dossiês ou resultados de pesquisa da *Folha de São Paulo* e da revista *Veja*, por exemplo).

A Gerontologia, sim, conta e reconta a existência da mulher idosa – mas, geralmente assim, no singular e genérica – não como objeto preferencial, que são os velhos, também genericamente; a mulher como personagem do real imediato, embora já saindo de cena: desgastada e sem muitos recursos próprios, vivenciando perdas, principalmente corporais e de saúde, e necessitando de cuidados. Como os homens. Neste ponto, aparentemente, sem diferenças de gênero. Mas eles são – como minoria demográfica – ainda menos conhecidos que as mulheres; embora, contraditoriamente, com lugar social definido, status melhor situado. (HEARNS, 1995)

Elas são mais referidas porque maioria demográfica e, supostamente, mais desvalidas economicamente; além de repetidamente reportadas, na literatura gerontológica e geriátrica, como portadoras de mais constantes e duradouros problemas de saúde que os homens – o que, diante de sua provada aptidão para maior

longevidade é um paradoxo que exige maior esclarecimento. Ao mesmo tempo – nova contradição –, só ela, mulher, apesar das “deficiências” sempre apontadas, devendo ser também cuidadora de maridos “velhos” (isto é, doentes ou, incapacitados), de filhos e netos, pois cuidar é o “destino” clássico e persistente de todas as mulheres. Imagem pública que se funde com a prevalente na vida cotidiana, expressão de um contrato social imemorial.

O protótipo dessa imagem/papel de cuidadora é atualmente materializado na figura ambígua da avó, vista ao mesmo tempo, ou alternadamente, como a que vive ajudando a família e/ou, pela “idade”, “pesando” sobre a família. Reconhecida, enfim, e só muito recentemente, pela premência dos fatos a se repetirem, numerosos, em um papel de apoio diretamente “materno”, na criação ou cuidado fundamental de netos (quase) sem mães; mas, aí, pelas Ciências Sociais, não contextualizadas diretamente pelo feminismo. Realizando-se, como também analisa Goldani, “[...] uma continuada discriminação em que a mulher idosa é vista como dependente da família, quando, na verdade, ela cumpre, cada vez mais, a função de cuidadora de todos” (1999, p. 82).

Em compensação, essa visão social e analiticamente rarefeita, particularista, das idosas – como também dos idosos – tem consequências profissionalmente interessantes para os especialistas da área –, alimentam o seu dia a dia de atividades e o seu sucesso ou realização profissional, pois, como expõe Remi Lenoir (1998, p. 63) o que se define como *problema social* “[...] varia segundo as épocas e as regiões e pode desaparecer como tal”. E enquanto não desaparece, alimenta as práticas profissionais.

No que se refere ao sexo e à idade, vistos, habitualmente, como condições biológicas e:

[...] critérios de classificação dos indivíduos no espaço social
[...] a elaboração de tais critérios está associada ao aparecimen-

to de instituição e agentes especializados que encontram nessas definições a força motriz e o fundamento de suas atividades. (LENOIR, 1998, p. 64).

Porque, afóra a eventual – porque assistemática e nem sempre diretamente intencional – percepção (*insight*) da literatura de ficção (no Brasil, exemplos de Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Sonia Coutinho), a própria Simone de Beauvoir com a sua *femme rompue* e, muito recentemente, raros estudos acadêmicos sobre as velhas na produção literária, a exemplo de Susana Lima (2007), somente a pesquisa das Ciências Sociais, por se debruçar na observação metódica e analítica da realidade individual/social das pessoas, reconstrói esse ser integral, ainda que heterogêneo em seus modos de vida e suas várias e articuladas dimensões identitárias – ser do sexo feminino, em determinado momento histórico, avançada na trajetória da(s) idade(s), vivenciando, cada uma, individual e coletivamente, o resultado da vida construída entre a subjetividade e o que o contexto social lhe facultou (neste ponto, como todas as mulheres em cada uma das suas idades).

Evidente que também os cientistas sociais têm proveito profissional com os seus estudos e pesquisas com essa personagem, sobretudo quando se tornam pesquisadores burocratas, mas também têm realizado tarefas realmente produtivas, nos moldes sugeridos por Lenoir:

O objeto da sociologia da velhice não consiste em definir quem é e não é velho, ou em fixar a idade a partir da qual os agentes das diferentes classes sociais se tornam velhos, mas em descrever o processo através do qual os indivíduos são socialmente designados como tais. (1998, p. 71)

Em compensação maior, têm a possibilidade de realizar um reconhecimento social da categoria idosa/idoso que lhes permite ir mais fundo em sua ação e, potencialmente, alcançar uma

saúde e de educação, propondo-se até a inclusão de geriatria e gerontologia como disciplinas curriculares nos cursos superiores.

Mas aí se retorna ao dilema fazer x aproveitar exposto por Lenoir – criam-se as políticas e as instituições e, concomitantemente, criam-se/definem-se os seus gestores... Entretanto, reconhecemos todos, foi o próprio movimento dos idosos, nos anos 90, especialmente na luta pelos 147% da Previdência, que deu visibilidade e propiciou reconhecimento político às questões da velhice. (BRITTO DA MOTTA, 1998a; SIMÕES, 1998; 2000; AZEVEDO, 2004; GOMES, 2006) Apenas, naquele momento, as mulheres quase não estavam no movimento... Só depois iriam chegando...

Mas é curioso recordar as que já estavam, como, por exemplo, as primeiras – poucas – mulheres participantes das reuniões semanais da Associação de Aposentados da Bahia, início da década de 90 do século passado, no Clube Fantoches de Euterpe, em Salvador. Eram, sobretudo, pensionistas, raras participando das discussões e iniciativas do grupo, uma única mulher na Diretoria, espécie de Secretária Feminina, como ainda era usual – espécie de casos álibi – em agremiações na época. Figura modelar, atuava à maneira de dona de casa, recebendo os que chegavam, obsequiando, providenciando água e cafezinhos... como observado pela equipe de jovens estudantes de sociologia da UFBA, na época. (PEREIRA; et al., 2002)

Anos depois, “escoladas” na Associação, mas, também nos Grupos e Programas para a Terceira Idade desse movimentado fim de século (ver BRITTO DA MOTTA, 1999), vamos (re)encontrá-las bem mais ativas, numerosas e reivindicativas como participantes do Fórum Permanente em Defesa do Idoso.

Criado em Salvador em 2004, objetivando articular a atuação de várias entidades envolvidas com a questão do envelhecimento, passa e ultrapassa a questão previdenciária em direção a horizonte mais amplo, o dos (vários) direitos dos idosos, estendendo-se

à implementação do ainda recente Estatuto do Idoso, sua inspiração e estímulo. Pretendendo recobrir, em princípio, a abrangência de ações diferenciadas que informam as duas últimas décadas do século XX, o Fórum desemboca em uma politização do cotidiano que o Estatuto apenas inicia. O tempo dirá mais. (ver AZEVEDO, 2007; 2010)

Como estão as mulheres idosas

Acompanhando a discussão sobre a invisibilidade e/ou a ideologização das mulheres idosas nos estudos e pesquisas tanto feministas como gerontológicas, exponho alguns resultados de pesquisas e análises na dimensão das Ciências Sociais que informam sobre sua situação atual. Algumas se referem a autores “clássicos” sobre a questão, como Myriam Lins de Barros, Guita Debert e Clarice Peixoto, outras introduzem autores de produção acadêmica recente, em recortes temáticos dos mais imediatos.

O processo de envelhecimento é algo que as mulheres têm, evidentemente, em comum com os homens, porém muitas das vivências e os modos de realização deste ainda são bastante diferenciados segundo o gênero. As condições comuns a homens e mulheres, que sintetizam muito do que é a vida dos idosos no Brasil hoje, ainda se centram no fato de constituírem segmento populacional sem um lugar social e, por isso mesmo, objeto de preconceito e cerceamentos sociais que se expressam pelo fato de ainda permanecerem:

- Alijados, cada vez mais prematuramente, do mercado de trabalho.
- Sem papel social definido, ou em papéis ambíguos (seriam incômodos, mas também ajudam...), e sem gozarem de suficiente respeito, também na família.

- Objetos de preconceito, especialmente censurados “pela idade”, e pelo que ousam ainda fazer, inclusive coibidos em sua sexualidade. Principalmente as mulheres.
- Com atuação minoritária e segmentar na política formal, a participação representativa geralmente só ensejada por privilégios de classe ou manobras do familismo. Como eleitores, esquecidos nas plataformas e até, em princípio, alijados, porque dispensados da obrigação de votar (voto facultativo) aos 70 anos.
- Se não legalmente, pelo menos, de fato, excluídos de procedimentos da vida econômica, já a partir dos 60 anos, como realizar compras a prazo de bens e mercadorias de mais alto custo, como casas e carros ou tomar empréstimos bancários. Exceção dos recentes e nefastos empréstimos consignados, frequentemente fraudulentos, que merecem denúncia e investigação à parte.
- Como defesa psicológica, por não se reconhecerem na imagem social negativa da velhice que ainda predomina, sujeitos a uma autopercepção ilusória como não-velhos, ou velhos “diferentes” – mais saudáveis, mais dinâmicos, melhor de “cabeça” que os “outros”.

Ao mesmo tempo, em um contexto social extraordinariamente dinâmico, estão sendo muitas, e rápidas, as mudanças, vivenciadas ou construídas, sobretudo pelas mulheres. Principalmente:

- No âmbito da economia, no setor de produção, em contraposição à tendência de expulsão, os idosos estão começando a permanecer mais longamente ou, sobretudo, retornando, com mais frequência, depois da aposentadoria ao mercado de trabalho, em consultorias ou em atividades quase sempre de status inferior ao dos seus empregos anteriores – em variações, a depender de sua classe social e condição de gê-

nero. (BRITTO DA MOTTA, 2001; PEIXOTO, 2004; SOUZA, 2009)

- No setor do consumo, constituindo-se em destacada fatia do mercado, principalmente, da indústria de lazer (via clubes e viagens “para a terceira idade”) e programas de atividades e ensino “para aprender a envelhecer” (BRITTO DA MOTTA, 1999), com “qualidade de vida”, como doutrina a Gerontologia.
- No âmbito da sociabilidade, buscaram, principalmente as mulheres, novas formas de circulação extrafamiliar, o que é facilitado pelas várias modalidades desses referidos grupos “de convivência” ou programas e cursos “para a terceira idade”, oferecidos no mercado educacional e de lazer/cultural. No que, afinal, ampliam pelo menos a sociabilidade intrageracional, a família mantendo, entretanto, a centralidade afetiva e das trocas de apoios e serviços. (BRITTO DA MOTTA, 1998; 2004)
- Mais que dependentes da família, firmam-se os idosos atuais, cada vez mais, como arrimos de família – ainda quando, paradoxalmente, percebendo poucos proventos e pensões – por disporem de rendimentos regulares em uma sociedade a cada hora mais marcada por uma reestruturação produtiva que leva a dificuldades de sobrevivência material e social. Quando ter uma casa, inclusive, é crucial para o possível abrigo de filhos e netos, desempregados ou descasados. (BRITTO DA MOTTA, 1998b; CAMARANO, 2003)
- Estão construindo e vivenciando nova inserção na dimensão política, firmando renovada imagem de respeitabilidade pública geral, principalmente através do movimento de aposentados – desde a conhecida luta pelos 147% da Previdência. (SIMÕES, 1998; 2000; AZEVEDO, 2005)

- Terem se tornado objetos de destinação de políticas públicas, afinal. Entretanto, políticas durante longo tempo mais anunciadas do que realmente implementadas e, quando afinal executadas, o sendo quase sempre de forma pontual e com insuficiente informação à população. Ao mesmo tempo, ameaçados por uma política de seguridade social, especialmente a Previdência, que os expõe, porque crescentemente numerosos, como uma espécie de perigo público para a reprodução social, ao mesmo tempo em que os reduz, em maioria, quando aposentados, a condições de maior pobreza ou até de miserabilidade.

A situação atual, de grandes mudanças em processo, vem acentuando as diferenças de comportamento e expectativas entre homens e mulheres, tanto na vivência ou projeção das situações comuns aos dois sexos, apontadas anteriormente, mas também, ou sobretudo, ensejando características diferenciais de condição ou atuação de gênero que podem ser temporárias, mas estão sendo, centralmente, das mulheres. E às vezes de forma tão marcante, esses efeitos das relações de gênero, que se sobrepõem, como venho registrando desde trabalhos anteriores, aos da própria condição de classe. Há, contudo, ainda algumas outras diferenças ou ênfases de gênero que moldam mais especificamente o novo perfil da idosa brasileira.

Em primeiro lugar, a expressão demográfica. É sabido que as mulheres são mais numerosas que os homens, constituindo quase 60% da população que envelhece; diferença que tende a se ampliar significativamente nas faixas etárias mais avançadas. É uma tendência mundial, peça essencial do fenômeno que se vem analisando como “feminização da velhice”. (BERQUÓ, 1996) A imagem social do idoso está realmente assumindo essa face feminina, apesar do contingente masculino presente no movimento dos aposentados ser marcante, pela determinação e repercussão das suas

ações, ainda que ao mesmo tempo numericamente minoritário e de visibilidade pública intermitente. A imagem mais presente no cotidiano e fixada, inclusive, pela imprensa, vem sendo a dos alegres grupos “de terceira idade”, dedicados a uma sociabilidade programada e centrada no lazer e na cultura – que são predominantemente femininos.

Esses não representam, entretanto, a totalidade do contingente de idosos que não estão nas associações de aposentados. Aliás, venho há tempos discutindo como o termo “terceira idade”, curiosamente cada vez mais aceito e difundido, certamente pelo seu conteúdo eufemístico, não recobre a totalidade de situações dos velhos, mas informa, sobretudo, acerca dos idosos “jovens”, sua porção feminina e, em grande parte, de camadas médias. (BRITTO DA MOTTA, 1996) Porque também existem os muito pobres e, em número crescente, os muito idosos, que, habitualmente não participam desses programas, mas de uma sociabilidade tradicional – a das datas familiares e religiosas e dos remanescentes antigos amigos. (BRITTO DA MOTTA, 2004) Estes só alcançam a mídia individualizadamente, como “fenômenos”, exceções, em especial quando atingem idades propectas, geralmente, centenários, sempre instados a revelar o “segredo” de sua lucidez e durabilidade. (BRITTO DA MOTTA, 2006)

Mas, para ambos os segmentos de idosos, as “jovens” e as mais velhas, uma característica existente, raramente registrada – e de múltiplos significados – é a de serem mulheres sós. Mulheres que excedem, estatisticamente, os homens, ficando sem par estável, mas com o governo da própria vida. Os homens morrem mais cedo e, quando separados ou viúvos, recasam, preferencialmente com mulheres de gerações mais novas, de acordo com o conhecido padrão cultural brasileiro e latino-americano de atuação da juventude... das companheiras. Com isso, resta sempre uma significativa parcela de mulheres solteiras e, principalmen-

te, descasadas e viúvas, que terminam por assumir aquele posto tradicionalmente masculino, mas, crescentemente feminino, de chefes de família. E vivem, simplesmente, a solidão afetiva – ou, pelo menos, a condição de sós.

Esse quadro de solidão, que se evidencia na própria vida cotidiana (quem não conhece muito maior número de viúvas, descasadas e solteiras idosas que homens nessas mesmas condições?) é confirmado nas pesquisas. (OLIVEIRA, 1996; BERQUÓ, 1996; BRITTO DA MOTTA, 1998)

Entretanto, as pesquisas revelam também um ângulo surpreendente do sentimento dessas mulheres sem companheiros: a grande maioria declarou que, tida a oportunidade, não casaria de novo. (ver BRITTO DA MOTTA, 1999; 2004)

- Casar eu não queria. Ia paquerar e deixar lá. Eu casar e botar um homem dentro de casa? Mais nunca! Eu ia passear muito, trabalhar – o sonho e a frustração da vida dela –, me vestir bem, porque é bonito uma mulher bem arrumada.

(Sra. Altina, 72 anos)

- Deus me livre! Não quero mais. Eu vejo o espelho dos outros. As pessoas estão viúvas e vivendo numa boa, aí casam de novo para arranjar problemas!

(Sra. M. de Lourdes, 64 anos)

- Eu não gostaria de casar de novo, para não ficar embaixo do pé do homem. Não me acostumo ninguém mais mandando em mim. Eu sozinha estou melhor.

(Sra. M. Hermilina, 60 anos)

Subentendido fica, então, que uma apreciada *liberdade* que quase todas proclamam (BRITTO DA MOTTA, 1998a) refere-se, no âmago, à libertação da histórica subordinação de gênero vivi-

da individualmente (além de publicamente...) no interior de cada casa e casamento.

Essa condição de só significa, paralelamente a uma possível e apreciável forma de afirmação pessoal, ou superação de desigualdade nas relações de gênero, ainda um indicador alternativo de probabilidade de empobrecimento. Porque enquanto a chefia masculina de domicílios figura, comumente, a existência de uma partilha de responsabilidades econômicas e/ou sociais (além das domésticas!) com outro adulto – a esposa – a chefia da família por uma mulher expressa, majoritariamente, a referida solidão geracional e afetiva – isto é, que o homem não está lá. O empobrecimento ou, pelo menos, a queda do nível econômico é a mais visível consequência. Tanto mais facilmente encontrável, quando as mulheres hoje idosas tiveram muito menos oportunidades educacionais e de participação – inclusive igualitária – no mercado de trabalho que os homens da sua geração e têm, portanto, rendimentos mais baixos ou mais escassos que eles. Por isso mesmo, as mulheres, principalmente das classes populares, têm que “se virar” em tarefas tradicionalmente femininas na produção doméstica ou/e fazer render, penosamente, o magro provento ou a pensão de viúva. Tanto mais quanto é cada vez mais comum alguma forma de dependência econômica, por parte de filhos e netos, inclusive adultos, dos pais idosos, como venho registrando.

Morar sozinha pode ter, entretanto, um significado alternativo e mais satisfatório. Pode ser, mais que consequência inevitável de celibato, viuvez, descasamento indesejado ou morte dos filhos, também consequência de decisão própria, maneira de autoafirmação ou busca de tranquilidade e independência – uma característica nova das mulheres, inclusive das de mais idade.

Márcia Macêdo (2008) realiza um recorte analítico intensamente atual da vivência de mulheres chefes de família, no qual,

a par das diferenciações segundo situação de classe, em sua possibilidade ou não de realização de escolhas, analisa como “novo objeto”, “aquisição histórica recente”, a mulher chefe de família de classe média. Onde cabem, e talvez com mais experiência e segurança, as mulheres idosas. Comparadas às que, em quase confidência, na pesquisa me declaravam “Agora chegou o tempo de pensar também em mim” (BRITTO DA MOTTA, 1999), quase dez anos depois, a dinâmica social lhes ensinou maior escolaridade, profissionalismo e segurança interna, para poderem falar, sempre com satisfação, em termos de “recomeçar a vida” e dar depoimentos como o de Maysa:

Num certo sentido, depois que eu me separei minha situação melhorou, eu fiquei mais sem grana, porque tenho que assumir tudo sozinha, inclusive uma filha, mas eu estou tendo, como há muito tempo não tinha, minha vida de volta para mim. (Maysa, 50 anos, economista). (MACÊDO, 2008, p. 222)

Uma das razões fortes para o desejo de morar só das mulheres idosas com os filhos criados se refere à comum e pressionante tentativa de interferência, ou até ingerência, dos membros mais novos da família sobre a vida – atividades, saídas, uso do dinheiro, até vida sexual-afetiva – dos seus idosos, principalmente das mulheres. É também o registro de Diniz: “É curioso, também, como os familiares se acham no direito de intervir na vida das velhas, das mães, principalmente”. E relembra o desabafo revoltado da setentona Fermina de *O amor no tempo do cólera*, de Gabriel García Márquez: “Se nós, viúvas, temos alguma vantagem, é que já não nos resta ninguém que nos dê ordens” (1993, p. 13).

Elvira Wagner (1992), em entrevista sobre pesquisa que coordenou com quase 300 idosos, em São Paulo, já revelava que 60,9% dos entrevistados (dos quais 77% eram mulheres), reconheciam que “a solidão, por vezes, é boa” e que 80% deles prefeririam morar em suas próprias casas se tivessem os meios para manter

a independência. A pesquisa de Macêdo (2008) confirma isto, em dados recentes.

Os meios sim, mas, também, a certeza de apoio, como reco-
lhi em entrevistas. (BRITTO DA MOTTA, 2004) D. Eremita, por
exemplo, aos 91 anos e morando com um filho casado, revela:
“- *Se eu tivesse saúde, eu morava sozinha. Eu ainda cozinho,
nessa idade que você está vendo*”. Enquanto D. Judite, apesar de
mais saudável, em seus 93 anos, morando com o filho casado e as
netas, não arrisca: “- *Hoje não gostaria de morar sozinha, já es-
tou muito velha para isto. Mas sempre gostei de ter minha casa;
sinto muita falta disso*”.

Goldani (1993), além de ter sido das primeiras a assinalar, no
Brasil, mudanças interessantes na estrutura e no relacionamento
entre os membros da família atual, com a convivência de maior
número de gerações e uma superposição de papéis na família e de
situações de parentesco em cada indivíduo, identificou, por ou-
tro lado, também, um aumento crescente do número de idosos
vivendo sós: de 8%, em 1980, para 10%, em 1989, desses, cerca
de dois terços sendo mulheres. Os dados mais recentes divulga-
dos pelo IBGE (Censo 2000) confirmam e acentuam isso. Assim é
que os domicílios unipessoais de idosos, em 1991, representavam
15,4% do total e, no Censo de 2000, 17,9%. Continuando a elevada
proporção de mulheres – cerca de 67%, em 2000. Aguardemos
para breve os do Censo 2010.

Acompanha tudo isto, uma feição absolutamente atual e única
das mulheres idosas: expressarem mais otimismo, alegria, dina-
mismo e forte afirmação (ou sentimento) de liberdade. Compa-
rando, com vantagem, tanto o tempo atual da velhice com estágios
anteriores de suas vidas, como a sua velhice com a das mulheres
de gerações que as antecederam. Nesse sentido são os depoimen-
tos de mulheres de classe média (BRITTO DA MOTTA, 1999):

vidas pelo casamento, da domesticidade e, depois e sempre, da vida privada. (BRITTO DA MOTTA, 1998)

Cumprido o ciclo básico da vida familiar, aqueles controles tornados desnecessários – porque internalizados ou superados – a vida, na velhice, pode agora se tornar mais leve, mais livre, nesta sociedade pós-revolução feminista, em rápida mudança de valores e costumes. Necessário é que os vários campos, científicos e políticos, percebam isso.

Referências

AZEVEDO, Eulália Lima. *Aposentados em movimento: tensões e convergências com o movimento sindical*. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

AZEVEDO, Eulália Lima. As mulheres fazem a diferença; fazem também a indiferença? In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 13. *Anais...* Maceió, 2007. 1 CD.

AZEVEDO, Eulália Lima. *Um palco de múltiplas vozes: a nova invenção dos/as idosos/as em luta pela cidadania*. Salvador, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. *A mulher desiludida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BERQUÓ, Elza. Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil. IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: UMA AGENDA PARA O FINAL DO SÉCULO”, 1. *Anais...* Brasília: MPAS, 1996.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Terceira idade, gênero, classe social e moda teórica. In: COSTA, Ana Alice A.; ALVES, Ivira Iracema (Org.). *Ritos, mitos e fatos: mulher e gênero na Bahia*. Salvador: NEIM, 1997. p. 103–20.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Chegando pra idade. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes. *Velhice ou terceira idade*. Rio de Janeiro: FGV, 1998a.

- BRITTO DA MOTTA, Alda. Reinventando fases: a família do idoso. *Caderno CRH*, Salvador, n. 29, p. 13-26; 69-87, jul./dez. 1998b. (Dossiê Gênero e Família).
- BRITTO DA MOTTA, Alda. *Não tá morto quem peleia*: a pedagogia inesperada nos grupos de idosos. Salvador, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. Idosos na sociedade brasileira no limiar do século XXI. In: GICO, Vânia; SPINELLI, Antonio; VICENTE, Pedro (Orgs.). *As Ciências Sociais: desafios do milênio*. Natal: EDUFRN, 2001. p. 620-33.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p. 109-44.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. *Ter cem anos no Brasil*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 52. Sevilla, 2006.
- CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-63, set./dez. 2003.
- DEBERT, Guita Grin. Entrevista com Guita Grin Debert. Entrevistador Johannes Doll. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 7, p. 109-16, 2005.
- DINIZ, Carmem Simone G. Envelhecendo. *Presença da Mulher*, São Paulo, v. 6, n. 24, 1993.
- GOLDANI, Ana Maria. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Muito além dos 60*: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- GOMES, Márcia Queiroz de Carvalho. *Envelhecimento e relações entre as gerações*. Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- HEARNS, Jeff. Imaging the aging of men. In: FEATHERSTONE, Mike; WERNICK, Andrew. *Images of aging*: cultural representations of later life. London; New York: Routledge, 1995.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Departamento de População e Indicadores Sociais. *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- KREKULA, Clary. The intersection of age and gender. *Current Sociology*, Inglaterra, v. 55, n. 2, m. 1, p. 155–71, mar. 2007.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- LIMA, Susana Moreira. A obscenidade da velhice feminina: rompimento do olhar na literatura. In: SILVA, Cristiani Bereta; ASSIS, Gláucia de Oliveira; KAMITA, Rosa C. (Orgs.). *Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2007.
- MACEDO, Márcia. *Na trama das insterseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador*. Salvador, 2008. 311p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Coleta. A família brasileira no limiar do ano 2000. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 55–64, 1996.
- PARSONS, Talcott. *Family socialization and interaction process*. New York: Free Press, 1955.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: _____. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p. 57–84.
- PEREIRA, Idma Alves et al. *Idosos em movimento; a conquista de um direito*. Salvador, 1992. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.
- SIMÕES, Júlio Assis. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: LINS DE BARROS, Myriam (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 13–34.
- SIMÕES, Júlio Assis. *Entre o lobby e as ruas: Movimento de Aposentados e Politização da Aposentadoria*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SOUZA, Carolina Marback. *O trabalho de aposentados em Salvador*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

WAGNER, Elvira Abreu e Melo. Dignidade para todos: Entrevista. *Revista Veja*, 30 set. 1992.

SEXO, AFETO E SOLTEIRICE *intersecções de gênero, raça e geração entre mulheres de classe média*

Márcia Tavares

Nas próximas linhas, debruço-me sobre os relatos de duas mulheres solteiras, oriundas das classes médias soteropolitanas, uma com 35 anos e outra com 67 anos, de forma a identificar especificidades e mudanças em suas vivências sexuais. Mais precisamente, procuro realçar como as molduras de sociabilidade, sob a influência do gênero, grupo étnico e geração a que pertencem, contribuem para definir suas trajetórias e escolhas no campo afetivo-sexual.

O trabalho foi dividido em três etapas: na primeira, traço um esboço da solteirice feminina a partir de comentários extraídos de livros, artigos científicos e revistas comerciais que compõem o aporte teórico deste trabalho. Na segunda etapa, faço observações sobre o percurso metodológico adotado para a realização da pesquisa empírica. Por fim, na terceira, tento desvendar a experiência íntima das mulheres investigadas, de forma a descobrir como o gênero, a classe social, o grupo étnico e a geração a que pertencem

cem interferem na elaboração de suas aspirações amorosas e em suas práticas sexuais na condição de solteiras. Nas considerações finais, procuro contrastar rupturas e continuidades relativas às percepções e sentimentos, assim como os limites e possibilidades, no campo afetivo-sexual, das mulheres que nunca contraíram matrimônio.

À procura de vestígios da solteirice no Brasil: o que dizem os livros e revistas

No imaginário social das primeiras décadas do século XX, o não-casamento e a não formação de uma família eram considerados sintomas emblemáticos de doença ou desvio que, por conseguinte, deveriam ser tratados, pois ameaçavam o modelo normativo vigente. Particularmente no caso das mulheres, os romances naturalistas publicados no período em questão reiteravam, através das personagens femininas, o discurso médico de então segundo o qual as moças solteiras que chegavam à idade de 25 anos sem se casar tinham maior propensão a desenvolver crises nervosas e se tornarem “histéricas”. (ENGEL, 1989)

Da mesma forma, a opção feita por mulheres de se dedicarem a uma carreira profissional indicava um comportamento desviante, pois estas negavam suas “inclinações naturais” – o matrimônio e a maternidade – e superestimavam seu intelecto, o orgulho, a vaidade e o celibato. Daí porque eram internadas em instituições psiquiátricas como loucas, submetidas a práticas terapêuticas e à disciplina asilar, a fim de recuperarem o juízo e, finalmente, exercerem o seu papel “natural” de mãe e esposa. (CUNHA, 1989)

Ao estudar revistas comerciais publicadas entre 1945 e 1964, Carla Bassanezi (1996) constata que a felicidade feminina permanecia restrita ao casamento, à formação de uma família e à dedicação ao lar, ou seja, as revistas da época defendiam como

“inclinação natural” da mulher e, portanto, única fonte de realização, o matrimônio, a maternidade e os afazeres domésticos. Nos anos de 1940 e 1950, o discurso moralizante das publicações encerra um caráter pedagógico, na medida em que ensina as leitoras a seguirem o “caminho certo”, o casamento, ao qual permanece confinado o exercício da sexualidade feminina com fins eminentemente procriativos.

Conforme as revistas publicadas nas décadas de 1940 e 1950, o celibato era considerado uma ameaça que pairava sobre a vida das mulheres, principalmente sobre aquelas com mais de 25 anos, idade que anunciava o declínio das chances de casamento e, conseqüentemente, a probabilidade de uma vida futura desprovida de sentido, cuja tristeza e solidão seriam amenizadas pelo apego a um animal de estimação, o devotamento aos sobrinhos e afilhados ou a dedicação ao trabalho. O celibato, escolhido ou forçado, isto é, o não-casamento confirmaria o fracasso feminino, pois, arranjar um marido era a maior conquista de uma mulher.

Acrescenta Bassanezi (1996) que, nas décadas de 1950 e 1960, a mulher com mais de 25 anos sem um pretendente a marido era rotulada como “enclachada”, “solteirona”, “aquela que ficou para titia”, o que a tornava alvo de zombaria das pessoas, além de causar embaraço aos familiares, pois era considerada “incompleta”, ou seja, não conseguira cumprir o destino natural de esposa-mãe, o que acarretava um sentimento de culpa e de inadequação.

A partir da década de 1960, um novo cenário se revela para as mulheres das classes médias urbanas impelido por fatores diversos: a crescente inserção nas universidades e no mercado de trabalho; a ampliação de seu espaço político; o surgimento de novos métodos contraceptivos que favorecem a liberação sexual e eliminam o risco de uma gravidez indesejada; e a difusão da Psicanálise, provocando questionamentos acerca dos papéis tradicionais de esposa-mãe e impulsionando a busca de autonomia e realização

pessoal, independência emocional e financeira, liberdade e igualdade na relação entre os sexos. Por fim, os movimentos emancipatórios feministas, ao defenderem direitos iguais entre os sexos, desestabilizam os padrões relacionais e os papéis sexuais, incidindo no processo de construção identitária dessas mulheres.

Entretanto, as conquistas femininas não conseguem revogar os modelos tradicionais: a cultura ainda define como ideal feminino de felicidade o matrimônio e a formação de uma família. Por conseguinte, a mulher que subverte a ordem, que tem outras ambições e, por exemplo, supervaloriza a realização profissional e a independência financeira, parece fadada a permanecer solteira e a se tornar prisioneira da solidão, caso contrário, deve ocultar suas insatisfações, diminuir as expectativas relacionais, ou seja, ser menos exigente em relação aos parceiros, pois somente assim poderá ter a chance de encontrar “um homem para chamar de seu”.

Até mesmo feministas como Branca Moreira Dias e Rose Marie Muraro ponderam que a mulher permanece sozinha em função de tecer expectativas irreais acerca do relacionamento amoroso e por ser exigente em relação ao parceiro elegível, pois o que não falta são homens disponíveis. Muraro acrescenta que a solidão feminina tem sido um problema, principalmente para as mulheres de classe média e alta, já que elas se recusam a casar com alguém de classe inferior e, por isso, acabam ficando sós; mas, aconselha, há solução: “Vai arrumar um homem de outra classe social que você encontra dez”. (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992, p. 85)

Tal argumento é também utilizado por revistas comerciais dirigidas ao público feminino, que procuram orientar a mulher acerca de estratégias e truques para driblar a solidão enquanto não encontra sua alma gêmea; mapeiam espaços de sociabilidade ou capitais onde há maior número de homens disponíveis, de acordo com o perfil idealizado por cada mulher, além de indicarem regras de comportamento para arranjar um namorado, sem se esquece-

rem de sinalizar para os riscos e armadilhas a que se expõem as mulheres acima de quarenta anos, uma vez que a diminuição das chances no mercado matrimonial acentua sua carência afetiva.

Algumas reportagens chamam a atenção para o crescimento do número de mulheres que escolhem permanecer solteiras, enquanto outras destacam que estas podem ser felizes mesmo sem um par, mas esse tipo de artigo ainda é exceção. De modo geral, as revistas defendem que tanto o investimento das solteiras neolibertas na carreira profissional como o consumo em *shoppings centers* não passam de um lenitivo contra a solidão, enquanto não estabelecem um relacionamento amoroso estável. (GONÇALVES, 2007) Logo, mesmo priorizando a carreira, as mulheres por volta dos 30 anos, sob a influência de amigas casadas ou em vias de se casar, se sentem inquietas, ansiosas e projetam fantasias em torno do casamento, ou seja, as solteiras sem par desenvolvem uma sensação de “incômodo social”, por serem diferentes das demais mulheres do seu círculo de convivência. (ZAIDAN; CHAVES, 2003)

Observa-se que, apesar das profundas transformações sociais das últimas décadas, a mulher sem parceiro ainda é concebida como problemática, incompleta e, ainda, ao que parece, o fato de conferir prioridade a um projeto profissional pode sugerir egoísmo, alguma espécie de culto narcísico ou uma compensação para a ausência de vida afetiva. Além disso, reafirma-se a pretensa vocação natural da mulher para o casamento e a maternidade, bem como a prerrogativa masculina no jogo da sedução; assim, a mulher permanece como objeto e não como sujeito do desejo, o homem ainda escolhe e ela, se quiser ser escolhida, deve ignorar suas expectativas pessoais/relacionais, ou seja, abdicar do poder de fazer suas próprias escolhas. Em compensação, ganha como prêmio “um cobertor de orelha fixo” (LIMINHA; DA MATA, 2004), mesmo que, para isso, tenha de chamar o sapo de príncipe, como recomendam os versos da canção popular.

Percurso metodológico

Este artigo condensa uma das discussões que desenvolvo em minha tese de doutorado, intitulada “Os novos tempos e vivências da ‘solteirice’ em compasso de gênero: ser solteira/solteiro em Aracaju e Salvador”, cuja amostra foi composta por treze homens e treze mulheres que nunca se casaram ou conviveram maritalmente com alguém, oriundos(as) das classes médias e residentes nas respectivas capitais. Aqui, detenho-me apenas nos depoimentos de duas mulheres solteiras, com idades de 35 e 67 anos e que moram em Salvador. Privilegiei os relatos dessas mulheres em virtude da diferença etária/geracional, mas, também, por pertencerem a grupos étnicos distintos.

Vale destacar que, diferentemente de outros sujeitos da pesquisa, essas duas mulheres não criaram obstáculos tampouco demonstraram inibição e/ou resistência em conceder seus depoimentos. Ao contrário, mostraram-se acessíveis e receptivas, apesar de não me conhecerem, uma vez que tinham sido indicadas por uma amiga em comum. A mais jovem, inclusive, ao ser informada sobre o tema da pesquisa, espontaneamente, se ofereceu para prestar seu depoimento.

Para a coleta de dados, optei por ouvir suas histórias de vida, procurando interferir o mínimo possível em seus relatos, manifestando-me apenas para responder a essa ou aquela pergunta que me faziam, ora para saber se estavam correspondendo à minha expectativa, ora para esclarecer alguma dúvida ou, ainda, abordar sucintamente minha própria trajetória de vida, diante da curiosidade das informantes. Como técnica complementar, organizei um diário de campo no qual registrei as circunstâncias e peculiaridades de cada entrevista.

Finalmente, cabe destacar que a leitura e a interpretação dos dados aqui contidos se encontram referendadas em artigos cien-

o casamento. Por isso, as moças tramavam estratégias para burlar a censura familiar e aplacar os apelos do corpo:

- Vinte, vinte e muitos [...] eu sentia os desejos do meu corpo e eu não queria me casar; isso criava uma confusão dentro de mim muito grande, até que eu conheci alguns homens, eles eram argentinos [...]. Então, eu pensei que eu ia deixar de ser virgem, não ter aquela coisa de se guardar para o casamento. Aí, quando eu decidi, fui com uma amiga comprar um anticoncepcional – a amiga que pediu, porque eu tinha a impressão que ia aparecer um leiteiro na minha cara. [...] Eu, praticamente, não o conhecia; a gente tinha se conhecido no Rio e eu vim embora para cá; depois, eu viajei para a Argentina para me encontrar com ele. Aí, entre a repressão toda que estava dentro e o meu hímen, que era bastante espesso, na primeira vez, não cheguei a romper porque ele disse que era uma coisa muito prazenteira e eu ia ficar com uma impressão horrível. Então, quando eu vim, antes de voltar, eu fui a minha ginecologista e pedi que ela lancetasse o meu hímen para eu não sentir; expliquei a situação e foi isso que aconteceu.

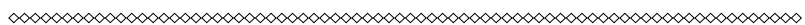
(Indira)

Em uma época em que o casamento é considerado o destino natural da mulher, o exercício da sexualidade feminina está condicionado ao matrimônio, ou seja, as moças aprendem a reprimir sua sexualidade, a preservar a pureza e a manter a ignorância sexual, caso contrário, arriscam-se a ficar mal faladas e/ou a serem consideradas levianas, pelos futuros pretendentes, o que elimina as chances de conquistar um bom partido. Para aquelas com “vinte e muitos” anos, as oportunidades de se casar são remotas e, caso não consigam sublimar o desejo, se torna cada vez mais difícil manter a continência sexual.

calçados no ideário judaico-cristão e referendados pelo grupo familiar.

Eva, 35 anos, ao contrário de Indira, teve uma educação mais liberal e sua primeira experiência sexual ocorreu com um namorado, sem culpas ou medos. Afinal, sua geração é herdeira daquela que desbravou os caminhos da revolução sexual, isto é, embora a iniciação sexual seja também concebida por Eva como o primeiro momento de experimentação da sexualidade e a descoberta do corpo, sua narrativa aponta um novo padrão de comportamento no tocante à perda da virgindade. As profundas mudanças em relação à sexualidade ocorridas nas duas últimas décadas têm provocado uma espécie de inversão do tabu da virgindade, ou seja, atualmente, o fato de jovens com mais de 19 anos permanecerem virgens causa estranhamento; chega-se até a cogitar que tenham algum problema psicológico. (JABLONSKI apud DIEHL, 2002)

Nesse sentido, as mulheres nascidas nos anos 1970 classificam-se como “tardia”⁴ a primeira experiência íntima, caso aconteça após os 19 anos. Vale destacar, também, que a experimentação da sexualidade feminina deixa de estar subordinada ao casamento, assim como não se restringe à função procriativa, na medida em que passa a ser exercitada de forma recreativa, isto é, casais de namorados e/ou amigos iniciam, juntos, a aprendizagem do prazer sexual que é permeada por mais afeto e intimidade entre os pares. Mas, será que o pertencimento a diferentes faixas etárias e grupos étnicos trama enredos distintos para as vivências sexuais de Indira



4 Ver, por exemplo, Maria Luiza Heilborn (2005) na Pesquisa Gravad, que constata que moças em união precoce, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA), começam a vida sexual antes das solteiras e classificam-se como tardia a iniciação sexual das mulheres quando acontece depois dos 18 anos. Ver, também: Michel Bozon (2005) que, ao refletir sobre as novas normas às quais se encontra condicionada a experimentação da sexualidade no Brasil e na América Latina, identifica que, em nosso país, houve um decréscimo de mais de dois anos na idade considerada tardia de iniciação sexual das mulheres, de 1950 (20,5 anos) para 1975; e Mirian Goldenberg que, ao investigar as representações de gênero e discurso sobre o valor atribuído à sexualidade e ao uso do corpo entre jovens das classes médias cariocas, constata que “as próprias mulheres com mais de 20 anos que não perderam a virgindade parecem perceber como desviantes em termos de comportamento sexual” (2005, p. 55).

– O desejo eu resolvo com masturbação [...] não é que seja bom, mas é a solução que encontro [...] eu acho que fico com vergonha de estar com desejo e procurar alguém. Durante muito tempo, fiquei com medo de envelhecer e ser uma pessoa ridícula [...] se for por atração física, eu iria para trás, um homem mais jovem. Só que sempre penso no problema do homem mais jovem: é como que, um pouco, a mulher mais velha... não ser uma coisa honesta, ser uma coisa mais utilitária. [...] Tive uma experiência pequena com outro argentino [...] quarenta e poucos anos; ele escreveu um e-mail dizendo que se eu pagasse a passagem ele viria, sabe a primeira coisa? ‘– Ah! Eu pagar a passagem?’. Aí conversando com uma amiga minha, ela me diz assim: ‘– Porque você não arrisca? Se você puder pagar, o que é que tem?’. Então, eu paguei, ele veio e, mal estava comigo, já foi procurar uma garota dez ou quinze anos mais jovem do que ele.

(Indira)

As meninas assimilam, durante o processo de educação socializadora, as primeiras noções sobre o que é ser mulher, desde os comportamentos – formas de falar, andar e sentar – à aprendizagem de cuidados com o corpo para se fazerem femininas e corresponderem aos padrões estéticos vigentes. Para as moças, a beleza e juventude consistem em moeda de troca que lhes assegura o ingresso no mercado matrimonial e/ou em predicados de que se valem para atrair os rapazes. – *Quando eu era jovem e entrava nos lugares, os olhares masculinos se dirigiam para mim* – lembra Indira.

Todavia, a beleza e a juventude têm prazo de validade e, ao completar cinquenta anos, a mulher é confrontada, segundo Indira, com a *mudança hormonal*, que indica a proximidade da cessação de sua capacidade reprodutora e o início do processo

de envelhecimento, de declínio da beleza física, o que gera um *problema cultural*, pois, na sociedade brasileira contemporânea, predomina uma cultura baseada na eternização da juventude. De fato, salienta Brownmiller, as cobranças sociais em torno da aparência jovem são gendradas, ou seja, “a mulher com aparência envelhecida tem menos ‘capital simbólico’ no mercado afetivo/sexual do que o homem em semelhantes circunstâncias”. (apud SARDENBERG, 2002, p. 64)

Nesse sentido, afirma Indira, *incomoda muito*, porque a chamada *meia-idade* não só exclui quem deseja se casar do mercado matrimonial como também se torna um impeditivo para a vivência afetivo-sexual de mulheres como ela, que optaram por permanecer solteiras: – *Aos cinquenta anos, eu notei que os homens não olham mais*. A mulher deixa de ser desejável, porque não mais se enquadra nos modelos socialmente erigidos para a estética feminina e, por isso, a perspectiva do envelhecimento a assombra e o medo e a vergonha de se expor ao ridículo e à censura social tolhem a expressão do desejo.

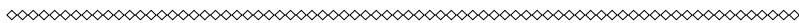
Além disso, o avanço da idade não impede que o homem conquiste parceiras mais novas, pois, em nossa sociedade, os valores patriarcais ainda determinam como prerrogativa masculina a iniciativa no jogo erótico, em que o homem escolhe as mulheres enquanto permanecem atraentes. Daí porque, para a mulher mais velha que se sente atraída por homens mais jovens, a possibilidade de um romance, mesmo efêmero, reafirma a legitimidade social atribuída ao homem e negada à mulher como sujeito do desejo.

Indira, mesmo *consciente* da ausência de afetividade no relacionamento, não consegue proteger sua *autoestima* e *amor próprio*, ao constatar que o parceiro mais jovem não a enxerga sequer como objeto de prazer, pois é reduzida a um corpo que o amante usa e descarta quando perde a utilidade. Em outras palavras, Indira não concebe o sexo dissociado da afetividade, ou seja, o prazer

mútuo e a diversão descompromissada e casual não lhe bastam e, se já não consegue despertar a cobiça e o desejo de homens mais jovens, adota como solução para aplacar o desejo sexual a masturbação, pois as chances de encontrar um parceiro se tornam cada vez mais remotas.

Para as mulheres solteiras como *Eva*, na faixa dos 30 anos, uma das soluções encontradas é se relacionar com homens casados,⁶ em determinados momentos de *fragilidade*, quando necessitam de uma atenção diferenciada — *...ele estava naquele momento no lugar certo...*; ou seja, pode ser um homem solteiro ou casado, desde que capaz de suprir sua lacuna afetiva. Em outros termos, o interlúdio começa e termina sem conflitos ou cobranças e, *Eva* segue adiante: — *Eu não me vi, não me vejo... não é passado, é presente... eu não me vejo uma eterna amante. Tapou um buraco na minha vida, mas acabou...* enquanto não surgem outros vazios. Entretanto, esclarece:

- Uma amiga disse: ‘ — O problema não é subir nas paredes, é descer’, porque quando você está lá em cima você fica escolhendo tudo; eu ainda estou. [...] E quando você desce, você pega qualquer coisa, porque você está à espera [...] e eu não me vejo pegando qualquer um; aí, algumas amigas dizem que por isso eu estou só [...] mas não pinto... Não é isso [...] eu não vou beijar uma pessoa sem querer, eu não vou com uma pessoa para a cama sem querer; acabou-se o tempo, quem quer fazer, até respeito, mas não é para mim. Então, entre ficar sozinha, tomar um banho frio, ligar para as amigas, chorar e pegar um filme numa locadora e ver, colocar agora a cara nos estudos, como eu estou fazendo, eu vou fazer isso... do que ir para a cama com uma pessoa que eu não queira, do que estar com uma pessoa que não



6 Ver, por exemplo, Elza Berquó (2006); Mirian Goldenberg (2006).

Para Eva, que se recusa a baixar as expectativas enquanto não surge uma *pessoa interessante*, o desejo sexual é aplacado através da masturbação, pois *você pode se proporcionar prazer*; recorre, sem acanhamento, *àquela listinha dos ex*, com os quais elimina a disjunção entre desejo e afeto; inventa diferentes formas de sublimação: toma um *banho frio*, conversa com amigas, assiste a um filme, devora *um pote de chocolate* ou investe na expansão profissional. Pelo menos, no momento, essa é a sua posição; mas ela não deixa de se questionar, ou seja, ela não tem certeza se, daqui a dez anos, quando estiver mais velha e as chances no mercado afetivo forem remotas, não seguirá os conselhos das amigas e tentará ser menos exigente na escolha dos parceiros. Todavia, com base em sua própria experiência, acrescenta que a mulher afrodescendente ainda enfrenta outra barreira no mercado amoroso – a cor da pele. Segundo afirma:

- [...] mesmo em Salvador, a preferência dos homens negros por mulheres brancas, isso é fato... e quantas mulheres negras interessantes também estão sozinhas; então, a questão racial passa, porque passa pela autoestima, porque passa pela identificação, identificar o negro ou uma negra bonita... eu tenho, assim, eu tenho amigos negros casados com negras e também respeito o negro que queira casar com a branca ou a negra que queira casar com o branco; as emoções inter-raciais, se é por opção, ótimo, mas, infelizmente, quem não se trabalha isso, vai procurar limpar, entre aspas, a pele, de status, ascensão, então, é muito mais interessante ou eu vou me autoafirmar... aí vai para a masculinidade, o homem querer se autoafirmar com uma mulher loura, então, isso também é um agravante para a mulher negra solteira, que é interessante; às vezes, já cheguei a algumas situações e disse: ‘— Poxa! Será que aquele cara me acha interessante?’.

(Eva)

Com efeito, Nelson Silva (1987), ao investigar casamentos inter-raciais no Brasil, identifica a predominância de uniões de homens mais escuros com mulheres mais claras, fato que atribui tanto a fatores demográficos como a um padrão matripolar de aquisição de status e mobilidade social. O casamento de um negro com uma mulher branca ou de pele clara possibilita que seus filhos tenham acesso a socialização e status superiores aos seus. Os dados levantados pelo autor indicam que, quanto mais elevada for a posição social desses indivíduos, maior o percentual de endogamia.

Na mesma linha de pensamento, Elza Berquó, ao estudar a desigualdade sob uma perspectiva demográfica, também aponta para um branqueamento da população, pois, ao mesmo tempo em que identifica um excedente de mulheres em relação aos homens e um número maior de homens negros do que de homens brancos, os homens negros não tendem a se unir com mulheres da mesma raça. Segundo a autora, “a tendência do clareamento se dá pelo fato dos homens procurarem mulheres mais claras” (1988, p. 79), o que coloca as mulheres negras em desvantagem no mercado amoroso e, certamente, faz com que elas se sintam inseguras quanto ao seu poder de sedução. Além disso, se associarmos a clivagem racial ao fato de serem independentes financeiramente, bem-sucedidas na profissão e de terem acima de 30 anos, tudo indica que as chances dessas mulheres se tornam ainda mais remotas, caso se recusem a relativizar os critérios de elegibilidade para a formação do par. Em suma, a mulher negra tem maior probabilidade de permanecer solteira⁸ do que a mulher branca.



8 Certamente, não ignoro que as emoções inter-raciais podem fluir à revelia de normas e regras, independentemente de quadros estatísticos. Ver, por exemplo, Laura Moutinho (1999); Zelinda Barros (2003). Por outro lado, Monica Weinberg e Erin Mizuta (2005) identificam, na Bahia, uma maior tendência das mulheres negras oriundas dos segmentos de baixa renda sobreviverem sem parceiros, devido à tradição matriarcal que vigora no Estado e à forte influência do candomblé. Tais argumentos apontam para a necessidade de um maior aprofundamento acerca

Arremate

Constata-se que as mulheres da geração de Indira, que experimentaram, na educação socializadora, a repressão da sexualidade, conseguiram descortinar novas possibilidades do desejo, respaldadas na revolução sexual, mas, também, a partir da inserção no mercado de trabalho e na Universidade, que lhes proporcionaram maior independência emocional e financeira. Desse modo, desafiavam os padrões de comportamento e normas sociais vigentes, quando se recusam a cumprir o destino reservado para as jovens de sua geração – o casamento, a maternidade e a maternagem. No entanto, o desejo e o prazer sexual são experimentados às escondidas, estratégia adotada para se resguardarem da vigilância e do controle sociofamiliar. Daí porque vivenciam amores epistolares ou sazonais, que preservam a intensidade do interlúdio sexual ao mesmo tempo em que resguardam o relacionamento afetivo da rotinização e da institucionalização a que está submetido o casamento. Vale destacar, entretanto, que a formação e continuidade do par são baseadas na mutualidade do sentimento, ou seja, elas rejeitam relacionamentos episódicos e descartáveis.

Não se pode negar que entre a geração de Indira e Eva, muitas mudanças ocorreram: as conquistas femininas obtidas nas últimas décadas produziram uma revolução na educação dos afetos, os papéis sociais e sexuais de homens e mulheres se tornaram menos rígidos e uma das consequências positivas é que a mulher pode manifestar, de forma mais explícita, o seu desejo e, eventualmente, tomar a iniciativa na conquista amorosa. Entretanto, há de se observar que, apesar da liberação sexual, tanto para Indira como para Eva o erotismo está condicionado à sentimentalidade e, por isso, seu desejo é seletivo.

dos impeditivos e possibilidades de uniões inter-raciais em Salvador, o que foge da proposta deste artigo.

Entre o antigo e o novo, essas mulheres elaboram referenciais identitários e modelos relacionais que busquem conciliar o *ethos* do amor romântico – a indiferenciação e a completude do par – com o ideário individualista – a conquista de projetos e espaços próprios. Dessa forma, não há sexo sem nexos, isto é, sem afetividade e, mesmo quando este acontece de forma episódica, a casualidade consiste em risco calculado através do qual a mulher exercita seu poder de atração e baliza as chances no mercado afetivo.

Ao mesmo tempo, observa-se que Indira e Eva buscam se apropriar de seus corpos e desejos, que a ausência de um parceiro fixo não as impede de obter prazer sexual através da masturbação ou, se assim o desejarem, de tramarem artifícios para iludir o desejo, através da leitura de um livro, da conversa com amigas entre outras formas de prazer. Mas, se a associação entre sexo e afeto as aproxima, bem como os critérios de seletividade para vivenciarem uma relação amorosa – a compatibilidade entre o relacionamento amoroso e seus projetos de crescimento pessoal e profissional –, a distância etária que as separa é um marcador de diferença que não pode ser ignorado, principalmente no tocante à vida afetivo-sexual.

De fato, a solidude parece acenar para Indira, pois, com idade acima de sessenta anos, já não atrai os olhares cobiçosos dos homens. Além do declínio físico e da perda da capacidade procriativa, o fenecimento da juventude a exclui do mercado amoroso, o que afeta sua autoestima e desencadeia momentos de depressão, principalmente agora que se aproxima da aposentadoria, quando é confrontada com a inatividade na esfera pública e privada, isto é, no trabalho, na casa e na cama. Contudo, permanecer solteira foi uma escolha consciente da qual afirma não se arrepender.

Para Eva, ainda favorecida pela idade na competitividade do mercado afetivo, a ausência de um parceiro fixo não a impede de perseguir seus projetos de vida no âmbito pessoal e profissional.

Por enquanto, prefere ficar só a estar *mal-acompanhada*, mas isso não significa que, com o avanço da idade, não possa vir a mudar de ideia e rever seu ponto de vista, ou seja, ser menos exigente e seletiva na escolha dos parceiros.

Seus relatos demonstram que, embora não façam “apologia à solidão”, essas mulheres não têm conseguido conciliar suas aspirações de liberdade e de realização íntima e que, na intrincada dança a dois, a combinação entre sexo e amizade não as satisfaz. O bailado erótico, pelo menos entre as mulheres entrevistadas, não tem tecido aproximação, mas dessintonia, na medida em que o um não se faz dois, pois os passos se mostram cada vez mais dispar-atados.

Referências

BARROS, Zelinda dos Santos. *Casais inter-raciais e suas representações acerca de raça*. Salvador, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d21-zbarros.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2010.

BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BASSANEZI, Carla Beozzo. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 607-39.

BERQUÓ, Elza. Demografia da desigualdade. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, p. 74-85, 1988.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. v. 4, p. 411-37.

BOZON, Michel. Novas normas de entrada na sexualidade no Brasil e na América Latina. In: HEILBORN, Maria Luiza; et al. (Orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 301-13.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 8, p. 121-44, 1989.

DIEHL, Artur. O homem e a nova mulher: novos padrões sexuais de conjugalidade In: WAGNER, Adriana (Coord.). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 135-58.

ENGEL, Magali Gouveia. Imagens femininas em romances naturalistas brasileiros (1881 - 1903). In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). *Revista Brasileira de História - A mulher no espaço público*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 18, p. 237-58, 1989.

FÁVERI, Marlene de. *Moços e moças para um bom partido: a construção das elites - Itajaí, 1929-1960*. 2. ed. Itajaí, SC: Univali, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. *De perto ninguém é normal: estudos sobre o corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. *Infiel: notas de uma antropóloga*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GOLDENBERG, Mirian; TOSCANO, Moema. *A revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GONÇALVES, Eliane. *Vidas no singular: noções sobre “mulheres sós” no Brasil*. Campinas, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.agencia.fapesp.br/arquivos/vidas_no_singular.pdf>. Acesso em: 8 maio 2008.

HEILBORN, Maria Luiza. Corpos na cidade: sedução e sexualidade. In: VELHO, Gilberto. (Org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 98-108.

HEILBORN, Maria Luiza; EQUIPE GRAVAD. Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza; et al. (Orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 39-59.

LIMINHA; DA MATA, Vanessa. Eu quero enfeitar você. *Vanessa da Mata*. Manaus: Sony Music. 2004. 1 CD (44 min): digital, estéreo. 2515551.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher*: permanência e revolução do feminino. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOUTINHO, Laura. Razão, afetividade e desejo em relacionamentos afetivo-sexuais entre brancos e negros no Rio de Janeiro (Brasil) e Cidade do Cabo (África do Sul): primeiras reflexões. In: SILVA, Dayse de Paula M. *Novos contornos no espaço social*: gênero, geração e etnia. Rio de Janeiro: UERJ; NAPE, 1999. p. 95-110.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. A mulher frente à cultura da eterna juventude: reflexões teóricas e pessoais de uma feminista “cinquentona”. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Orgs.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 51-68.

SILVA, Nelson do Vale. Distância social e casamento inter-racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, CEAA n. 14, set. 1987.

WEINBERG, Monica; MIZUTA, Erin. Capitais da solidão. *Revista Veja*, São Paulo, ed. 1902, ano 38, n. 17, p. 126-8, abr. 2005.

ZAIDAN, Patrícia; CHAVES, Débora. A nova solteira. *Cláudia*, São Paulo, p. 198-202, maio 2003.

RESISTÊNCIA INVENTIVA *as mulheres fumageiras*

Elizabeth Silva Rodrigues
Lina Maria Brandão de Aras

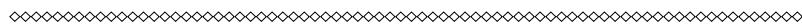
[...] em vez de formular o problema da alma central, creio que seria preciso procurar estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelo efeito do poder. (FOUCAULT, 1979, p. 183)

A resistência das mulheres fumageiras enquanto enfrentamento às ações de exploração no trabalho deve ser compreendida a partir do seu contexto histórico e, sobretudo, cultural, pois, neste caso, se trata de uma situação que vai além da questão de classe, perpassando, necessariamente, a questão de gênero e, ainda, como relações de gênero são relações de poder, faz-se necessário entender, mesmo que brevemente, como se constituíram, histórica e culturalmente, as relações de gênero no mundo ocidental influenciando aquela sociedade e, por conseguinte, a vida e a história das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano.

Fazer a leitura da opressão e da exploração das mulheres fumageiras e, principalmente, de suas reações, a partir de uma perspectiva feminista é uma posição considerada politicamente correta. Porém, não é tão simples: faz-se necessário perguntar: qual perspectiva feminista? O olhar feminista, o ponto de vista feminista e a interpretação feminista dos fatos não são posições isoladas, fechadas em uma disciplina ou que obedecem a um cânone. São múltiplas as perspectivas feministas e elas se utilizam das várias áreas do conhecimento para fazer a crítica feminista, ao mesmo tempo em que, as diversas áreas do conhecimento incorporam em suas análises a perspectiva feminista de gênero, incluindo, na mesma medida, a crítica feminista ao conhecimento.

A História, por sua vez, tem sido uma das ciências que melhor tem empreendido esta tarefa apesar de não apresentar, ainda, uma preocupação mais direcionada para a questão das mulheres. Mas, ao lado de ciências como a Antropologia, a História tem se aproximado de outros campos do saber e, a exemplo do que fez os estudos feministas, também tem produzido uma crítica contundente ao conhecimento e seus tradicionais métodos, assim como tem se lançado por caminhos “estranhos”, ousado novos métodos quase que arqueológicos para encontrar o que foi apagado, novos objetos, novas fontes, novos olhares sobre antigos objetos,¹ questionando e invalidando as teorias supostamente neutras.

A História das Mulheres, apesar das críticas que tem sofrido,² foi um dos principais pontos de partida para romper as barreiras da invisibilidade das mulheres na história bem como sua negação enquanto sujeitos do conhecimento. É, portanto, os campos da

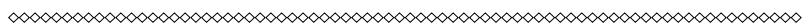


- 1 A Escola dos Annales (1929), a partir de seus representantes Lucien Febvre e Marc Bloc, dentre outros pertencentes às duas principais gerações de historiadores, foi a responsável por esta mudança na escrita da História, derrubando o paradigma positivista defensor dos princípios da Ciência Moderna.
- 2 Os/as críticos(as) da História das Mulheres acusam as elaborações em torno do tema de sexistas, restritas e parciais e alegam que partem dos mesmos pressupostos androcêntricos.

história que oferecem as condições para analisar a constituição da opressão das mulheres fumageiras no contexto das relações sociais da região que, naquele espaço e naquele momento, se configuravam como patriarcais. É preciso perceber, além das origens, a continuidade do patriarcado e a sua dinâmica nas relações sociais; compreender como ele se manteve através do tempo, quais foram as formas em que ele se travestiu em determinados espaços, através dos discursos que perpassavam os valores e as instituições, para manter a dominação dos homens sobre as mulheres.

Na região fumageira do Recôncavo Baiano, desde os primórdios, é possível identificar as marcas e os instrumentos que denunciam uma história de opressão das mulheres, bem como de suas lutas, organizadas ou não, contra o seu opressor. A família era o reduto de produção e reprodução da dominação das mulheres, contudo, foi nos estabelecimentos de trabalho que a dominação se expressou de forma organizada e pública, que as relações sociais patriarcais demarcaram os espaços físicos e sociais e as relações de trabalho.³

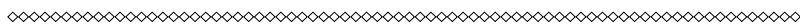
Mesmo tratando-se de mulheres que chefiavam suas famílias, tanto no que se refere ao aspecto econômico e administrativo da casa, quanto na educação e cuidado dos filhos e agregados, elas viviam sob os parâmetros de uma sociedade com características das relações sociais patriarcais, tomando como referência a definição explícita no questionamento de Drude Dahlerup:



3 A família como expressão de dominação capitalista e patriarcal é citada várias vezes, em diálogo com diversas autoras, por Ana Alice Costa que afirma que a família é a “instituição que instrumentaliza e mantém a opressão da mulher em toda a história dessa sociedade, já que a família evoluiu e se adaptou de forma mais eficiente que as outras instituições aos interesses da classe dominante” (1998, p. 21). Não se trata aqui de examinar o modelo de família existente no Recôncavo canavieiro ou aquele da Casa Grande discutido por Gilberto Freire, tampouco, as relações sociais patriarcais reproduzidas naquele contexto, embora considerando que a sua influência ultrapassou tempos, espaços e classes sociais.

seu aparato de legitimação alimentado pela mitologia, que atribui a masculinidade e a paternidade a um Deus, modelo consagrado aos homens, enquanto às mulheres, que em nada se identificam com esse modelo, coube-lhes, apenas, o papel de servir a Deus e a seus representantes na terra – os homens. Assim, o “mito da criação” faz de Eva a companheira e, depois, a pecadora, que precisa redimir a sua culpa com as dores do parto, mas, sempre ocupando o papel ora de maldita ora de inferior. Em seguida, vem Maria, para transformar Eva em mãe e cujo sofrimento a redime do “pecado original” ao mesmo tempo em que substitui a imagem da mulher lasciva pela imagem da madona que permite que a sua sexualidade e reprodução sejam controladas pelo homem.

Prescritos aí, estão os fundamentos do patriarcado e, com ele, a gênese da opressão das mulheres. O que está dito é que os homens detêm, naturalmente, o poder e que as mulheres, por sua fraqueza, incapacidade ou rebeldia o perderam e, naturalmente, não apresentam as condições necessárias para ocupar postos de governo ou cargos que exijam o manejo do poder. Ora, Eva não conseguiu controlar a sua sexualidade, os seus impulsos diante do fruto proibido, portanto, demonstrou fraqueza e, por isso, a sua descendência precisa ser controlada e vigiada sempre, não podendo, sequer, ficar a sós com outro homem que não seja aquele que a proteja de sua própria fragilidade, o seu guardião.⁶ Por outro lado, esse homem honrado e forte que, segundo Deus, precisava de uma companheira, elevou Eva à condição de Maria e esta acolheu com obediência o cargo nobre e eterno, o de mãe. O governo do lar é seu, enquanto o governo do mundo externo e de suas instituições é do homem, este que sempre foi forte diante das adversidades. Instituiu-se, assim o modelo de família: “*El hombre es cabeza de*



6 Segundo Palmero (2004, p. 37), a repressão da sexualidade nas mulheres e o seu controle é o verdadeiro cavalo de batalha do patriarcado.

familia, la mujer el cuerpo: se reproduce así el esquema de dominación ancestral”, diz Maria José Palmero (2004, p. 49).

O patriarcado, então, passou a funcionar como um jogo de relações sociais entre os homens e instituiu normas gerais de valoração dos gêneros, com prejuízos, historicamente irreparáveis para as mulheres. O pai, o irmão, o marido e o filho se encontram, ainda, em posições superiores à mulher. Por um longo período de tempo, assinaram pelas mulheres, falaram por elas e, ainda, deram-lhes o nome; diante das mulheres, sentaram-se nos melhores lugares, comeram o que havia de melhor; tinham liberdade de ir e vir a qualquer hora e em qualquer lugar; puderam amar mais de uma mulher sem medo e sem vergonha; em vida, eram, sozinhos, os donos da riqueza, mesmo que esta tivesse sido produzida por toda a família, que somente vinha a ter a posse quando o “cabeça” falecia; a transmissão das riquezas e do poder, através do sistema de hereditariedade, os favoreceu com prioridade absoluta; a palavra de decisão na família foi um de seus maiores patrimônios. Enfim, os homens exerceram o poder em detrimento das mulheres.

O jogo das relações sociais patriarcais sempre proibiu as mulheres de exercerem o poder e de deterem o conhecimento e, se, em dados momentos, alguma delas se atreveu a desafiá-lo foi rotulada como maldita ou ridícula, a exemplo de Eva, Pandora e outras. (PALMERO, 2004, p. 37)

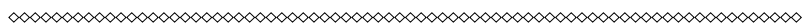
Assim, qualquer definição ou descrição sobre o patriarcado traz em si algo comum que é o foco no poder dos homens e na dominação destes sobre as mulheres, variando, historicamente, a forma de ação, conforme os contextos político, econômico, social e cultural. Contudo, é preciso estar atenta/atento para não perder de vista que esse poder/dominação não é o resultado de uma determinação biológica que se baseia na diferença sexual; trata-se

de uma dominação classista e que se perpetua através da família e da divisão sexual do trabalho.

Assim, de todos os pares opostos instituídos pela cultura ocidental, no sentido de estabelecer uma ordem objetiva de compreensão do mundo, o masculino/feminino, a cultura/natureza e o “um/outro” ofereceram as bases para a ordem hierarquizada e simbólica do patriarcado, dificultando o seu questionamento ou mesmo outra possibilidade de nomeação, conceituação e organização do mundo e de suas instituições, inclusive a da divisão sexual do trabalho que, através da figura do caçador, instituiu culturalmente a valorização da masculinidade e das tarefas realizadas pelo homem.

A história das mulheres trabalhadoras, em qualquer tempo e lugar, tem revelado quão exploradas e sujeitadas têm sido as mulheres e, também, como tem sido grande a sua luta para resistir e romper com esse sistema sociopolítico injusto, uma vez que suas vitórias têm provado que essa situação é resultado de uma construção cultural e social, que a sujeição é uma situação imposta às mulheres e não uma condição da natureza feminina que faz com que elas devam se resignar e aceitar, facilitando, portanto, a exploração. A história tem testemunhado muito mais as lutas que a passividade das mulheres, a sua capacidade de minar as forças opostas, de organizar estratégias sutis ou abertas de enfrentamento e de resistência à exploração e à dominação, até de romper com os padrões sociais e morais institucionalizados que reforçam a dominação e a opressão como lei natural.⁷

A luta ainda é mais complexa porque o inimigo não é declarado e não se situa fora, à parte, ou à distância de sua presa: o patriarcado é introjetado pelas pessoas de qualquer sexo, idade, credo,



7 Muito embora, ao lutar contra os instrumentos patriarcais que geram a sua opressão/ exploração, as mulheres tenham, por vezes, que aplicar métodos patriarcais, uma vez que se encontram inseridas em um sistema de relações patriarcais e fazem parte dele. (SHOTTER; LOGAN, 1993, p. 100)

raça ou classe, sem se configurar ou se autodeclarar, abertamente, um sistema de opressão que serve aos homens em detrimento das mulheres; ao contrário, a ideologia patriarcal está expressa nas relações e nas práticas sociais, está incorporada às maneiras como as pessoas se comportam e agem cotidianamente, como se estivesse na natureza humana e das coisas em geral, conforme John Shotter e Josephine Logan (1993, p. 91-2). Seria um erro pensar que esse fenômeno ocorre separadamente e que atinge uns e outros não, pois são práticas sociais autorreproduzidas, com caráter de uma “lei natural” que ordena o mundo, inclusive os espaços.

O processo histórico e ideológico da sujeição das mulheres aos homens e de sua reclusão no espaço doméstico, sendo excluída da acumulação de riquezas, foi engendrado desde os primórdios da humanidade e vem se aperfeiçoando com métodos rigorosamente sofisticados que tornam cada vez mais perversas as suas ações, escamoteadas, porém, pelo elevado grau de sua sutileza. Nesse sentido, Danièle Combes e Monique Haicault informam:

Se a divisão sexual do trabalho que designa prioritariamente os homens para a produção e as mulheres para a reprodução é bem anterior ao modo de produção capitalista, é claro, no entanto, que o advento do capitalismo subverte não apenas as condições da produção de bens mas também as condições da produção dos seres humanos. (1986, p. 27)

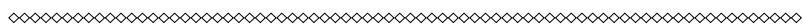
Nessa análise, é possível afirmar que, historicamente, a dominação masculina tem sido reestruturada conforme os processos de transformações políticas, sociais, culturais e, sobretudo, econômicas, passando a fazer parte da estrutura da sociedade atual. (DAHLERUP, 1987, p. 115)

Sob a miragem do ideal universalista da Modernidade, que incluiria a todos e todas, o patriarcado se reconstruiu com uma

nova roupagem.⁸ Enquanto os ideais ilustrados triunfaram para os homens, as mulheres foram relegadas à menoridade (PALMERO, 2004, p. 47), criando a sua necessidade, segundo essa ideologia, de proteção, devendo ser mantidas no lar para o bem da família – traduza-se, para o bem dos homens – e da sociedade.

Assim, foi conclamado por todos e todas, principalmente pelas feministas, que as mulheres ficaram de fora dessa nova ordem política e moral da sociedade moderna; porém, é preciso ressaltar que elas foram excluídas do que se convencionou como “direitos universais”, que incluía a sua cidadania, mas que, no projeto mais amplo da modernidade, significou a sua inclusão no plano de sustentação e garantia dos direitos e liberdades masculinas, como também no plano econômico, pois coube às mulheres todo o empreendimento doméstico e familiar sem qualquer remuneração, pois, ao contrário, este foi ideologicamente instituído como uma tarefa eminentemente feminina.

As mulheres apenas ocupavam a categoria de “cidadãs de segunda classe”, pois estavam submetidas ao “pacto de sujeição”, firmado pelo matrimônio,⁹ que restringia sua atuação ao espaço doméstico, onde a lei não entrava para protegê-las nem física nem moralmente, sendo consideradas como seres sem dignidade e sem cidadania. Essa divisão dos lugares e das funções entre as duas metades da humanidade instituiu severamente o discurso da ruptura entre público e privado, supervalorizando as atividades relativas ao espaço público, portanto, masculinas, e desvalorizando as ati-



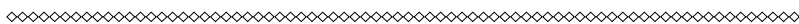
- 8 Neste momento, Rousseau sistematiza e codifica as bases do patriarcado moderno, a partir do seu projeto de educação distinto para homens e mulheres, de um lado representado por Emílio, que se ocupa de tarefas que lhe dão autonomia e autorrealização, e de outro, por Sofia, que representa o modelo da mulher burguesa, pura, dedicada ao lar e submissa.
- 9 Além da mitologia, que traz as justificativas para a submissão das mulheres em relação aos homens, o matrimônio, historicamente representa um pacto de sujeição de cada mulher a seu marido, selado publicamente desde o direito romano e sem modificação até o início do século XIX, quando esta “no puede contratar ni obligarse con terceros sin autorización de su marido; aunque este en régimen de separación de bienes, es legalmente incapaz de dar, enajenar, hipotecar o adquirir”. (PETIT, 1994, p. 54)

Com base nessa análise da constituição das relações sociais patriarcais, Maria José Palmero (2004) sugere que a tarefa é refazer a história e desacreditar no relato patriarcal, que tem dificultado a incorporação das mulheres ao espaço público e, conseqüentemente, a ausência de modelos femininos como protagonistas nesse espaço, exceto os casos que fogem à regra. Mas, a desconstrução do patriarcado passa pela desconstrução cultural dos estereótipos de gênero e a sua análise a partir do ponto de vista feminista constitui uma denúncia e uma reflexão da situação atual das mulheres, com o objetivo de conduzi-las, cada vez mais, à quebra do “contrato sexual” e de sua sujeição, que têm dado suporte à sua dupla exploração.

É preciso (re)visitar o passado, vasculhar as memórias e confrontar-se com as situações concretas em que viviam as mulheres para entender a lógica da opressão em cada contexto e em cada situação, especificamente. Da mesma forma que, para entender a exploração bem como as lutas e resistências das fumageiras no cenário fabril da indústria do fumo, se faz necessário conhecer as suas histórias, suas experiências como trabalhadoras e a estrutura organizacional em que estavam inseridas, pois, só assim, para compreender a dimensão de cada ato, de cada gesto, de cada comportamento naquele campo de forças.

Organizar para imobilizar

O trabalho produtivo realizado pelas mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano se circunscreve a dois espaços distintos – a casa e a fábrica.¹³ O primeiro se caracteriza como um espaço privado,

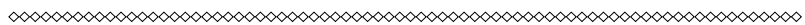


13 Neste caso, a “fábrica” representa todos os estabelecimentos fabris (armazéns de fumo e fábricas de charutos e cigarrilhas) da indústria fumageira do Recôncavo baiano.

mente e distintos em sua função primeira, mas que se faziam unidos pela rede de relações tecida pela população fumageira, aquela que transitava entre os espaços (re)inventando os seus modos de vida, ao mesmo tempo em que forjava todas as possibilidades de resistência à exploração e à dominação¹⁶ impostas pelo trabalho nos seus respectivos lugares.

É na estrutura organizacional dos estabelecimentos fabris da indústria fumageira que se observa uma das mais fortes evidências das estratégias ideológicas de dominação a serviço da exploração das trabalhadoras do fumo. Essa estrutura reproduzia e materializava a ideologia patriarcal desde a distribuição dos espaços, das instalações e dos objetos até a hierarquização das funções e das pessoas. E, apesar da relevância em se observar, em primeira mão, a exploração que imperava nos ambientes fabris, independentemente do sexo, foram as relações sociais patriarcais baseadas nas desigualdades de gênero que lançaram as bases e geraram as condições para que a exploração pudesse ocorrer a contento do sistema econômico, considerando que capitalismo e patriarcado se produzem e reproduzem mutuamente.

Dessa forma, as mulheres, no caso as fumageiras, se encontravam duplamente em desvantagem – oprimidas e exploradas. Por mais importante que fosse a sua posição na hierarquia de poder, por mais necessária que fosse a sua função para a indústria fumageira, a mulher continuava sendo um ser inferior diante dos homens, mesmo daqueles que ocupavam funções menos importantes que a sua.



16 Não se trata aqui de uma dominação no sentido geral ou global, mas de uma dominação específica das relações de trabalho no contexto da indústria fumageira do Recôncavo, considerando as questões de classe e, sobretudo as questões de gênero; como também, não se trata de uma dominação rígida de um grupo sobre o outro, uma vez que, se considera a dominação em questão como uma das múltiplas formas de dominação exercidas na sociedade, pois, segundo Foucault, ela não ocorre, apenas, de cima para baixo na escala social, mas nas “múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social” (1979, p. 181).

A organização dos espaços fabris na região fumageira atendeu à lógica capitalista da divisão social do trabalho. No entanto, foi o caráter da suposta naturalização da divisão das tarefas entre homens e mulheres que caracterizou, em grande medida, a atividade fumageira dentro e fora das fábricas. O gênero demarcava os espaços físicos e as relações entre os/as trabalhadores(as) e entre estes/estas e os superiores hierárquicos. Mas o que explica a adoção do método “natural” de divisão sexual do trabalho na indústria do fumo do Recôncavo? Era a adoção ingênua e gratuita das formas de organização da própria sociedade, naquele momento?

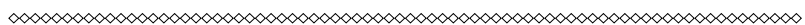
A incorporação da dinâmica das relações sociais patriarcais que predominava na região do Recôncavo, pelos empresários do fumo, se associava com seus interesses mais amplos. Era cômodo, ou seja, não necessitava romper com a cultura local, não criava nenhum tipo de desagrado àquela sociedade, ao contrário, a organização fabril reforçava e reproduzia os valores da cultura patriarcal que determinava lugares para homens e mulheres na hierarquia social. Outro aspecto e, talvez, o mais importante é que o modelo patriarcal servia, fielmente, ao sistema econômico vigente. A forma como os estabelecimentos fabris estavam organizados, revelava um propósito: a distribuição dos(as) trabalhadores(as) nos espaços e nas funções era, ideologicamente projetada, no sentido de manter o controle dos grupos, de poder adotar diferentes instrumentos de disciplina e, principalmente, de evitar qualquer possibilidade de articulação e de mobilização de ações políticas pelos(as) trabalhadores(as).

As fábricas de charutos e cigarrilhas eram compostas por diversas repartições, variando muito pouco de uma para outra fábrica, quando se tratava do mesmo porte empresarial. As grandes fábricas se compunham de recepção, escritórios, cofre (uma pequena saleta com paredes e porta adequadas), almoxarifados, elevador de carga, conforme o porte da fábrica e a estrutura do prédio, ambula-

tório, sanitários, refeitório, oficina mecânica, depósitos, caldeiras, câmaras de fumo e de charutos, carpintaria, salões de beneficiamento de fumo, onde se concentrava grande parte do pessoal nas várias etapas do preparo do fumo, salão de anelamento, salão de encaixamento, bancas de capas e a charutaria.

Salvo as áreas e repartições comuns, as demais eram divididas entre os dois sexos, ou seja, havia repartições masculinas e repartições femininas. Os homens ocupavam as áreas administrativas, a área de serviços pesados e serviços gerais. As mulheres ocupavam, apenas, as repartições de trabalho ligadas diretamente ao beneficiamento dos fumos e à confecção e embalagem dos charutos e cigarrilhas. Todas as áreas e repartições eram, estrategicamente, projetadas para atender, além das necessidades da cadeia de produção, a localização dos indivíduos conforme o gênero e a posição na escala do poder.¹⁷ Assim, as mulheres fumageiras foram distribuídas, em suas diversas funções, no centro da fábrica – onde se localizavam os salões de beneficiamento dos fumos, de encaixamento e anelamento dos charutos – e na parte da frente, onde se localizava a charutaria. (SILVA, 2001)

A seção de charutaria, um espaço predominantemente feminino, ficava sempre no salão da frente onde as bancas eram distribuídas em fileiras duplas, dispendo as mulheres sentadas em tamboretos, uma ao lado da outra em cada fileira de bancas. As bancas eram divididas, em média, em dez lugares cada uma, separadas por tábuas laterais que ofereciam a cada charuteira um espaço individualizado, onde arrumavam seus instrumentos e materiais de trabalho. Porém, como se observa na primeira fotografia a seguir, a distribuição das bancas da charutaria não favorecia a



17 A divisão dos espaços na fábrica obedece ao método de racionalização da produção para garantir a produtividade em menos tempo possível, evitando gastos e comportamentos supérfluos, conforme os princípios tayloristas de organização do trabalho. Contudo, a subordinação de gênero manifestada na divisão sexual do trabalho foi uma base aliada à exploração das mulheres e, neste caso, expressamente às fumageiras.

comunicação e a articulação horizontais, ou seja, da charuteira com a sua vizinha da frente, pois, ou as bancas se localizavam distantes uma da outra ou, quando juntas, eram separadas por uma coluna mais alta que o lastro da banca, uma espécie de cabeceira.

Ora, se as charuteiras se sentassem uma frente à outra, sem qualquer obstáculo, isso possibilitaria não apenas a conversa entre elas, mas a possibilidade de parar o trabalho, enquanto se olhassem para estabelecer uma comunicação mais direta, o que era mais difícil ocorrer com as colegas de suas laterais. A conversa e o “olho no olho” enquanto trabalhavam, poderia ser interpretado pelos patrões, através dos mestres, como um “comportamento supérfluo” que tomaria tempo e prejudicaria a produção, bem como uma senda para as estratégias de resistências sutis.

Figura 1 – Seção de charutaria de uma fábrica de charutos do Recôncavo



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

As fotografias revelam que os assentos eram desconfortáveis e sem recosto; a distância entre as trabalhadoras era mínima,

dificultando a locomoção e até o movimento dos braços enquanto cortavam a folha de fumo e enrolavam os charutos (Figura 1). A arrumação da charutaria ia além da economia de espaços, favorecia, também, os mecanismos de disciplina e controle usados pelos mestres de seção, dentre outras peculiaridades da organização fabril.

A seção de embalagem dos charutos seguia a mesma organização e controle da charutaria. Nesses espaços ou seções de trabalho, tanto o gênero quanto o poder interferiam diretamente na realidade mais concreta das trabalhadoras fumageiras, o seu corpo, desde as vestimentas, que as aprisionavam em um corpo de mulher, até as posturas que deveriam manter durante o período de trabalho. Seus corpos estavam disciplinados para além da sexualidade; a sua distribuição no espaço fabril anunciava a ordem e a disciplina a que as fumageiras estavam submetidas; eram corpos marcados e arruinados pela história. (FOUCAULT, 1979, p. 22) Era, enfim, a presença de um “poder disciplinar”¹⁸ específico daquele contexto, que tinha como objetivo produzir as trabalhadoras necessárias àquele tipo de indústria, tornando seus corpos força de trabalho, a partir de um sistema político de dominação de gênero e classe, pois, assim afirma Michel Foucault:

A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultados os indivíduos em sua singularidade. [...] é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. (1979, p. 107)

18 A análise do processo de disciplinamento das trabalhadoras fumageiras no espaço fabril ou do esquadrinhamento e da organização do espaço como mecanismo de disciplinamento, não tem como objetivo caracterizar o trabalho das fábricas de charutos como um “trabalho disciplinar”, mas identificar a disciplina como um dos principais instrumentos de controle das trabalhadoras no processo do “trabalho produtivo”, com vistas a garantir, ao máximo, a extração de sua capacidade laboral, o melhor uso do tempo e atingir o nível mais elevado de produção, uma vez que, segundo Foucault, “as técnicas de poder foram inventadas para responder às exigências da produção [...] produção em sentido amplo”. Ainda, ao destacar a função tripla do trabalho: produtiva, simbólica ou de adestramento ou disciplinar, este autor afirma que “o mais freqüente é que os três componentes coabitem” nas categorias que ocupavam. (1979, p. 223-4).

A organização do espaço fabril da indústria fumageira era, portanto, um dos principais meios de disciplinamento das trabalhadoras, além do controle do tempo, que as submetia aos rigores do cumprimento da produção, considerando, ainda, a exigência da qualidade. Por outro lado, essas ações jamais se concretizariam espontaneamente ou através de meras ordens dos superiores hierárquicos das trabalhadoras: foi preciso recorrer à implementação do mais antigo instrumento de controle, a vigilância constante dos mestres, uma das “células periféricas do poder” nas fábricas. Esses, auxiliados pelos contramestres e passadores de charutos, estavam destinados ao trabalho de observar, fiscalizar e controlar todo o processo de trabalho da confecção dos charutos; de fazer as anotações e encaminhá-las aos devidos setores; e de disciplinar as trabalhadoras.

Segundo Foucault, foi nas corporações de ofícios do século XVII que surgiram os personagens do mestre e contramestre, este último destinado “não só a observar se o trabalho foi feito, como pode ser feito rapidamente e com gestos melhor adaptados”, uma vez que “as técnicas de poder foram inventadas para responder às exigências da produção” no sentido amplo (1979, p. 106; 223). A necessidade dessas funções era reveladora da trama política que envolvia os sujeitos no espaço fabril, pois, frequentemente, registravam-se casos de erros propositais na produção, desobediência e reincidência em práticas proibidas pelo regulamento das fábricas, gerando um repertório de punições, desde a advertência verbal e escrita, à suspensão e, até, à demissão.

Os métodos de disciplina implantados nas fábricas controlavam não apenas a produção, mas a qualidade dos produtos, desde a seleção dos tipos de fumo, o tratamento dado a cada folha do tabaco à confecção e embalagem dos charutos. Contudo, “o controle não atingia o próprio gesto”, não atingia o ritmo dos movimentos dos braços e mãos no vai-e-vem do abrir e enrolar os fumos até

obter o produto final. Para realizar a produção, as fábricas dependiam de cada charuteira, do seu talento e da habilidade de suas mãos que, com arte e ciência fazia e refazia os detalhes, buscando a perfeição, em cada segundo, para, então, surgir o charuto, como uma peça de arte, das mãos da artista, pois, enquanto confeccionavam os charutos e cigarrilhas, as mãos das charuteiras sobre a matéria-prima formavam uma simbiose a galgar a perfeição estética e o bom paladar deste produto que alimentava o gosto e a preferência dos seus adeptos.

A qualidade do fumo e da mão de obra determinava o resultado final da produção, ou seja, sua qualidade e quantidade. (SILVA, 2001) Preparar os fumos e confeccionar os charutos constituía o campo de saber das fumageiras que, ao estabelecer relações com outros campos de saber existentes no espaço fabril, determinavam uma prática social de poder específica. Apesar da fiscalização e da disciplina impostas pelos fabricantes que resultavam, diretamente, no controle dos corpos das fumageiras, elas detinham todo o saber da preparação dos fumos e da confecção dos charutos, acumulando, portanto, uma gama de poder e de controle, também, sobre a produção.

Embora a indústria fumageira, naquele momento, já tivesse introduzido a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual no processo de industrialização do fumo, grande parte do saber sobre as tarefas específicas de tratamento dos fumos e da fabricação de charutos e cigarrilhas ainda era dominada pelos(as) trabalhadores(as). É neste sentido que se concorda com Foucault (1979), quando ele afirma que “o saber acarreta efeitos de poder”, pois o saber das mulheres fumageiras representava uma força poderosa temida pelos empresários, o que permitia a constituição de novas relações no campo do poder no universo fabril regional.

Considerações finais

As relações de trabalho são uma forma particular das relações sociais e, por isso, não se constituem apenas pelas questões de classe dissociadas das demais; ao contrário, é, exatamente aí que residem as questões de raça, gênero e geração e, portanto, relações perpassadas e cingidas de poder e pelo poder. As intrincadas relações tecidas pelos sujeitos no âmbito do trabalho, independentemente do tipo de atividade exercida ou da posição que cada um ocupa na hierarquia do poder, são, na maioria das vezes, tensas, conflituosas e carregadas de desconfiança. O fato de que nem sempre são vistas e interpretadas desta forma se deve à maneira como são constituídas, conforme o contexto e as situações em que cada indivíduo ou grupo se encontra inserido, nos quais as disputas, as lutas e a negociação entre o superior e o subalterno, bem como entre os subalternos, podem ocorrer tanto de forma aberta e direta, como fechada e sutil, amistosa ou não.

O campo de forças se estabelece a partir de uma rede de relações e, não apenas, a partir de dois polos isolados, um positivo e outro negativo, um ativo e o outro passivo. Assim, não se pode compreender um campo de forças, em se tratando das relações dos sujeitos em seus espaços de trabalho, apenas, pelo viés do conflito aberto e das lutas organizadas; é preciso perceber todas as formas de luta que se estabelecem entre os indivíduos especificamente nesse espaço, mesmo porque não cabe mais a compreensão de que há, de um lado, aquele(a) que manda, que detém o poder e, portanto, o/a que explora e, de outro lado, aquele(a) que apenas obedece e sofre passivamente a ação daquele(a) que manda, portanto, não detém poder algum e é de todo explorado(a).

É a partir dessa compreensão e desse contexto que deverá se desenvolver a análise direta da resistência inventiva das mulhe-

res fumageiras do Recôncavo Baiano, especificamente na primeira metade do século XX, considerando as relações de poder que, historicamente, entrelaçavam as ações dos sujeitos e que permeavam outras relações, como as de gênero, raça e classe.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Secretaria da Agricultura. Série: *Fotografia sobre a cultura fumageira*. S/d cx. 2378, março 149, doc. 557.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 2.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 23-43.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/AL-Ba, 1998.

DAHLERUP, Drude. Conceptos confusos; realidad confusa: una discusión teórica sobre el Estado patriarcal. In: SASSOON, Anne (Org.). *Las mujeres y el Estado*. Madrid: Vindicación Feminista, 1987. p. 111-50.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

PALMERO, Maria José. *Teoria Feminista Contemporânea: uma aproximação desde la ética*. Madrid: Complutense, 2004. p. 33-67.

PETIT, Cristina Molina. *Dialéctica feminista de la Ilustración*. Barcelona: Anthropos, 1994. p. 29-104. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=jH0CqKLX6fgC&pg=PA27&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false>.

RIVERA, Maria Milagros. Una aproximación a la metodología de la historia de las mujeres. In: OZIEBLO, Bárbara (Org.). *Conceptos y metodología en los estudios sobre la mujer*. Málaga: Universidad de Málaga, 1993. p. 19-42.

SHOTTER, John; LOGAN, Josephine. A penetração do patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente. In: GERGEN, Mary Mccaney.

O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento. Brasília: Edumb/Rosa dos Tempos, 1993. p. 91-109.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos; uma atividade feminina*. Salvador, 2001. 203p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/FAZER_CHARUTOS_-_UMA_ATIVIDADE_FEMININA.pdf>.

A PERIFERIA, A CASA E A RUA

limites difusos na cidade

Iracema Brandão Guimarães

Introdução

O título deste trabalho remete a um clássico das Ciências Sociais, Roberto Da Matta (1997, p. 26), ao situar a casa e a rua como instâncias sociais separadas, (assim como os espaços públicos e privado). Analiticamente, essas instâncias se apresentam como opostas e, ao mesmo tempo, complementares, uma vez que nelas a sociedade é representada por relações impessoais - o mundo da rua - enquanto o domínio das relações pessoais se refere à casa, à dimensão privada e encoberta. Interpretada como o ambiente da família, o espaço moral, o domínio privativo e íntimo, esse espaço se assemelharia a um palco, um local físico, onde os atores parecem não comparecer. Nos termos de semelhante oposição, embora situada em menor escala, Pierre Bourdieu (2009, p. 439-41) descreve a parte alta e a parte baixa da casa, na sociedade Kabyla, na qual se reproduz o que se encontra estabelecido como “dentro”

e “fora” – a parte íntima e reservada da casa como o espaço feminino e a parte destinada à recepção, jardins e áreas externas, como espaço masculino.

Reportamo-nos a essas duas referências para introduzir alguns aspectos de um trabalho empírico realizado com moradores da periferia urbana, na cidade de Salvador, para os quais esses espaços assumem, atualmente, conotações, às vezes, diversas do destaque inicial. Para tanto, introduzimos algumas referências teóricas que permitem interpretar as atuais mudanças nas relações entre o público e o privado, tanto do ponto de vista da própria esfera privada e da família como do ponto de vista das relações comunitárias, da vizinhança e das redes sociais que caracterizam esta última. Isto porque tais espaços são marcados pelas posições dos agentes sociais em razão da desestabilização do mundo do trabalho, tal como ocorreu no Brasil a partir da década de 80, trazendo problemas cruciais como o crescente desemprego juvenil e a intensificação do trabalho das mulheres, sendo este último muitas vezes interpretado como estratégia compensatória da pobreza nas camadas populares.

Esses dois problemas (desemprego juvenil e trabalho feminino) que resultam das transformações do mundo do trabalho, se encontram associados às mudanças que atingem as instituições primordiais (família e comunidade). Trata-se, portanto, de um processo de desestabilização das estruturas produtivas e salariais, através da redução das legislações protetoras e dos direitos do trabalho, que atingem, principalmente, as empresas e, através desta instabilidade que advém da situação de trabalho, esta se transmite aos eixos de integração (família e comunidade) de modo a afetar os limites entre a casa (vida privada, família) e a rua (comunidade, espaço público).

A apresentação desse esquema analítico, de modo bastante amplo, requer um recorte que permita revelar os aspectos mais importantes da vida de homens e mulheres situados como traba-

lhadores informais e precários, residentes em bairros nos quais os difusos limites entre a casa e a rua se tornam mais evidentes. Neste texto, buscamos trazer alguma contribuição a um debate relativo ao mundo da periferia, revisando alguns argumentos de autores que nele comparecem de modo convincente e trazendo algumas situações relativas aos contextos de moradia na periferia da cidade de Salvador, Bahia, Brasil.

Reciprocidade e solidariedade familiar

Residir nas periferias, aqui consideradas como os espaços urbanos ocupados pelas populações de baixa renda, implica em ser submetido a intensos processos de desestabilização e deterioração das condições de vida, ao tempo em que se é duplamente desafiado: primeiramente, a reinventar continuamente os modos de mobilização de recursos (as trocas, a solidariedade, a inserção na vida comunitária) os quais se tornam cada vez mais urgentes para assegurar a sobrevivência e a reprodução das famílias nos bairros populares ou periferias e, segundo, a garantir a inserção no mercado de trabalho. Sobre isso, cabe considerar que,

[...] nem todas as pessoas que não dispõem da propriedade de meios de produção se apresentam, realmente, como ofertantes no mercado de trabalho (como é o caso das crianças, dos deficientes, ou dos muito idosos). Os nichos, espaços livres, e ‘áreas de escape’ onde – inicialmente na comunidade familiar – se reproduzem os despossuídos que não são trabalhadores assalariados, fundamentam-se socialmente em normas culturais e políticas que fixam, do modo mais ou menos duradouro, quais pessoas, e em que situações de vida, não precisam ou não podem oferecer sua força de trabalho no mercado. (OFFE; HENRICHS, 1989, p. 57)

Essa função da comunidade familiar – de reprodução dos despossuídos e de não trabalhadores – se propaga às outras situações,

como o trabalho precário ou o desemprego aberto, nas quais se aprofundam as experiências da pobreza. Em tais casos, os recursos somados da família se tornam cruciais, como observa Mike Davis (2006, p. 175), “em todo o 3º Mundo, os choques econômicos obrigaram os indivíduos a se reagruparem em volta dos recursos somados da família, e da capacidade e engenhosidade desperada das mulheres”. Por outro lado, Ladislav Dowbor (2003, p. 23) também observa que “a família deixa de representar rede de apoio, implicando em maior perda para as populações pobres”.

As duas observações aparentemente contrastantes chamam a atenção para um aspecto aqui considerado, ainda que de modo geral, e que se refere ao papel agregador exercido pela família – e paralelamente pela comunidade/vizinhança. Tratando-se de um fenômeno observado ao longo da história, sua modificação se manifesta na atualidade como uma perda, um ponto de inflexão das instituições integradoras, o que nos remete às transformações das próprias estruturas familiares e das relações de gênero. Cabe esclarecer que o destaque acima atribuído ao papel agregador da família, encontra expressão em diferentes níveis da vida social, o que explicaria a sua importante mediação na reprodução da força de trabalho e da própria sociedade. Nesse sentido, as transformações do mundo do trabalho afetam a esfera da família e da reprodução, a ponto de estudos anteriores demonstrarem que os sistemas de benefícios sociais que foram desenvolvidos na Europa e, posteriormente, suprimidos nas últimas décadas, em função das crises econômicas e da desestabilização do emprego e dos benefícios concedidos à classe trabalhadora, implicaram em redução dos salários, das aposentadorias e do número de pessoas cobertas por seguro social. Isso contribuiu para modificar as possibilidades de a família cumprir, com a eficiência que o fazia anteriormente, um papel de “amortecedora” nas conjunturas de crise e ajustamentos econômicos. (LAUTIER, 1992 apud MONTALI, 2004)

Embora a questão requeira uma análise mais profunda para caracterizar de maneira satisfatória a crise ou desmonte da “sociedade salarial” (CASTEL, 1998, p. 48), o seu contraponto reaparece, no que tange ao papel da família nos termos anteriormente citados. A esse respeito, Pedro Vera e Marcos Díaz (2009, p. 125) contribuem para tal debate, utilizando a noção de familismo para pensar um modelo de solidariedade familiar e de parentesco cuja eficácia se mantém e apresenta sólidos laços, segundo afirmam os autores. Isso é observado, de modo especial, na Europa do Sul, enquanto nos países anglo-saxões tal fenômeno não ocorre com a mesma intensidade, pelo fato de a família nuclear se tornar mais rara – por exemplo, nos EEUU, a proporção da mesma passou de cerca de 45%, em 1970, para perto de 25%, em princípios do sec. XXI (CARLING; DUNCAN, 2002 apud VERA; DÍAZ, 2009), indicando que as famílias monoparentais é que se tornam cada vez mais frequentes.

Segundo a referida argumentação, continua pertinente a referência a um modelo de micro solidariedade familiar, identificado empiricamente na Espanha e na Itália (VERA; DÍAZ, 2009), o que indicaria um interesse renovado no funcionamento da dinâmica familiar e reitera a hipótese de sua função de “amortecedora” das carências do Estado. Entretanto, ressalta-se, desta vez, a contribuição das mulheres em prover cuidados não remunerados, principalmente, para as crianças, idosos e doentes, revisitando-se a temática que hoje se atualiza sob o rótulo dos “cuidados”, onde se discute que uma parte importante das atividades de bem-estar e satisfação vital dos cidadãos continuaria coberta pela família (mesmo sem a ajuda pública), embora, nem sempre se faça o devido reparo de que a exacerbação desta função faz recair sobre ela (família) um protagonismo excessivo, lançando-lhe o ônus de suas próprias necessidades – dentro da atual lógica neoliberal.

A renovação de tal debate leva outros observadores a se concentrarem nas mudanças resultantes das novas formas familiares, dentre as quais se destaca a redução de tamanho da rede de parentesco que afeta, de maneira desigual, as gerações, observando-se que os atuais adultos têm acesso a uma considerável rede de familiares diretos, o que não mais ocorre com as novas gerações. Assim, a fragilização da rede familiar enquanto âmbito de exercício da solidariedade entre as gerações constitui um dos importantes pontos de reflexão sobre uma provável perda de influência da família extensa e uma crise da família moderna, fenômenos que ocorrem com maior intensidade nas sociedades complexas ou pós-industriais. Para outros, a queda da natalidade e a redução do tamanho da família não implicariam, necessariamente, na fragilização da solidariedade relacional das redes de parentesco. Ainda que se verifique uma tendência à separação convивencial entre as gerações, isto tende a ser contrabalançado pelo aumento da esperança de vida que pode ampliar as possibilidades de interação entre três gerações.

Entretanto, prevalece o argumento de que a vida urbana implica em maior distância física, o que também dificulta a convivência familiar, enquanto outros observadores retrucam que isso não elimina o intercâmbio afetivo, a ajuda e os serviços entre familiares, a tal ponto que se vive hoje a emergência da “intimidade à distância”, propiciada pelas tecnologias – celular, internet – que possibilitam alguma revitalização das relações familiares. (VERA; DÍAZ, 2009, p. 126)

Esses argumentos permitem indagar até que ponto, na ausência da “sociedade salarial” e dos seus benefícios e direitos adquiridos pelos trabalhadores, a solidariedade familiar continua a ser uma garantia de proteção, se considerarmos um conjunto de novas situações decorrentes do fato que a família não é mais a mesma, tanto do ponto de vista demográfico como do ponto de vista do domicílio, da casa, enquanto ambiente privado, domínio

privativo e íntimo dos direitos e obrigações morais, os quais são afetados pelas mudanças das redes de parentesco e das relações de gênero, estas últimas consideradas enquanto relações de poder.

O argumento anterior que se baseou na eficácia do modelo de solidariedade familiar e de parentesco, parece, no entanto, contrariar uma tese anterior de André Michel (1981) que alertava sobre “o mito do familismo”, entendendo-o como uma ideologia que nasceu do modo de vida baseado em um modelo da família conjugal composta pelo casal e filhos, correspondente à prática e ao ideal de uma classe minoritária ascendente, a burguesia, e pressupondo a existência de um marido que exerce a posição de provedor e uma esposa que realiza atividades domésticas. As ponderações desse autor conduzem à relativização desse modelo, observando-se que não é identificado da mesma forma nas demais classes sociais, nem no meio rural, onde as mulheres exercem frequentemente atividades extradomésticas e a família conjugal é menos frequente, citando-se, sobre isso, dados relativos ao Terceiro Mundo, onde uma em cada três famílias é dirigida por uma mulher desde a década de 80. (MICHEL, 1981, p. 2)

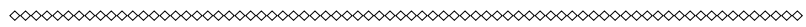
Novas situações indicam que a família não é mais a mesma, o que pode ser interpretado através da distinção de um primeiro tipo familiar moderno (SINGLY, 2000) correspondente ao período inicial do século XX e perdurando até os anos 60, caracterizado pela presença de uma “lógica de grupo” centrada no amor e afeto, na qual os adultos se colocam a serviço do grupo e das crianças, geralmente baseada no trabalho masculino e na atividade doméstica da mulher; e um segundo tipo, que emerge a partir dos anos 60, quando começa a predominar uma “lógica individualista e relacional”, baseada em reivindicações de autonomia e no desejo de escolher a convivência na esfera privada. Para o autor:

Assim se constroem e se desfazem as famílias contemporâneas, percebidas como um novo modo de convivência entre as indivi-

dualidades masculina e feminina, cujas singularidades tendem a se sobrepor à ‘lógica de grupo’ que demarcava um modo de convivência anterior. (SINGLY, 2000, p. 15)

O argumento da “lógica de grupo” parece estar, portanto, na base da solidariedade familiar (e do papel agregador) até aqui discutida e implícita no conceito de familismo apresentado por Vera e Díaz (2009). Observa-se, no entanto, que as práticas que sustentam tal lógica não estariam exclusivamente associadas à família conjugal e à existência do casamento, o que parece condizente com a realidade da vida doméstica e familiar existente na periferia das cidades. Para tanto, Robert Castel explica que à sociabilidade primária cabe o papel de integração entre os membros de um grupo, sejam familiares, amigos ou vizinhos ou, ainda, do ambiente de trabalho, onde os indivíduos vivem “em redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas”, e considera que, nas sociedades reguladas por essa interdependência, a integração primária pode ser ameaçada dos processos de desfiliação que dissolvem os sistemas familiares e os sistemas de interdependência fundados sobre as relações comunitárias. (1998, p. 48)¹

Tratando-se de situações nas quais os indivíduos vivem “em redes de interdependência”, Mercedes de la Rocha (1999) discute um modelo teórico das estratégias de intensificação da mão de obra familiar e de ajuda mútua, considerando a sua relação com contextos históricos e sociais de crises econômicas e desemprego. Para essa autora, as redes de relações nem sempre funcionariam como “colchões amortecedores da pobreza”, sugerindo, então, que se conheça com mais acuidade em quais contextos ela continua a operar na garantia da sobrevivência. O seu argumento se baseia no fato de que as redes sociais alimentam as expectativas



1 Para Castel (1998), a reestruturação das redes de integração pode ocorrer mediante a utilização de recursos próprios a um grupo, família ou comunidade, quando tais relações são submetidas a processos de rupturas.

dos participantes de receberem bens e serviços e de retribuí-los, fazendo com que a participação implique em custos materiais, tempo, dedicação, “estar disponível” sempre que se é requerido, o que traz dificuldades de retribuição nas situações de extrema pobreza. Questionando, igualmente, a reciprocidade como regra, Rubens Kaztman (2001) discute de que maneira o parentesco e os velhos laços de amizade podem servir como articulações no processo de migração para as cidades.

Por outro lado, Amalia Eguía focaliza os mesmos fatos, como estratégias complementares de reprodução que não se limitam ao chefe da família, mas se estendem a outros membros do domicílio, como maneiras de maximizar a renda e demonstrar o papel da organização doméstica como parte do processo de reprodução familiar, divisão sexual de trabalho e participação das mulheres. Amplia-se, assim, o foco para as redes informais de ajuda mútua que se constituem em um dos meios permanentes de reprodução, com a prestação de serviços gratuitos baseados na confiança e na reciprocidade (o “cuidado”), especialmente, entre pessoas unidas por relações de parentesco, vizinhança ou amizade. Esses estudos alertam, sobretudo, para o fato de que a pobreza não é homogênea e as relações intrafamiliares com os âmbitos externos aos domicílios apontam para a existência de organizações conflitivas, cujos membros manifestam interesses divergentes ou contraditórios, onde a distribuição de direitos e obrigações depende mais das relações de poder internas – de gênero – e menos de acordos de solidariedade, parentesco, vizinhança. (EGUÍA, 2004)

Reciprocidade e solidariedade na periferia de Salvador

Podemos, então, considerar que a mobilização de redes sociais não é um dado nem uma regra e quando ocorre isto pode indi-

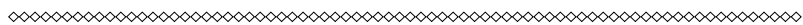
car que se trata mais de um atributo definidor das relações estabelecidas entre parentes, vizinhos ou amigos entre os quais a reciprocidade pode ser um pressuposto. As questões apresentadas anteriormente permitem abordar os dados empíricos correspondentes a duas fases de pesquisa realizadas em Salvador, em 2002, e, posteriormente, em 2010. Metodologicamente, nos baseamos no estudo das periferias urbanas, que remete, primeiramente, ao enfoque urbanístico – apontado como hegemônico sobre o tema – no qual se parte das causas e consequências do problema habitacional e dos déficits de moradia para identificar as soluções consideradas espontâneas ou informais de habitação popular, como as favelas e os loteamentos ou ocupações periféricas. (SOUZA, 2008, p. 37)

Para Lícia Valladares e Lidia Medeiros, o tema das favelas vem sendo abordado desde os anos 40, tendo sido intensificado na fase que correspondeu à erradicação das favelas, ao longo das décadas de 70 e 80, através da atuação de agências públicas. Na década de 90, a intensificação de estudos foi marcada pela expansão do poder público e das Organizações Não-governamentais (ONGs), mas passou a se identificar por um distanciamento das posturas consideradas “antifavela”. (BURGOS, 1998 apud VALLADARES; MEDEIROS, 2003, p. 12) Nesse caso, desenvolve-se um enfoque social e crítico, que encontramos no uso mais generalizado do termo periferia substituindo o termo favela, em que “periferia” passa a expressar um distanciamento dos referenciais urbanísticos (marcado pela ausência do poder público), com a ressalva feita por Silva (2010) de que

[...] o conceito de periferia é reduzido ao distante, embora a cidade contemporânea não tenha mais um único centro; a maioria das favelas está na periferia do ponto de vista econômico, mostrando que este conceito é cada vez mais vinculado à ordem social e ao poder, e marcado pela questão social.

Esse último argumento permite introduzir observações sobre a realidade dos locais de moradia da população de baixa renda na cidade de Salvador, atualmente a terceira cidade em número de habitantes do Brasil. Partimos de um conjunto formado por 116 bairros definidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)² cujos critérios de identificação são a faixa de renda dos moradores e as más condições de habitabilidade, sendo que a sua delimitação permite chegar-se a uma seleção de bairros com base na localização dos mesmos nos três vetores de expansão urbana de Salvador – a Orla Marítima e o Centro; o Miolo Geográfico; e o Subúrbio Ferroviário. Utilizamos tal critério para indicar as diferenças e semelhanças quanto à origem da ocupação ou moradia, seja como ocupações populares, invasões ou favelas, e categorizadas como ZEIS (PDDU, 2004), o que oferece a possibilidade de se conhecer alguns aspectos do modo de vida da população pobre, especialmente no que se refere às famílias e vizinhanças, aos jovens e crianças que vivem nesses contextos marcados pela precarização e vulnerabilidade social.

No sentido restrito, o Subúrbio Ferroviário é a área na qual se concentram os bairros mais pobres da cidade e onde há ausência de infraestrutura e serviços básicos. Desde a criação da Região Metropolitana de Salvador (RMS), em 1972, o Subúrbio Ferroviário se define “de forma decisiva como periferia da cidade, deixando para trás um passado distante, no tempo e na aparência, em que consistia em local de veraneio da classe média baiana”. (PIMENTEL, 1999, p. 35) Se é verdade que a periferia não está



2 Esta categoria nomeia uma política pública desenvolvida na área habitacional, com vistas a modificar uma realidade existente até 1970, quando as ocupações e invasões não faziam parte da legislação urbanística e não faziam parte da cidade. Nos anos 80, como resultado da luta de moradores, surgiu este instrumento urbanístico, e segundo Raquel Rolnik (1998), este instrumento permite que as áreas antes marginalizadas sejam incorporadas ao conjunto da cidade por meio de uma legislação própria (que visa o atendimento das suas demandas específicas).

desarticulada do restante da cidade e se reafirma não pela exclusão mas pelo papel que exerce em um contexto mais amplo da cidade, isso se consolidou, no passado, tanto por uma expansão de caráter “periférico”, desde os anos 50, quanto pelas ocupações primárias, de nível inferior, que, em grande parte, tiveram a função pioneira de conquistar novos espaços urbanos levando, em muitos casos, à sua valorização posterior. (BRANDÃO, 1978)

Além disso, a tradicional periferia também se caracteriza pelos circuitos sociais que articulam a moradia, o trabalho e o consumo. Boa parte do pessoal ocupado residente na periferia, muitas vezes, tem situação indefinida, como empregado *com e sem carteira assinada*, o que indica proporções mais elevadas desta situação indefinida entre os responsáveis por domicílios residentes em Alagados, S. João do Cabrito, Plataforma, Alto da Terezinha, Rio Sena, Periperi, Fazenda Coutos, Nova Constituinte, Coutos, Paripe, Boa Vista do Lobato e Capelinha. A maior concentração de mulheres como chefes de domicílios residentes no local, inseridas de forma precária no mercado de trabalho, como a prestação de serviços domésticos e outros serviços pessoais (COSTA, 2007) indica que, a maioria auferir rendimentos, às vezes, inferiores a um salário mínimo (mais de 18%) em praticamente todos os bairros desta área residencial. Além disso, aí se encontram as mais altas médias de moradores por domicílio em relação ao total da cidade, com alta carga de dependência (filhos pequenos e outros parentes) cujas casas estão situadas nas áreas mais pobres deste importante espaço urbano.

Guimarães (2002) observou que nesses bairros, a maior distância física que caracteriza a vida urbana, também dificulta a convivência familiar, confirmando os argumentos citados anteriormente em relação à fragilização da rede familiar como âmbito de exercício da solidariedade. Assim, as mulheres entrevistadas residentes em Alagados, Coutos, ou Vista Alegre, argumentam:

“Os parentes estão longe”; “A família mesmo é mais difícil, torna-se mais fácil contar com um estranho”; “Ter um bom amigo vale mais do que parente”; “Procuro resolver tudo com o marido e os filhos, não recorro à família, apesar de me relacionar bem com eles (os irmãos)”. Em muitos dos casos considerados, as moradoras residem nos bairros há cerca de dez anos, em média, o que geralmente implica em afastamento da família de origem, quando residente na área rural ou em bairro distante.

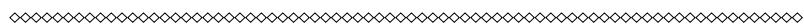
Comunidade, vizinhança – a rua

Segundo os argumentos já citados, a partir da interação entre as unidades residenciais e de vizinhança, pode-se continuar cumprindo a função de compartilhar funções domésticas, o que depende da circulação e da dinâmica entre os indivíduos no cotidiano dos bairros populares. Essa questão também permite retomar a relação entre espaços públicos e privados – buscando entender até que ponto estas relações cumprem aquele papel chave de mecanismo de reprodução cotidiana e de amenização da experiência da pobreza. Robert Cabanes (2006) contribui para essa reflexão, analisando as interações entre espaço público e privado e considerando as famílias mais populares como mais expostas às influências externas provenientes do espaço público. Partindo da diferenciação entre espaço privado e família, o autor atribui relativa autonomia a ambos frente ao espaço público, discutindo o espaço privado – no sentido de privacidade – a partir do grau de interação com o espaço público, da relação entre a casa e a rua através da qual é possível perceber como a comunidade deixa de ser apenas espaço de sociabilidade e de trocas, marcado pelas relações de confiança.

Na percepção dos autores citados, as diferentes situações indicam tendências ao fortalecimento, enquanto outras mostram

situações de fragilização dessas dimensões societárias. Apreen-
de-se, desse modo, a dinâmica de unidades mais amplas, como
o bairro, a comunidade, o território, através da relação entre
espaços públicos e privados pela qual se percebe um “acúmulo
socioespacial das dificuldades” do contexto urbano, geralmen-
te, acompanhando a desestabilização do mundo do trabalho nas
grandes cidades (HIRATA; PRETECEILLE, 2002) ou a reorgani-
zação de práticas e estratégias populares, já que estas passam a
ocorrer em um novo contexto que se caracteriza como um “mo-
vimento geral de precarização” e no qual se observa o quanto a
vida social nos bairros de periferia está circunscrita ao imprevisto
e à instabilidade, que parecem se tornar quase regra geral. Diante
disso, importa localizar as situações que favorecem a constituição
de redes de solidariedade, ou que tendem a debilitá-las, fragilizá-
las e a romper suas potencialidades de capital social.³

Mercedes de la Rocha (1999) analisa o caso do México, apon-
tando elementos que provocam uma erosão dos sistemas de apoio
em contextos de exclusão do emprego, explicando como ocor-
re a busca de soluções para o grande número de problemas que
os pobres enfrentam cotidianamente através das redes sociais,
da reciprocidade, da autoajuda e da ajuda mútua. Segundo o seu
argumento, a participação em redes sociais implica em custos
materiais, o que dificulta a retribuição nas situações de intensa
pobreza e converge para um relativo isolamento social no qual a
reciprocidade é ameaçada e se configura como um custo a mais
para a pobreza.



3 O conceito original de capital social na obra de Pierre Bourdieu é assim definido:
“A rede de ligação é o produto de estratégias de investimento social, consciente ou
inconscientemente orientadas em direção à institucionalização ou à reprodução de relações
sociais diretamente utilizáveis, em curto ou longo termo, ou seja, em direção à transformação
de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho, ou mesmo de
parentesco, em relações às vezes necessárias e eletivas, implicando em obrigações duráveis
(sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade), ou institucionalmente garantidas
(através de direitos), (1998, p. 67).

Rubén Kaztman (2001) também analisa a inquietude e a insegurança de crescente parcela da população no contexto latino-americano, pela ligação precária e instável com o mercado de trabalho e pelo seu isolamento progressivo das correntes predominantes na sociedade, enfatizando as mudanças ocorridas na estrutura social que contribuem para um isolamento social dos pobres urbanos, através dos seguintes fatores: redução dos âmbitos de sociabilidade informal entre as classes quanto ao uso dos mesmos serviços e, conseqüentemente, redução dos problemas de domínio comum enfrentados pelas famílias na vida cotidiana.

Assim, as transformações no mundo do trabalho afetam os segmentos dos pobres urbanos, não apenas pela instabilidade de emprego e queda dos níveis de remuneração (precarização), como também, pelo fato de o lugar de trabalho constituir um meio privilegiado de construção de redes de amizades e de acesso a informações e serviços, constituindo, assim, uma dimensão de capital social individual. Quanto à dimensão do capital social coletivo, esta se expressa através das interações entre trabalhadores de distintas qualificações. Nesses casos, pressupõe-se que a existência de tais subestruturas e o seu deslocamento enquanto eixos de integração na sociedade – das instituições primordiais (família e comunidade) para o mundo do trabalho –, significa que no novo contexto econômico global, mas desigual, grandes parcelas da população não logram estabelecer vínculos estáveis e protegidos com o mercado de trabalho e assim desconhecem tais processos de integração social. (KAZTMAN, 2001) Além disso, a concentração dos pobres no plano espacial (os bairros) gera uma segregação residencial, cuja origem se encontra no processo de concentração de renda e que se reflete na privação material e no baixo acesso ao consumo.

Nos bairros da “Periferia de Salvador” observam-se semelhantes fatores em atuação, tais como a instabilidade, a insegurança e a

incerteza que atravessam as diferentes dimensões da vida cotidiana e restringem as perspectivas, distanciando as famílias dos processos de mobilização de recursos que antes constituíam parte do seu “habitus”. (BOURDIEU, 1989) Outro aspecto importante no contexto focalizado, é que tais problemas não são diretamente resultantes de uma desagregação ou uma crise da família – que mais parece uma instituição acuada. Tais problemas são resultantes das transformações, (fragilização, erosão) das funções ou mediações exercidas por essa instituição na sociedade, cujos impactos são mais visíveis na classe trabalhadora urbana, porque, em função dos baixos níveis de renda, se tornam mais dependentes da solidariedade e ajuda de parentes e vizinhos. Essa questão remete a um interesse renovado que as pesquisas voltadas para os processos da vida cotidiana, de mobilização de recursos, de relações de vizinhança e de confiança voltam a despertar.

Esta perspectiva também se enquadra entre os estudos que repensam a problemática da reprodução e da vida cotidiana nos setores populares urbanos, entre os quais as funções ou mediações da sociabilidade e da integração são exercidas pelas famílias e pelas relações de proximidade. Os seus diferentes aspectos remetem a um conceito de reprodução social que pode ser articulado através de elementos que explicam permanências e mudanças, apontando para o uso de recursos, compreendidos como capacidades e conhecimentos dos agentes que permitem a continuidade (e integração) na sociedade. (GIDDENS, 1981, p. 3)

Segundo o conjunto dos argumentos apresentados, a sociabilidade primária (familiares, amigos ou vizinhos) pode ser ameaçada, indicando uma ruptura do tecido social, o que pode levar ao desenvolvimento de processos de desfiliação e dissolução dos sistemas familiares e de interdependência, fundados sobre as relações comunitárias. (CASTEL, 1998, p. 50) Assim, a vizinhança é uma vivência comum que permeia os espaços sem delimitar, de

maneira precisa e segregada, onde começa e onde terminam suas interações. Nas relações de vizinhança, o espaço público da rua pode se transformar em um ambiente “familiar” intercambiando esferas do mundo exterior. Mas a relação entre a casa e a rua, pressupõe, também, que a comunidade deixe de ser apenas espaço de sociabilidade e de trocas as quais são asseguradas pelas relações de confiança.

Essas questões estão presentes na periferia de Salvador, entre os bairros residenciais onde se encontram as mais altas médias de moradores na cidade: a) domicílios com 6 a 8 moradores (22 a 27%, no Subúrbio); e b) domicílios com mais de 10 moradores (12,3%, em Fazenda Coutos, e 11,5%, em São João do Cabrito, Invasão de São João e Invasão de Boiadeiro). Esse alto número de moradores é representado pela presença de filhos cujas proporções mais elevadas são encontradas em Itacaranha/Praia Grande (44,7%) e em Rio Sena e Fazenda Coutos (49 a 50%), além de elevadas proporções de netos (entre 5 e 6%).

A maioria das casas localizadas nesses bairros não apresenta a privacidade típica das classes médias e das sociedades economicamente mais igualitárias e as portas ficam menos solidamente fechadas que nos outros locais. A esfera privada não se constitui e as paredes podem ser delgadas, de tal forma que o que acontece dentro de uma casa pode ficar ao alcance dos olhos e ouvidos dos vizinhos; assim, a separação é menor entre a casa e a rua. Dentro de tal contexto, que prevalece na periferia, as redes sociais tendem a operar de modo desigual, como observou Guimarães (2002):

- Conto com alguma ajuda de vizinhos, mas não espero nada em troca; A ajuda funciona mais, é com vizinho mesmo, já contei com ajuda de uma senhora, quando fiquei desabrigada. Quando mais precisei, um acidente com uma filha, contei com um vizinho.

Em tais casos, o princípio da solidariedade, ou ajuda, permanece nas situações que demandam urgência e as relações de vizinhança podem ser vistas sob a forma de cordialidade, em um primeiro momento, como se pode observar no relato de moradoras do bairro de Coutos:

- Todo mundo se dá, me relaciono com todos; Aqui não tenho o que dizer dos meus vizinhos.

Mas, em um segundo momento, verifica-se a interferência de outros fatores:

“Todo mundo se dá, mas não conto muito com vizinhos”; “Não costumo conversar com vizinhos sobre problemas pessoais”.

Em circunstâncias semelhantes, moradoras do bairro do Uruguai, afirmaram:

- Não gosto muito de envolvimento com vizinhos, é bom a gente cá e ele lá, aprendi com minha avó, se tiver sal, come com sal, se não tiver, come sem sal; Eu aqui não vou na casa de ninguém; agora, se precisar de ajuda eu dou, aí é diferente; Gosto dos vizinhos mas eles lá e eu cá”; Porque, eu só vivo dentro de casa, não tenho aproximação com ninguém assim da rua, tem gente aí que eu nem conheço na rua; Não conto com parente, nem vizinho, quando peço a um menino para comprar alguma coisa, tem que pagar.

Conclusão

Os argumentos apresentados permitem indagar até que ponto a noção de comunidade aplicada às relações de vizinhança sustentando que estas continuam a cumprir o papel das trocas de serviços, da solidariedade e de amenização da experiência da pobreza. Buscamos, também, discutir como as famílias, situadas no contexto da vizinhança e nas suas formas de participação,

encontram variadas soluções, informações e acessos a diferentes instituições e políticas públicas, através de articulações nos espaços de moradia.

Essas questões vêm apresentando um interesse renovado através de metodologias de pesquisa que possibilitam a construção de novos parâmetros para a compreensão do papel das redes pessoais e sociais na atualidade. A esse respeito, Eduardo Marques et al. (2006) consideram que as redes sociais são centrais na sociabilidade dos indivíduos e no seu acesso aos mais diferenciados elementos materiais e imateriais. Nos debates sobre a pobreza, as redes são citadas como fatores-chaves na obtenção de empregos, na organização comunitária e política, no comportamento religioso e na sociabilidade em geral. O conhecimento das formas de estruturação das redes de indivíduos pobres permite se chegar ao entendimento de suas trajetórias, de seu cotidiano e de suas estratégias de sobrevivência, assim como chegar ao conhecimento de processos sociais que contribuem para a reprodução da pobreza em um sentido mais amplo.

Na variada literatura apresentada nos trabalhos desses autores, encontramos uma proposta de diferenciação das redes a partir de padrões que constituem um dos principais traços diferenciadores da sociabilidade moderna, baseada em uma grande quantidade de vínculos secundários, bastante heterogêneos em conteúdo, fracos em intensidade e não necessariamente organizados territorialmente, ao contrário dos padrões característicos do mundo rural e das cidades pequenas. Outros autores argumentam que a vida nas grandes cidades, apoiada nas novas técnicas de comunicação e transporte, ajudam a superar as barreiras físicas da vizinhança e da comunidade.

Segundo Ferrand (apud MARQUES; et al., 2006, p. 5), para os estudos sobre a pobreza urbana, entretanto, o fator espacial-geográfico-territorial continuaria a constituir um elemento chave da sociabilidade, indicando que as interações sociais ainda se cons-

tituem “porta-a-porta” – reafirmando os limites difusos entre a casa e a rua nas periferias da cidade. Esta perspectiva conduz ao estudo da composição típica das microestruturas no interior de comunidades/bairros, representando, portanto, um forte apelo para a continuidade das pesquisas baseadas nas novas concepções de redes pessoais e sociais que possam acrescentar e lançar novas luzes ao conjunto dos argumentos aqui apresentados.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade; a busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A casa ou o mundo invertido. In: _____. *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.). *Pierre Bourdieu; escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 65-70. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/30995524/BOURDIEU-Pierre-Escritos-da-Educacao>>.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo R. Origens da expansão periférica de Salvador. *Revista Planejamento, Seplantec/ CPE/ Gov. de Estado*, v. 6, n. 2, 1978.
- CABANES, Robert. Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações. In: TELLES, Vera S.; CABANES, Robert (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- CASTEL, Robert. A proteção próxima. In: _____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Cap. I, p. 47-81.
- COSTA, Fabiana Freitas. *Nas avenidas e cruzamentos do gênero, raça, classe e geração* (mulheres negras chefes de família, em bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador). Salvador, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- Da MATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*.

4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6686004/Roberto-Damatta-A-CASA-E-a-RUA>>.

DAVIS, Mike. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: _____. *Planeta favela*. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 191-218. Disponível em: <www.newleftreview.org/?getpdf=NLR26001&pdflang=pt>.

DOWBOR, Ladislav. Prefácio. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade*. São Paulo: Senac-SP, 2003.

EGUÍA, Amalia. Pobreza y reproducción familiar: propuesta de un enfoque para su estudio. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 40, p. 79-92, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=7>>.

GIDDENS, Anthony. A teoria da estruturação. In: _____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Moradia, família e trabalho: as demandas urgentes na experiência popular. In: LUZ, Ana Maria de Carvalho; LIMA, Paulo Costa. (Org.). *Quem faz Salvador?* Salvador: EDUFBA, 2002. v. 1, p. 308-16.

HIRATA, Helena; PRETECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das Ciências Sociais na França. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, n. 37, p. 47-80, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=130>>.

KAZTMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 75, p. 171-89, dez. 2001.

MARQUES, Eduardo; et al. *Redes pessoais e pobreza em São Paulo*. 2006.

Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/MARQUES%20et%20al_Redetes%20Pessoais%20e%20Pobreza.pdf>.

MICHEL, Andrée. As produtoras invisíveis, o emprego, e as necessidades essenciais. *Revista Ciência e Cultura*, v. 33, n. 8, p. 1059-71, ago. 1981.

MONTALI, Lilia. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *R. Bras. Est. Pop.*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 195-216, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.abep.nepo>>.

unicamp.br/docs/rev_inf/ vol21_n2_2004/vol21_n2_2004_4artigo_p195a216.pdf>.

OFFE, Claus; HENRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1.

PIMENTEL, Gladys Santos. *Coração suburbano: o pulsar da cidade que a cidade não conhece*. Salvador, 1999. Projeto Experimental (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/pex/1999_2/gladys.pdf>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. *PDDU*, 2004. Disponível em: <<http://www.seplam.pms.ba.gov.br/pddua/anexos/anexo90.htm>>.

ROCHA, Mercedes Gonzáles de la. La reciprocidad amenazada: un costo a más de la pobreza urbana. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 5, n. 9, p. 33-55, 1999.

ROLNIK, Raquel. Zona Especial de Interesse Social. In: INSTITUTO POLIS. *Boletim Dicas – Idéias para a ação municipal*, DU, n. 117, 1998. Disponível em: <http://www.polis.org.br/download/arquivo_boletim_148.pdf>.

SILVA, Jailson de Souza. *ONG Observatório de Favelas do Rio de Janeiro*, 2010. Disponível em: <<http://www.favelaeissoai.com.br/noticias.php>>

SINGLY, François de. Prefácio: O nascimento do ‘indivíduo individualizado’ e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, Clarice E.; SINGLY, François de; CICHELLI, Vincenzo. (Org.) *Família e individualização*. Tradução Angela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 13-9. Disponível em: <[http://pt.scribd.com/doc/52216242/81/Família e Individualização](http://pt.scribd.com/doc/52216242/81/Família_e_Individualização)>.

SOUZA, Ângela Gordilho. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador*. Salvador: Edufba, 2008.

VALADARES, Lícia do Prado; MEDEIROS, Lidia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro 1906-2000*. Rio de Janeiro: Faperj/Relume-Dumará, 2003.

VERA, Pedro Sánchez; DÍAZ, Marcos Bote. Familismo y cambio social: el caso de España. *Sociologías – Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS*, ano 11, n. 21, p. 121-49, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/8862/5103>>.

Terceira parte



Da ação política

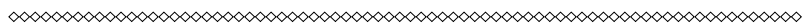


novecentos que existe um seu consistente registro. Apresentar e analisar alguns desses embates a partir dos discursos “antifeministas” é a finalidade do presente artigo.

No confronto entre “feministas” e “antifeministas”, nota-se o conflito de uma ou mais representações em busca de prevalecer em detrimento de outra(s). É o jogo feito com o intuito de conseguir ou de manter poder, para ocupar posições estratégicas ou hegemônicas em relação a outras que lhes são antagônicas, procurando, assim, garantir os interesses do grupo a que estão vinculadas. Nas palavras de Roger Chartier:

[...] sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17)

É interessante notar que as representações defendidas nos dois grupos têm como suporte a função e os papéis femininos de mãe e esposa, definidos como pilares da família e da sociedade, demonstrando uma preocupação em manter coerência com a *moral patriarcal* vigente no período.³ As “antifeministas”, ao contrário das “feministas”, tentavam convencer que a mulher, ao assumir funções tradicionais masculinas, a exemplo das profissões médicas e jurídicas, seria uma figura que traria ou desenvolveria características impróprias e incompatíveis com a função



3 Adolfo S. Vasquez (2005, p. 37-60), ao definir Ética como a ciência que estuda a Moral, demonstra o caráter histórico e cultural desta última, entendida como um conjunto de normas e regras que regulam as relações dos indivíduos em uma dada comunidade. A partir dessa conceituação, compreendendo que ela não é a-histórica e associando-se a isto o fato de que todo grupo, comunidade ou sociedade pauta e regula as suas relações a partir de categorias fundantes como gênero, raça/etnia, geração e classe, podemos falar na existência de uma moral patriarcal, que é temporal e espacialmente situada.

te, parece-nos que havia de lucrar pouco com estas aquisições” (p. 71). Nem mesmo a justificativa de que as mulheres precisam ter uma profissão para não terem de se prostituir faz com que haja uma mudança de opinião. (A MULHER..., 1868)

Aliás, o artigo, nesse caso, sugere que as mulheres sejam direcionadas às atividades “dignas e próprias do seu sexo” (A MULHER..., 1868, p. 72), pois, desta maneira, estas atividades deixariam de ser exercidas por homens que, ao fazê-lo, passavam os seus dias em *salamaleks* (frescuras?). Enfim, representações de gênero, em específico, características próprias da masculinidade, como em outros aspectos da sociedade baiana, foram requisitadas para justificar a quem se destinava a profissão médica: aos homens, pois estes, sendo viris, fortes, racionais, preparados para a vida mundana, estariam aptos a exercerem a função sem ônus morais negativos para a sociedade.

Não se percebe todavia que haja prazer possível em uma mulher conviver com as doenças mais repugnantes, e passar os melhores dias da sua mocidade a dissecar cadáveres. Não pode haver mulher de gosto tão deploravelmente [sic] depravado! Para se tornar bom cirurgião e bom médico é preciso que o homem desde o começo da sua instrução technica se dê com toda a vontade e perseverança aos estudos anatômicos. Na [sic] desempenho d’estes é mister vencer muita repugnância, desprezar muitos preconceitos, expor-se a muitos perigos. A mulher pela sua compleição, pelos seus hábitos, pela sua organização nunca poderia vencel-os. Se para ser bom prático é preciso tudo isso, a mulher nunca poderia ser boa médica. (A MULHER..., p. 70-1, grifo nosso)

O viés de raciocínio que conduz esse artigo é o mesmo que se encontra nas discussões do deputado e médico pernambucano Malaquias, quando se manifesta contra a petição de bolsa de estudo feita por Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira para cursar Medicina nos Estados Unidos, apresentada à Assembleia

Provincial de Pernambuco pelo seu genitor – o jornalista Romualdo Alves Oliveira. A verificação de que esse médico se utilizou da Teoria Fisiológica para apresentar o seu parecer se torna possível por meio da leitura do discurso que Tobias Barreto fez se contrapondo a Malaquias, pois as ideias defendidas pelo médico e deputado pernambucano ali se fazem presentes.

A análise ou mesmo a menção do debate entre esses dois legisladores não é algo inédito nos trabalhos que versam sobre Ciência, Educação e Gênero no Brasil. Esse é um episódio já mencionado tanto por June Hahner (2003, p. 141), quanto por Heleieth Saffioti (1969, p. 215), Fabíola Rohden (2001, p. 85), Elisabeth Juliska Rago (2005b, p. 176–80) e Ana Paula Martins (2004, p. 217–58). As três primeiras apenas registram o acontecido e a posição de Tobias Barreto a favor do acesso das brasileiras aos cursos superiores, contrária à do médico Malaquias. Martins (2004), ao estudar a presença feminina nos discursos dos nossos intelectuais e médicos, na segunda metade do século XIX, e Rago (2005b), quando analisa os contextos em que as primeiras médicas estavam inseridas, fazem uma descrição do conteúdo do referido debate. Para sustentar a sua posição, o médico pernambucano se pautou em três pontos argumentativos os quais foram rebatidos pelo advogado Tobias Barreto no discurso que proferiu na sessão de 22 de março de 1874, na Assembleia Provincial de Pernambuco.

O primeiro argumento de Malaquias, na verdade, foi constituído de uma omissão. Ele omitiu no discurso que realizou o acesso das mulheres às universidades bem como os debates que o envolveram, em países europeus e americanos. Essa omissão foi definida pelo jurista como uma tentativa de “*má fé*” de desqualificar a petição da qual ele era defensor; por isso, na primeira parte do seu discurso, cita casos de mulheres que se formaram na Suíça, na Alemanha e nos Estados Unidos da América.

Mas, foi a forma como o jurista definiu esses países que me forneceu pistas para os prováveis motivos da omissão de Malaquias e para a lembrança de Tobias Barreto. O jurista, em 1879, classifica esses países como o “alto mundo científico” (BARRETO, 1962, p. 66) e nesta fala, entende-se que o “alto mundo científico” foi uma característica atribuída às ditas nações civilizadas. Tornar o Brasil um país civilizado foi uma discussão que permeou todo o século XIX, sendo uma preocupação de intelectuais, profissionais liberais e governantes. (MARTINS, 2004)

Nessa perspectiva, a omissão de Malaquias foi uma forma de evitar que o seu posicionamento fosse associado a uma possível tendência contrária às medidas e situações que levariam o Brasil a ser definido como civilizado, enquanto a lembrança de Tobias Barreto mostra que o acesso das mulheres às faculdades era uma realidade das nações civilizadas, portanto, nada mais coerente que aqui também o fosse. Em outras palavras, aceitar a petição de Romualdo Alves Oliveira e, ao mesmo tempo, defender o acesso feminino aos cursos superiores, que era, na verdade, o ângulo daquele debate, que se estendeu por duas semanas, como ele bem pontuou, era demonstrar que os legisladores pernambucanos estavam em sintonia com as premissas que definiam um povo como civilizado. E foi por isso que finalizou o combate à omissão do oponente afirmando que, ao explicitá-la, estava evitando que os seus pares cometessem “um crime de lesa-civilização, de lesa-ciência”. (BARRETO, 1962, p. 60)

Decrépita e anacrônica, no sentido de que não seria mais condizente com as discussões realizadas no “alto mundo científico”, foram os adjetivos que o advogado utilizou, a partir da citação de cientistas europeus que fundamentam a sua afirmação, para se referir à Teoria Fisiológica que constitui o segundo argumento do médico pernambucano, para quem, com base nas ideias do doutor

Bischoff, o que determinava a incapacidade intelectual feminina era o tamanho do cérebro.

[...] Não admito essa mecânica cerebral, essa proporção entre a massa do cérebro e o grau de inteligência. Acho-a incompreensível e acho-a assim porque não vejo razão alguma de força, que a possa sustentar.

O SR. MALAQUIAS: – As leis fisiológicas.

O SR. TOBIAS – Quais são elas?

O SR. MALAQUIAS – Quanto mais bem desenvolvido é o órgão, melhor é a função.

O SR. TOBIAS – E isto já será decerto uma lei? O maior peso do cérebro é por si só uma prova de maior desenvolvimento? A fisiologia, que até hoje, como diz pessoa competente, não se tem ocupado nem com as funções do desenvolvimento, nem com o desenvolvimento das funções, bem poucas leis apresenta, que não possam sofrer contestação; e nesse número não se contam as que dizem respeito ao cérebro. (BARRETO, 1962, p. 72)

E foi entre as linhas da fala de Tobias Barreto, para demonstrar o não procedimento desta lei fisiológica, que encontrei o combate a outras posições contrárias à instrução superior feminina que circulavam desde o início da segunda metade do século XIX: a de que, ao ingressar nas faculdades e/ou universidades, as mulheres perderiam as suas características naturais, aquelas apresentadas pelo artigo da *Gazeta Médica da Bahia*, em 1868. A esses argumentos, que persistem não só no contexto da Assembleia pernambucana, Barreto rebateu com uma única sentença: “onde existe a cultura, existe de parceria com ela a docilidade”. (BARRETO, 1962, p. 70)

O emprego da palavra “docilidade” como característica feminina, que pode ser interpretada não só como ternura e carinho, invoca, para mim, a mensagem de que a instrução superior não representava perigo para as relações existentes entre ho-

mens e mulheres e, conseqüentemente, muito menos o abandono das funções de mãe e esposa. Ao contrário, para os partidários da emancipação intelectual, essa iria colaborar para o desenvolvimento civilizatório do país, uma vez que as responsáveis pela formação dos “homens de bem” que definiam o futuro da nação, estariam bem mais preparadas para essa nobre função. (MARTINS, 2004, p. 218-37)

Esse foi um argumento que continuou em vigor até meados da primeira metade do século XX, tendo sido, inclusive, utilizado pelas feministas baianas nas suas estratégias de expansão (artigos, por exemplo) do número de mulheres com nível superior na Bahia. Ao fazermos o *link* entre essa fala do jurista pernambucano e o contexto nacional da luta pela emancipação das mulheres, podemos pensar que ele era um seu incondicional defensor, em todos os sentidos, uma percepção que se esvai ao analisarmos de que maneira ele combate o terceiro argumento apresentado pelo deputado Malaquias.

Pela transcrição da fala de Tobias Barreto, inferimos que o doutor Malaquias, ao ser questionado - o que pode ter acontecido nas sessões anteriores -, acerca da omissão do fato da emancipação feminina que acontecia em outros países, tenha afirmado que se tratavam de extravagâncias da natureza, pois, segundo as palavras do jurista: “a mulher nasceu para ter filhos [...] que ela não tem cabeça, que é fraca do juízo!... Eis aí! Eu não sei, Sr. Presidente, como o nobre deputado, antagonista do projeto, espírito emancipado, pode chegar, sob este ponto de vista”. (BARRETO, 1962, p. 78)

Parece que a Teoria do Útero também fez parte do embasamento científico do médico pernambucano, pois, ao afirmar que, além desses fatores, a mulher tinha sensibilidade, em vez de razão - necessária para o trabalho científico -, nota-se nas entrelinhas a ideia de que a mulher era governada pelo seu útero e a sua exis-

tência pelo exercício da função deste. Contra esses argumentos, Tobias Barreto afirmou que se a mulher não era emancipada intelectualmente era porque a sua educação não o permitia e, para combater a definição de exceção que o médico atribuía às mulheres que se emanciparam intelectualmente em outros países, ele vai fazer um verdadeiro resumo histórico, desde a Grécia Antiga até o século XVIII, sobre a participação das mulheres nas ciências.

Assim, para Tobias Barreto, a emancipação da mulher era uma das questões contemporâneas mais importantes e não algo “extravagante” que, no entanto, possuía três faces: a política, a civil e a social. Às duas primeiras faces são dedicadas poucas palavras, apesar dos protestos de alguns deputados, porque era no aspecto social que estava “compreendida a emancipação científica e literária da mulher, emancipação que consiste em abrir ao seu espírito os mesmos caminhos que se abrem ao espírito do homem; e a este lado é que se prende o nosso assunto” (BARRETO, 1962, p. 76), palavras com as quais o jurista consegue se livrar de explicar porque não era favorável à emancipação política das mulheres:

Quanto ao primeiro, a emancipação política da mulher, confesso que ainda não a julgo precisa, eu não a quero por ora. Sou relativista: atendo muito às condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao mesmo no nosso estado atual, de fazer deputadas ou presidentas de província.

Um Sr. Deputado – V. Exca. É oportunista.

O Sr. Tobias – Pelo que toca, porém, ao ponto de vista civil, não há dúvida que se faz necessário emancipar a mulher do jugo de velhos prejuízos, legalmente consagrados. (BARRETO, 1962, p. 75)

No trecho citado acima, nota-se que ele ignora o insulto de um deputado, ao mesmo tempo em que deixar entrever que não está sendo “decrépito” e nem “anacrônico”, como adjetivou o médico, e, muito menos, cometendo o “crime de lesa-civilização”,

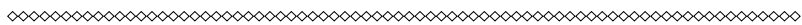
como sugerira que os contrários ao seu pleito estavam passíveis de cometer. E ele demonstra isso ao afirmar, em poucas palavras, que, se a instrução superior feminina era uma realidade nas nações civilizadas, o mesmo não acontecia em relação aos direitos políticos: “atendo muito às condições de tempo e de lugar”. (BARRETO, 1962, p. 75) Destaco que esse foi um dos argumentos utilizados quase duas décadas depois (1890/1891) para negar às mulheres o direito de votar e serem votadas.

Ao longo da sua fala, o jurista deixou evidente que não havia nenhum vínculo entre a emancipação científica e a política; ou seja, as mulheres que desejavam cursar Medicina, por exemplo, não estavam interessadas em assumir responsabilidades nos poderes legislativo e/ou executivo. Ledo engano, como mostram as táticas empreendidas por várias profissionais liberais – odontólogas, médicas e advogadas – em tentarem exercer o voto ou mesmo se candidatarem, ainda no século XIX.

Ana Paula Martins (2004, p. 204), ao analisar o pensamento de Tobias Barreto em relação à mulher, afirmou que, em outros textos, o jurista pernambucano continuou contrário aos direitos políticos das mulheres, fato que a leva a classificá-lo como “conservador”; ou seja, a defesa dos direitos femininos por esse intelectual pernambucano era parcial, devendo-se a uma questão de *manutenção de situação estratégica* masculina em uma sociedade que era e continuou a ser patriarcal. Nessa perspectiva, possibilitar às mulheres as ferramentas para exercer melhor o seu papel de formadoras dos “homens de bem” que iriam dirigir a nação, era diferente de deixá-las assumir os cargos que permitiam a esses mesmos homens decidirem o futuro do país. É a ideia da mulher como redentora moral da sociedade que guia a discurso de Tobias Barreto, como ele bem acentuou ao concluí-lo: “Todo homem tem a sua mania; e é infeliz aquele que não a tem: a minha mania, senhores, é pensar que grande parte, se não a maior parte

dos nossos males vem exatamente da falta de cultura intelectual do sexo feminino”. (BARRETO, 1962, p. 87) Certamente que, dentre as manias do jurista pernambucano, a exemplo de muitos de seus colegas, não se encontrava a de dividir o poder político que detinha.

As ideias defendidas tanto por Tobias Barreto como pelo doutor Malaquias não se restringiam à sociedade pernambucana; elas permeavam toda a sociedade brasileira, como bem demonstram Rohden (2001) e Martins (2004) ao analisarem a instituição da denominada “medicina da mulher” – a ginecologia e obstetrícia – no Brasil, bem como a visão que esta tinha da mulher. Poucos anos após a polêmica ocorrida na Assembléia Provincial de Pernambuco, Hahner (2003) registra a existência de um artigo que retoma as ideias misóginas apresentadas tanto pelo médico e deputado pernambucano como pelos autores do artigo “A mulher médica”, publicado pela *Gazeta Médica da Bahia* em 1868. E desta vez, sei o fator motivador para tal publicação na *Gazeta Acadêmica*, periódico certamente produzido por discentes dos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia:⁵ foi a chegada da gaúcha Rita Lobato ao curso de Medicina, transferida da instituição carioca. No debate que se instaurou nesse periódico, o grupo contrário à presença feminina utilizava “argumentos fisiológicos como o de que o pequeno tamanho do cérebro das mulheres impedia-as de reter a ‘intrincada jóia’ das verdades médicas”; e que elas deviam dedicar-se ao mundo doméstico e à família, enquanto “o outro lado do debate [...] argumentava que algumas mulheres podiam dominar temas científicos que homens de cérebros menores não



5 Apesar de localizar vários periódicos produzidos pelos acadêmicos da Faculdade de Medicina da Bahia, a exemplo de O Acadêmico, Instituto Acadêmico, A Razão, O Incentivo, Norte Acadêmico, não conseguimos localizar nos arquivos baianos exemplares da *Gazeta Acadêmica*. A própria June Hahner (2003, p. 173) declara ter tido acesso a cópias desse periódico em arquivo particular nos Estados Unidos da América.

texto, mas foi exteriorizada de forma incisiva na seguinte frase: “a mulher é profundamente diferente do homem. Cada uma das células do seu corpo traz a marca do seu sexo”. Por isso “nunca a mulher poderá ter as mesmas ocupações do homem, nem os mesmos poderes, nem as mesmas responsabilidades”. (HAGE, 1937, p. 225)

Em outras palavras, a Medicina, o Direito e o próprio Magistério não eram ocupações a serem desenvolvidas pelo sexo feminino, que deveria se dedicar aos filhos – concebê-los e criá-los –, uma vez que “a procriação é a finalidade naturalíssima da mulher”. (HAGE, 1937, p. 225) Dessa forma, “o seu papel no processo da civilização é muito mais relevante do que o do homem” (HAGE, 1937, p. 225) e ela não devia abandoná-lo em prol de responsabilidades ou ocupações outras, a exemplo do exercício político e profissional. Foram esses os argumentos apresentados pelo doutor Moysés Hage para defender a naturalidade do parto – com suas dores e complicações – como uma função.

Considerando-se que Diógenes Vinhaes, apesar do polêmico título do seu trabalho, em nenhum momento desvincula a mulher da maternidade, acredito que Hage tenha se valido do trabalho do seu colega para manifestar a sua posição contrária às ideias feministas – em prol dos direitos políticos e de uma educação intelectual voltada para o exercício de profissões liberais – de então. Esta suposição se origina das referências feitas no texto desse médico que afirma que o que colocava a vida das mulheres em risco não era o parto natural, a maternidade, mas uma falsa educação e a atuação de um “feminismo pedante” (p. 220), chegando a expressar o seguinte ensejo: “praza a Deus que nenhuma mulher, ‘sadia’ se impressione pelos falsos conceitos dos propugnadores do feminismo”. (HAGE, 1937, p. 225)

O que Hage definiu como “falsa educação” era toda educação que não se pautava nas diferenças biológicas entre os sexos,

pois, segundo a sua concepção, aspectos como tamanho e peso do cérebro e função reprodutiva deveriam determinar o tipo de educação a ser ministrado ao sujeito: “Não se deve dar às moças a mesma formação intelectual, o mesmo gênero de vida, o mesmo ideal dos moços. Os educadores devem levar em consideração as diferenças orgânicas e mentaes do homem e da mulher”. (HAGE, 1938, p. 226) Ao contrário do texto de Diógenes Vinhaes, o de Moysés Hage não causou nenhuma celeuma, dando-me a sensação de que as ideias por ele apresentadas eram comungadas por todos os membros daquela sociedade científica.

A contestação das afirmações misóginas utilizadas por Moysés Hage, já tinha sido feita por algumas feministas baianas dentre as quais se destacou Laurentina Pughas Tavares que, seis anos antes, ao participar de “A Tribuna Feminista” promovida pelo *Jornal A Tarde*, utilizando-se de dados científicos (quantitativos) respondeu às colocações misóginas acerca da capacidade intelectual feminina. Assim, se tivesse participado das discussões que tiveram lugar na Sociedade de Medicina de Itabuna quando o mencionado médico apresentou as suas teses, Laurentina teria dito:

No dia em que os paes encararem igualmente a instrução dos filhos e filhas deixando em todos elles se manifestar o pendor profissional, outra mentalidade se formará em torno do feminismo e alguns homens não terão tanta sem cerimônia no desrespeitar o direito das mulheres. Bischoff, sábio fisiologista allemão, anti-feminista ferrenho, affirmava a inferioridade da mulher pela sua exigüidade cerebral, porquanto achava para o cérebro do homem, um peso médio de 1350 grammas e para o da mulher 1250 grammas. Entretanto, morto Bischoff, pesaram o seu cérebro e acharam apenas 1245 grammas, 5 grammas abaixo da media por elle obtida para as mulheres. E então? (TAVARES, 1931, p. 2, grifo meu).

Obviamente, Laurentina procurou destruir os argumentos de seus contemporâneos acerca da inferioridade feminina. Certa-

mente, o Dr. Moyses Hage não tinha conhecimento da entrevista dada por ela seis anos antes, no jornal *A Tarde* e, com certeza, não sabia ou preferiu ignorar a história do cérebro do Dr. Bischoff. Assim, não é destoante mediar o diálogo fictício entre essas duas personagens, uma vez que, apesar do lapso de tempo entre suas falas, permanecia a discussão acerca das capacidades femininas e das atividades ou funções pertinentes às mulheres.

Um caso que ilustra a presença das ideias “anti-feministas” na Bahia, em específico na capital baiana, foi o ocorrido pela indicação de Edith Gama e Abreu,⁹ em detrimento do jornalista e escritor Eduardo Tourinho, para membro da Academia Baiana de Letras, em 9 de agosto de 1938. Esse seria mais um episódio “sereno” e lógico se um dos candidatos não fosse uma mulher, pois, a partir dessa candidatura criou-se uma celeuma que teve como um dos seus pontos altos a saída do presidente da Academia, em uma das sessões de preparação para a votação, em sinal de protesto pela quebra do estatuto da instituição que, segundo ele e o grupo ao qual pertencia, vetava a participação feminina.

Constavam da ordem do dia, duas questões: a elegibilidade de candidatos do sexo feminino e a realização da eleição [...]. Um grupo de acadêmicos, porém, que ficava em minoria, manifestaram-se contra esse modo de ver sustentando que, dizendo o citado art. 5º. que ‘só podem ser membros effectivos os bahianos que tenham, em qualquer dos gêneros da literatura, publicado trabalho’, etc., as mulheres estavam assim excluídas de fazer parte da Academia. Só teriam esse direito si no artigo, em vez de ‘bahianos’ simplesmente se lesse – ‘bahianos ou bahianas’, ou ‘bahianos de ambos os sexos’. [...]. Mal, porém, ia sendo feita a proposta para proceder-se logo à votação, um dos membros da minoria retira-se, propositalmente afim de que desfalcando-se o ‘quorum’ indispensável, não pudesse ser ella levada a effeito. [...]. Basta o número mínimo para haver sessão, que é 7. Com

9 Em “Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu”, Cláudia Vieira (2002) faz uma análise da obra de Edith Gama e Abreu.

essa atitude da totalidade dos membros da Academia que compareceram, não concordou o presidente, o dr. Braz do Amaral, que estava do lado da minoria, deixando a direção e convidando para assumil-a o 1º Vice-presidente, dr. Gonçalo Moniz. (ACADEMIA..., 1938)

Várias vozes, no entanto, se levantaram em defesa da eleição de Edith, dentre elas, Muniz Sodré, Gonçalo Moniz e Heitor Praguér Fróes que, na arena da Academia, faziam parte da corrente de J. J. Seabra que “não só era favorável a entrada de mulheres, mas, até quebrava lanças pela eleição de D. Edith da Gama e Abreu” (ELEIÇÃO..., 1938). Ao desenhar o perfil das fundadoras da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, Almeida (1986), quando fala desse episódio da vida da líder feminista baiana, faz a seguinte análise:

[...] aos 34 anos, entrea para a Academia de Letras da Bahia, quebrando a tradição nacional destas instituições de não admitir mulheres. Sua situação de classe mais uma vez reforçou as suas possibilidades e ajudou suas lutas individuais. J. J. Seabra e Dr. Praguér Fróes fizeram grande campanha e pressão para que fosse aceita. A resistência não foi pouca e alguns acadêmicos recusaram-se a freqüentar as reuniões a partir de então. (ALMEIDA, 1986, p. 59-60)

Por se tratar de uma instituição importante, composta por homens de prestígio, a luta extrapolou os domínios do privado para adentrar a dimensão pública onde, além de se acompanhar a “refrega”, passou-se a apoiar tanto uma corrente como a outra. Os partidários da candidatura feminina, por meio de entrevistas, defendiam o seu ponto de vista ou mesmo, de maneira anônima, as expressavam. Um exemplo é a nota que saiu no *Jornal Cidade do Salvador*:

Poucas luctas temos visto mais desarrozoadas que a da Academia de Letras da Bahia querendo fechar as suas portas à entrada de um representante do sexo feminino no seu seio. Na verdade,

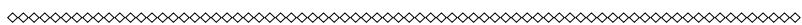
nunca vimos cousa mais absurda. Causa que colloca a Bahia de tanta fama numa situação pouco invejável. Por que, qual a razão de se negar à sra. Gama Abreu o direito de ser immortal na Academia Bahiana? Digna por todos os títulos de receber tal honraria a candidata foi eleita e tem direito ao seu posto. Reconhecer 'sexo no espírito' só mesmo uma visão muito vesga poderá fazer isso. Se a maioria da Academia de Letras da Bahia elegeu a sra. Gama e Abreu para fazer parte do seu cenáculo é porque os seus trabalhos, os seus dotes espirituales estão à altura daquele tradicional templo da intelligencia bahiana. Querer desbanca-la agora pela razão mais tola, mais infantil, mais chocante possível é recuo que não fica bem para intellectuales que se presam. A contenda bahiana chegou ao Rio e tem sido glosadissima (sic.). Todos se collocam ao lado da representante do sexo fraco, porque como disse o Sr. Afrânio Peixoto: - espírito não tem sexo! (NOTAS..., 1938)

Nota-se nas entrelinhas das falas dos protagonistas da ala contrária, que a circulação da ideia acerca de os espaços intelectuais não serem destinados às mulheres - afinal, ali, o critério de participação era estabelecido por meio dos méritos alcançados pelos altos exercícios racionais, atributos não desenvolvidos pelo "fraco sexo" - se fazia presente no meio intelectual baiano da década de 1930. Essa minha interpretação é reforçada pela análise da frase que Afrânio Peixoto proferiu em uma das reuniões da Academia Baiana de Letras, na qual se discutiam os motivos para a aceitação ou não da candidatura de Edith: "Não conheço sexo do espírito". (A MULHER..., 1938) Se traduzirmos essa afirmação como "a razão, o intelecto não tem sexo", evidente se torna que as ideias acerca da inferioridade intelectual feminina estavam presentes naquele ambiente e que seus adeptos - apesar de não as expressarem explicitamente - não permitiriam o acesso feminino àquele espaço e, com este intuito, utilizaram-se dos mais diversos artifícios, desde o argumento baseado na manutenção da tradição

dos estatutos, fruto da Academia Francesa de Letras,¹⁰ que previa a inelegibilidade feminina, até a sabotagem da eleição por meio das suas ausências, fato que inviabilizaria as eleições por falta de quorum.

A argumentação que utilizaram apareceu de forma mais elaborada e sutil no artigo “Eva e o seu domínio”, publicado pelo *Jornal A Tarde*, onde a preservação da tradição bem como a não alteração do “pensamento dos seus criadores” – entre eles, Machado de Assis – e nem o abandono do “modelo da Academia Franceza, à cuja cópia engendrou ele a nacional”, deveriam ser fatores a serem considerados ao se permitir a presença feminina. Interessante é que o autor desse artigo faz essas ressalvas para a Academia Nacional, pois, para ele: “Nada impede, porém, que as academias estaduais sejam mais urbanas e acessíveis as damas que não repudiam o estilo e o verso, a áspera proza e a rima suave, a forma do seu artigo de jornal e os ritmos de sua página de ficção” (EVA..., 1938)

Ele, inicialmente, aparentou não querer se indispor com nenhuma das facções, pois, a exemplo das outras falas, não entra diretamente na discussão acerca das capacidades intelectuais das mulheres, dos seus papéis e espaços a partir desta. E, mesmo aceitando o fato de que a vaga foi ocupada por uma mulher, revelou – ainda que de forma camuflada, a visão androcêntrica. Na sua fala há uma hierarquia, baseada no *status*, entre as academias regionais e a nacional, tendo esta última, em relação às outras, mais prestígio e destaque; portanto, as mulheres poderiam ser



10 Soma-se ao discurso acerca do “sexo fraco”, da inferioridade intelectual da mulher, para a não eleição de Edith Gama e Abreu o argumento de que a Academia Francesa não admitia mulheres e sendo tanto a baiana como a brasileira inspiradas naquela os seus estatutos não admitiam a participação feminina: “Duas correntes de opinião logo se formaram. Mas o que há de mais curioso é que a divergência, longe de atingir o mérito, dizia, apenas respeito ao... sexo dos candidatos. Um grupo de acadêmicos fiel à tradição seguida pela Academia Franceza e pelos 40 do nosso Petit Trianon, se oppunha, terminantemente, a que a casa admitisse uma mulher”. (ELEIÇÃO..., 1938)

admitidas nas regionais, mas não na nacional. E parece ser com esse intuito que conclui o artigo conclamando: “que os rapazes se apercebam da competição e aparelhem-se para defender os últimos redutos do seu antigo domínio.” (EVA..., 1938) Ao que tudo indica, porém, os acadêmicos da nacional, não quiseram ser taxados de vessos e retrógrados, como o foram os da baiana pela nota publicada no *Jornal Cidade do Salvador*, e, a partir de discussões passam, também, a aceitar a presença feminina no seu interior.

A entrada de Edith para a Academia Baiana de Letras foi acompanhada pelas integrantes da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, não só pelo fato de ela ser a sua presidente, mas, sobretudo, porque aquele fato representava não somente uma glória individual, mas, também, uma vitória para o movimento, uma vez que, com o apoio de “bahianos illustres e eminentes que trabalharam pela causa da mulher [...] esmagaram... um velho preconceito que proibia a candidatura feminina na Academia de Letras”. (FEDERAÇÃO..., 1938) Ou seja, na luta por direitos iguais, conseguiram alçar mais um degrau, reafirmando bem o seguinte princípio de Edith Gama e Abreu expresso em entrevista ao jornal *O Imparcial*:

Desde os primeiros anos de reflexão que formei para mim mesma essa norma indiscutível - ‘um direito não se pede, toma-se’. E se há quem nol-o recuse, também há quem nos ajude a conquistá-lo. Assim, resolvi candidatar-me à Academia de Letras da Bahia. Não me era estranho o obstáculo que certo grupo antepunha ao ingresso da mulher naquella cenáculo das lettras. (A MULHER..., 1938, grifo meu)

Bem, o “obstáculo” não era fato exclusivo do contexto baiano e brasileiro e muito menos das primeiras décadas dos noventa: ele esteve presente desde o momento em que as mulheres passaram a questionar os motivos que lhes negavam o acesso aos espaços de produção e socialização dos conhecimentos e, a exemplo do

VINHAES, Diógenes. O parto não é uma função natural. In: SOCIEDADE DE MEDICINA DE ITABUNA. *Annaes*: Ata da sessão de 1 de agosto de 1937. Itabuna: [s.n], 1937.

Referências

ALMEIDA, Maria Amélia F. de. *Feminismo na Bahia (1930-1950)*. Salvador, 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes Sociais e grupos de prestígio*. Salvador: EDUFBA, 1996.

BARRETO, Maria Renilda N. *Nascer na Bahia do século XIX: Salvador (1832-1889)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Programa de Pós-Graduação em História, 2000. (dissertação)

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre representações e práticas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 1, p. 131-45, 2001.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8606.pdf>>.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres, 2003.

HAHNER, June E. Educação e ideologia: profissionais liberais na América Latina do século XIX. *Estudos Feministas*, CIEC/ECO/URFJ, ano 2, n. 1, p. 52-64, 1 sem. 1994.

MARTINS, Ana Paula V. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

RAGO, Elisabeth Juliska. Francisca Prager Fróes e a igualdade dos sexos. *Labrys - Estudos Feministas*. Brasília, n. 8, ago./dez. 2005a. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys8>>. Acesso em: 26 jul. 2007.

- RAGO, Elisabeth Juliska. *Feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005b.
- ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 101-25, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n17/19078.pdf>>.
- ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 19 (sup.2), S201-S212, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a02v19s2.pdf>>.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- SAMPAIO, Gabriela dos R. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- SANTOS FILHO, L. *História Geral da Medicina*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1991. v. 1.
- SCHIENBINGER, Londa. *¿Tiene sexo la mente?* Tradução Maria Condor. Madrid: Cátedra, 2005. (Coleção Feminismos – Instituto de la Mujer/Universitat de Valencia).
- SCHWARCZ, Lilia Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Maria Luiza de B. M. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Departamento de História, 1998. (tese)
- VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- VIEIRA, Cláudia. *Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2002.
- WITTER, Nikele A. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no Sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

A POLÍTICA DE COTAS
NA AMÉRICA LATINA
*as mulheres e os dilemas
da democracia*

Ana Alice Alcantara Costa

Apesar de ser considerado um dos movimentos feministas mais atuantes na atualidade, as mulheres, na grande maioria dos países latino-americanos, convivem com um grande paradoxo: a intensa mobilização deste movimento e o avanço de importantes conquistas sociais não atingiram os espaços de deliberação política no âmbito estatal. Nesses países, as mulheres ainda convivem com baixos percentuais de participação política nas estruturas do poder formal.

O reconhecimento dessa defasagem vem mobilizando grandes esforços, nos últimos vinte anos, por parte das organizações feministas, no sentido de superar os entraves que subsistem nas sociedades patriarcais da América Latina. Dentre esses esforços, tem merecido destaque a luta pelo estabelecimento de políticas de cotas como um mecanismo capaz de promover a ampliação da participação das mulheres nas estruturas de poder formal.

A aplicação do sistema de cotas, em vários países, nas mais diversas modalidades, tem possibilitado não só uma avaliação do instrumento de ação afirmativa em si, mas, em especial, um tratamento mais qualificado sobre as variáveis institucionais aplicadas e suas possibilidades de sucesso ou fracasso em contextos específicos. Inevitavelmente, tem existido uma preocupação maior em analisar os três contextos mais relevantes em função dos extremos que ocupam. Refiro-me às experiências do sistema de cotas aplicado no Brasil, na Costa Rica e na Argentina, com resultados diametralmente opostos, isto é, o Brasil, país em que o sistema de cotas tem se mostrado um completo fracasso e as experiências da Argentina e da Costa Rica, onde, ao contrário, tem propiciado uma ampliação significativa da participação feminina.

A luta pelo voto e o déficit democrático

A luta sufragista teve início na América Latina já no começo do século XIX com manifestações ocorridas em diversos países, em especial, através da imprensa feminina. Assim ocorreu no Brasil com os jornais “O Jornal das Senhoras”, em 1852, e, posteriormente, “O Sexo Feminino”, e, no México, em 1970, através do jornal “Siempre Viva”. Na Costa Rica e em Cuba, em 1890, apareceram nos principais jornais as primeiras manifestações pela igualdade e pelos direitos políticos das mulheres no contexto das reformas eleitorais realizadas nos dois países. Mas foi na Argentina, em 1862, que essa luta se manifestou de forma mais concreta quando algumas mulheres da província de San Juan tiveram acesso ao voto qualificado nas eleições municipais. Apesar disso, foi nas duas primeiras décadas do século 20 que as manifestações feministas apareceram com mais intensidade na maioria dos países latino-americanos.

Nesse período, merece registro a articulação desenvolvida pela *National American Woman's Suffrage Association* (NAWSA) organização norte-americana que, sob a presidência de Carrie Chapman Catt, realizou em Baltimore, em 1919, a Primeira Conferência Inter-Americana de Mulheres com a participação de diversas lideranças latino-americanas. A partir daí, em vários países da América Latina foram criadas organizações feministas com as mesmas características da NAWSA, com o objetivo de implementar e coordenar a luta sufragista nos seus respectivos países. Essa iniciativa funcionou através da estruturação de redes estabelecidas entre distintas organizações nos diferentes países e propiciou um grande impulso ao sufragismo na região. (MONTANHO, 2007, p. 22)

O Equador foi o primeiro país a estabelecer o voto feminino, isso em 1929, seguido por Brasil e Uruguai, em 1932. No entanto, foi a década de 40 o período no qual um maior número de países estabeleceu uma legislação eleitoral que contemplasse o voto para as mulheres. Paraguai (1961) e Colômbia (1964) foram os países que mais demoraram em reconhecer os direitos políticos das mulheres. A conquista do voto foi acompanhada por um intenso processo de alistamento eleitoral por parte das mulheres.

Na atualidade, a participação feminina na maioria dos países latino-americanos atinge percentuais significativos na composição do eleitorado, chegando inclusive, em muitos países, como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, México, Panamá, Nicarágua, Uruguai e Paraguai, a se constituírem maioria absoluta (Tabela 1).

Tabela 1 – Participação da mulher na política latinoamericana, por país

PAÍS	ANO DE CONQUISTA DO VOTO	PARTICIPAÇÃO NO ELEITORADO	PARTICIPAÇÃO EM GABINETES MINISTERIAIS	PODER LOCAL
Argentina	1947	51%	25,0	8,5
Bolívia	1952	49,9	30,0	4,6
Brasil	1932	51,8	14,3	7,5
Chile	1949	52,4	36,4	12,1
Colômbia	1957	51,0	23,1	9,0
Costa Rica	1949	50,0	37,5	9,9
Cuba	1934	50,0	-	¹ 40,6
El Salvador	1939	54,1	15,4	8,0
Equador	1929	50,5	32,0	6,0
Guatemala	1945	45,8	25,0	2,4
Honduras	1955	50,6	25,0	8,1
México	1953	51,9	20,0	3,0
Nicarágua	1955	54,0	31,2	10,4
Panamá	1945	58,3	21,4	9,3
Paraguai	1961	52,5	10,0	5,7
Peru	1955	49,7	26,7	2,8
Rep. Dominicana	1942	50,4	17,6	11,3
Uruguai	1932	52,4	30,0	-
Venezuela	1947	50,0	18,5	7,2

¹ Um dado interessante em relação a Cuba é que nas últimas eleições para a Asamblea Nacional del Poder Popular (parlamento unicameral) as mulheres alcançaram 43,32 % dos cargos de deputados

Fonte: Idea Internacional 2007a; Llanos; Sample, 2008.

No entanto, apesar dessa supremacia na composição do eleitorado e do fato de que na maioria dos países as mulheres já exercem o direito de voto há mais de meio século, isso não significou que o acesso ao poder tenha sido possível para as mulheres. É suficiente uma análise dos percentuais de participação feminina nas esferas de poder, na grande maioria das democracias representativas da região, para vermos o quanto as mulheres estão longe deste direito e quanto esse acesso tem sido negado. Até os anos 1990, a participação das mulheres nas instâncias representativas do poder formal era ocasional, escassa e limitada, sendo estas geralmente eleitas por sua condição de esposas, filhas e/ou irmãs de pessoas reconhecidas no âmbito da política. (VENEZIANI, 2006, p. 11) Essa, aliás, ainda é uma prática comum em muitos países da América Latina, que se estende também para os homens, como uma forma de a família ou o grupo político seguir controlando o poder; e as mulheres têm se constituído em peça fundamental nesse jogo. (COSTA, 1998)

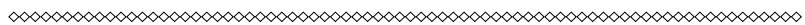
Na América Latina, até o momento, apenas cinco mulheres chegaram à presidência de seus países através do voto popular, três das quais perfeitamente integradas no modelo de ascensão como herança familiar. Assim foi na Nicarágua, com Violeta Chamorro (1990/97), viúva do jornalista Pedro Chamorro, líder da oposição não-sandinista ao ditador Anastácio Somoza; no Panamá, onde foi eleita Mireya Moscoso (1999/2004), após assumir a direção do Partido Arnulfista com a morte do seu marido Arnulfo Arias, presidente do Panamá por três vezes; e, mais recentemente, na Argentina, foi eleita Cristina Fernandez (2007/2011), advogada que, apesar de uma trajetória política própria como deputada provincial, deputada nacional e senadora, se candidatou em continuidade à gestão de seu marido, Nestor Kirchner. Foge a essa regra, Michelle Bachelet (2006/2010), eleita presidente do Chile. Médica, Ex-ministra da Saúde e Defesa, Bachelet construiu

sua liderança de forma autônoma e independente a partir de sua trajetória pessoal, profissional e partidária. E, agora, Dilma Rousseff, eleita presidente do Brasil com apoio do Lula, que foi Ministra de Minas e Energia e Ministra da Casa Civil.¹

Por outro lado, mesmo fugindo aos processos eletivos, o número de mulheres ocupando a chefia dos ministérios também ainda é muito pequena. Segundo Beatriz Llanos e Kristen Sample (2008), nos últimos anos, em função do estabelecimento de ações afirmativas em alguns países, houve um incremento significativo da presença feminina na composição da chefia dos ministérios na América Latina. Em 2007, a presença feminina chegou a 24%, o que significa um grande avanço se tomamos como parâmetro o percentual de 1996 quando a presença feminina não ultrapassava a casa de 8,4.

Esse crescimento se concentrou, basicamente, nos países que desenvolveram uma política de incorporação das mulheres às instâncias do executivo, a saber: Costa Rica, com 37,5%; Chile, 36,4%; Equador, 32%; Nicarágua, com 31,2%; e, também, a Bolívia e o Uruguai com uma participação que se aproxima dos 30%. O contraponto são países como Venezuela (18,5%), República Dominicana (17,6%), El Salvador (15,4%), Brasil (14,3%) e Paraguai (10%) nos quais a participação feminina na chefia dos ministérios continua muito baixa. (LLANOS; SAMPLE, 2008, p. 18)

Nessas estruturas, a participação feminina tende a aumentar à medida que diminui a hierarquia das esferas de decisões, ou seja, quanto mais importante o cargo, menor o número de mulheres. No que se refere às instâncias do Executivo cujo acesso se dá atra-



1 Não obstante, outras mulheres já estiveram à frente dos governos centrais na América Latina através de outros processos que não o voto direto. Assim foi o caso de Isabel Perón, eleita Vice-presidente da Argentina e que com a morte do seu marido Juan Perón assumiu a Presidência da República, em 1979. Em 1979, Lidia Gueiler assume interinamente a Presidência da Colômbia por determinação do Congresso Nacional, depois do golpe de Estado que destituiu Walter Guevara Arce. Também em 1997, Rosalia Arteano assume a presidência do Equador por apenas três dias. (LLANOS; SAMPLE, 2008)

vés de processos eleitorais, onde não existe ainda nenhum sistema de cotas ou política de ação afirmativa a participação feminina segue irrisória e mesmo nos países onde a participação atinge dois dígitos ela é pequena, como é o caso do Chile, República Dominicana e Nicarágua. Os dados da Tabela 1 apresentam claramente essa situação.

Por outro lado, essa baixa participação das mulheres nas estruturas do poder formal nos países latino-americanos não significa que as mulheres têm estado excluídas da ação política, da participação política em uma perspectiva mais ampla. Vários estudos têm demonstrado a intensidade e a amplitude da participação feminina, em especial, junto aos movimentos sociais.

Referindo-se aos processos de democratização vivenciados em vários países latino-americanos (a exemplo de Chile, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Peru etc.), nos anos 80, no contexto de enfrentamento aos regimes militares e, posteriormente, de construção democrática, Sonia Alvarez destaca a importância da participação das mulheres no processo. Segundo essa autora (1994, p. 227) foram as mulheres que encabeçaram os protestos contra a violação dos direitos humanos, que buscaram soluções criativas para as necessidades comunitárias diante do descaso por parte do Estado. Foram elas que engrossaram as fileiras do movimento sindical e que lutaram pelo direito à terra. Foram as mulheres afro-brasileiras que ajudaram a criar um crescente movimento de consciência negra, antirracista; foram as lésbicas que se uniram aos homossexuais na luta contra a homofobia; foram as universitárias que pegaram em armas contra o regime militar ou que se integraram aos partidos de oposição. No entanto, toda essa participação feminina não se configurou em possibilidade real de acesso ao poder político.

A tão almejada democracia em muitos destes países deixou de fora a maioria do eleitorado, o eleitorado feminino. A promessa da igualdade democrática não chegou de fato para as mulheres. Em todas as sociedades ditas democráticas, as mulheres tiveram de lutar arduamente, e seguem lutando, para ter acesso a direitos comuns a qualquer cidadão masculino, a exemplo de salário igual para trabalho igual, oportunidades de promoção, direito a integridade física, acesso ao trabalho, direito ao voto. Não obstante, a conquista do direito ao voto e do direito a candidatar-se aos postos de representação pública, na prática, não significou o direito de serem eleitas. (PETIT, 2007, p. 107)

A impossibilidade de se elegerem, que as mulheres vêm encontrando ao longo da história, põe em cheque o compromisso democrático dessas sociedades bem como o discurso normativo da igualdade existente na maioria dos textos constitucionais onde a inclusão formal das mulheres está explicitada. Vários teóricos da democracia vêm apontando a inclusão das mulheres dentre as condições mínimas que definem o caráter democrático de uma sociedade. Exemplo nesse sentido é Roberto Dall que aponta como condições mínimas para o exercício da democracia a existência de partidos políticos e de organizações da sociedade civil com participação paritária de homens e mulheres, com programas e ideologias distintas da dominante, a aceitação de uma oposição política, o direito de qualquer indivíduo ou grupo desafiar ou substituir, através de eleições, a quem está no poder, a garantia da liberdade de expressão e de associação, a independência dos meios de comunicação e o respeito aos direitos humanos dos cidadãos e cidadãs, especialmente das minorias (1993, p. 29).

Nesse mesmo caminho, segue Norberto Bobbio ao definir a “[...] democracia como via, como método, como conjunto de regras do jogo que estabelecem como devem ser tomadas as decisões coletivas e não quais decisões coletivas devem ser tomadas”

Para Almudena Hernando, além dessas questões colocadas por Anne Phillips, está o fato de que a identidade de gênero que segue sendo transmitida às mulheres faz com que elas enfrentem e vivenciem o poder de uma forma subjetiva muito distinta das vivências masculinas: “o poder implica para elas conflitos, desgastes e solidão ao que os homens, comumente, não têm que enfrentar”. Para a autora, essas dificuldades enfrentadas acontecem por conta do “[...] contexto subjetivo, identitário, inconsciente, determinado por séculos e séculos de identidade de gênero transmitida e reproduzida de acordo ao qual, às mulheres não lhes correspondiam ocupar posições de poder” (2003, p. 16).

Para esse mesmo caminho se direciona Verônica Pérez que, ao fazer referência a autores como Inglehart, Norris y Welzel, destaca o papel da cultura no estabelecimento de limites ao acesso das mulheres ao poder. As atitudes tradicionais são uma das principais barreiras de acesso aos cargos de representação política, na medida em que os valores predominantes em uma sociedade determinam o tipo de direitos, recompensas e poderes, para homens e mulheres, nas distintas esferas da vida social e política. As mulheres não só sofrem as limitações impostas pela sociedade em geral, através dos papéis de gênero, mas, também limitações impostas por elas mesmas, definidas por sua condição de gênero subalterno, visto que a predominância de tais atitudes pode influir diretamente sobre a preparação e a decisão de se candidatar, assim como nos critérios utilizados pelos partidos políticos, pelos meios de comunicação e pelo próprio eleitorado ao escolher seus candidatos. (PÉREZ, 2006, p. 57)

Na perspectiva de superar esses entraves na participação política das mulheres, Anne Phillips (1996) propõe, em linhas gerais, três possíveis soluções: 1) uma diferente divisão sexual do trabalho na produção e reprodução, com um reparte igualitário de toda a gama de trabalho remunerado e não remunerado existente na

sociedade e que, até agora, é de responsabilidade quase exclusiva das mulheres; 2) a modificação na situação de trabalho dos políticos para que seja possível abrir possibilidades de participação para pessoas com responsabilidades parentais ativas; 3) a eliminação dos preconceitos de tipo “club masculino” próprios do eleitorado ou dos encarregados de escolher os candidatos nos partidos, algo que exige medidas de ações afirmativas para estimular a eleição de mulheres.

Como aponta a própria autora, as feministas, nos últimos anos, têm envidado, sistematicamente, mais esforços na implementação do terceiro tipo de problema, o que, para ela, é uma demonstração de que não acreditam muito na possibilidade de mudar os dois primeiros. Eu diria que o que vem ocorrendo, de fato, é uma maior visibilidade nas ações direcionadas a mudanças no âmbito do Estado, como é comum ocorrer. A intervenção feminista nas diversas instâncias da vida social, no sentido de implementar mudanças no cotidiano feminino e, em especial, das famílias, tem sido a prática corrente do feminismo em mais de dois séculos de existência. A luta ideológica, a perspectiva de mudanças nos padrões culturais e a batalha incessante pela mudança na divisão sexual do trabalho e da afetividade do feminismo enquanto movimento social ou enquanto prática política tem buscado, precisamente, implementar as duas primeiras possíveis soluções indicadas pela autora; no entanto, exatamente por se travar, “essencialmente”, no âmbito privado, ela não é tão fortemente identificada e, até mesmo, pouco visibilizada. (COSTA, 2008b, p. 10)

Por outro lado, não podemos esquecer a importância do papel do Estado como força política capaz de influenciar, implementar ações e políticas públicas transformadoras e, mesmo, através de medidas punitivas, mudar as práticas discriminadoras e excludentes em relação às mulheres. Nesse sentido, a implementação de ações afirmativas, a exemplo do sistema de cotas, pode ser um

dos caminhos para a construção de uma sociedade realmente democrática, garantindo uma participação paritária entre homens e mulheres.

As cotas na América Latina

A Argentina foi o primeiro país na América Latina a adotar um sistema de cotas, através da alteração do artigo 60º do Código Eleitoral, em 1991, a chamada “Ley de Cupos” que estabelecia a obrigatoriedade de que as listas de candidatos apresentadas pelos partidos em nível nacional garantissem um mínimo de 30% de mulheres.

A lei foi fruto de todo um esforço das mulheres argentinas, em um processo iniciado ainda durante a ditadura militar com a ação das “Mães e Avós da Praça de Maio”, as primeiras a saírem em público denunciando as barbáries do regime militar e clamando pelo retorno do Estado de Direito. Paralelamente a esse movimento, desenvolveu-se um amplo movimento de mulheres ligado aos movimentos de resistência à Ditadura Militar. Em fins dos anos 80, já era intensa a mobilização pela implantação de uma política de cotas protagonizada por setores do feminismo articulados com mulheres militantes dos partidos políticos.

Inicialmente, a partir da experiência de países europeus, as mulheres tentaram negociar com os partidos majoritários a introdução das cotas nos programas partidários. Diante da reação negativa dos partidos, a nova estratégia foi apresentar projetos de reforma ao Código Eleitoral Nacional com o objetivo de “obrigar as organizações partidárias a incluir mais mulheres nas suas listas de candidatos aos cargos eletivos”. (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2006, p. 8)

Em novembro de 1989, a senadora Margarita Malharro de Torres, da União Cívica Radical (UCR), eleita pela província de Men-

donza, apresentou um projeto de Reforma Eleitoral que obrigava as organizações partidárias a incluírem mulheres nas listas de candidatas a cargos legislativos. (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2006, p. 9; MONTANHO, 2007, p. 28)

Em 1990, forma-se a Rede de Feministas Políticas, integrada por quinze organizações partidárias, que, com o lema “Com poucas mulheres na política, mudam as mulheres; com muitas mulheres na política muda a política”, passou a ser a entidade organizadora de todo o processo de análise e pressão para a aprovação da Lei de Cotas. (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2006, p. 9)

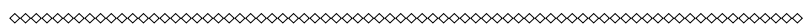
Em novembro de 1991, é sancionada a Lei n° 24.012, baseada na proposta da Senadora Malharro de Torres, e em março de 1993, foi promulgado o Decreto n° 379, que regulamentava aquela Lei, definindo mais explicitamente o mecanismo de cota feminina, ao estabelecer que “[...] a finalidade da lei é lograr a integração efetiva da mulher na atividade política, evitando sua postergação ao não se incluir candidatas femininas entre os candidatos com expectativa de serem eleitos”. (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2006, p. 10)

Em 1994, diante da constatação de que, mesmo aqueles partidos que cumpriam a lei, colocavam as mulheres nas listas em posições sem possibilidades de serem eleitas, foi realizada uma mudança na “Ley de Cupos” estabelecendo como exigência que as mulheres deveriam estar posicionadas nas listas em lugares com possibilidades reais de serem eleitas (uma mulher em cada três posições na lista) e se essa determinação não fosse cumprida, o partido não poderia inscrever sua lista e ficaria de fora do processo eleitoral. No entanto, esse requisito legal é cumprido de uma forma mínima pelos partidos, que costumam colocar as candidatas unicamente nos terceiros postos. (TOBAR; VILLAR, 2006, p. 42)

Na tentativa de reverter essa prática partidária, várias contendas judiciais foram interpostas pelas mulheres no sentido de obrigar os partidos políticos a cumprirem a Lei de Cotas em sua integralidade.³ Como consequência desses conflitos, em 2000, o então presidente De La Rúa promulgou um novo decreto o Decreto Regulamentário n° 1.246 que estabelecia: 1) a cota eleitoral se aplica a todos os cargos eletivos de deputados, senadores e Constituintes Nacionais; 2) os 30% das candidaturas que devem ser destinadas às mulheres se referem à quantidade mínima; 3) a cota só é considerada cumprida quando aplicada ao número de cargos que cada organização partidária renova na eleição correspondente. (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2006, p. 12)

Apesar dessas dificuldades na relação com os partidos, a Lei de Cotas na Argentina garantiu um impulso significativo na presença feminina no sistema representativo, passando de 5,9%, em 1991, para mais de 30%, na atualidade. Hoje, as mulheres preenchem 39,6% das vagas da Câmara de Deputados. Essa experiência da Argentina tem servido de estímulo e exemplo para a implantação de políticas de cotas em outros países da América Latina.

Porém, foi com a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz, realizada em Beijing, na China, em 1995, que os mecanismos de ações afirmativas passaram a contar com a aceitação por parte dos governos nacionais, ao serem convocados a criar condições para o acesso efetivo das mulheres às instâncias de decisão. Na origem desse processo, foi fundamental a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), das Nações Unidas, de 1979, momento em que a desi-



3 Merece registro o processo movido por María Merciadri de Morini, afiliada da UCR, em 1994, que apresentou denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) alegando violação de direitos políticos, da igualdade perante a lei. O CIDH admitiu o caso e interveio junto ao governo do Presidente Fernando de La Rúa. Em março de 2001, chegou-se a uma solução amistosa para o conflito.

gualdade vivenciada pela maioria das mulheres no âmbito político passa a ser motivo de interesse e atenção por parte dos organismos internacionais.

Após a Conferência de Beijing e a aprovação da Plataforma de Ação, em menos de cinco anos, dez países da América Latina impulsionaram o sistema de cotas e, apesar de a maioria ter adotado a cota de 30%, a diversidade de modalidades tem sido surpreendente (Tabela 2).

Nesse contexto pós-Beijing, um dos primeiros países a estabelecerem o sistema de cotas foi a Costa Rica, que hoje se constitui em uma das experiências de maior sucesso na região. O processo de luta pela implantação da política de cotas no país começou logo após a ratificação da CEDAW, em 1984, quando, por pressão do movimento de mulheres, alguns partidos começaram a criar mecanismos internos para promover e garantir a participação efetiva das mulheres na distribuição dos cargos e listas eleitorais. Porém, apesar da ampla mobilização, somente em novembro de 1996 foi aprovada a Lei n° 7.653 que estabelece o sistema de cotas pelo qual os partidos devem assegurar 40% de participação feminina tanto na estrutura partidária como nas cédulas para as candidaturas à eleição popular. A lei explicita, também, que as mulheres devem ser candidatas a postos elegíveis e recomenda a alternância e o respeito à média histórica. (MONTANHO, 2007, p. 29)

Tabela 2 – Cotas e sistemas eleitorais na América Latina

PAÍS	ANO DA COTA	% DE MULHERES ANTES DA COTA	% MULHERES HOJE	COTA MÍNIMA POR LEI	DEFINIÇÃO DE POSIÇÃO NA LISTA	TIPO DE LISTA
Argentina	1991	Câmara: 06,0 Senado: 03,0	38,3 38,9	30	sim	fechada
Paraguai	1996	Câmara: 03,0 Senado: 11,0	10,0 08,9	20	sim	fechada
México	1996	Câmara: 17,0 Senado: 15,0	22,6 17,2	30	não	fechada
Bolívia	1997	Câmara: 11,0 Senado: 04,0	16,9 03,7	30	sim	fechada
Brasil	1997	Câmara: 6,4 Senado: 6,3	08,8 12,3	30	não	aberta
Costa Rica	1997	Unicameral: 14,0	36,8	40	sim	fechada
Rep. Dominicana	1997 2000	Câmara: 12,0	19,7 03,1	25 33	não	fechada
Equador	1997	Unicameral: 04,0	26,0		sim	aberta
Panamá	1997	Unicameral: 08,0	15,3	30	não	aberta
Perú	1997	Unicameral: 11,0	29,2	25	não	aberta
Honduras	2000	Unicameral	23,4			
Uruguay	2004	Câmara: 11,1 Senado: 09,7				
Venezuela	1997	Unicameral	18,6	30	Não	fechada

Fonte: Veneziani, 2006; Idea Internacional, 2007a; Llanos; Sample, 2008

adotados no Equador e no Peru. A experiência chama a atenção pelo mecanismo utilizado, que vem dando importantes resultados. Em 1997, o Equador havia estabelecido uma cota de 20%, mas sem grandes resultados. Em 2000, por uma importante mobilização das mulheres, foi modificada a “Lei de Eleições” ou “Lei de Participação Política” estabelecendo 30% e um incremento gradual de 5%, a cada eleição, até chegar à paridade (50%). Segundo o artigo 58, da Lei de Eleições:

As listas de candidaturas em eleições pluripessoais deverão apresentar-se com no mínimo, trinta por cento (30%) de mulheres entre os principais e trinta por cento (30%) entre os suplentes de forma alternada e seqüencial, percentual que será incrementado em cada processo eleitoral geral, em cinco por cento (5%) adicional até chegar a igualdade na representação. Se tomará em conta a participação étnico-cultural. (PACARI, 2004, p. 3)

Toda a mobilização tomou como partida, o artigo 102 da nova Constituição do Equador aprovada em junho de 1998, que estabelece:

O Estado promoverá e garantirá a participação equitativa de mulheres e homens como candidatos nos processos de eleição popular, nas instancias de direção y decisão no âmbito público, na administração de justiça, nos organismos de controle e nos partidos políticos.

No Peru, o Congresso da República aprovou as cotas, em outubro de 1997, com a Lei n° 26.864 estabelecendo 25% para as eleições municipais e do Congresso Nacional. O artigo 10° da Lei de Eleições Municipais estabelece que a lista de candidatos deve ser apresentada em um único documento no qual se indique a posição dos candidatos na lista, que deve estar formada por, pelo menos, 25% de homens ou mulheres. Em dezembro de 2000, através da Lei n° 27.387 aumentou-se a cota mínima de homens ou mulhe-

res nas listas de candidatos ao Congresso da República em 30%. (MASSOLO, 2007, p. 34)

Em seu estudo sobre participação política das mulheres na América Latina, no âmbito local, Alejandra Massolo (2007, p. 34) destaca como elemento fundamental para o sucesso do sistema de cotas do Peru, apesar da modalidade de lista aberta e da fragilidade dos mecanismos de sanções, a atuação de quatro instituições: o Movimento Manuela Ramos, Associação de Comunicadores Sociais CALANDRIA, o Centro de Estudos Sociais e Publicações (CE-SIP) e o Centro de Estudos para o Desenvolvimento e a Participação (CEDEP) que desenharam um programa de promoção política da mulher, o PROMUJER, responsável por um intenso trabalho de sensibilização de mulheres para a política e de formação política para mulheres candidatas.

Outras experiências que se destacam no conjunto de análise da implementação do sistema de cotas na América Latina, não tanto pelo seu sucesso, mas, exatamente, pela possibilidade de identificação dos problemas e modelos não promissores, são os processos do México, Venezuela e do Brasil, este último como o exemplo de experiência mais fracassada na região.

No México, a Lei de Cotas foi também estabelecida em 1996, após um processo de mobilizações, que teve início, em 1993, com a reforma do Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais (COFIPE) que determina que os partidos devem promover maior participação das mulheres na vida política (§ III, art. 175). Apesar do caráter generalista, essa legislação produziu um impacto na eleição de 1994, quando o percentual de mulheres passou de 8,4 para 13,8%, na Câmara Federal, e de 4,6% para 13,3%, no Senado. Em 1996, o COFIPE sofreu nova alteração com a incorporação do parágrafo XXII que estabelece que “os partidos políticos nacionais considerarão nos seus estatutos que as candidaturas

a deputados e senadores não excedam 70% para um mesmo gênero”. (REYNOSO; D’ANGELO, 2004, p. 5-6)

Em 2002, na tentativa de tornar a lei de cotas mais eficaz, produz-se mais uma alteração no COFIPE, acrescentando-se três alíneas no artigo 175 pelas quais, em linhas gerais, ficam estabelecidos: a alternância na composição da lista definindo que, em cada um dos três primeiros segmentos de cada lista, haverá a candidatura de um sexo distinto; que o partido ou coalizão que não cumprir o dispositivo responderá junto ao Conselho Federal do Instituto Federal Eleitoral; e a punição do partido com a anulação do registro de candidaturas, em caso de reincidência. (REYNOSO; D’ANGELO, 2004, p. 6)

Apesar dessas mudanças, a legislação eleitoral, ao não definir em quais tipos de candidaturas devem incidir as cotas, deixa brecha para que os partidos burlem a lei, colocando as mulheres, geralmente, na suplência. Essa prática tem impedido resultados significativos, posicionando o México no rol dos países em que a política de cotas não tem surtido os efeitos esperados, conforme podemos ver na Tabela 2 cujos dados apresentam um percentual de 22,6% de mulheres na Câmara e 17,2% no Senado.

No México, todo esse processo foi construído a partir de importantes alianças suprapartidárias de mulheres militantes com o objetivo de estimular e reivindicar mecanismos que ampliassem a participação feminina nas instâncias de decisões, dentre as quais se destacou o Grupo Plural. (MONTANHO, 2006, p. 29)

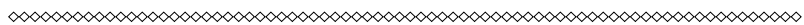
A experiência da Venezuela também merece registro. Em 1997, através do artigo 144 da Lei Orgânica do Sufrágio e da Participação Política, estabeleceu-se a obrigatoriedade dos partidos políticos e de grupos de eleitores incluírem um mínimo de 30% de candidatas nas listas eleitorais. Depois de implementado, na eleição seguinte, em 1998, o Sistema de Cotas foi considerado inconstitucional pelo Conselho Nacional Eleitoral, tido como contrário ao princí-

pio de igualdade estabelecido na Constituição Venezuelana. Essa decisão foi ratificada, posteriormente, pelo Tribunal Supremo de Justiça. Em 1999, a nova Constituição, a Bolivariana, estabelece, pela primeira vez, no texto principal do país, de forma explícita e direta, o princípio da igualdade de direitos entre os cidadãos, estabelecendo, de forma clara, a diferença entre a “igualdade formal” e a “igualdade real e efetiva”.⁵ A nova Constituição confere também aos Poderes Públicos capacidade para adotar ações positivas, quando sejam necessárias, para garantir a igualdade Real e Efetiva. (PRINCE, 2008, p. 5)

Posteriormente, em 2005, por forte pressão do movimento feminista, usando, em especial, o postulado da igualdade contido na Constituição Bolivariana, o Conselho Nacional Eleitoral aprovou uma nova resolução estabelecendo a paridade e a alternância nas listas partidárias aos cargos de eleição popular. Em função da sua fragilidade e da inexistência de um sistema mais forte de controle, essa lei tem tido pouca eficácia na ampliação da participação política das venezuelanas.

O caso brasileiro

Apesar de constitucionalmente terem conquistado a cidadania política, desde 1934, e de hoje representarem a maioria absoluta do eleitorado, as mulheres brasileiras não têm conseguido se



5 A Constituição Bolivariana da Venezuela em seu **Artículo 21**, estabelece que “Todas as pessoas são iguais perante a lei, e em conseqüência: 1. Não serão permitidas discriminações baseadas na raça, sexo, crença, condição social ou aquelas que, em geral, têm como objetivo ou resultado anular ou menosprezar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade, dos direitos humanos e liberdades de toda pessoa; 2. A lei garantirá as condições legais e administrativas para que a igualdade perante a lei seja real e eficaz; adotará medidas positivas em favor de pessoas ou grupos que possam ser discriminados, marginalizados ou vulneráveis, protegerá especialmente aquelas pessoas que por qualquer uma das condições antes de especificados, se encontram em circunstancia de aparente fraqueza e punirá eventuais abusos ou maus tratos a que contra elas se cometam. Constitución Bolivariana de Venezuela. Base de Datos Políticos de las Américas. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Venezuela/ven1999.html>>. Acesso em: 2 jan. 2009.

constituir cidadãs de fato, exercendo ativamente a prerrogativa de votar, mas, também, de serem votadas. As mulheres representam 51% do eleitorado nacional, mas não chegam a ocupar 10% dos cargos eletivos do país. Segundo dados da União Inter-Parlamentar, o Brasil tem um dos registros mais baixos, com 8,8% de mulheres. Essa posição está abaixo da média mundial e coloca o Brasil na centésima terceira posição, em um total de 135 países na classificação mundial. (BALLINGTON, 2009, p. 173)

A Lei n° 9.100, de 1995, conhecida como Lei de Cotas, que estabeleceu um mínimo de 20% das candidaturas partidárias reservadas para as mulheres, aplicada nas eleições municipais de 1996, não foi suficiente para alterar o quadro de exclusão política das mulheres brasileiras. Em 1997, foi aprovada a Lei n° 9.504 que ampliou para 25% a “obrigatoriedade” de candidaturas femininas, nas eleições de 1998, e para 30%, na seguinte. Assim, hoje, a lei “garante” 30% de candidaturas femininas no total de candidatos apresentados pelos partidos para os cargos nas eleições proporcionais - vereadores(as) e deputados(as) estaduais e federais. Anteriormente, o Brasil já tinha vivenciado outras experiências de cotas políticas. Em 1991, o Partido dos Trabalhadores (PT) aprovou uma cota de, no mínimo, 30% para cada um dos sexos, para os seus cargos de direção. Em 1993, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) adotou a mesma política estabelecendo como norma o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas para qualquer sexo.

Apesar das cotas, o aumento da participação feminina tem sido irrisória, não tendo alterado sequer o índice de “crescimento”, nos últimos anos, quando não houve decréscimo. Na Câmara Federal, a participação feminina passou de 5%, em 1994, para 9%, em 2006, permanecendo o mesmo na eleição de outubro último. As senadoras passaram de 8%, em 1994, para 12,3, em 2002, apresentando o mesmo percentual em 2006 e agora, em 2010,

registrou-se um pequeno aumento para 14%. Nas Assembleias Legislativas, as mulheres representavam 10%, em 1998, em 2002, passaram para 12,4% e, em 2006, houve uma redução para 11,6%; no último ano, passaram para 12,93, também um aumento insignificante. Já nas Câmaras Municipais, onde a presença feminina, tradicionalmente, é mais significativa, o número passou de 7%, em 1996, para 11,6%, em 2002, e 12,6%, em 2006.

Segundo análises trazidas por Clara Araújo, a Lei de Cotas brasileiras define o mínimo de 30%, por sexo, no total da lista, porém, ao estipular que as listas podem ter até 150% de candidaturas em relação ao número de cadeiras a serem preenchidas, as cotas são sobre o 150%, isto é, sobre a lista potencial e não sobre a efetiva. Outra questão é que o não preenchimento não implica em penalidade; não há sanção (2009, p. 107).

Esses dados apontam para a fragilidade da Lei de Cotas brasileira, na medida em que não esta contempla qualquer mecanismo que garanta sua obrigatoriedade por parte dos partidos políticos, visto que não existe qualquer tipo de penalidade para aqueles que não garantam os 30% de mulheres.

Durante o processo de discussão da reforma política, no Congresso Nacional, iniciado logo após a primeira eleição do Governo Lula, o movimento feminista descortinou a possibilidade de aprimorar a legislação eleitoral no sentido de criar mecanismos mais eficientes que garantissem a ampliação do número de mulheres nas estruturas formais do poder. Ao final do processo, bem poucas mudanças foram incorporadas ao relatório final da reforma.

As mulheres reivindicavam que fossem destinados 30% do fundo partidário para a educação política de mulheres, mas, na negociação, estabeleceu-se apenas 20% dos recursos destinados aos partidos políticos. A questão do tempo na propaganda partidária gratuita em TV e rádio para o tema da participação política das mulheres ficou vaga, não tendo sido definido um percentual.

Outras demandas, como a alternância de sexo nas listas preordenadas e o financiamento público de campanha sequer foram contemplados. Nem mesmo uma legislação mais firme que, de fato, garantisse a aplicabilidade da Lei de Cotas foi aprovada. (COSTA, 2008c)

Essa dificuldade enfrentada pela bancada feminina para negociar e aprovar parte das suas iniciativas reflete exatamente o significado da força política das mulheres no Congresso Nacional brasileiro, em que não chegam a representar 10% do total dos parlamentares que constituem as duas Câmaras. A ausência das mulheres nas mesas de negociações, a dificuldade de atuarem como um bloco de gênero, submersas como vivem em um mar de interesses partidários e patriarcais, torna difícil imaginá-las conseguindo conduzir processos de mudanças ou, mesmo, de reformas.

Na verdade, vive-se um paradoxo entre a força política de mobilização do movimento feminista de mulheres no Brasil e sua representação, de fato, nas instâncias de deliberação e implementação de políticas. A ausência feminina das estruturas de poder no país reflete, também, em sua possibilidade de intervenção, em sua capacidade de transformação democrática, em sua dificuldade de se constituir enquanto sujeito político demandante. (COSTA, 2008c) Aliás, esse é um quadro que se repete em vários países da América Latina, como já vimos aqui.

As cotas como um caminho para a paridade

Uma análise mais superficial dos resultados das políticas de cotas na América Latina pode levar à falsa visão de que essa experiência não tem sido capaz de alterar significativamente o grau de participação feminina nas estruturas de poder, na medida em que, exceto na Argentina e Costa Rica, os índices de presença

feminina seguem irrisórios. Nos países que implantaram algum tipo de cotas para o legislativo, anteriormente, a média de participação feminina ficava em torno dos 8%; hoje, depois do estabelecimento das cotas, a média está em torno de 13%. Como podemos ver, até então, a alteração vem sendo muito pequena.

Porém, sabe-se que não é suficiente estabelecer um sistema de cotas, que as leis por si só não asseguram a ampliação da participação política das mulheres, que outras variáveis interferem sobre a possibilidade das mulheres serem eleitas, fatores associados à articulação de processos históricos, matrizes culturais etc. Segundo Drude Dahlerup (2003).

However, research has shown that the quota system requires that women's organizations develop programs of capacity building for the nominated and elected women. If the quotas for women shall lead for empowerment of women, the elected of women must get for women capacity an possibilities to perform their new task, in especially strong patriarchal societies. At the same time, quotas properly implement, might contribute to a more gender balanced society.

Diversos estudos têm demonstrado que o sucesso ou fracasso do sistema de cotas está diretamente relacionado às características do sistema eleitoral, à exatidão das normas que sustentam este tipo de medidas e à ativa participação da sociedade não só na implementação e acompanhamento, mas, em especial, no monitoramento destas normas, da modalidade aplicada e do conjunto de sanções disponibilizadas para sua implementação. (VENEZIANI, 2006, p. 25)

Argentina, Bolívia, Costa Rica, República Dominicana, Paraguai e Venezuela utilizam o sistema de listas de candidatos fechadas, isto é, um número de candidatos organizados a partir de uma ordem de prioridade. O eleitor vota na lista em sua totalidade, sem possibilidade de alterar a ordem. Se a Lei de Cotas define a

posição que as mulheres devem estar nessa lista, a possibilidade de sucesso é garantida, caso contrário, como ocorre na Costa Rica, República Dominicana e Venezuela, onde a legislação em vigor não diz nada a respeito do lugar que as mulheres devem ocupar na lista, os partidos tendem a situar as mulheres no final da lista, diminuindo, assim, as possibilidades de serem eleitas.

Segundo Mark Bou (2000, p. 8), para que um sistema de listas fechadas seja efetivo, as leis relativas ao sistema de cotas devem incluir a determinação da posição a ser ocupada pelas mulheres na lista (mandato de posição) e estabelecer mecanismos de controle e de obrigatoriedade. Esse é o caso de Argentina, Bolívia e Paraguai, países nos quais a lei determina que se o partido não cumprir a cota não pode fazer o registro dos seus candidatos.

No México, Equador, Peru, Brasil e Panamá, a legislação não especifica a posição que as mulheres devem estar na lista, bem como não estabelece mecanismos de controle. Esse tipo de política de cotas tende a fracassar no seu objetivo de ampliar a presença feminina. Se não há uma determinação expressa para a colocação das candidaturas femininas nas listas, o objetivo da cota tende a se perder diante das direções partidárias, geralmente, em mãos masculinas.

Algumas conclusões

A partir da experiência do sistema de cotas na América Latina podemos tirar algumas lições que podem contribuir, de forma efetiva, para a equidade das mulheres. As primeiras dessas lições são:

- para que o sistema de cotas funcione em condições de atender seus objetivos é necessário que apresente um conjunto de normas e procedimentos claros, precisos e de acesso para todas;

- como forma de garantir seu cumprimento, é necessário que a política contemple uma série de mecanismos legais de punição e restrições para aqueles que não atendam às determinações da lei;
- o sistema eleitoral é um mecanismo fundamental no sucesso da cota, assim, sistemas amplos, bem delimitados possibilitam a ascensão;
- os sistemas proporcionais tendem a promover, de uma forma evidente, a ascensão política das mulheres, do mesmo modo que os sistemas com listas fechadas e com definição de posições para as mulheres (alternância);
- o sistema de cota, por si só, não cria as condições de empoderamento das mulheres. Ele deve vir acompanhado de políticas públicas de promoção da equidade que possam criar as condições para transformações mais radicais na estrutura patriarcal da sociedade na perspectiva da ampliação da democracia.

Referências

ALVAREZ, Sonia. La (trans)formación del(los) feminismo(s) y la política de género en la democratización del Brasil. In. LEON, Magdalena (Org). *Mujeres y participación política: avances y desafíos en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

ARAÚJO, Clara. As cotas e os desafios para a Reforma Política. In. COSTA, Ana Alice A. (Org.). *Trilhas do Poder das Mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. p. 91-111. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2541/trilhas_poder_mulheres.pdf?sequence=4>.

ARAÚJO, Clara. As cotas e os desafios para a Reforma Política. In. MASSOLO, Alejandra. *Participación política de las mujeres en el ámbito local en América Latina*. México: Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación, Jun. 2007.

BALLINGTON, Julie. Implementando medidas especiais: tendências globais. In: COSTA, Ana Alice A. (Org.). *Trilhas do Poder das Mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. p. 171-80. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2541/trilhas_poder_mulheres.pdf?sequence=4>.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL. *Lei nº 9.100*, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. DOU, 2 out. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm>.

BRASIL. *Lei nº 9.504*, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. DOU, 1º out. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504compilado.htm>.

COBO, Rosa. *La fragilidad de la democracia: el debate de la paridad*. Disponível em: <<http://www.mujiresenmarcha.org/documentos/LA%20FRAGILIDAD%20DE%20LA%20DEMOCRACIA.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2008.

COSTA, Ana Alice A. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM-UFBA; Assembléia Legislativa da Bahia, 1998. (Coleção Bahianas, v. 2). Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/donasnopoder.pdf>>.

COSTA, Ana Alice A. Em busca de uma cidadania plena. In: ÁLVARES, Maria Luzia; SANTOS, Eunice Ferreira (Org.). *Olhares & diversidades: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste*. Belém: Redor; GEPEM/UFPA, 1999.

COSTA, Ana Alice A. Feminismo e Estado no Brasil: um feliz casamento? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8 - Corpo, violência e poder. *Anais...* Florianópolis: Mulheres, 2008a. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Ana_Alice_Alcantara_Costa_62.pdf>.

COSTA, Ana Alice A. Construindo um novo contrato: o feminismo e a democracia paritária no contexto da reforma política de 2007. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENFOQUES FEMINISTAS E O SÉCULO

XXI, II – Feminismo e Universidade na América Latina. Belo Horizonte, 2008b. *Enfoques feministas e os desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: REDEFEM, 2008. v. 1.

COSTA, Ana Alice A. *Women and politics; the Brazil paradox*. 11 March 2008c. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/article/5050/political_representation_brazil>. Acesso em: 3 nov. 2008.

DAHLERUP, Drude. Quotas are changing the history of women. In: CONFERENCE “The Implementation of Quotas. African experiences”. Pretoria, South Africa: IDEA; EISA; 11-12 nov. 2003.

DALL, Roberto. *La democracia y sus críticos*. Barcelona: Paidós, 1993.

EQUADOR. *Constitución Política de la República del Ecuador*. Aprovada em 5 de junho de 1998. Disponível em: <<http://www.ecuanex.net.ec/constitucion/>>. Acesso em: 2 jan. 2009.

HERNANDO, Almudena. Prólogo. In: _____. (Comp.). *¿Desean las mujeres el poder? cinco reflexiones en torno a un deseo conflictivo*. Madrid: Minerva, 2003.

JONES, Mark P. El sistema de cuotas y la elección de las mujeres en América Latina: el papel fundamental del sistema electoral. In: _____. *Impacto de los sistemas electorales en la representación política de las mujeres*. Disponível em:

<http://www.celem.org/prog_europeos/demo_paritaria2000/pdfs/capitulo01.pdf>.

LLANOS, Beatriz; SAMPLE, Kristen. *30 anos de democracia: ¿en la cresta de la ola? participación política de la mujer en América Latina*. Estocolmo: Idea Internacional. 2008. Disponível em: <http://www.idea.int/publications/30_years_of_democracy/sp.cfm>.

LÓPEZ, Rosa Roa. *La cuota femenina y las listas cerradas desbloqueadas*. Partido Reformista Social Cristão. Disponível em: <www.pciudadana.com/actividades/2003/cuota_rosa.htm>.

BOU, Marc. *La participación de las mujeres en la política: el caso de América Latina*. Instituto Internacional de Gobernabilidad, 2003. Catalunya. Disponível em: <http://www.ife.org.mx/portal/site/ifev2/Participacion_politica_de_la_mujer/>.

MARX, Jutta; BORNER, Jutta; CAMINOTTI, Mariana. *Cuotas de género y acceso femenino al parlamento: los casos de Argentina y Brasil en perspectiva comparada*. Política, Santiago, Universidad de Chile,

v. 46, p. 61–81, otoñ. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/645/64504603.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2009.

MASSOLO, Alejandra. *Participación política de las mujeres en el ámbito local en América Latina*. Santo Domingo, República Dominicana: INSTRAW, Jun. 2007. Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/I_organos/mujeres_parlamentarias_2009/imagenes/Documentos-paridad-representacion/AL_participacion_politica_mujer.pdf>.

MONTANHO, Sonia. A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe. In: X CONFERENCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. *Anais...*, 2007.

PACARI, Nina. *La participación política de la mujer indígena en el Parlamento ecuatoriano: una tarea pendiente*. Ecuador: Institute for Democracy and Electoral Assistance – IDEA, 2004. Disponível em: <http://www.idea.int/publications/wip/upload/chapter_01a-CS-Ecuador.pdf>.

PÉREZ, Verónica. “52% del electorado, 11% del parlamento”: factores culturales y representación política femenina en Uruguay. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, ICP, n. 15, p. 57–81, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/rucp/v15n1/v15n1a04.pdf>>.

PEREZ, Nielsen. La cuota mínima del 40% de participación política de las mujeres en Costa Rica: a diez años de su implementación. In: SEMINARIO INTERNACIONAL “UNA DÉCADA DE CUOTA FEMENINA EN AMERICA LATINA. *Balance y perspectivas para la participación política de la mujer*, 13–15 Oct. 2008. Santo Domingo, Distrito Nacional.

PETIT, Cristina Molina. Democracia paritaria en la representación de intereses. In: GONZÁLEZ, Angela; RUIZ, María del Pino (Orgs.). *Democracia paritaria: aportaciones para un debate*. Barcelona: Alertes, 2007. p. 99–116.

PHILLIPS, Anne. ¿Deben las feministas abandonar la democracia liberal? In: CASTELLS, Carmen (Comp.). *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós. 1996. p. 79–98.

PRINCE, Evangelina García. *Análisis de la situación de la participación política de las mujeres en Venezuela*. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales – ILDIS; Fundação

Friedrich Ebert, Jun. 2008. Disponível em: <<http://www.analitica.com/mujeranalitica/documentos/8520520.pdf>>.

REYNOSO, Diego; D'ANGELO, Natalia. Leyes de cuotas y elección de mujeres en México ¿contribuyen a disminuir la brecha entre elegir y ser elegida? In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD MEXICANA DE ESTUDIOS ELECTORALES, XVI, Torreón, Coahuila. *Conference papers...* 18-19 Nov. 2004. Disponível em: <http://www.quotaproject.org/Conference_papers/CUOTAS_SOMEE_2004.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2009

TOBAR, Marcela; VILLAR, Andrés. *Cotas de género; democracia y representación*. Santiago, Chile: FLACSO, 2006

TULA, María Inés. Sistemas electorales, leyes de cuotas y cultura política. Factores que promueven y limitan la representación política de las mujeres. In: SEMINARIO INTERNACIONAL UNA DÉCADA DE CUOTA FEMENINA EN AMERICA LATINA. *Balance y perspectivas para la participación política de la mujer*. Santo Domingo, 13-15 out. 2008.

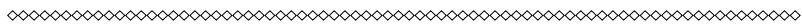
VENEZIANI, Marcella. *Experiencias latinoamericanas: mecanismos de cuotas a favor de la participación política de las mujeres*. Republica Dominicana: UN/INSTRAW, 2006. Disponível em: <[http://www.iknowpolitics.org/files/pp-qutoaslatinamerica-finalesp\[1\]_0.pdf](http://www.iknowpolitics.org/files/pp-qutoaslatinamerica-finalesp[1]_0.pdf)>.

VENEZUELA. *Constituição Bolivariana da Venezuela*. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Venezuela/ven1999.html>>.

AS COTAS POR SEXO NO LEGISLATIVO NA VISÃO DE PARLAMENTARES ESTADUAIS NORDESTINOS (*mandatos 2003/2007 e 2007/2011*)

Sonia Wright

Por que há tão poucas mulheres nas instituições políticas formais? Quais as dificuldades que diferentes mulheres enfrentam para fazerem parte de partidos, serem candidatas, se elegerem e exercerem mandatos? Como os sistemas eleitorais e partidários podem favorecer a representação feminina? Como tem sido a experiência de cotas? Haverá uma especificidade nordestina quanto a essa questão? Quais as propostas que estão sendo discutidas para superar estes obstáculos? Para contribuir para a reflexão sobre essas questões, este estudo enfoca a opinião¹ de parlamentares estaduais nordestinas(os), nas legislaturas de 2003/2007 e 2007/2011, sobre as cotas por sexo para o Legislativo. Para fundamentar, através de evidências empíricas, os entraves à implementação da



1 Para Iris Young (2000), “opiniões são princípios, valores e prioridades das pessoas que condicionam sua escolha das políticas a serem efetivadas. Representar opiniões, como interesses, geralmente implica promover determinados resultados no processo de tomada de decisão”.

Além desses aspectos (partidário e de quantidade de mandatos), busca-se a diferenciação por gênero, para se compreender se esse fator interfere no pensamento das(os) legisladoras(es) sobre as cotas. Pretende-se, assim, contribuir para o melhor conhecimento da representação política das mulheres no Nordeste com o intuito de que esse conhecimento seja útil para a ação do movimento feminista e de mulheres na Região.

A sub-representação dos estudos de gênero nas ciências sociais

Um dos motivos centrais que embasa o estudo é a sub-representação dos estudos de gênero nas Ciências Sociais, principalmente na Ciência Política. Essa investigação se tornou necessária em função da existência de poucos estudos realizados com parlamentares em uma perspectiva de gênero. Ainda que, desde a década de 1970, existam “estudos sobre a mulher”, ou seja, sobre a sua situação nas mais variadas esferas da vida, especificamente na área de Ciência Política, a produção de conhecimento em uma perspectiva de gênero é bem menor. Segundo Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999), somente em 1984 foi publicado um artigo de Mariza Corrêa com um balanço sobre a literatura referente a Mulher e Política na *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (Bib). Sonia Miguel (2000), por sua vez, faz referência ao Grupo de Trabalho (GT) “Mulher e Política” da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), coordenado, em 1987, por Carmen Barroso.

A título de exemplo, embora, desde seu início, GTs sobre mulher ou gênero tenham estado presentes na Anpocs (HEILBORN; SORJ, 1999), verificou-se, no Encontro Anual de 2008, que, de 41 GTs, apenas um (0,2%) tinha como temática central as relações de gênero; nenhum GT enfocou, especificamente, as mulheres na

política; e nos GTs cujas temáticas são consideradas como o “núcleo duro” da política – Controles Democráticos e Instituições Políticas; Cultura, Economia e Política; Estudos Legislativos; e Teoria Política: para além da democracia liberal – não foi apresentado um trabalho sequer com o recorte de gênero. Nos GTs “Comunicação Política e Eleições” e “Elites e Instituições Políticas”, também componentes do “núcleo duro” da Ciência Política, foi apresentado apenas um trabalho por GT, em doze sessões e cinco painéis, ou seja, 5% da atividade de cada um deles.

Em termos de presença nas coordenações dos GTs acima nomeados, um terço é constituído por mulheres. Portanto, embora uma cota “voluntária” de 30% de mulheres em postos de coordenação seja alcançada, ela não se reflete no quantitativo da produção acadêmica apresentada com a inclusão da perspectiva de gênero. Conclui-se que, também transversalmente, a temática de gênero está sub-representada na Ciência Política. Segundo Sonia Miguel (2000), houve a institucionalização dos estudos de gênero, mas não a sua transversalização nas especialidades das Ciências Sociais.

Na Região Nordeste, destaca-se, na produção científica sobre mulheres no poder, o trabalho de Ana Alice Alcântara Costa (1998), que integra o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado ainda na década de 1980. Tomando por base o Neim – que possui uma dentre suas três linhas de pesquisa dedicada ao tema “Gênero, Poder e Políticas Públicas” – percebe-se que os estudos sobre a inserção das mulheres na política institucional estão crescendo em organizações acadêmicas, embora ainda sejam minoritários, principalmente aqueles que abordam a esfera regional.

Registre-se, ainda, que, somente em 2007, na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a sua participação nos espaços de poder e decisão foi amplamente debatida – tanto pelo

movimento de mulheres e feminista, como por órgãos governamentais -, resultando em um capítulo específico do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2008), inexistente no I PNPM.

Mesmo assim, em estudo recente, Marlise Matos e Danuza Marques (2010) verificaram que a quantidade de estudos sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais, na política do cotidiano, é muito maior que nos espaços da política formal. Segundo essas autoras, de 2000 a 2008, enquanto 122 (31,7%) dissertações e teses sobre Gênero, Mulheres e Política foram sobre Participação e Ativismo, apenas 31 (8,1%) foram sobre Representação Política. Esses dados demonstram que, mesmo entre a produção científica sobre as relações de gênero, a dimensão da participação das mulheres nas esferas de poder e decisão é sub-representada. Portanto, diante da necessidade de desenvolver mais estudos sobre participação e representação das mulheres na política formal, o presente trabalho busca dar visibilidade às opiniões das(os) integrantes das assembleias legislativas nordestinas sobre as cotas por sexo para eleições parlamentares proporcionais.

No enfoque metodológico adotado, as mulheres são ouvidas e são igualmente autoras da pesquisa. Ao mesmo tempo, o olhar masculino sobre as cotas por sexo no Legislativo é contemplado. Outras particularidades dos procedimentos adotados são: (i) utiliza-se a pesquisa censitária de opinião, através de entrevistas com parlamentares mulheres e homens e não apenas uma amostra da população pesquisada (deputadas(os) estaduais do Nordeste); (ii) a cobertura de toda uma Região e não apenas de um ou outro estado; (iii) a aplicação do questionário não só com parlamentares mulheres, mas também com os homens; (iv) as diferenças entre os sexos são analisadas, bem como clivagens partidárias e de quantidade de mandatos exercidos; (v) as perguntas respondidas pelas(os) representantes estaduais são relacionadas

à legislação federal sobre cotas de 1997; (vi) a coleta de dados foi realizada em alguns estados, na legislatura 2003-2007, e em outros durante a legislatura 2007-2011, abrangendo, portanto, mandatos exercidos desde 2003 até 2007, quando foi finalizada essa etapa nos últimos estados; (vii) as questões têm um caráter educativo, já que, antes de solicitar a opinião da(o) entrevistada(o) esta(e) era informada(o) sobre a legislação em debate; e (viii) a realização da pesquisa, em todas as suas fases, por organizações integrantes da Rede Mulher & Democracia.

Esta pesquisa cobriu as assembleias legislativas de nove estados – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O universo total de deputadas(os) estaduais da Região Nordeste é de 341 representantes, sendo que, deste total, responderam ao questionário, na forma de entrevista presencial, 262 parlamentares, ou seja, 77%, cerca de três quartos (3/4) do total. (Tabela 1).

Tabela 1 – Relação entre o universo e o número de parlamentares entrevistada(o)s, segundo os Estados – Região Nordeste – Brasil, 2003-2011

ESTADOS	ENTREVISTADA(O)S		
	Universo	N°	%
Maranhão	42	32	76
Piauí	30	29	96
Ceará	46	38	82
Rio Grande do Norte	24	20	83
Paraíba	36	26	72
Pernambuco	49	36	73
Alagoas	27	17	63
Sergipe	24	16	66
Bahia	63	48	76
Total	341	262	77

Fonte: Rede Mulher & Democracia (M&D)

O quarto restante de parlamentares não entrevistados(as) se recusou a colaborar com a pesquisa, afirmando não ter tem-

po para responder ao questionário ou discordar do trabalho das feministas, não se dispondo a colaborar com a investigação. Ou seja, o grupo de 262 deputadas e deputados entrevistadas(os) foi formado somente por aquelas(es) parlamentares interessadas(os) e disponíveis para participar pessoalmente da pesquisa. Foram estendidas a todo o conjunto deste grupo as respostas, com reservas, pois algumas respostas podem ter seguido uma estratégia retórica (ARAÚJO, 2005), ou seja, discursivamente apoiando essa demanda das mulheres, mas sem compromisso efetivo com a sua implementação. Registra-se, ainda, que os resultados da pesquisa já refletem, de certo modo, uma base mínima de reconhecimento do movimento feminista e de mulheres, que pode ter um impacto nas respostas, já que não se conhece o que pensa a(o) parlamentar que não concorda com o movimento.

Tabela 2 – Universo e número de entrevistadas(os), por sexo, segundo os Estados – Região Nordeste – Brasil, 2003–2011

ESTADOS	UNIVERSO				ENTREVISTADAS(OS)			
	N°		%		N°		%	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Maranhão	8	34	19	81	7	25	22	78
Piauí	3	28	7	93	3	26	10	90
Ceará ²	3	43	4	96	3	36	8	92
Rio Grande do Norte	4	20	17	83	2	19	10	90
Paraíba	4	32	11	89	4	22	12	88
Pernambuco	8	41	16	84	8	28	22	78
Alagoas	3	24	11	89	2	15	12	88
Sergipe	6	18	25	75	3	13	19	81
Bahia	8	55	13	87	6	40	13	87
TOTAL	46	295	11	89	38	224	15	85

¹ Foram eleitas duas deputadas estaduais, sendo que uma suplente substituiu um parlamentar de licença.

² Foram eleitas, em 2006, duas deputadas estaduais: Rachel Marques, do PT, e Lívia Arruda, do PMDB. A terceira deputada, Ana Paula Cruz, do PMDB, era a primeira suplente. Com a convocação de cinco deputados para compor o secretariado do governador Cid Gomes, ela volta a assumir uma cadeira legislativa.

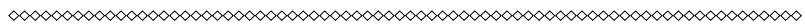
Fonte: M&D

Analisando o número de entrevistadas(os) por sexo, na Tabela 2, percebe-se que há uma variação de 6% entre mulheres e homens parlamentares entrevistadas(os): 82% das deputadas e 76% dos deputados. Essa diferença para mais no número das entrevistadas pode significar que, pelo fato de se tratar de reivindicação a elas relacionada, sejam essas mais favoráveis a essa demanda feminina, contribuindo para um resultado mais favorável às cotas, quando olhados de forma agregada. Ressalte-se que, nos estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco, 100% das deputadas participaram da pesquisa.

A pesquisa foi dirigida a parlamentares estaduais e versa sobre projetos de lei e leis federais, ou seja, matéria sobre a qual eles(as) não têm nenhum poder de aprovação e/ou rejeição. O resultado da entrevista, por um lado, revela o posicionamento dessas(es) parlamentares e sua proximidade com os movimentos de mulheres, apesar de eles(as) não terem poder legal para a apreciação dessas matérias.⁵ Por outro lado, esse distanciamento permite que suas respostas possam ser mais independentes e favoráveis aos direitos das mulheres do que a verificada em sua atuação parlamentar.

Além dos dados de identificação da(o) parlamentar, as perguntas se referiam ao conhecimento sobre a Rede Mulher & Democracia, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a Plataforma e Plano de Ação da Conferência de Beijing. Outros assuntos abordados na perspectiva de gênero foram: trabalho, direitos civis, saúde sexual e reprodutiva, violência contra a mulher, poder e representação política, recursos orçamentários e atividades partidárias.

Quanto à dimensão temporal, a primeira fase da pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2005, envolvendo quatro estados (eleição 2002), e a segunda fase, no primeiro semestre de



5 Não há impedimento legal de se “estadualizar” leis federais. No entanto, em levantamento realizado pelo Cfemea (RODRIGUES; CORTÉS, 2006), não há nenhuma iniciativa legislativa de cunho estadual no sentido de criar cotas por sexo para eleições parlamentares no Legislativo.

2007, envolvendo os outros cinco estados (eleição 2006), ou seja, envolvendo legislaturas diferentes. Dado esse fato, o tratamento dos dados foi realizado em duas etapas. As assembleias dos estados que integraram a segunda fase da pesquisa, cujos parlamentares foram eleitos em 2006, tiveram mais tempo e oportunidade para entrar em contato com as demandas dos movimentos feministas e de mulheres dado que a institucionalidade de gênero vem cumulativamente apresentando avanços.

A pesquisa foi implementada através da articulação de várias equipes de investigação, uma para cada estado, trabalhando sob uma coordenação geral e um marco teórico e metodológico comum, buscando coletar o mesmo tipo de informação nos diversos núcleos estaduais. As equipes estaduais foram montadas pelas organizações parceiras da Rede Mulher & Democracia (M&D), as quais já desenvolvem, em seus estados, um trabalho compartilhado, desde o início da Rede.

A técnica de coleta de dados utilizada foi o questionário fechado e pré-codificado. O processamento eletrônico dos dados se deu através do tratamento dos dados dos nove estados nordestinos, inicialmente através do número e percentagens das respostas a cada questão e, posteriormente, através do cruzamento de dados. Esses dados subsidiam a análise da opinião parlamentar sobre as cotas e a inclusão das mulheres nos partidos.

A cota como estratégia de inclusão das mulheres na política formal

Segundo Branca Moreira Alves (1980), as primeiras mulheres a serem eleitas, a partir de 1928, eram principalmente feministas vinculadas à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Da década de 1950 em diante, as eleitas ou eram de famílias tradicionais na política ou profissionais vinculadas aos movimentos

sociais (TABAK, 2002). No entanto, desde os primórdios da eleição de mulheres no Brasil, observa-se uma lógica inercial do recrutamento de candidatas. Diante dessa realidade, como aumentar a representação feminina?

Uma das estratégias utilizadas para atingir a equidade de gênero na política formal é a redistribuição do capital político, tanto delegado como convertido. A política de assimilação, a estratégia das regras (KARAM; LOVENDUSKY, 2005, p. 187-235), a retórica (NORRIS, 2004a, p. 190), a de oportunidades iguais (MATLAND, 2004), a de ideias (PHILLIPS, 1995; MIGUEL, L. F. 2000), a maternal (MIGUEL, 2001), a de presença (PHILLIPS, 1995) e as ações afirmativas (ARAÚJO, 1992), com destaque para as cotas no Legislativo, são outras táticas que vêm sendo utilizadas para a inclusão das mulheres na política.

As cotas são consideradas mecanismos temporários e simbólicos, que visam educar a sociedade para a igualdade e a inclusão de gênero (ARAÚJO; GARCIA, 2006) e são insuficientes por si só para remover barreiras estruturais à inclusão feminina. Por outro lado, são mecanismos institucionais que permitem que se chegue a um equilíbrio de gênero na política, de forma mais rápida, contribuindo para os processos do empoderamento das mulheres bem como dando legitimidade a outras demandas femininas. No entanto, seus efeitos não são imediatos, mas processuais e cumulativos.

Cotas podem ainda aumentar a consciência sobre a exclusão de outros grupos e contribuir para a correção de sua sub-representação. Elas são, efetivamente, um passo inicial na conquista da paridade de gênero. (DALEHRUP, 2006) Na concepção de Maria Mary Ferreira (2004, p. 22), as cotas representam um elemento que modifica a composição dos órgãos diretivos e trazem novas ideias para o debate, além de propiciar uma nova forma de aprendizagem do exercício do poder. Luis Felipe Miguel (2003) considera que as cotas são necessárias, por conta da diferença estrutural que

se traduz na desigualdade da capacidade de intervenção na esfera pública. No entanto, sem mudanças estruturais na sociedade, a inclusão das mulheres nas instituições políticas não consegue alterar as relações de gênero. (DALEHRUP, 2006)

Registra-se que há diferentes sistemas de cotas: reserva de assentos nos parlamentos, iniciativas voluntárias partidárias, legislação nacional de reserva de vagas partidárias. (ARAÚJO, 2001a; MATEO-DIAZ, 2006, p. 81) No Brasil, não se adota a reserva de assentos e sim cotas voluntárias e cotas legais, presentes na legislação eleitoral. As cotas tendem a ser melhor introduzidas em sistemas proporcionais, com listas fechadas, alternância de sexo e múltiplos partidos, sendo que os novos e de esquerda são mais propícios a absorver mulheres. (HTUN, 2001; ARAÚJO, 2001b)

O acesso a fundos públicos e ao tempo gratuito de propaganda eleitoral também são aspectos que criam melhores condições para resultados que se aproximem mais da paridade desejada. A Lei nº 12.034/2009, que orientou as eleições de 2010, determinou o preenchimento, e não só a reserva, de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% das candidaturas por sexo, nas listas apresentadas por partidos ou coligações para as eleições proporcionais. (CFEMEA, 2010) Da mesma forma, houve um avanço para as mulheres na distribuição do tempo de propaganda partidária (10%) e na destinação dos recursos do fundo partidário (5%). No entanto, essa melhora na legislação eleitoral não repercutiu como prática nos partidos, mais uma vez predominando a estratégia retórica dessas instituições que fazem o recrutamento de aspirantes ao parlamento.

Essa interação com o sistema eleitoral e partidário revela alguns limites da cota, para além da fragilidade da própria lei. Outra crítica é que elas promovem uma acomodação dentro do sistema político vigente, obscurecendo a necessidade de transformações estruturais mais profundas. (VARIKAS, 1996 apud MIGUEL, 2003)

Em nível estadual e regional, assinala-se que as assembleias legislativas têm criado, como estratégia de fortalecimento das deputadas, comissões de mulheres suprapartidárias, como a Banca Feminina Federal. No Nordeste, elas existem na Bahia, Paraíba, Piauí e Pernambuco.⁶ Em Alagoas, Maranhão, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte, os órgãos legislativos estaduais tratam das questões relativas às mulheres em Comissões de Direitos Humanos e Cidadania, ou seja, as mulheres ainda não conquistaram um espaço próprio dentro destas assembleias estaduais, sendo tratadas em conjunto com indígenas, pessoas negras e idosas e crianças e adolescentes.

A opinião parlamentar sobre as cotas por sexo no legislativo

Neste trabalho, foram escolhidas, para a análise, as perguntas e respostas da pesquisa mencionada que, de mais perto, questionam a distribuição do poder institucional em uma perspectiva de gênero, ou seja, a manutenção das cotas por sexo para o Legislativo. Verificou-se o posicionamento parlamentar sobre a questão por blocos partidários, número de mandatos exercidos e gênero. Considerando que as(os) parlamentares são atrizes e atores diretamente envolvidas(os) na temática, buscou-se conhecer suas opiniões sobre a questão. Dado o lugar de parlamentar estadual em uma Região como o Nordeste, será que se aproximam mais de uma posição favorável ou suas posições tendem a ser contrárias às cotas? Será que seu pertencimento partidário interfere em sua opinião sobre as cotas ou ele é irrelevante para o seu concei-



6 Foram visitados os sites de todas as assembleias legislativas do Nordeste para confirmar essas informações.

agregados em Outros estão divididos entre favoráveis e contrários às cotas no Legislativo, com uma pequena vantagem para as(os) parlamentares contrários. As cotas são, portanto, uma questão em disputa nos partidos dessas correntes ideológicas. Mesmo nos de esquerda, as cotas no Legislativo não são consenso, pois 5% de suas/seus representantes se opõem a essa política afirmativa nesse Poder da República. Mas há ainda as(os) que não têm opinião formada sobre o assunto, principalmente entre os partidos de direita (Tabela 3).

Tabela 3 – Posicionamento sobre as cotas por sexo no legislativo, por bloco partidário – Região Nordeste – Brasil, 2003–2011

COTAS POR SEXO – POSICIONAMENTO	LEGISLATIVO P/ BLOCO PARTIDÁRIO (EM %)				
	Direita	Centro	Esquerda	Outros	TOTAL
Contrária à manutenção de cotas por sexo no âmbito do Poder Legislativo	14,8	14,9	5	7,3	42,0
Favorável à adoção de cotas por sexo no âmbito do Poder Legislativo	12,9	11,4	17,9	8,4	50,7
Não tem opinião formada	2,7	1,6	1,9	1,1	7,3

Fonte: M&D

Mas observa-se que, quando o critério é o número de mandatos, é entre as(os) parlamentares em segundo mandato que se expressa a maior diferença entre favoráveis (17,2%) e contrárias(os) (11,1%) às cotas. Em relação ao primeiro e terceiro ou mais mandatos não há diferenças expressivas nas opiniões de parlamentares sobre essa política de ação afirmativa e sim uma divisão levemente favorável às cotas. No entanto, verifica-se uma pequena queda progressiva entre as(os) favoráveis na medida em que o número de mandatos aumenta, ou seja, no primeiro mandato 17,9%, 17,2%, no segundo, e 15,3%, no terceiro ou mais. Isto pode significar que o número de mandatos exercidos seja um dos fatores determinantes do posicionamento parlamentar sobre as cotas no Legislativo,

ou seja, quanto mais antiga(o) a/o parlamentar no exercício dos mandatos, maior a probabilidade que ela(e) seja contrária(o) à manutenção dessa política afirmativa. E quanto mais mandatos exercidos, menor a dúvida sobre essa legislação, conforme se observa na Tabela 4.

Tabela 4 – Posicionamento sobre as Cotas por Sexo no Legislativo, por número de mandatos exercidos – Região Nordeste – Brasil, 2003–2011

POSICIONAMENTO	LEGISLATIVO P/ MANDATO (EM %)			
	Primeiro	Segundo	Terceiro	TOTAL
Contrária/o à adoção de cotas por sexo no âmbito do Poder Legislativo	16,4	11,1	14,5	42,0
Favorável à adoção de cotas por sexo no âmbito do Poder Legislativo	17,9	17,2	15,3	50,7
Não tem opinião formada	3,1	2,7	1,5	7,3
TOTAL	37,4	31,0	31,3	100,0

Fonte: M&D

Na Tabela 5, verifica-se que, enquanto os homens estão divididos equilibradamente entre favoráveis (49,1%) e contrários (43,7%) à manutenção de cotas no Legislativo, a proporção de mulheres favoráveis (60%) é praticamente o dobro das que são contrárias (31,5%). Representantes de ambos os sexos (7,1% homens e 7,9% mulheres) têm um alto percentual de indecisão. Observa-se que, embora haja uma maioria de deputadas favoráveis à manutenção das cotas, o número das contrárias é bastante expressivo, já que é uma política que visa favorecer as próprias mulheres. Pode-se afirmar, então, que não há consenso entre as parlamentares estaduais nordestinas sobre as cotas no Legislativo, revelando-se uma multiplicidade de pontos de vista dentro do mesmo grupo. Uma explicação possível para o relativamente alto percentual de parlamentares contrárias é que o conceito de ações afirmativas não tenha sido suficientemente discutido na socieda-

de e, especificamente, nos parlamentos estaduais do Nordeste. É provável que ainda predomine uma concepção de igualdade formal, e não substantiva – ou de resultados, como prefere Drude Dahlerup (2006, p. 9).

Tabela 5 – Posicionamento sobre as cotas por sexo no Legislativo, por sexo – Região Nordeste – Brasil, 2003–2011

SEXO	POSICIONAMENTO (EM %)			TOTAL
	Favorável	Contrária	Não tem opinião formada	
Masculino	49,1	43,8	7,1	100
Feminino	60,5	31,6	7,9	100

Fonte: M&D

Considerações finais

Este trabalho teve como propósito responder a algumas perguntas sobre a representação feminina no Nordeste, principalmente no que tange à opinião parlamentar sobre a cota por sexo no Legislativo, levando-se em consideração diferenças por bloco partidário, número de mandatos exercidos e gênero.

Tanto a cultura política, ou seja, práticas e valores predominantes que perduram através do tempo, em que as mudanças ocorrem lenta e incrementalmente, bem como a dependência da trajetória institucional, que consolida valores que se enraízam nas práticas dificultando que novos mecanismos institucionais sejam experienciados e o capital político acumulado, isto é, o processo pelo qual alguns indivíduos e grupos, mais do que outros, são aceitos como atores políticos, influenciam enormemente a opinião parlamentar estadual nordestina.

As raízes históricas, culturais e institucionais da pouca presença das mulheres nas instituições políticas formais fazem com

que prevaleça a inércia frente às estratégias de inclusão feminina, ou seja, para fazerem parte de partidos, serem candidatas, se elegerem e exercerem mandatos, as mulheres dispõem de um capital político menor. O *status quo* favorece os homens e as relações de desigualdade estrutural tendem a se reproduzir. O capital político feminino geralmente não é delegado pelo partido, mas convertido da esfera familiar, profissional e dos movimentos para o campo da disputa eleitoral.

Embora o sistema eleitoral e partidário formalmente não exclua as mulheres, prevalece a arraigada cultura política que favorece a manutenção da concentração do capital político em mãos masculinas. Experiências institucionais inovadoras, como as cotas por sexo, pela fragilidade da própria legislação e a sua fraca implementação, não têm sido suficientes para modificar o quadro de desigualdade na representação política de gênero.

Essa análise é confirmada pelos dados sobre a posição parlamentar estadual nordestina acerca da manutenção das cotas no Legislativo. Verificou-se que: as(os) favoráveis à sua manutenção no Legislativo se concentram nos partidos de esquerda e que a direita e o centro estão divididos sobre a matéria; por outro lado, quanto maior o número de mandatos, menor o apoio às cotas; as mulheres são, majoritariamente, a favor dessa ação afirmativa; conclui-se, ainda, que é o bloco partidário de pertencimento da(o) legislador o que mais consistentemente tem contribuído para a posição favorável ou contrária às cotas. Em outras palavras, o pertencimento partidário é altamente relevante na posição relativa às cotas, pois, além de concentrar a responsabilidade de recrutar pessoas (inclusive mulheres) para os cargos públicos, influem em seu posicionamento político. Por outro lado, o gênero acentua a opinião parlamentar, pois as mulheres foram consistente e majoritariamente favoráveis à manutenção das cotas por sexo no Legislativo.

O desafio que se apresenta é o uso habilidoso de estratégias diversificadas de inclusão das mulheres na política, com destaque para as cotas por sexo no Legislativo; é formar alianças que propiciem mudanças institucionais e culturais que favoreçam a distribuição equitativa do capital político.

Referências

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

AMES, Barry; PEREIRA, Vera. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, UFPR, n. 24, p. 193-215, jun. 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=23802413>>.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 44, n. 1, 2001a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000100006>.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 1, p. 231-52, 2001b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200016&lng=en&nrm=isso>.

ARAÚJO, Clara. Ações afirmativas como estratégias políticas feministas. In: BRUSCHINI, Cristina; UMBEAUM, Sandra (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-50.

ARAÚJO, Clara; GARCIA, Ana Isabel. Latin America: the experience and the impact of quotas in Latin America. In: DALEHRUP, Drude (Org.). *Women, quotas and politics*. Londres: Routledge, 2006. p. 83-111.

BRASIL. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2008.

BRASIL. *Lei n° 12.034*, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis n°s 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. DOU, 30 set. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm>.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA - CFEMEA.

Candidaturas femininas: mesmo com cotas obrigatórias, a presença das mulheres ainda é pouco representativa. Brasília: Cfemea, 2010.

COSTA, Ana Alice A. *As donas no poder*: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM-UFBA; Assembléia Legislativa da Bahia, 1998. (Coleção Bahianas, v. 2). Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/donasnopoder.pdf>>.

COSTA, Sylvio; QUEIROZ, Antonio Augusto. *O que esperar do novo Congresso: perfil e agenda da legislatura 2007/2011*. Brasília: Congresso em Foco/Diap, 2007.

DALEHRUP, Drude. Introduction. In: _____. *Women, quotas and politics*. Londres: Routledge, 2006. p. 3-31.

DALEHRUP, Drude. Conclusion. In: _____. *Women, quotas and politics*. Londres: Routledge, 2006. p. 293-307.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR - DIAP; Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC. *Sondagem de opinião parlamentar*: reforma política. Brasília: Diap/Inesc, maio 2009.

FERREIRA, Maria Mary. Representação feminina e construção da democracia no Brasil. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, VIII - *A questão social no novo milênio*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 16-18 set. 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MAryFerreira.pdf>>.

GROSSI, Mirian Pilar; MIGUEL, Sonia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista de Estudos Feministas* - REF, Florianópolis, ano 9, p. 167-206, 1. sem. 2001.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; Anpocs/Capes, 1999. p. 183-221.

HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas* - REF, Florianópolis, UFSC, v. 9, n. 1, p. 225-30, 2001.

KARAM, Azza; LOVENDUSKY, Joni. Women in Parliament: making a difference. In: KARAM, Azza (Org). *Women in Parliament: beyond number*. Stocolm: Idea, 2005.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, São Paulo, Cedec, n. 44, p. 81-106, 1998.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

MAINWARING, Scott P.; SCULLY, Timothy R. Brazil: weak parties, feckless democracy. In: _____. *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University, 1995.

MATEO-DIAZ, Mercedes. Em busca da panacéia para a igualdade duradoura: sobre a arte de combinar soluções rápidas e medidas estruturais para a presença de mulheres no Parlamento. In: SOARES, Gláucio; RENNO, Lúcio (Orgs.). *Reforma Política; lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 111-32.

MATLAND, Richard. El proceso de representación y reclutamiento legislativo de las mujeres. In: INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (Idea). *Mujer, partidos políticos y reforma electoral*. Stockholm: Idea, 2004. p. 13-30.

MATOS, Marlise; MARQUES, Danusa. Caminhos das discussões acadêmicas sobre o tema de Gênero, Mulheres e Política: em que momento estamos? In: BRASIL. *Observatório Brasil de Igualdade de Gênero*. Brasília: SPM, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, UFPR, n. 20, p. 115-34, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100010>.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, ano 9, n. 1, p. 253-67, 2. sem. 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9706/8913>>.

- MIGUEL, Sonia Malheiros. *A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: Cfemea, 2000. Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/A_Politica_de_Cotas_por_Sexo.pdf>.
- NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995–1998). *Dados*, v. 43, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000400004>.
- NORRIS, Pippa. *Electoral engineering: voting rules and political behaviour*. Cambridge: Cambridge University, 2004a.
- NORRIS, Pippa. *Building political parties: reforming legal regulations and internal rules*. Idea, 2004b.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? *Rev. Estud. Fem.* [online], v. 9, n. 1, p. 268–90, 2001.
- RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris (Orgs.). *Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente*. Brasília: Cfemea; LetrasLivres, 2006.
- SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 13, n. 1, p. 11–30, jan./abr. 2005.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.
- VARIKAS, Eleni. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. Tradução Lena Lavinas. *Revista Estudos Feministas*, ano 4, n. 1, p. 65–94, 1. sem. 1996. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos//REF/v4n1/Varikas.pdf>>.
- YOUNG, Iris. *Inclusion and democracy*. Oxford: University Press, 2000.

MOVIMENTOS FEMINISTAS, ABORTO E LAICIDADE

o caso de Alagoinha como exemplar

Carla Gisele Batista

Cecília M. B. Sardenberg

Este texto foi escrito a partir de observações feitas na nossa militância junto ao movimento de mulheres e feministas, na Bahia e em Pernambuco. Baseia-se, também, nas atividades realizadas por Carla Gisele Batista, primeira autora deste texto, no período em que integrou a Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a coordenação colegiada da Articulación Feminista Marcosur (AFM)¹, o que a aproximou dos movimentos de mulheres e feministas², em várias regiões do país, bem como em outros países da América Latina.



- 1 AMB: compõe-se de fóruns e articulações estaduais de mulheres existentes nos Estados brasileiros (Ver em: <www.articulacaodemulheres.org.br>); AFM: articula organizações, redes e militantes feministas de alguns países da América Latina (Ver em: <www.mujieresdelsur.org.uy>). Ambas se originaram dos processos preparatórios para a Conferência de Beijing (1995).
- 2 Compreendemos os movimentos aqui como de mulheres, no seu sentido mais amplo. Dentro deles, organizações e militantes feministas atuam junto a mulheres que não se identificam como feministas. Como a defesa da legalização do aborto, a nosso ver, está mais relacionada ao feminismo, no restante do texto usaremos a denominação movimentos feministas, considerando a pluralidade de sua composição.

No trabalho, buscamos fazer uma reflexão inicial sobre a forma como as atuações em defesa da legalização do aborto aproximam esses movimentos do debate sobre a laicidade do Estado. Compartilhamos, com Leila Linhares Barsted, a perspectiva de que

[...] compreender a ação do movimento de mulheres, em especial na defesa do direito ao aborto, permite não apenas observar a constituição de um sujeito e de um campo político, mas também pode constituir um exercício de avaliação sobre os limites da democracia e da laicidade do Estado no Brasil. (2009, p. 229-30)

A defesa dos direitos sexuais e de acesso a outros direitos e políticas relacionados à vida sexual e reprodutiva, para além da interrupção da gravidez, também provoca essa aproximação, mas estes não serão, no entanto, aspectos abordados aqui, ainda que seja reconhecida a sua relevância para a ampliação da democracia.

Inicialmente, traçamos um desenho sobre o entrecruzamento entre movimentos feministas, Estado, políticas internacionais e nacionais, igrejas, aborto e laicidade. Em um segundo momento, apresentamos, ainda que brevemente, uma experiência que retrata o que foi demonstrado nesse panorama inicial, antes de concluir relacionando outras ações que se encontram inseridas no contexto apresentado. Note-se, porém, que este artigo não abrange, na sua totalidade, as ações realizadas em defesa da legalização do aborto no Brasil, mas, apenas algumas daquelas relacionadas ao campo no qual atuamos.

Movimento de mulheres, aborto e laicidade

Começamos com algumas considerações de Barbara Klugman e Debbie Budlender:

Para as mulheres, o aborto sempre foi um meio de controlar suas vidas. No passado, todas as culturas contavam com uma forma de prover aborto às mulheres que, por diversas razões, não de-

sejavam filhos. No entanto, nos últimos séculos, a sociedade tem tratado de limitar cada vez mais a capacidade das mulheres de controlar sua capacidade reprodutiva. Por um lado, as políticas de população têm tentado decidir por elas se devem ter mais ou menos filhos. Por outro lado, a área médica tem buscado profissionalizar a saúde reprodutiva, erosionando com isso o papel das parteiras tradicionais e das mulheres neste mesmo campo. E ainda assim, em vários países, as instituições religiosas têm procurado aplicar regulamentações mais restritivas para as circunstâncias, quando existem, em que o aborto é aceitável. (2001, p. XV, tradução das autoras)

Sabe-se que, nos últimos doze anos, vários países modificaram suas leis referentes ao acesso ao aborto: África do Sul e Albânia (1996); Camboja (1997); Guiné (2000); Mali, Chade e Suíça (2002); Benin (2003); Butão, Nepal e Etiópia (2004); Suazilândia (2005); Colômbia (2006); México, Portugal e Togo (2007). As conquistas oscilam entre a legalização, a exemplo do México D. F. e de Portugal, e a aprovação de alguns permissivos, como é o caso da Colômbia, apenas para citar países mais próximos culturalmente. Também variaram os sujeitos envolvidos e as estratégias utilizadas.

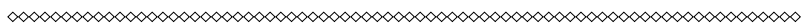
O fato é que, nos países em que o aborto foi legalizado, houve uma sensível redução da mortalidade e da morbidade relacionadas ao aborto ilegal e inseguro. (BERER, 2008) Exemplos concretos foram abordados, por exemplo, em estudos sobre os EUA, África do Sul e Romênia. No entanto, para os movimentos feministas, a questão do aborto não pode ser interpretada apenas como um problema de saúde pública. Se evitar que as mulheres morram é tido como um direito fundamental a ser observado, tal questão é mais frequentemente lida, para esses movimentos, como indissociável de um conjunto mais amplo de lutas pela ampliação dos direitos de cidadania. Às mulheres como cidadãs precisam ser garantidos direitos outros que não morrer. Questões como a autonomia reprodutiva e a liberdade de decisão acerca do próprio

corpo estão presentes ao longo dos anos como parte fundamental dos discursos, reivindicações e estratégias nesse campo, levando os movimentos feministas a questionarem a própria definição de contrato social vigente no mundo ocidental e cristão, a partir das ideias de democracia e de diversidade.

Ainda que os movimentos feministas, em sua maioria,³ tratem da defesa do direito ao aborto a partir de um campo laico, este é um debate que está por demais imbricado a uma problemática religiosa e não apenas no Brasil. Na verdade, outros setores da sociedade vêm se integrando cada vez mais ao debate: universidades, judiciário e saúde/medicina, por exemplo. No entanto, persiste na mídia um tratamento da questão de forma a polarizar os posicionamentos entre feministas e igrejas, dando destaque para as opiniões e os discursos conservadores. As igrejas, sob esse aspecto, ainda são apresentadas como um bloco unívoco. A diversidade de opinião existente dentro delas corre à margem do que tem sido normalmente visibilizado através dos meios de comunicação.

Em todas as religiões, a Católica em particular, as opiniões abarcam um leque amplo e divergente, mesmo para aqueles temas que estão colocados como dogmas ou seguem uma orientação definida por suas lideranças atuais. Essa diversidade de opiniões, que cria conflitos e disputas entre as suas hierarquias, não costuma estar visível no debate público. No entanto, pesquisas têm demonstrado que, no que se refere aos temas ligados à sexualidade e à reprodução, a maioria dos(as) fiéis orientam as suas decisões de forma distante daquela promovida pelas definições hierárquicas. (PIOVESAN; PIMENTEL, 2002)

No trabalho educativo com mulheres do meio popular, isso pode ser frequentemente observado: cada mulher lida de forma particular com a gravidez quando não planejada ou indesejada.



3 Organizações feministas como a “Católicas pelo Direito de Decidir”, que atuam em diversos países, são do campo religioso.

Mesmo aquelas que são devotas, praticantes fervorosas de alguma religião, em um entendimento pessoal com a divindade de sua devoção, encontram formas de reconhecer, sem culpa, a melhor decisão para si. Maria José Rosado-Nunes, em estudo realizado com líderes de Comunidades Eclesiais de Base da periferia de São Paulo, afirma que essas mulheres, “mesmo reticentes em relação ao aborto, tratando-se de práticas contraceptivas distanciam-se dos argumentos devedores do *ethos* cristão e aproximam-se do ideário feminista, afirmando o direito à autonomia individual” (2009, p. 214). Afirma ainda que:

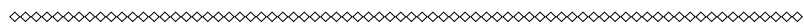
[...] o ideário católico sobre as mulheres continua a diferir radicalmente daquele das feministas e entra em conflito com suas reivindicações, invocando fundamentalmente seus direitos, relativos a todos os âmbitos de sua vida – privada e pública. Enquanto o feminismo construiu um novo campo de legalidades, incluindo a sexualidade e a reprodução entre os direitos humanos fundamentais das pessoas, especialmente das mulheres, no campo católico, e em parte do campo protestante e evangélico, as concepções tradicionais sobre sexo e sobre o agenciamento humano na reprodução devem-se à inscrição dessas áreas da vida humana na ‘natureza’, dada por Deus e imutável. Essas concepções religiosas opõem-se à construção feminista da reprodução. (2009, p. 208)

É importante não esquecer também que, no que se refere às liberdades laicas, o Estado não pode se limitar a simplesmente garantir “uma coexistência pacífica entre diferentes credos”. Como parte de assegurar a laicidade, cabe também ao Estado, para usarmos palavras de Roberto Lorea, “garantir [...] o direito de divergir da hierarquia da sua própria igreja, contemplando a diversidade existente no seio de uma mesma doutrina religiosa” (2006, p. 186).

Isso é bastante relevante considerar, vez que o cenário contemporâneo não é, de modo algum, de consenso ou de apaziguamento das lutas. Muito ao contrário, à medida que os movimentos se

organizam e se transformam ampliando suas agendas e conquistas, o campo de enfrentamento também se sofisticava. O aborto, assim como está na agenda dos movimentos feministas, há alguns anos tem estado, também, na pauta dos religiosos conservadores. Se setores dos movimentos feministas investiram esforços, durante a década de 90, para avançar internacionalmente nas conferências das Nações Unidas em instrumentos de negociação e influência aos governos para a implantação de políticas que implementassem os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, governos republicanos dos EUA adotaram diversas medidas políticas e vincularam dotação orçamentária para países em desenvolvimento para proposições que debilitam esses direitos e os avanços já alcançados.⁴

Essa contraposição se fez de diversas formas. Basicamente, restringiu-se as possibilidades das organizações que recebem recursos internacionais para a realização de ações no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos (DSDR) de oferecerem ou trabalharem em prol do oferecimento de serviços de contracepção, prevenção ao HIV/AIDS, aborto legal, de fazerem mobilizações em favor de modificações nas legislações de seus países ou, até mesmo, de oferecerem assessoria médica ou referenciar pacientes para serviços de interrupção de gravidez. Foram feitos investimentos, também, na organização de militância contrária ao exercício dos DSDR, investimento que tem multiplicado os seus frutos à medida que as possibilidades de avanço no sentido contrário se apresentam como possíveis. A mudança para um governo de partido democrático defensor do direito ao aborto poderá significar alterações que ainda não se fizeram perceber de forma



4 Concretamente, foi anunciado, no segundo dia da administração Bush, em 22 de janeiro de 2001, a chamada Regra da Mordaça Global – Global Gag Rule (GGR), a mesma que já fora anunciada, pela primeira vez, pela administração Reagan, durante a Conferência de População da ONU – Cairo, 94. Essa política tem como propósitos principais “1 – Obstaculizar o acesso da população a uma ampla gama de métodos contraceptivos, incluindo a contracepção de emergência; 2 – Se contrapor aos esforços para assegurar o acesso à população ao aborto legal e seguro”. (CHÁVEZ; COE, 2006, p. 3, tradução das autoras)

marcante fora do próprio país, em função das condições criadas anteriormente para a ação conservadora.

O fato é que norte-americanos consonantes com o Partido Republicano, em sintonia com a ação teológica-política do Estado do Vaticano e de igrejas evangélicas, vêm se empenhando, de forma mais estratégica, na restrição das liberdades sexuais e reprodutivas, articulando discursos do direito à vida com os discursos convencionais de abstinência sexual, da interdição do uso de qualquer método contraceptivo – em particular, da contracepção de emergência –, ou de prevenção às DST e à AIDS, de valorização da família de modelo tradicional, patriarcal, heterossexual, com estratégias geopolíticas, econômicas e orçamentárias na luta contra a legalização do aborto em diversas nações do planeta.

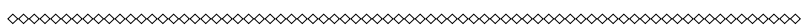
Para os movimentos sociais da América Latina, de um modo geral, o processo de abertura democrática subsequente aos períodos ditatoriais e à instalação, ainda que não imediata, de novos governos considerados progressistas, deveria representar um momento substantivo de diálogo sobre políticas demandadas a partir deste mesmo campo, o das lutas por uma sociedade mais democrática e justa. No entanto, toda a complexidade das relações que se instituem no campo internacional influencia, em boa medida, a forma como se redefinem nacionalmente as políticas, o que não quer significar que seria diferente se este tipo de orientação não se exercesse, afinal, seja no Brasil, seja na América Latina como um todo, a oposição às ditaduras militares foi, em grande parte, apoiada e abrigada, dentro de setores da Igreja Católica.

Sabe-se que a oposição ao regime autoritário, ainda que compartilhada pelas mulheres, que estiveram presentes na ação política contra a ditadura, seja por razões teológicas ou por razões políticas, continuou contemplando as questões sobre autonomia trazidas pelas mulheres como secundárias. Segundo nos aponta Leila Barsted:

[...] ao lado da luta contra a interferência histórica do Estado sobre os corpos femininos, as feministas se engajaram no processo de redemocratização do país, embora fossem olhadas com desconfiança pelos demais setores opostos do regime militar, incluindo os militantes de esquerda, que desconsideravam como políticas as questões específicas no campo da sexualidade, especialmente quando colocadas pelas feministas como questões que diziam respeito a direitos individuais, inerentes à liberdade e autonomia do indivíduo. (2009, p. 229)

Essas barreiras começam lentamente a se romper, mas não sem recuos, ainda que apenas em nível de um discurso limitado ao entendimento da problemática do aborto como uma questão de saúde pública.

Muitos dos líderes políticos que atualmente estão ocupando cargos governamentais ou no Legislativo e Judiciário se formaram em escolas católicas. Foi também dentro da Igreja que muitos se iniciaram nos debates políticos e na militância, durante o regime de exceção. Uma entrevista do Presidente Lula ao periódico espanhol *El País*, em maio de 2010, ilustra esse fato: ele conta que, no período inicial de sua atuação sindical em São Bernardo do Campo, São Paulo, nenhuma ideologia alimentava suas ações. Mas, logo em seguida, suas ações receberam apoio dos movimentos de base católica. Lula afirma que “o Partido dos Trabalhadores não teria existido sem a ajuda de milhares de padres e comunidades cristãs do Brasil”. E ressalta: “ele (o PT) deve muito ao trabalho da Igreja, à teologia da libertação, aos padres progressistas. Tudo isso contribuiu para minha formação política, a construção do PT e a minha chegada ao poder”. No entanto, Lula finaliza afirmando que “minha relação pessoal com a Igreja Católica foi e continua sendo muito forte, mas somos um país laico, tratamos todas as religiões com respeito”.⁵

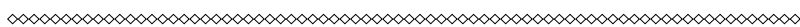


5 “A ONU precisa mudar ou não servirá para governo global”. 9 maio 2010. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=204825>.

Assistimos, não sem reações, às modificações promovidas no III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), sob pressão da Igreja Católica. Construído a partir dos debates realizados no processo participativo da Conferência Nacional de Direitos Humanos realizada em 2009, o texto inicial do programa afirmava a necessidade do compromisso governamental de “apreciar a aprovação de projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos”.⁶ Em decreto de número 7.177, de 12 de maio de 2010, este texto foi modificado, a partir dos questionamentos recebidos, passando a ser: “considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde”. Entre um conteúdo e outro e a forma como foi feita a substituição, muito há que se refletir sobre a distância entre a fala do Presidente Lula e o que realmente se pratica na promoção de políticas públicas observando o princípio da laicidade e da participação.

No Brasil, assim como em muitos países latino-americanos, os movimentos feministas têm formulado diferentes estratégias e discursos a elas relacionados, no tocante ao objetivo de alcançar a legalização do aborto. Uma estratégia recorrente, no entanto, tem sido a articulação transnacional dos movimentos, mesmo entre movimentos situados para além do continente americano. A ação internacionalista vem se instituindo, permanentemente, como um princípio organizativo de peso semelhante ou potencializador às ações nas esferas locais e nacionais. Ao mesmo tempo, quando pautam o debate sobre o aborto, trazem, implícita ou explicitamente, a essa discussão os debates sobre democracia e sobre laicidade do Estado.

Note-se que as questões relacionadas aos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos se confrontam permanentemente com barreiras religiosas restritivas a sua ampliação e, também, com a falta



6 Para acessar o PNDH3 na íntegra: <portal.mj.gov.br/sedh/pndh3.pdf>.

de ousadia e coragem, por parte dos gestores públicos, no enfrentamento a essas restrições, mesmo que para isso em muitos países existam garantias constitucionais, como é o caso do Brasil. Ações governamentais nesse campo não avançam ou recuam a qualquer manifestação contrária vinda dos setores religiosos conservadores.

No Brasil, mesmo para os casos em que o aborto está garantido na legislação, a implantação de serviços, iniciada a partir do final da década de 80 do século passado – mais de quarenta anos após a existência de lei que garante a possibilidade de escolha para as situações de violência sexual e risco de vida para a mulher grávida –, tem se defrontado permanentemente com a recusa de profissionais dos serviços públicos a realizarem os atendimentos, em nome do direito a uma objeção de consciência. Enfrenta, também, a ineficácia na divulgação dos serviços já existentes, em nome de um receio à procura que eles poderiam suscitar, bem como constantes tentativas de aprovação de projetos de leis, por integrantes das bancadas religiosas, que eliminariam constitucionalmente essas possibilidades que já estão garantidas na legislação vigente.

E não se há de esquecer a ação das instituições e da comunidade, estimuladas e alimentadas por lideranças religiosas, no sentido de buscar dissuadir, constranger, discriminar e até criminalizar as mulheres que se proponham a recorrer a esses direitos já previstos. Soma-se a esse constrangimento a própria ilegalidade na qual se mantém o aborto, empurrando as mulheres que por ele optam como solução extrema, para a clandestinidade.

Alagoinha, um caso exemplar⁷

Um pequeno resumo dos acontecimentos desse caso que se passou em março de 2009, no Estado de Pernambuco: em uma me-



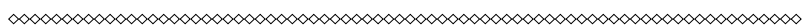
7 Um documentário detalhado sobre o caso pode ser acessado através de <<http://vimeo.com/12671229>>.

nina de nove anos vinda do interior, foi identificada uma gravidez gemelar, resultante de estupro. Essa gravidez foi considerada de risco, o que incluía o caso nas duas exceções à criminalização do aborto garantidas no Código Penal brasileiro.⁸ Acompanhada de sua mãe, ela chegou ao Instituto Médico Legal (IML) para exame e foi encaminhada a um hospital credenciado para o atendimento aos casos de violência sexual e aborto legal.

O caso, desde o início, foi acompanhado pela mídia local. Um secretário de governo e a Arquidiocese publicamente se manifestaram contrários à realização da interrupção da gravidez. A Arquidiocese, ao mesmo tempo, atuou pressionando o hospital para a não realização dos procedimentos garantidos nessas situações. É importante lembrar que o hospital em questão tem suas estruturas de funcionamento vinculadas, ou dependentes, da Igreja Católica.

O movimento de mulheres local, articulado no Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), acompanhou, desde o início, o debate e intercedeu, nesse momento, no sentido de apresentar possibilidades à mãe da garota para que ela pudesse decidir, com maior informação e garantias legais, quais os encaminhamentos possíveis a dar ao caso. Isso fez com que a mãe pedisse a sua alta do hospital que se negou ao procedimento e fosse encaminhada a outro serviço de aborto legal, contatado pelo FMPE, que se prontificou em garantir o direito à interrupção. Mãe e filhas - eram duas filhas e ambas vinham sendo violentadas pelo padrasto - receberam acompanhamento e apoio da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres para reorganizarem suas vidas após esses incidentes.

Esse caso foi noticiado internacionalmente, provocando, no mundo inteiro, reações contrárias e, em alguns casos, contradi-



8 Risco de morte para a mãe e violência sexual.

tórias além do posicionamento da Igreja representado pelo Arcebispo. Ainda que se ouvissem algumas poucas vozes em apoio ao Arcebispo e a insistência não unívoca do Vaticano em referendar sua atitude, de todas as direções, as manifestações afirmavam o direito da garota ao aborto, vendo como equívoco querer impor a uma menina de nove anos uma gravidez fruto de violência. Defenderam, assim, a equipe médica que realizou os procedimentos de interrupção. Essas manifestações se posicionavam sobre a importância de separar da religião a ação do Estado e a efetivação de políticas públicas, já que as igrejas resistem a essa separação, atuando, permanentemente, para influenciar a forma como leis e políticas se efetivam.

É impossível fazer uma avaliação de tudo o que se falou e debateu a respeito. Assim, trazemos aqui apenas duas citações ressaltadas a manifestações feitas desde o Estado de Pernambuco, onde ocorreram os fatos. Vejamos, por exemplo, trecho de um artigo publicado por um professor universitário:

A partir da inserção de novos sujeitos nos processos sociais de hegemonização, como a mídia e outros membros do campo religioso – os evangélicos, os espíritas etc. – Estado e Igreja Católica têm sofrido certo rearranjo conjuntural. As derrotas simbólicas, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, nos debates acerca das pesquisas com células-tronco, por exemplo, demonstram a vivência de uma nova trama nas atuais relações de poder. Importantes setores das classes dominantes exprimem publicamente discordâncias à Igreja. Esta passa, de modo cada vez mais direto, a tomar o Estado – antes seu incondicional aliado – como objeto de lutas. As posturas estatais diante do aborto, das distribuições e usos de preservativos e anticoncepcionais, da união entre pessoas do mesmo sexo, isso para citar somente algumas temáticas, são disputadas a ferro e fogo pelo clero.

Por certo, mais do que o pecado de uma menina de nove anos vítima de um estupro, o arcebispo de Olinda e Recife contesta uma posição estatal. Dom José Cardoso Sobrinho vem por em

xeque normas consagradas pelo ordenamento jurídico pátrio. As hipóteses de aborto legal não são novas no Código Penal, pelo contrário, sua justificação consta na Exposição de Motivos da Parte Especial do Código datada de 1940. Mesmo no campo jurídico, tradicionalmente reconhecido por seu conservadorismo, o artigo 128 não causa polêmicas significativas. Dá-se, contudo, que a disputa empreendida pelo arcebispo vai muito além do aborto legal. Ela se vale do caso sob discussão como meio de reafirmar as posições da Igreja e sua relevância na arena pública, ainda que arcebispo e Igreja surjam momentaneamente como anacrônicos, ortodoxos ou dogmáticos. A eficácia simbólica de todo esse processo está, destarte, menos no aborto em questão, legal e seriamente encaminhado pela equipe do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM) da Universidade de Pernambuco, e mais na ratificação midiática da necessidade de veiculação da fala da Igreja, inclusive sobre um assunto que no Estado não causa mais divergências. (ÉFREM FILHO, 2009)

Outro professor universitário também se refere às relações entre Estado e Igreja como tema principal a ser observado no caso. Cabe aqui reproduzir suas observações:

[...] o arcebispo declarou, literal, pública e explicitamente, que a equipe médica, que realizara um procedimento médico legítimo e legal, e a mãe da criança de 9 nove anos, que autorizara tal procedimento, ‘estavam excomungados automaticamente’ (sic). E repetiu, diversas vezes, o termo ‘automaticamente’. Ora, algumas questões, que fogem ao domínio religioso, colocam-se inelutavelmente e interessam a toda a sociedade civil. 1º) Em suas declarações, Dom José Cardoso afirmou que a ‘lei de Deus’ (isto é, a lei da Igreja Católica Romana, citando o Código Canônico) está acima de qualquer outra ‘lei dos homens’ (isto é, no caso em tela, a lei brasileira). Acrescentou, ainda, que, quando a ‘lei de Deus’ é contrariada pela ‘lei dos homens’, esta não tem o menor valor (sic) e, em consequência, como se pode inferir, não deve ser obedecida. Quer dizer, na hipótese, a lei brasileira não passaria de ‘lixo jurídico’. Para qualquer estudante de Faculdade de Direito, tal afirmação poderia ser considerada como tipificação do que estatui o Código Penal Brasileiro, isto é, um ‘incentivo público à prática de atos ilícitos’. E a ‘omissão de socorro’, por

do arcebispado, presente, principalmente, nas cartas. Segundo Lima (2010), no geral, mais se repudiou a atuação da Arquidiocese “do que se reformulou o paradigma do direito ao corpo, ou mesmo se discutiu amplamente a questão de gênero”. Na verdade, fica a constatação de que a separação entre igreja e Estado transversalizou todas as discussões.

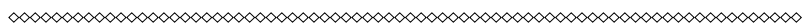
No final, pode-se avaliar que, a partir da atuação de feministas e de setores sensibilizados da sociedade estão sendo abertas novas possibilidades, ainda que restritas e, muitas vezes, fragilmente instituídas, de atendimentos às mulheres junto aos serviços públicos. Entre os diversos posicionamentos públicos, as declarações do Presidente da República e do Ministro da Saúde também demonstraram, nessa situação, um distanciamento crítico em relação à interferência da igreja no caso – talvez apenas em função da reação de toda a sociedade ou talvez porque se tratava de uma menina, em um caso gritante de violência. Se fosse uma mulher adulta envolvida, seria diferente?

Conclusões

Neste artigo, buscamos demonstrar como a pauta do Estado laico se entrecruza e convoca permanentemente as lutas feministas pela transformação social. Os movimentos feministas, ao reivindicarem a legalização do aborto, estão também alimentando as discussões sobre a ampliação da democracia e sobre a laicização do Estado, ao mesmo tempo em que estão sendo convocados pela necessidade de instituição da laicidade e pautados a incluírem esse tema como objeto de reflexão, construção de conhecimento e ação política. Quando atuam nesse campo, estão ampliando os debates, não apenas no diálogo com outros movimentos sociais e com os partidos políticos, dentro e fora dos governos, mas com a sociedade de forma mais ampliada.

A campanha “Contra os Fundamentalismos, o Fundamental é a Gente”, lançada em 2002, no II Fórum Social Mundial (FSM), buscava inicialmente um diálogo com os movimentos sociais e lideranças ali presentes. Mas o seu objetivo final era o de atingir a toda a sociedade, o que foi acontecendo à medida que ações se multiplicaram em diversos países.¹⁰ Afirmando que todas as formas de fundamentalismos são políticas e buscam a sujeição e a exclusão do outro/diferente, utilizou um termo de autorreferência religiosa¹¹ para provocar também os movimentos e militantes de esquerda sobre a necessidade de ouvir, respeitar e, por que não?, incorporar as demandas trazidas por distintos setores da sociedade, já que essas questões apresentadas estão em construção a partir de um lugar diverso que esses “outros e outras” ocupam no mundo.

Nos debates sobre a construção de uma “plataforma dos movimentos sociais para a reforma do sistema político no Brasil”, os movimentos feministas também provocaram a discussão sobre o Estado Laico junto aos outros sujeitos políticos presentes.¹² A reação às tentativas de impedimento da distribuição da contratação de emergência em alguns municípios do Brasil, a ação junto ao Ministério Público para a retirada de símbolos religiosos das repartições públicas – estas e outras incidências, poderiam



- 10 No Brasil, entre outras ações, a AMB organizou no processo do Fórum Social Mundial, nacional e regionais, a série de debates: “Estado Laico e Liberdades Democráticas” que resultou em uma publicação e “Aborto na Agenda Democrática”, com diversos movimentos sociais envolvidos. Lançou também a revista “Bocas no Mundo”.
- 11 Autodesignação dada por um grupo de cristãos protestantes conservadores norte-americanos, no início do séc. XX, que se via como contraofensiva ao modernismo. Para eles, fundamentais eram “os conteúdos da fé, verdades absolutas e intocáveis, que deveriam ficar imunes à ciência e à relativização por meio do método histórico”. (DREHER, 2002) Defendiam uma leitura literal, portanto, sem interpretações, da Bíblia. Publicaram, também, uma série de textos sob o título *The Fundamentals: a testimonium to the truth* (Os Fundamentais – um testemunho em favor da verdade).
- 12 Nesse ano de 2010, diversas organizações, em um trabalho conjunto com a organização Cfemea, de Brasília, lançaram uma Plataforma Feminista voltada para as eleições. Dirigida a candidatas(as), eleitores(as) e militantes, incluía o item “Estado laico e Democracia” entre os conteúdos a serem observados por todos(as).

ter sido também desenvolvidas como comprovação às premissas deste texto.

Fato é que a passagem do regime monárquico para o republicano no Brasil, mesmo que neste último se instituisse a laicidade como princípio organizativo do Estado, não foi acompanhada de debate e da apropriação que pudessem garantir a sua institucionalização de fato e efetiva. Na passagem de um regime para o outro, os rearranjos foram feitos pelos homens. Se, por um lado, assistimos, no presente, a algumas mudanças significativas sobre a participação das mulheres na vida pública, por outro, podemos continuar afirmando que nós, mulheres, fomos excluídas do contrato social vigente. Por certo, o momento atual nos provoca outros debates e reflexões para o aprofundamento e a compreensão de novos desafios vindos nessa direção.

Referências

BARSTED, Leila Linhares. O movimento de mulheres e o debate sobre o aborto. In: BALTAR DA ROCHA, Maria Isabel; BARBOSA, Regina Maria (Org.). *Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, 2009. p. 228-56.

BERER, M. Leis nacionais e aborto inseguro: parâmetros de mudança. *Questões de Saúde Reprodutiva - Mortalidade e Morbidade Materna*, ABRASCO, Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, p. 71-8, 2008. Disponível em: <<http://www.mulheres.org.br/pdfs/rhm3-completo.pdf>>.

BRASIL. *Decreto n° 7.177*, de 12 de maio de 2010. Altera o Anexo do Decreto no 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH. DOU, 13 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm>.

CHÁVEZ, Suzana; COE, Anna-Britt. *Las migajas bajo el mantel: la política fundamentalista de USAID y el caso de la Anticoncepción Oral de Emergencia (AOE) en el Perú*. Lima: PROMSEX, 2006.

- DREHER, Martin N. *Para entender fundamentalismo*. São Leopoldo: E. Unisinos, 2002.
- DWORKIN, Ronald. Os extremos da vida. In: _____. *Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 1-39.
- ÉFREM FILHO, Roberto. *A hegemonia, o aborto e as leis de Deus*. Recife: Agência Carta Maior, 2009. Disponível em: <www.dihitt.com.br/barra/a-hegemonia-o-aborto-e-as-leis-de-deus>.
- FAÚNDES, Aníbal; BARZELATTO, José. Valores religiosos. In: _____. *O drama do aborto: em busca de um consenso*. Campinas: Komedi, 2004. p. 127-61.
- KLUGMAN, Barbara; BUDLENDER, Debbie (Eds.). *Estrategias para el acceso al aborto legal y seguro: un estudio en once países*. Johannesburgo: The Women's Health Project; School of Public Health; University of the Witwatersrand, 2001.
- LIMA, Nataly de Queiroz. *Caso Alagoinha: a invisibilidade dos direitos reprodutivos das mulheres rurais*. Recife, 2010. mimeo.
- LOREA, Roberto Arriada. Acesso ao aborto e liberdades laicas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 185-201, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200008>.
- PERRUSI, Gadiel. *O arcebispo, a excomunhão e a CNBB*. Recife, 2009. Disponível em: <www.blogdosperrusi.com/2009/03/12/o-arcebispo-a-excomunhao-e-a-cnbb>.
- PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Sílvia (Coords.). *CEDAW: Relatório Nacional Brasileiro: Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: Protocolo Facultativo*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, 2002.
- ROSADO-NUNES, Maria José. Aborto e Religião: as pesquisas no Brasil. In: BALTAR DA ROCHA, Maria Isabel; BARBOSA, Regina Maria (Org.). *Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, 2009. p. 207-26.

DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

teoria e práxis de feministas acadêmicas

Simone Andrade Teixeira
Sílvia Lúcia Ferreira

O movimento feminista brasileiro sempre protagonizou mobilizações reivindicatórias pelos direitos das mulheres. Podemos apontar, ao menos, dois momentos de grande articulação: o primeiro, ocorrido na primeira metade do século XX, quando as reivindicações se centravam, predominantemente, em torno dos direitos civis e cuja conquista expressiva foi o direito ao voto; e, o segundo, que, embalado pela “segunda onda” feminista da década de 1960, reivindicava, prioritariamente, a reapropriação dos corpos femininos pelas próprias mulheres.

Após a conquista do direito ao voto feminino, em 1932, o movimento feminista brasileiro arrefeceu e sua reorganização só veio a ocorrer a partir da década de 1960, influenciado pela expressividade de um renovado feminismo oriundo dos Estados Unidos e da Europa, que passou a ser conhecido como “feminismo da segunda onda”. As célebres frases feministas desse período, “Nosso corpo

nos pertence” e “O pessoal é político” foram as tônicas que estimularam não apenas reflexões como, também, ações políticas, que reclamavam direitos tanto na esfera civil quanto nas esferas do exercício da sexualidade e da reprodução.

Tais slogans enfatizavam que as mulheres deveriam ser donas de seus próprios corpos e livres para decidir sobre o exercício de sua sexualidade e de sua vida reprodutiva e, também, incentivavam a discussão e a consequente politização de problemas da vida privada vivenciados pelas mulheres, a exemplo dos mais variados tipos de violência, sexual, física e/ou psicológica.

Toda a pauta reivindicatória feminista relacionada à violência perpetrada contra as mulheres e à reapropriação do próprio corpo se intensificou na década de 1980, quando os grupos feministas se configuraram, na esfera política, em torno de temas específicos que tratavam da saúde e da violência contra a mulher, em especial as Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas. Ainda no início dessa década, foram fundados os primeiros núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras que, em muito vêm contribuindo para a conversão da pauta política feminista em políticas públicas, ao formular argumentações científicas em torno das questões referentes às mulheres.

Também podemos atribuir aos movimentos, as práticas e teorias feministas das décadas de 1970–80 que conformaram na área da saúde, um novo campo científico, que passou a ser denominado como o campo da saúde da mulher. Naquela ocasião, a reivindicação principal era a integralidade da atenção em saúde, superando a ótica das políticas verticalizadas voltadas exclusivamente ao binômio mãe-filho(a). Para Maria Betânia Ávila (1993), esse campo privilegiou a discussão sobre a autodeterminação sexual e reprodutiva da mulher, questionou o poder e o saber médico, incorporou o discurso das mulheres sobre suas experiências corporais na produção do conhecimento, criticou a precária situação

dos serviços de saúde e reclamou as obrigações do Estado tanto na promoção da saúde quanto no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Nesse contexto, em 1983, foi elaborado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que representou uma ruptura paradigmática com os programas de saúde até então destinados às mulheres, ao exigir a posição da mulher enquanto sujeito, incorporar o direito da regulação da fertilidade como um direito social e enfatizar a dimensão educativa para que as mulheres pudessem fazer suas escolhas bem informadas e livres de coerção.

Foi na reivindicação pelo direito das mulheres à saúde que a sexualidade se constituiu objeto de estudos no campo das Ciências Sociais e da Saúde. (FERREIRA, 2000) A articulação ocorrida entre o movimento feminista e o movimento sanitarista brasileiro fez incorporar a ideia da saúde sexual e reprodutiva à premissa original da saúde como um direito das cidadãs e cidadãos e dever do Estado. Assim, a saúde sexual e a saúde reprodutiva, inseridas em um ampliado conceito de saúde, passaram a ser reivindicadas pelos citados movimentos como um dever do Estado e um direito de cidadania.

Em resposta às reivindicações do movimento feminista e de mulheres, a Carta Constitucional de 1988 assegurou, dentre outras coisas: igualdade, em direitos e obrigações, entre homens e mulheres; condições para que presidiárias pudessem permanecer com seus filhos durante a amamentação; licença gestação de 120 dias sem prejuízo do emprego e do salário; licença paternidade; proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; integração das empregadas domésticas à Previdência Social; os títulos de domínio e concessão de uso de terras e demais imóveis foram conferidos à mulher ou ao homem, ou a ambos, inde-

pendentemente do estado civil; os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal pelo homem e pela mulher; planejamento familiar de livre decisão do casal, competindo ao estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, sendo vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

O movimento feminista empreendeu esforços pelo direito à saúde integral e conferiu visibilidade a temas como sexualidade, orientação sexual, aborto, violência, saúde materna, contracepção e morte materna, dentre outros. Contribuiu, ainda, para que essas questões passassem a ser abordadas como integrantes dos Direitos Humanos (DH) e adquirissem o *status* de Direitos Sexuais (DS) e de Direitos Reprodutivos (DR). Os movimentos e teorias feministas também reconheceram que a exclusão e/ou o comprometimento de acesso ao direito à saúde, sofridos pela população GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros - constituíam uma violação de direitos humanos fundamentais e feriam os princípios de universalidade, integralidade e equidade que fundamentam a concepção filosófica do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dessa forma, o Ministério da Saúde (MS), também subsidiado pelos estudos feministas, lançou, em 2004, a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PNAISM), incorporando o enfoque de gênero em seu texto, objetivando promover o reconhecimento dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de mulheres e homens e estabelecendo a assistência conjunta de ambos os sexos e o reconhecimento das especificidades das mulheres negras, lésbicas, profissionais do sexo e indígenas. Ademais, incluiu a importância do preparo técnico e ético das equipes que prestam e/ou prestarão cuidados à saúde desses segmentos populacionais a partir do enfoque de gênero. (BRASIL, 2004)

Por reconhecer não apenas a profundidade argumentativa dos estudos feministas, mas, também, o seu potencial transforma-

dor de mentalidades e de articulação, planejamento, execução e avaliação de ações políticas e de políticas públicas, a formação de novas feministas se apresenta como requisito fundamental para a continuidade de práticas e teorizações que promovam a saúde das mulheres em um contexto de reconhecimento dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos (DSDR).

Nesse sentido, esta pesquisa objetivou verificar as formas de aproximação com o feminismo e com a temática da saúde sexual e reprodutiva, de acadêmicas feministas do campo da saúde coletiva, no sentido de identificar estratégias que possam ser utilizadas ainda hoje para estimular a aproximação de outras mulheres aos pensamentos e militâncias feministas e, ainda, desencadear um processo de formação de novas feministas comprometidas com a promoção da saúde integral das mulheres.

A pesquisa realizada, que se classifica como qualitativa e exploratória, buscou identificar as formas de aproximação com o feminismo e com a temática da saúde sexual e da saúde reprodutiva com perspectiva feminista, por parte de feministas acadêmicas da área da saúde coletiva.

O interesse de realizar essa investigação no campo da saúde coletiva, não se deu apenas em decorrência de ser esse o campo de exercício profissional das autoras, mas, também, sob a justificativa de que as pesquisas sobre a saúde da mulher sob a perspectiva feminista e de gênero são desenvolvidas, de forma prioritária, em vários grupos de pesquisa (GPs) brasileiros, principalmente naqueles cujas pesquisadoras atuam no campo da saúde coletiva, um dos campos mais politizados e permeáveis às reflexões socioantropológicas e de gênero que integram o vasto campo do saber em saúde.

Everardo Duarte Nunes afirma que o campo da saúde coletiva

[...] se fundamenta na interdisciplinaridade como possibilitadora da construção de um conhecimento ampliado da saúde, no

qual continuam presentes os desafios de trabalhar com as dimensões qualitativas e quantitativas, sincrônicas e diacrônicas, objetivas e subjetivas. Assim, não existe a possibilidade de uma única formulação teórica e metodológica quando espaço, tempo e pessoa não são simplesmente variáveis, mas constituem parte integrante de processos históricos e sociais. (2005, p. 32)

Para esse estudo, foram realizadas entrevistas com base em um roteiro semiestruturado, com questões acerca das suas aproximações com o feminismo e com as temáticas “saúde sexual” e “saúde reprodutiva” com perspectivas feministas. Para a análise dos dados, optou-se pela utilização da técnica da análise de conteúdo (AC), baseada em Laurence Bardin, para quem a análise de conteúdo é “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (2002, p. 38).

A seleção das acadêmicas feministas a serem entrevistadas se deu, inicialmente, a partir de uma busca nos grupos de pesquisa (GPs) que trabalhassem com essa temática cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. O principal critério adotado foi que o GP deveria conter linhas de pesquisa na área da saúde sexual e da saúde reprodutiva (SSSR) e/ou sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos (DSDR). Para tal, foram utilizados os seguintes termos de busca: *feminismo, saúde sexual e saúde reprodutiva, direitos sexuais e direitos reprodutivos, feminismo, gênero e saúde da mulher e mulher*.

Identificados os grupos de pesquisa, foram elencados os seguintes critérios para a escolha das pesquisadoras que melhor atenderiam aos objetivos: a) autodefinição como feminista no Currículo Lattes; b) publicações em periódicos feministas; c) publicações em periódicos não feministas, mas que revelassem comprometimento com a defesa da SSSR e dos DSDR sob perspectiva feminista, aproximação com o feminismo e temática da SR e/ou

DSDR anteriores ao ano de 1994;¹ e d) atuação no campo da saúde coletiva. Enfim, esses critérios se revelaram suficientes e foram selecionadas seis acadêmicas. Em decorrência do compromisso com o anonimato, firmado através do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), foram atribuídos às entrevistadas nomes de importantes feministas, tais como Christine (Pizan), Olympe (de Gouges), Michele (Ferrand), Bell (Hooks), Judith (Butler) e Anne (Fausto Sterling).

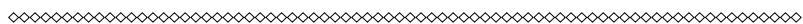
Depois de gravadas e feitas as transcrições das entrevistas, verificou-se o atendimento do *corpus* documental aos critérios recomendados pela técnica da análise de conteúdo (AC): a) exaustividade – levantamento completo do material suscetível de ser utilizado; b) homogeneidade – referência a um mesmo tema e produzido pela mesma técnica; e c) representatividade e adequação aos objetivos desta pesquisa. Após a realização de leituras sucessivas às entrevistas em que se aplicou a técnica de sub-sínteses agrupadas a partir de leituras horizontais, verticais e diagonais, de documento a documento, e cada vez mais minuciosas, as respostas foram agrupadas por diferenciação e também por semelhanças em torno das categorias de análise.

Aproximações com o feminismo

As formas de aproximação das mulheres com o feminismo se revelaram variadas e aconteceram em diferentes momentos.

Sobre sua aproximação com o feminismo, relata Michele:

— [...] naquele momento, ainda na graduação, eu me envolvi com o feminismo, no caso, em 1975. Eu fiz parte da equi-



1 Em 1994, foi realizada a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, que definiu os conceitos da saúde reprodutiva e dos DSDR. O critério de aproximação com o feminismo e temática da SSSR anterior ao referido ano foi adotado porque se objetivava selecionar docentes com experiência acumulada acerca dessas temáticas.

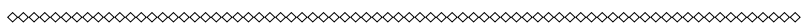
pe que fez a primeira... o primeiro debate público sobre a construção do papel da mulher na sociedade brasileira, junto com Branca Moreira Alves, Jaqueline Pitanguí, a Leila Linhares, a Mariska de Oliveira [...]. Eu tinha vinte anos naquela ocasião [...]. A Maria Helena Darcy de Oliveira tinha... conhecia vários livros vindos do feminismo francês. Ela me apresentou muitas coisas e eu comecei a ler e, a partir daquilo, a gente se reuniu. Ela conhecia Branca Moreira Alves e houve esta primeira reunião para a gente formar o que foi o Ano Internacional da Mulher, que foi comemorado pela ONU.

O evento, de cuja comissão organizadora a entrevistada Michele afirma ter participado, denominado *O papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira*, ocorreu no Rio de Janeiro, em julho de 1975, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e é considerado fundador do feminismo organizado no país. Segundo Céli Pinto (2003), esse evento foi planejado a partir da reunião de dois grupos feministas cariocas informais, que buscaram o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU) e que eram formados por mulheres pertencentes à classe média intelectualizada, com experiência internacional e com uma rede de contatos que lhes possibilitava planejar e realizar um evento desse porte.

Em entrevistas concedidas a Joana Maria Pedro (2006), Rose Marie Muraro e Maria Luíza Heilborn afirmaram que foi Mariska de Oliveira quem conseguiu recursos junto à ONU para a realização desse acontecimento a partir do qual foi constituído o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, e houve a formação de outros espaços feministas no Brasil, a exemplo do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira de São Paulo, em outubro de 1975, que se deu a partir do *Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista*, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU e pela Cúria Metropolitana. (PEDRO, 2008)

Embora o evento ocorrido sob os auspícios da ONU seja considerado o fundador do feminismo organizado no país, Joana Pedro (2008) destaca que a difusão do ideário feminista no Brasil é anterior à referida data. De acordo com a autora, em 1966, Rose Marie Muraro publicou o livro *A mulher na construção do mundo futuro* e, em 1971, intermediou a publicação do livro *A mística feminina*, de Betty Friedan. Em 1967, Heleieth Saffioti publicou o trabalho considerado pioneiro do feminismo acadêmico brasileiro: *A mulher na sociedade de classes*. Segundo Celi Pinto (2003), ainda em 1972, o Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros,² realizou um congresso para discutir a situação da mulher do qual participaram Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro e Carmen da Silva. Em 1973, a Professora Zahidê Machado ministrou o curso *Família e relações entre sexos*, na UFBA, que já continha uma abordagem feminista.

A universidade brasileira do período da ditadura serviu de suporte para intelectuais e ativistas políticos que difundiam ideais de liberdade e justiça dentre os quais o ideal de redemocratização do país, o ideário feminista e o ideário da medicina social, que consubstanciou o movimento conhecido como Reforma Sanitária.³ De acordo com Joana Pedro (2005), os estudos universitários representaram um refúgio para antigos militantes e, muitas vezes, a Universidade foi considerada como um espaço neutro entre



- 2 Segundo Joana Maria Pedro, Romy Medeiros não pertencia ao grupo de esquerda que lutava contra a ditadura e tinha boas relações com as elites do governo. A referida autora levanta a hipótese de que em decorrência do evento não ter sido promovido por um grupo de esquerda, este não figure como um dos marcos do feminismo no Brasil. (PEDRO, 2005)
- 3 Entre os anos 60 e 70, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) estimulou o emprego das reflexões oriundas das Ciências Sociais aplicadas à Saúde na América Latina. Esse pensamento médico social foi desenvolvido no período mais repressivo do regime militar brasileiro (final dos anos 60 e início dos 70) e a abordagem histórico-estrutural dos problemas de saúde no Brasil foi construída no interior dos departamentos de medicina preventiva. Surge daí um novo pensamento sobre a saúde que, em seu processo de articulação e desenvolvimento, conformou um novo sujeito coletivo, o movimento da reforma sanitária, que foi articulado por três vertentes: o movimento estudantil e o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES); os movimentos de médicos residentes e de renovação médica; e a Academia. (ESCOREL, 1998)

a militância política e os cargos de trabalho oferecidos por órgãos do Estado.

Assim, a Academia se constituiu tanto como espaço de construção de propostas políticas cientificamente respaldadas quanto como espaço de resistência, em momentos agudos de repressão política. Além disso, também passou a se configurar como um dos poucos espaços de trabalho possíveis para toda uma geração recém-formada de profissionais das Ciências Sociais, Filosofia, Ciências Humanas e Medicina Social, que não vislumbravam oportunidades de emprego em outros órgãos públicos. (ESCOREL, 1998)

Segundo Joana Pedro (2008), a origem de muitos Núcleos de Estudos sobre a Mulher, feministas e/ou de gênero está intrinsecamente ligada à história de mulheres militantes em grupos de esquerda e no feminismo, que passaram a atuar nas universidades e que, hoje, consideram ter configurado mais um espaço de militância feminista: o espaço acadêmico.

Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj, entretanto, sustentam a idéia de que o impulso para os estudos feministas no Brasil surgiu da própria Academia, diferentemente do que aconteceu nos EUA e França onde partiram das ruas para a Academia. Para essas autoras,

[...] as acadêmicas, por sua maior exposição a idéias que circulavam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados. Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades. (1999, p. 3)

No caso específico da saúde, Sarah Escorel (1998) considera que “a academia foi a vertente que deu origem ao movimento sanitário e é sua base de consolidação, já que ela dá o suporte teórico às pro-

postas transformadoras”. O movimento da reforma sanitária brasileira apontava os efeitos negativos da medicalização da sociedade e propunha programas alternativos de saúde que estimulassem o autocuidado. O movimento feminista, em comunhão com o pensamento da Reforma Sanitária, reivindicava a concepção dos corpos femininos como os *loci* de sujeitos e atores sociais, além da desmedicalização e da integralidade da atenção na saúde da mulher.

Ainda no ano de 1975, o feminismo conseguiu espaço na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, e, a partir daí, por dez anos consecutivos, as feministas fizeram seus encontros nacionais no âmbito dessas reuniões, assumindo um perfil acadêmico e inaugurando com a pesquisa científica sobre a condição da mulher no Brasil, um tipo de atuação feminista que foi fundamental nas décadas que se seguiram.

O espaço da universidade aparece como o local predominante onde se deram os contatos das entrevistadas com o feminismo, fosse como estudantes ou docentes. Sobre sua identificação com o feminismo, diz Anne:

- [...] Até eu entrar na faculdade, eu nunca tinha me colocado muito disso do ponto de vista identitário [...] e tinha uma amiga que eu fiz e que é minha amiga até hoje, que ela era absolutamente feminista. Ela era nascida naquela cidade e tinha uma consciência muito aguda da discriminação. Depois, aos poucos, eu fui conhecendo detalhes, por exemplo, como ela não era mais virgem, [...] quando ela chegava no ginecologista, eles deixavam ela esperando mais tempo do que as outras pessoas; então, ela tinha uma consciência muito aguda disso...

Anne relata que sua mãe foi a primeira feminista que conheceu e que sempre foi estimulada a ser independente. Entretanto, sua

identidade com o feminismo se deu a partir dessa relação de amizade, ao se sentir tocada pelo sentimento de discriminação sofrido pela amiga feminista.

A universidade também foi o espaço de aproximação com o feminismo para Judith, Olympe e Bell.

Judith revela que sua aproximação se deu na Academia, a partir dos estudos de gênero:

- Na verdade, durante ainda o final da Graduação eu já fui me aproximando dos estudos de gênero. Quando estava no Mestrado, eu fiz um estudo essencialmente sobre mulheres; não era ainda dentro de uma matriz feminista; no Doutorado, já trabalhei diretamente com teoria feminista.

Os estudos de gênero também aproximaram Olympe do feminismo, em 1988. A entrevistada, que já era docente universitária na época, revelou quando se deu sua aproximação com o feminismo: “– *Quando entrei no Grupo de Pesquisas sobre a Mulher*”. Na época, ela estava fazendo sua Tese de Doutorado sobre o perfil reprodutivo das mulheres segundo as classes sociais e descobriu que a classe enquanto categoria de análise não explicava alguns fenômenos que apareceram, dentre os quais o da violência contra a mulher. Foi na busca pela compreensão desses fenômenos que ficou sabendo de um curso sobre gênero, no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP), que seria ministrado por Eva Blay e Carmen Barroso. Ela não apenas fez o curso, como passou a integrar um núcleo de estudos feministas.

Bell, que também já era docente universitária, relatou sua aproximação com o feminismo por duas vias, ambas em 1987:

- Acho que tem um marco disso, que foi minha entrada no [Grupo de Pesquisas Feministas] e o encontro feminista de Garanhuns.

Mas, ao relatar sua aproximação com o feminismo, a ênfase da fala da entrevistada recaiu sobre sua participação no citado encontro feminista.

- O que ele me sensibilizou, chocou, algumas vezes, botou um bocado de coisa de ponta cabeça. Foi a primeira vez que vi realmente se discutir isso. Se discutir seriamente. [...] Então, ali que eu pude ver, na prática, por exemplo, muitas das coisas que eu já falava sobre... por exemplo, falar de direitos sexuais e reprodutivos. Foi quando eu vi falar abertamente e discutir seriamente sobre opções sexuais, lesbianismo, ou outras formas de relacionamentos sexuais, sobre direitos reprodutivos, sobre aborto, sobre direito ao aborto, ao corpo; foi onde eu realmente me defrontei, de uma vez só, com toda essa discussão feminista. Porque o encontro era feminista. [...] Não existia aula [...], todas as coisas passavam a partir das experiências das pessoas, todas as discussões eram das experiências das pessoas, pelo menos das que eu participei. Tinha vivências, oficinas [...]; foi quando, inclusive, eu participei de uma oficina, me submeti a uma oficina de autoexame ginecológico, que foi uma experiência surreal. [...] Inclusive, eu passei a adotar dali em diante, né? Fiz alguns trabalhos com mulheres de periferia, a partir dessa experiência, que eu acho que é fantástica.

A práxis feminista para a reconstrução de uma nova perspectiva proporcionada pelas vivências, que tem na troca das experiências vividas seu principal alicerce, parece ter proporcionado maior mobilização da entrevistada em relação ao feminismo. A experiência vivida é trazida como a fonte que mobilizou a construção de um conhecimento que objetivava, dentre outros fins, o autoconhecimento. Seu relato sobre a mobilização e o aprendizado, ocorrido através de uma oficina feminista é um exemplo

de como uma metodologia pode adotar uma objetividade científica ressignificada e proporcionada por uma perspectiva parcial, como defendido por Donna Haraway (1995).

O vanguardismo do feminismo, ao discutir sobre o corpo, a sexualidade e as orientações sexuais, foi apontado por Bell, que diz ter sido a primeira vez que viu esses temas serem tratados de forma diferenciada, um fato que é respaldado por autoras como Lucila Scavone (2004), Sílvia Lúcia Ferreira (2000) e Maria Betânia Ávila (1993), ao reconhecerem que foi a partir do movimento feminista que a sexualidade se constituiu objeto de estudos no campo das Ciências Sociais e da Saúde.

Ainda refletindo sobre sua aproximação com o feminismo, Bell revelou:

- [...] mas eu acho que foi o fato de que sempre trabalhei com mulheres. Porque, dentro dessa discussão feminista, como sou da área de saúde, e uma das bandeiras muito fortes do feminismo foi ligada à saúde... a questão da saúde foi uma bandeira e continua sendo, da qualidade da assistência. Uma bandeira muito forte do feminismo. Sei lá, acho que foi isso, esse foi o ponto de identificação, de identidade.

De fato, ser professora universitária e pertencer à área da saúde da mulher propiciou a aproximação da entrevistada com o pensamento feminista, na década de 1980, uma década marcada por ampla mobilização de movimentos sociais dentre os quais o movimento feminista, que participou de forma intensa e propositiva na elaboração de políticas públicas para as mulheres, em especial na área da saúde da mulher. Foi nessa década que o movimento feminista conseguiu converter em políticas públicas várias reivindicações de sua agenda, dentre elas, o lançamento e a implementação do PAISM. Foi, portanto, nesse envolvente processo

de ruptura paradigmática que a entrevistada Bell se envolveu com o feminismo.

O processo de implementação do PAISM enquanto política oficial do Governo Federal demandou sua incorporação em disciplinas no interior dos cursos. Do mesmo modo, foi necessária a formação de profissionais na área da saúde da mulher nas universidades e a qualificação dos profissionais nos serviços públicos de saúde. Para o atendimento da ruptura paradigmática reclamada pelo Programa, cursos de capacitação foram oferecidos tanto para professores universitários quanto para os profissionais dos serviços de saúde e, de modo particular, para as enfermeiras, por desenvolverem a maior parte das ações dirigidas às mulheres que objetivavam a assimilação dos princípios do Programa, como, também, a superação das assimetrias de poder entre usuárias e serviços de saúde.

No caso de Christine, a aproximação com o feminismo se deu de forma bastante diferenciada, pois, embora também fosse estudante universitária, era militante política de um partido de ideologia comunista.

- Se deu na cadeia, quando eu fui torturada e torturaram a minha filha, na minha frente, para que eu falasse, e não torturaram minha filha na frente do pai dela. Não que eu quisesse que ele sofresse a mesma dor que eu sofri, mas comecei a me perguntar por que, e aí eu tive a resposta: que eu era mulher, mãe, e na compreensão patriarcal dos torturadores, e aí, machista, eles pensaram que torturar na minha frente, o simbólico da maternidade faria eu me fragilizar.

Ela relata, ainda, que foi na solidão da prisão, a partir de suas próprias reflexões, que chegou à conclusão de que o machismo e a força do patriarcado alicerçavam as condutas violentas às quais

era submetida e que depois buscou a literatura feminista para tentar compreender melhor a violência à qual fora sujeitada.

Vale aqui ressaltar que muito embora a Universidade seja citada como o principal espaço que favoreceu o contato com o feminismo, a matéria propulsora dessa aproximação foi o interesse das entrevistadas pela temática relacionada à sexualidade e à reprodução.

Aproximações à temática saúde sexual e reprodutiva com a perspectiva feminista

- Eu me lembro que a primeira vez que eu ouvi isso foi aqui na escola; uma pessoa que veio falar contra o planejamento familiar, aquele planejamento familiar... [...] E eu me lembro que eu pensava assim: ‘Meu Deus, tem alguma coisa aí que eu preciso ir atrás. Eu preciso ir atrás disso’. Com as discussões, é... quando a gente começou a ficar mais crítica em relação a isso, que a gente começou a ver que, na verdade, não era bem aquilo, né? Que era só uma forma a mais de dominação, via as mulheres e tal, a gente começou a fazer [...]. E comecei a procurar as críticas, então, que se faziam naquele momento. Uma a... todo aquele trabalho da BEMFAM... porque, quando veio para o Brasil e começou, a proposta da BEMFAM era uma proposta extremamente humanitária. Não tinha essa percepção que a gente tem hoje, e que teve logo depois de uma coisa de dominação, do IPPF e tal. Ela não veio com essa cara, ela veio com uma cara de uma coisa humanitária. [...] E eles faziam discurso do não controle de natalidade, que não era controle de natalidade, que era planejamento familiar. E aí eu comecei a fazer pesquisa nisso. Fiz várias, umas quatro, cinco. E sobre isso [...]. Enfim, foi uma aproximação que vem lá do planeja-

mento familiar e se transforma na discussão dos direitos sexuais e reprodutivos [...].

(Olympe)

A fala de Olympe revela que seu despertar para a crítica feminista acerca da saúde sexual e reprodutiva se deu na Universidade, a partir de um pronunciamento contrário ao planejamento familiar desenvolvido pela Bemfam, principal agente da *International Planned Parenthood Federation* (IPPF), instituição norte-americana que, em conjunto com outras entidades não-governamentais, foi responsável pela execução da política internacional de controle populacional liderada pelos Estados Unidos para evitar uma explosão demográfica nos países pobres e em desenvolvimento.

Dessa forma, o Brasil foi incluído nas estratégias globais de prevenção da tão temida “explosão demográfica” e os programas de planejamento familiar tiveram início e se desenvolveram em pleno regime militar, cujo discurso oficial era, paradoxalmente, pró-natalista. A política internacional de controle populacional se concretizou a partir da definição de metas populacionais de países-chave e por meio de pressão sobre líderes nacionais para que aceitassem as atividades de controle de fertilidade das mulheres. (VENTURA, 2006) Para o controle da natalidade, eram implantados serviços de “planejamento familiar” que, através de práticas persuasivas e coercitivas, distribuía métodos contraceptivos de alta eficácia, a exemplo da pílula, além de estimular a esterilização feminina.

Foi na década de 1980 que a esterilização feminina começou a ser disseminada no Brasil e chegou a figurar como o primeiro método contraceptivo nacional, colocando o país entre aqueles com as mais altas taxas de esterilização do mundo. Essas esterilizações, ainda segundo Miriam Ventura (2006), eram realizadas

por instituições assistenciais financiadas por capital externo, de forma inadequada e ilícita, no bojo de ações dirigidas à saúde da mulher, com o propósito de controlar a natalidade nos segmentos mais pobres e de população negra.

Segundo Sônia Corrêa e Rebecca Reichmann (1994), a existência dessa rede ativa de organizações não-governamentais (ONGs) de capital externo, voltadas para ações de planejamento familiar e para o desenvolvimento de estratégias de marketing de contraceptivos foi a principal responsável pela queda da fecundidade das mulheres brasileiras, nas décadas de 1970-80. Para Elza Berquó (1993), tal redução foi obtida pela elevada utilização da esterilização feminina e da pílula, usadas, respectivamente, por 44% e 41% das mulheres unidas, de 15 a 54 anos de idade, que usavam algum contraceptivo, o que fez com que as taxas passassem de 4,5 filhos por mulher, em 1980, para 3,5, em 1984, chegando a 2,5, em 1991. Para Elza Berquó e Suzana Cavenaghi, “a transição da fecundidade no Brasil teve início em meados da década de 1960. As taxas sofreram redução de 24,1%, entre 1970 e 1980, de 38,6%, na década seguinte e, a partir daí, 11,1%, entre 1991 e 2000” (2006, p. 11).

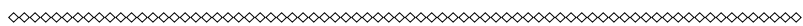
É importante destacar, entretanto, que a queda abrupta da taxa de fecundidade não se deu exclusivamente em decorrência da atuação das ONGs estrangeiras, uma vez que outras variáveis também colaboraram para tal. De acordo com Margareth Arilha (1995), o desenvolvimento econômico, em especial o processo de industrialização, desencadeou a migração urbana e transformou os padrões ocupacionais das mulheres. A expansão de modernos sistemas de comunicação deu nova forma às normas culturais reprodutivas afetando os padrões reprodutivos no Brasil. Por outro lado, as políticas de crédito, incentivando novos padrões de consumo, também fizeram com que as mulheres e/ou casais repensassem o número de filhos. De acordo com Elza Berquó e Suzana Cavenaghi (2006), a tendência de declínio da fecundidade se

manteve e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2004, revelou que o número médio de filhos por mulher atingiu a taxa de 2,1, representando uma queda de 12,5% em relação ao último censo.⁴

O movimento feminista denunciou a prática ilegal da esterilização feminina ao Congresso Nacional, pressionando-o para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que acabou por confirmar que as mulheres se submetiam à esterilização cirúrgica, muitas vezes, inapropriadamente, por falta de outras opções contraceptivas disponíveis e reversíveis. A CPI, instituída em 1991, constatou, também, que a laqueadura era realizada, normalmente, durante o curso da cesariana, de forma inadequada e, em algumas ocasiões, sem consentimento da mulher (BRASIL, 1993). As conclusões e recomendações dessa Comissão desencadearam ações legislativas no setor da saúde para a regulamentação das estratégias de planejamento familiar, inclusive, da esterilização cirúrgica.

O direito ao planejamento familiar foi assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88), entretanto, somente após oito anos foi regulamentado por meio da Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que também estabeleceu critérios para a realização da esterilização cirúrgica voluntária. (BRASIL, 1996)

Para Olympe que, desde o início da carreira universitária trabalhava com planejamento familiar, o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre a sexualidade e a reprodução das mulheres aconteceu como uma evolução do seu trabalho, inclusive nas discussões sobre o PAISM, que trazia em sua concepção o pensamento feminista. Segundo a entrevistada:



4 Berquó e Cavenaghi (2006) destacam que a educação e a renda das mulheres se mantêm em relação inversamente proporcional aos níveis de fecundidade. Entretanto, segundo Arilha (1995), no que tange à esterilização, esta também é escolhida por grande parte das mulheres com nível educacional mais elevado.

- Eu participava das discussões sobre o PAISM. Por exemplo: aquelas capacitações que foram feitas para o PAISM, eu participei de todas elas. Eu fui capacitada e, depois, eu fiz muitas capacitações.

Michele, que já era militante feminista desde a década de 1970, relatou que sempre se interessou pela temática da sexualidade e se decidiu pelos estudos da Antropologia da Mulher por considerar esse campo de investigação mais acolhedor aos seus questionamentos acerca das assimetrias de gênero. Ao se tornar docente, foi convidada por um colega para integrar o Instituto de Saúde Coletiva (ISC) de sua Universidade, com a seguinte argumentação: “– *Você é uma feminista importante, trabalha com temas de sexualidade, muda aqui internamente [...], vem pra o Instituto de Saúde Coletiva*”. Dessa forma, ela se decidiu pelo ISC e, mais tarde, passou a coordenar um grupo de pesquisas sobre saúde, gênero e sexualidade.

Bell, ao refletir sobre sua aproximação com o feminismo acerca da temática da sexualidade e da reprodução, revela:

- Particularmente, eu acho que foi uma formação que eu participei em Pernambuco, do SOS Corpo.

De fato, em decorrência da ineficiência do Estado em relação à promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres, as ONGs passaram a ocupar parte do espaço deixado pelo Estado, contribuindo como espaço de treinamento interdisciplinar para profissionais da rede pública, assim como no desenvolvimento de atividades promotoras do autoconhecimento e empoderamento das mulheres acerca de seus próprios corpos.

A formação de ONGs foi uma das formas que as feministas brasileiras adotaram para a expressão de suas lutas políticas. As práticas de saúde sexual e reprodutiva desenvolvidas pelas ONGs

feministas buscavam a politização das esferas da reprodução e da sexualidade que, amparadas em um novo paradigma de liberdade, tencionavam promover o autoconhecimento do corpo e a valorização da mulher como cidadã.

Sobre a atuação das ONGs feministas, Sílvia Lúcia Ferreira relata que, nelas, além do atendimento diferenciado, “criou-se um espaço para a capacitação de profissionais em um verdadeiro e saudável casamento teoria e prática” e, ainda, que

[...] o exercício de trabalhar com equipes multidisciplinares diferenciadas (antropólogos, sociólogos, assistentes sociais, enfermeiras, médicos) trouxe, por outro lado, a possibilidade de discussão da saúde sob ângulos teóricos diferentes e inovadores e tornou a rígida área da saúde muito mais permeável a outros campos do conhecimento. (2000, p. 98)

A referida autora destaca, também, que essas ONGs se fortaleceram, influenciaram e pressionaram a Academia a assumir posturas mais avançadas e que, em 1991, foi criada a ONG Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos que passou a articular os núcleos e grupos militantes da área.

Assim, entre os anos de 1970 e 1990, o trabalho dessas organizações feministas associado a outros movimentos de mulheres se construiria, especialmente, baseado nas experiências das mulheres e em suas necessidades nos campos da sexualidade e da reprodução, o que inspirou a elaboração e o aprimoramento das noções dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais. Dessa forma, na teorização e na ação desenvolvidas pelas feministas do Brasil e do mundo, as demandas pelo livre exercício da sexualidade, pelo aborto legal e pela contracepção não coercitiva se tornaram os elementos condutores para o desenvolvimento do pensamento sobre os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres.

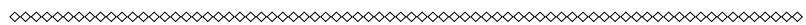
Judith, ao refletir sobre sua aproximação com a referida temática, relata:

- Na verdade eu fazia o Doutorado quando fiz aquele curso do NEPO, lembra? Era um curso que eles davam, de saúde sexual e direitos sexuais e reprodutivos, sempre, durante dez anos. Eu acredito que uma geração de pesquisadores passou por ali, que hoje trabalha nesta área.

A fala de Judith nos apresenta a contribuição do Núcleo de Estudos de Populações (NEPO),⁵ no sentido de qualificar profissionais para o exercício de suas funções no campo da sexualidade e da reprodução. Trata-se de uma iniciativa da Academia cujas docentes são feministas ou têm afinidades com o pensamento feminista e a qualificação a que Judith se referiu foi o “Programa de Estudos em Saúde Reprodutiva e Sexualidade”. A aproximação da entrevistada com a temática sob a ótica feminista se deu, portanto, por meio da militância feminista na Academia.

Anne, por sua vez, destaca que o cenário da época foi muito propício à sua aproximação com a temática:

- Tem toda uma coisa aí já de maior engajamento em grupos feministas no Rio e da reflexão, da leitura... [...] Com o retorno das mulheres exiladas em 1980, basicamente, que é o começo do retorno delas e é... principalmente, as que estavam vindo da França... então, foi um momento, assim, extremamente rico, que deu uma outra qualidade ao debate feminista no Rio de Janeiro, que era o lugar onde eu estava. E então, todas aquelas ideias do nosso corpo nos pertence, é... as estratégias de organização do movimento feminista que começara a mudar, o surgimento dos coletivos, da ideia de redes de estruturas não hierárquicas...



5 A linha de pesquisa “Saúde Reprodutiva e Sexualidade” do NEPO/Unicamp visa a aprofundar a discussão sobre os aspectos legais, políticos, éticos e técnicos presentes nas questões da sexualidade e da reprodução. Como projetos, constam o Programa de Estudos em Saúde Reprodutiva e Sexualidade e o Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Reprodução. Ambos são interdisciplinares e qualificaram profissionais para o exercício de suas funções no campo da sexualidade e da reprodução. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/nepo.html>>.

A fala de Anne rememora a efervescência política e de ideias da década de 1980, marcada por várias conquistas do movimento feminista e de mulheres em geral e que, dentro de um processo de reconstrução das instâncias da democracia, viriam a se tornar realidade. Dentre as suas reivindicações estavam a implantação, pelo Ministério da Saúde, do PAISM, a criação dos Conselhos dos Direitos da Mulher (CDM), em níveis nacional, estadual e municipal, e as Delegacias de Atendimento à Mulher vítima de violência (DEAMs). Ainda nessa década, mulheres atuaram ativamente na reorganização partidária,⁶ nas eleições para os diversos níveis, na reelaboração da Constituição do país⁷ e nas eleições presidenciais.

Foi também nessa década que os grupos de reflexão feministas assumiram outros arranjos organizativos e instituíram os Coletivos Feministas e as ONGs que objetivavam o desenvolvimento de ações direcionadas ao resgate e/ou conquista da autonomia feminina nos campos da saúde, do corpo, da sexualidade, como também, ações de combate à violência.

Segundo Karla Adrião (2008), as ONGs e as redes feministas são as formas através das quais o feminismo brasileiro vem se organizando com maior força, desenvolvendo papel importante no fomento de ações políticas e de políticas públicas que visam o

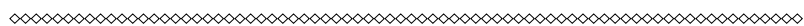


- 6 "As eleições de 1982 haviam dividido as militantes feministas em dois grandes grupos, as peemedebistas e as petistas". (PINTO, 2003, p. 79)
- 7 O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) capitaneou uma ampla campanha nacional pelos direitos das mulheres na nova Constituição, com os lemas "Constituinte Para Valer tem que ter Palavra de Mulher" e "Constituinte para Valer tem que ter Direitos da Mulher". No final de 1986, o CNDM organizou um grande encontro nacional em Brasília, no Congresso Nacional, para o qual se deslocaram centenas de mulheres de todas as regiões do país e no qual foi aprovada a "Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes". Em março de 1987, quando da inauguração do Congresso Constituinte, essa Carta foi entregue pela Presidente do CNDM, Sra. Jaqueline Pitanguy, ao Deputado Ulisses Guimarães, Presidente do Congresso Nacional. A partir de então, teve início um grande movimento de luta pelos direitos das mulheres na Constituição, que ficou conhecido como "O Lobby do Batom", que foi um movimento de sensibilização dos deputados e senadores para a relevância de considerar as demandas das mulheres visando à construção de uma sociedade guiada por uma Carta Magna verdadeiramente cidadã e democrática. Com a promulgação da Constituição, em outubro de 1988, as mulheres conquistaram a maioria expressiva de suas reivindicações. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2009.

empoderamento de mulheres.⁸ Entretanto, adverte que as ONGs representam, também, uma profissionalização do movimento feminista, um fato ameaçador para a autonomia do movimento, já que muitas estratégias são também definidas por negociações de ordem global ou para atender a demandas específicas das fontes financiadoras.

As Redes, por sua vez, foram criadas, na década de 1990, com o objetivo de manter conectados os mais diferenciados movimentos de mulheres e feministas, possibilitando a troca de experiências, o fortalecimento e a unificação dos movimentos de mulheres, independentemente de suas identidades e diferenças político-ideológicas. São exemplos desses esforços, a Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM), a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (Rede Saúde), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a *Articulación Feminista Marcosur* (AFM).⁹

A fala de Anne sobre o retorno das feministas exiladas está de acordo com Cynthia Sarti que relata que “a anistia permitiu a volta das exiladas e com elas um novo fôlego ao movimento, na medida em que traziam a influência de um movimento feminista



- 8 Essa atuação é reconhecida por autoras como Pinto (2003) que destaca as ações realizadas junto à bancada feminina no Congresso Federal pela ONG CFemea. Lourdes Bandeira (2000) comenta sobre o fortalecimento de ONGs como o SOS Corpo, em Recife, e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, de São Paulo.
- 9 A Rede Saúde foi criada em 1991, com o objetivo de articular os movimentos de mulheres e feministas para atuar em defesa da garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos (ver em: <http://www.redesaude.org.br>). A AMB, fundada em 1994, foi organizada no sentido de unir e fortalecer os movimentos de mulheres e feministas visando à Conferência de Beijing, em 1995 (Ver em: www.articulacaodemulheres.org.br). A MMM, fundada em 1995, no Canadá, é uma organização feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista, com participação de 159 países, dentre eles o Brasil (Ver em: www.sof.org.br). A AFM foi constituída em setembro de 2000, por organizações do Uruguai, Brasil, Chile, Paraguai, Argentina e Peru, em decorrência da avaliação da “IV Conferência Mundial da Mulher” (Beijing, 1995), objetivando fortalecer os espaços de articulação entre os movimentos sociais e reforçar a presença feminista nesses âmbitos e na sociedade (Ver em: http://www.mujieresdelsur-afm.org.uy/index_e.htm).

atuante, sobretudo na Europa” (2001, p. 41). Tal fato é reconhecido por Renata Gonçalves (2009), ao declarar que a anistia política contribuiu de forma positiva para uma integração de agendas entre os movimentos de mulheres e feministas, politizando os debates e aumentando a incorporação do pensamento feminista nos movimentos de mulheres. Entretanto, essa integração também gerou tensões, uma vez que a pauta de reivindicações feministas trazidas pelas exiladas reclamava a liberação feminina em países democráticos, enquanto que, no Brasil, sob o regime da ditadura, as reivindicações feministas se concentravam em necessidades práticas do cotidiano, a exemplo da exigência de creches, fim da carestia, água encanada, dentre outras.

Se, por um lado, o ideário feminista trazido pelas exiladas fortalecia o pensamento das feministas brasileiras, pois associavam o feminismo a um movimento libertário, que enfatizava o corpo, a sexualidade, o prazer e a ruptura com toda tutela e forma de dominação, por outro lado, incitava reações negativas não apenas dos partidos e grupos de esquerda, mas, também, de algumas feministas, que insistiam em subordinar a causa das mulheres à luta de classes, à luta do proletariado contra a burguesia.

Ainda sobre a aproximação com a temática da saúde sexual e reprodutiva com perspectiva feminista, Cristine relata como se deu sua aproximação:

- Desde sempre, desde quando... eu saí da cadeia, em 74, e aí eu já estava muito envolvida com essa temática. Depois, eu fui buscar ler... Eu já tinha lido rapidamente alguma coisa da Simone de Beauvoir... por incrível que pareça, ela e Alexandra Kolontai e a Emma Goldman tiveram uma influência muito grande na minha vida. As duas primeiras como militantes, Emma Goldman e a Alexandra Kolontai, e a Simone de Beauvoir como libertária. E depois eu vim

reencontrar Emma Goldman numa releitura também, nessa perspectiva da liberdade, de viver sexual...

Conforme citado anteriormente, a entrevistada foi buscar a literatura feminista como forma de melhor entender as torturas que sofrera na prisão. Isso envolveu um autoesforço no sentido de articular sua formação marxista com a questão da subjetividade. Para Cíntia Sarti, “a discussão ontológica do ser mulher, inspirada pelas feministas marxistas (Alexandra Kollontai) e por Simone de Beauvoir, tornou-se imprescindível e inevitável para a elaboração do que havia sido vivido” (2001, p. 34).

Conclusões

As entrevistas realizadas revelaram que a aproximação com o feminismo das acadêmicas feministas se deu em diferentes circunstâncias e espaços temporais, contextualizados tanto durante o período mais duro da ditadura militar quanto no período de redemocratização do país. O espaço universitário foi o local por excelência das aproximações das entrevistadas, seja como estudantes ou como professoras, o que aponta a Universidade como importante espaço de difusão e adesão de mulheres e homens ao pensamento feminista.

A principal forma de aproximação com o feminismo se deu através de contatos pessoais com feministas, fossem professoras, amigas ou colegas de universidade, um fato sugestivo de que a livre divulgação do pensamento feminista (entendida como todas e quaisquer oportunidades de expressar o pensamento feminista) se constitui como importante estratégia de agregação de pessoas ao movimento.

Ao ampliarmos a concepção de militância para além da militância clássica das ruas e incorporarmos a produção da litera-

tura feminista, podemos afirmar que todas as entrevistadas se aproximaram do feminismo em consequência da militância feminista através: da literatura (livros, artigos, dissertações, teses, panfletos); de palestras proferidas; da conformação dos núcleos e grupos de pesquisa sobre mulheres e gênero; de programas de treinamento oferecidos por universidades; de capacitações em ONG feministas; e de cursos de qualificação para a implantação do PAISM, que contou com a participação de feministas, e cujo processo de implementação, enquanto política pública oficial do Estado brasileiro para as mulheres, findou por se constituir como uma estratégia de divulgação do pensamento feminista por todo o país.

O interesse das entrevistadas acerca da temática da sexualidade, da reprodução e da saúde integral da mulher aparece como elemento catalisador da aproximação com o ideário feminista que apresentava, e ainda apresenta novas reflexões e perspectivas teóricas que enriqueciam/enriquecem a construção de um conhecimento que queria/quer ser politizado, por extrapolarem o domínio das Ciências Biológicas e incorporarem reflexões da Sociologia, da História e da Antropologia sobre a saúde, os corpos e as sexualidades das mulheres.

A partir das aproximações iniciais com o feminismo e com a temática da saúde sexual e reprodutiva sob o prisma do feminismo, as acadêmicas entrevistadas contribuíram para a consolidação do campo de estudos sobre a mulher/gênero/ feministas no país, através da fundação e/ou participação em núcleos de estudos de gênero e da mulher, fundação/participação em ONG feministas, publicações de pesquisas e inserção dos estudos sobre mulher/gênero/feministas nas universidades.

Referências

ADRIÃO, Carla Galvão. *Encontros do feminismo: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. Florianópolis, 2008. 301f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ARILHA, Margareth. Contracepção, empowerment e entitlement: um cruzamento necessário na vida das mulheres. In: FAMILY HEALTH INTERNATIONAL. *Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil*. Research Triangle Park, NC: Family Health International, out. 1995. Disponível em: <<http://www.fhi.org/en/rh/pubs/wsp/brazilabspport.htm>>. Acesso em: 1 jul. 2010.

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v. 1, n. 2, p. 382-93, 2. sem. 1993. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/.../14604>.

BANDEIRA, L. M. Gênero e cidadania: tempos de comemorações e de contradições. *Revista do Núcleo de Estudos Sobre a Mulher*, Natal, RN, 2000.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: 70, 2002.

BERQUÓ, Elza. Brasil, um caso exemplar: anticoncepção e parto cirúrgicos à espera de uma ação exemplar. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v. 1, n. 2, p. 366-81, 1993. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/08112009-052742berquo.pdf>>.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos Estud. CEBRAP* [online]. n. 74, p. 11-5, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29636.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2010.

BRASIL. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher; plano de ação 2004-2007*. Brasília: Ministério da Saúde. 2004a. 48p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher2.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher; princípios e diretrizes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b. 82p.

BRASIL. Congresso Nacional. Relatório nº 2 de 1993 – RN. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. Criada através do Requerimento n. 796/91 – CN destinada a examinar a “incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil”. Presidente: Deputada Benedita da Silva. Relator: Senador Carlos Patrocínio. Brasília, 1993. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=78880>>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 9.263*, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DOU, 15 jan. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9263.htm>>.

CORRÊA, Sônia; REICHMANN, Rebecca (Col.). *Population and reproductive right: feminist perspectives from the south*. Londres: Zed Books /DAWN, 1994.

ESCOREL, Sarah. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. 208p.

FERREIRA, Sílvia Lúcia. O movimento feminista e a formulação de políticas de saúde: ações e desafios. In: SALES, C. M. V.; AMARAL, C. G. *Feminismo, memória e história*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000. p. 97-105.

GONÇALVES, Renata. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX & ENGELS VI. GT – Marxismo e Ciências Humanas. *Anais...* Campinas, Unicamp, 3-6 nov. 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da Ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 5, p. 7-41, 1995.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; ANPOCS/CAPES, 1999. p. 183-221.

NUNES, Everardo Duarte. Pós-graduação em saúde coletiva no Brasil: histórico e perspectivas. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1,

p. 13-38, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v15n1/v15n1a02.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

PEDRO, Joana Maria. Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 87-95, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. *História Unisinos*, v. 9, n. 3, p. 170-6, set./dez. 2005

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Rev. Bras. Hist.*, v. 26, n. 52, p. 249-72, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 abr. 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cad. Pagu*, n. 16, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>>.

SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VENTURA, Miriam. Saúde feminina e o pleno exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos. In: *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília/DF: UNIFEM/FORD FOUNDATION/CEPIA, 2006. p. 212-39. Disponível em:

<<http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/Progresso%20das%20Mulheres-BR.pdf>>.

Quarta parte



Analizando representações



REPRESENTAÇÕES DE MULHERES EM SITCOMS *neoconservadorismo (Mulheres em Séries, 19)*

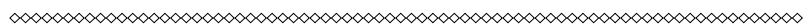
Ivia Alves

Existe essa questão de que a TV influencia a sociedade e vice-versa. No início existiram programas, principalmente americanos, que eram produzidos com o intuito de direcionar o comportamento social. Pode até ter conseguido em algumas camadas e por algum tempo, mas a sociedade não deixou de mudar por conta disso. Tanto é que a programação mundial é facilmente classificada por décadas. Em relação às séries de televisão, mais especificamente a americana, eles levavam uma década inteira para abordar um determinado comportamento. Muito embora os temas considerados tabus sempre estivessem camuflados nas entrelinhas. A vantagem da televisão é conseguir trazer para dentro das casas das pessoas situações nas quais elas podem se identificar e (se Deus quiser) permitir que elas se questionem; é levar para dentro das casas das pessoas um mundo de informações e imagens às quais elas não teriam acesso por falta de tempo, interesse, geografia, dinheiro ou cultura. Cabe à televisão saber utilizar essa vantagem. (FURQUIM, 2005)

Sinto começar este artigo com negativas, mas sem elas não chegarei ao meu alvo: não vou falar sobre a indústria cultural nem mesmo sobre a televisão e todas as suas limitações - patrocinado-

res, programação e seu discurso conservador e dominante. Meu alvo é analisar de que maneira as séries (que, para a audiência são mais uma forma de lazer) vão, gradativamente, modificando suas mensagens e a forma de ler o mundo e como a audiência, desarraigada, vai internalizando tais discursos, transformando-os em modelos de forma de vida. Refiro-me às modificações corporais, comportamentais, de visão de mundo e às metas, que vêm embaladas com uma indumentária específica que controla o corpo e, talvez, a forma de pensar, induzindo à não reflexão, a não criar ou acatar outros discursos alternativos.¹

Vamos centrar a atenção e a análise em um gênero que vem se popularizando cada vez mais na programação televisiva: as séries norte-americanas. As *sitcoms*² ou séries de situação são pequenas cenas encadeadas que abordam risivelmente a vida cotidiana e que são encenadas na televisão, com plateia ou sem ela. Elas se diferenciam das comédias pela inclusão do público e essa inserção, seja real ou introduzida por risadas gravadas, se deve ao seu original suporte que foi o rádio no qual elas foram veiculadas a partir de 1930, tendo sido adaptadas pela televisão, no seu início (1950), graças à popularidade que conseguiam alcançar na mídia



- 1 O centro da minha pesquisa são as séries policiais de procedimento investigativo, mas, à medida que as representações de mulheres foram se modificando e que encontrei o seu início nas *sitcoms* e comédias, meu foco se deslocou para esse estudo, no intuito de voltar e perceber, claramente, as transformações das personagens femininas no gênero policial. A minha escolha pelas séries policiais procede porque, sendo a instituição constituída, originariamente, por homens, com regras e hierarquias rígidas, só tendo ocorrido a inserção de mulheres a partir de 1960, oferece maiores possibilidades de análise das relações de gênero e de poder. Por serem, em geral, classificadas como dramas, as desigualdades não se colocam da mesma maneira como são exercitadas na comédia, em que são vistas como brincadeira. Mesmo que os questionamentos apareçam de forma muito sutil entre o elenco fixo, nas séries norte-americanas investigativas, é possível detectar as várias formas de desigualdades e assimetrias.
- 2 *Sitcom* é a abreviatura da expressão em inglês *situation comedy* (comédia de situação, numa tradução livre) e, normalmente, consiste em uma ou mais histórias onde existe humor, encenada por personagens comuns, em ambientes comuns como família, grupo de amigos, local de trabalho; são, em geral, gravadas diante de uma plateia, ao vivo e se caracterizam pelos 'sacos de risadas', embora isso não seja uma regra. As *situation comedies* surgiram no Reino Unido, na época de ouro do rádio, mas hoje são peça fundamental da programação das televisões norte-americanas. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sitcom>>. Acesso em: 4 nov. 2010.

original. Mas não é só isso a comédia (ou *sitcom*) televisiva.³ Aqui se pode pensar em adaptar a definição de Flávio Aguiar (2003) para a “comédia de costumes” que, desde sua origem, na Grécia, “caracteriza-se pela criação de tipos e situações de época, com uma sutil sátira social” e, ainda:

Proporciona uma análise dos comportamentos humanos e dos costumes num determinado contexto social, tratando frequentemente de amores ilícitos, da violação de certas normas de conduta, ou de qualquer outro assunto, sempre subordinados a uma atmosfera cômica.

A trama desenvolve-se a partir dos códigos sociais existentes, ou da sua ausência, na sociedade retratada.

As principais preocupações dos personagens são a vida amorosa, o dinheiro e o desejo de ascensão social.

O tom é predominantemente satírico, espirituoso e cômico, oscilando entre o diálogo vivo e cheio de ironia e uma linguagem às vezes conivente com a amoralidade dos costumes.

Assim, ao mesmo tempo em que tem uma forte marca de crítica, ao explorar atitudes e comportamentos de pessoas comuns, essa crítica pode passar ao largo, para uma audiência desavisada que ri das situações com as quais se identifica, mas, também, e principalmente, das que ela identifica no Outro. Por outro lado, no contexto econômico do país, que atinge tanto a produção de programas como o seu público alvo, atualmente, vem se intensificando a profusão de comédias que tratam de temas contemporâneos e ganhando grande espaço na programação da televisão. Qualquer outro tipo de programação, exceto o formato de no-

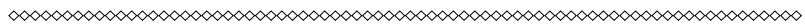


3 No Brasil, há inúmeros exemplos de sitcoms como *A grande família*, de Oduvaldo Vianna Filho, o *Vianinha*, em sua primeira edição (1972–1975); e em sua segunda edição, argumento original de *Vianinha* com a colaboração de diversos roteiristas, (2001–); *Sai de baixo*, de Luís Gustavo e Daniel Filho (1996–2002); *Os normais*, de Fernanda Young (2001–2003); e várias outras, todas exibidas na programação da Rede Globo de Televisão.

tícias, tem perdido espaço para o riso ou para os *reality shows*. Tempos duros economicamente, tempos de invenções. E assim, as duas formas mais econômicas de programação televisiva se tornam eficientes em tempos de cortes financeiros. Refiro-me às inúmeras séries de comédias “leves” atuais, mais precisamente a *Glee* (jovens perdedores de uma escola) e *Modern Family* (a nova “organização” de famílias), ambas ganhadoras de vários Prêmios Emmy’s, bem como a *No Ordinary Family* ou *The Big Bang Theory* que apresentam novas atitudes e formas de convivência da família parental, de jovens perdedores ou de *nerds*, os chamados *geeks*.

As séries cômicas, que se caracterizam por cenários fixos, vêm passando por transformações e reiterando essas novas formas de viver e conviver.⁴ E é dentro dessas transformações provenientes da necessidade da audiência e, ao mesmo tempo, das grandes modificações no contexto socioeconômico-cultural, que determinadas representações de mulheres se desenvolvem, afetando em cheio aquelas que perduraram por mais de vinte anos em inúmeras séries dramáticas do final do século XX, seguindo a agenda do “feminismo da segunda onda”.

E assim, chegamos ao nosso foco de atenção: a análise das representações das mulheres que, nas produções seriadas dos últimos cinco anos, podem ser lidas como uma volta ressignificada dos paradigmas das décadas de 50/60. Detectamos o apelo muito forte ao casamento como uma forma de estabilidade não só emocional como financeira, um cuidado especial quanto ao ser mãe, com todos os atributos e obrigações que o papel implica e, ainda, uma gama de profissões voltadas para “o mundo da mulher”, isto é, moda, design, revistas, profissões variadas mas que giram



4 Por sinal, o humor, a comédia ou cenas de comédia vêm contaminando inclusive os dramas e, dentre esses, até as séries policiais investigativas, formato clássico que, por tratar de crimes e assassinatos, resistiu, até os anos 2000, a introduzir o caricato, o riso fácil, o tom cômico.

e circulam em torno da beleza. Nos roteiros das atuais séries, são escolhidas para um maior aprofundamento as personagens que têm profissões cujo “domínio [esteja], em geral, associado ao espaço da mulher”, como coloca Hamburger (2007, p. 168), em sua análise de novelas. “O domínio da arte, da moda, da estética e da cozinha” e eu acrescentaria, ainda, profissões relacionadas com o cuidado (médicas, enfermeiras) ou que observam e analisam o comportamento humano, como antropólogas, psicólogas, escritoras...

As quatro séries em que iremos nos deter, dentre as quais duas reestruturam a representação das mulheres que vivem em grandes cidades (Boston e New York, principalmente) e duas tratam da consolidação dessa nova configuração, giram em torno do considerado “mundo feminino”.

Mas, comecemos a falar dessa grande transformação (em geral, tida como pós-feminista) que nós consideramos ser um *backlash*, como trata Susan Faludi (2001), um movimento conservador que começou subrepticiamente e agora emerge como nova forma de ver o mundo e de se articular com ele. As duas principais manifestações desse *backlash* se assentam na “insatisfação” das mulheres que, tendo alcançado a faixa dos trinta anos, ainda permanecem solteiras e, em consequência disto, em uma demonstração de força da família parental que, aos poucos, nessas séries, vem constringendo ou reiterando certos comportamentos para essas mulheres.

A mudança atual vai ter como parâmetro a década de noventa, em que foram produzidas *sitcoms* de grande sucesso como *Friends* (1994-2004), *Seinfeld* (1990-1998), *Frazier* (1993-2004) e *Will and Grace* (1998-2006), comédias marcadas por representações de mulheres solteiras, com profissões diversas e relações afetivas casuais e que tinham, como tema básico, a apologia da amizade entre os jovens, os desafios de experimentações afetivas,

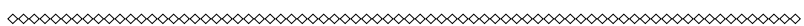
os fracassos, as falhas e defeitos de cada um dos personagens e que, embora tenham sido excelentes comédias de costumes, não conseguiram sobreviver à forte “onda tradicional” que, nos últimos anos, solapou o paradigma anterior.

As primeiras modificações: desestabilizando as mulheres

Estudar as representações da figura feminina na mídia, por si só, não resolve os problemas da busca da igualdade entre homens e mulheres, mas os traz à tona e mostra o quanto ainda há por ser feito e conquistado. Pelo fato de a mídia ser formadora de opinião, [poderão demonstrar] o processo lento e secular de luta contra a discriminação da mulher nas sociedades. (GHILARDI-LUCENA, 2003, p. 2)

As *sitcoms* parecem, em geral, programas para diversão, apenas. Como são seriados de meia hora (poucos ultrapassam esse tempo) que tratam, na maioria das vezes, de temas do dia-a-dia, como a relação familiar, a relação entre amigos ou o cotidiano de escritórios, são sempre bem-vindos a um público mais ávido de novidades e com pouco tempo para o lazer.⁵ Também são elas que apresentam experimentações de temas, quase sempre avançando, ousando mais, com a intenção de aproximar as narrativas da rotina diária de sua audiência. Assim começam a aparecer, timidamente, entre 1996 e 1998, *sitcoms* que vão colocar em cheque a profissão e o casamento e a dificuldade da mulher em se equilibrar entre esses dois mundos.

A primeira delas, *Suddenly Susan* (criada por Clyde Phillips), que foi ao ar entre 1996 e 2000, apresenta uma jovem jornalista formada que, repentinamente, desiste do casamento e da vida que



5 Nos últimos anos, além de *sitcoms*, também começam a aparecer comédias de duração maior, de cerca de 45 minutos.

iria levar para retornar a sua coluna em uma revista cujos artigos tratavam, principalmente, de suas relações pessoais (difíceis e decepcionantes), bem como da sua facilidade em lidar com os colegas. Seguindo nessa esteira de mulheres voltadas para profissões consideradas do “mundo feminino”, *Just shoot me*, de Steven Levitan, indicada para seis *Emmy Awards* e sete Globos de Ouro, que começou a ser produzida em 1997 e foi concluída em 2003, acompanhava a vida e o ambiente profissional de uma revista de moda. A personagem principal era formada em Stanford e tentava dar profundidade aos seus artigos (mas, sem sucesso) em uma revista dedicada às mulheres. Envolvida em um romance, acaba no hospital com um ataque de ansiedade provocado pelo medo de assumir um compromisso afetivo. Escrita por homens, determinadas marcas das práticas sociais eram colocadas em evidência; assim, eram voltadas para o sucesso na vida profissional de mulheres que, embora estivessem quase chegando aos trinta anos, ainda não tinham uma vida amorosa estável, um pretendido que as levasse ao casamento, filhos e família. Esse olhar masculino, para o qual não há possibilidade de a mulher conseguir conciliar os dois interesses, vai minando o desempenho profissional das mulheres.

Quando se trata de televisão, nada mais normal do que esse mesmo tema ser explorado em outra série que também viraria sucesso, *Ally McBeal*. A frágil advogada, cheia de fantasia e romance, construída por mãos masculinas, alcançou sucesso e modelou o mundo feminino para os escritórios de advocacia. Embora seu criador, David E. Kelley, seja um escritor de sucesso, levando créditos de *Chicago hope*, *O desafio* (1997), *Boston Legal* (2000), *Life on Mars* (2008), o tratamento dado à personagem principal, que ele próprio concebeu como excêntrica, virou “o modelo” de mulher, exatamente no momento em que o *backlash* começava a se tornar o discurso dominante. Imediatamente, a comédia foi

aprovada pelos patrocinadores das televisões abertas, conseguindo alcançar cinco temporadas.

Embora fosse muito bem cuidada e tratasse de causas jurídicas que estimulavam a reflexão, seu envólucro era totalmente cômico, sendo Ally a mais diferente das mulheres até então vistas e configuradas na televisão. Na verdade, a jovem advogada de 27 anos, recém-formada, tinha como detonador de sua conturbada vida futura um romance amoroso iniciado aos oito anos e interrompido, abruptamente, no segundo ano da Faculdade, quando o casal se separa para seguir especialidades diferentes. Essa decisão de mudança de Universidade tomada pelo namorado - expressa, no Episódio 1, com a fala “ - *Basicamente, está colocando sua carreira de advogado entre nós*” - vai configurar Ally McBeal por toda a série. Caía bem a história do primeiro amor nunca esquecido (mito romântico) como base da sua dificuldade de relacionamento com outros homens, embora sempre ela estivesse à procura de um.

O estresse e desequilíbrio emocional de Ally se torna maior quando ela vai trabalhar na mesma firma do ex-namorado, que se encontra estável e casado. De suas crises de insegurança, da falta de confiança em si mesma e na profissão, do que fazer da sua vida pessoal, das mudanças emocionais e de estado de espírito, de suas metas e de sua maneira de ver a vida, não só o público iria participar - suas hesitações emocionais são trazidas à luz por meio de sequências de cenas de fantasia, com sua própria narrativa em *off* -, mas também o seu ex-namorado, que se tornara seu melhor confidente. Egoísta, aumentando seus problemas e não ouvindo os outros, ao completar 28 anos, ela, desesperada, comenta com a esposa de seu ex-namorado: “ - *Tinha planos. Aos 28 anos estaria tirando licença de maternidade, mas ainda teria uma brilhante carreira. Uma incrível vida doméstica, uma incrível vida profissional*”; e ainda acrescenta: “ - *E ao invés disso vou para a*

coletânea das colunas escritas para um jornal de Nova York por Candice Bushnell, que, reescrito para a televisão por Darren Star – portanto, um olhar masculino –, e supervisionado pela autora, teve seu roteiro modificado, embora tenha guardado a ironia do texto escrito.

O livro foi consumido na primeira temporada e, ao longo das quatro temporadas seguintes, a visão de mundo da jornalista, que dera ao texto um tom entre crítico e irônico, foi sendo modificada pelo olhar masculino de seu criador, tendo a postura crítica cada vez mais se deslocado para uma expressão afirmativa, tornando as quatro diferentes mulheres modelos de conduta e de aparência para as mulheres reais. Vale destacar o olhar da escritora que, em 2001, na “Apresentação” da segunda edição aumentada de seu livro coloca:

Mas, acima de qualquer outra pergunta, *Sex and the City* busca responder a uma pergunta crucial: por que ainda estamos solteiras? Ora, depois da experiência que adquiri nesse campo, posso afirmar que estamos solteiras porque queremos. (BUSHNELL, 2008, p. 8)

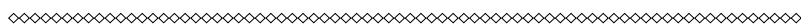
Na versão televisiva, essa afirmativa e a intenção das crônicas da autora foram sendo totalmente desfiguradas e “domesticadas”, a cada temporada, dando a impressão de que essas mulheres independentes estavam, apenas à procura de parceiros para a formação de uma família. E para confirmar que sua ideia era mais uma observação crítica do que um compêndio de conduta, na segunda edição, Bushnell informa ter acrescentado mais dois capítulos sobre o fim do relacionamento de Carrie e Mr. Big, pois ele é “um homem que não existe na vida real”, e, dismantelando toda a possibilidade de uma narrativa romantizada que os leitores pudessem ter criado, acrescenta: “[...] se os leitores ficarem atentos, irão descobrir que até o próprio Mr. Big afirma que ele é uma fantasia na imaginação de Carrie, e que não se pode amar uma fantasia”, mostrando que

ela vai ter que entrar em uma nova fase, compreender a vida (sem um homem) para poder se encontrar e “quando isso acontecer, talvez consiga começar uma relação” (2008, p. 10).

Assim, um livro no qual a autora, logo na “Apresentação”, desfaz o “mito do romanesco” e afirma a necessidade de a mulher se conhecer e se reconhecer, veio a redundar não só em uma série televisiva como também em dois filmes em que acontece o *happy end* e nos quais as mulheres só falam sobre o possível encontro de um parceiro estável, desfigurando o livro e reiterando, ou melhor, explicitando, o que as séries anteriores haviam insinuado: a representação de uma mulher bem-sucedida no trabalho, porém malsucedida no casamento (se o tiver) ou solteira, correndo atrás do tempo perdido e do parceiro ideal.⁷

Enquanto *Sex and the City* passava no canal original, entre 1998 e 2004,⁸ começou a despertar o interesse de outros canais, a partir das inúmeras premiações que obteve desde 2002. Novamente, uma série que fora produzida para a análise crítica de comportamentos foi dirigida e “lida”, pela audiência e pelos canais que passaram a comprá-la e divulgá-la, como uma comédia para mulheres, chamando a atenção pelo seu tema – sexo e relações sexuais – que ainda era visto como tabu na televisão aberta.

Apesar de *Ally McBeal* ter como tema de seus devaneios, a mesma temática – as relações casuais, as escolhas dos parceiros por mulheres bem-sucedidas na vida profissional e que tinham dinheiro para sustentar roupas, sapatos de marca e frequentar os melhores lugares de Nova York –, é com *Sex and the City* que a configuração se torna completa. À bem-sucedida *Ally McBeal* e ao estrondoso sucesso de *Sex and the City*, produzidas entre 1998

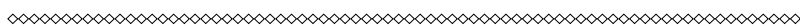


7 Não vou, aqui, transcrever as falas dos personagens masculinos sobre a possível mulher que querem, cenas que abrem o Capítulo Um da série homônima.

8 Sendo a HBO um canal fechado e exclusivo que atende a um público diferenciado, isso implica em uma crítica à sociedade e em mais reflexão e instrução.

e 2004, junte-se - em parte, visto que a personagem central não compete, em aparência, com as atrizes das duas séries - a comédia romântica *O Diário de Bridget Jones*, de 2001 (que reitera atitudes e comportamentos de busca do “homem ideal”), filme baseado no livro de Helen Fielding e dirigido por Sharon Maguire e, em 2004, sua continuação, intitulada *Bridget Jones: a idade da razão*, apenas com a colaboração da autora no roteiro. Iniciada a desestabilização da mulher com essas séries, a consolidação do paradigma agregada ao desejo de formação de uma família vai ocorrer nesses filmes, que combinam atitudes e comportamentos com a indústria da beleza e da moda, já presentes em *Sex and the City*. Os dois filmes provenientes da série colocam o foco nessa mesma modelagem limitante para as próprias mulheres, como refere Naomi Wolf, em seu livro *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres* (1992).

Assim, a configuração da mulher firme, segura e confiante em si mesma vai se deslocando para um novo modelo: mulheres que se mostram competentes como profissionais, mas que, como pessoas, são representadas, irremediavelmente frágeis, física e emocionalmente, e, acima de tudo, em busca de um parceiro ideal para completar o ciclo com o casamento e a constituição da família com filhos. É marcante a escolha das atrizes que encarnam esse novo ideal cuja aparência física denota grande fragilidade. Transforma-se, assim, o tipo físico escolhido para a representação dessas mulheres, preferindo-se atrizes muito magras e de aparência delicada e frágil. Dentro dessa perspectiva, consolida-se o perfil da “feminilidade”, que já fora inaugurado por *Ally McBeal* (1997-2002) e seguido por três das quatro mulheres de *Sex and the City* (1998-2004), marcando o fim da mulher realizada profissionalmente, bem definida, decidida e independente.⁹



9 Um dado interessante: as duas escritoras, uma inglesa e outra norte-americana, nasceram em 1958 e 1959, respectivamente, correspondendo à geração próxima à “segunda onda” feminista,

A consolidação: as herdeiras do backlash¹⁰

Da ‘falta de homens’ à ‘epidemia de infertilidade’, do ‘estresse feminino’ à ‘prejudicial dupla jornada de trabalho’, estas pretensas crises femininas tiveram sua origem não nas condições reais da vida das mulheres mas sim num sistema fechado que começa e termina na mídia, na cultura popular e na publicidade – um contínuo feedback que perpetua e exagera a sua própria imagem fictícia da feminilidade. (FALUDI, 2001, p. 14, grifo nosso)

Talvez seja possível datar o momento em que esse discurso passou a ser dominante abafando todos os discursos alternativos sobre as representações das mulheres. Podemos, mais ou menos, encontrá-lo, na entrada do século XXI, pois, embora Susan Faludi já o tivesse detectado na mídia norte-americana nos finais dos anos 80, no Brasil, ele aparece, sutilmente, nas novelas, em meados dos anos noventa. Em 2000, a TV paga inaugura vários canais para mulheres e, dentro dessa tendência, a GNT (da Rede Globo) se converte em um canal para mulheres, deslocando-se do seu rumo inicial em que não havia separação de gênero.

Mas a divulgação e a disseminação dessas representações pela mídia televisiva, através de seus diversos canais, vêm mesmo a se consolidar a partir do ano de 2002, com a veiculação, para fora da HBO, de *Sex and the City – Light*, epíteto acrescentado por terem sido cortadas todas as cenas de sexo explícito que havia na série original, tornando-a mais palatável e muito próxima do discurso

e publicaram seus livros perto dos 38 anos. Elas demonstram a divisão entre os dois paradigmas introjetados para a vida das mulheres e seus papéis na sociedade burguesa.

- 10 O programa Happy Hour (GNT), de 30 de agosto de 2010, tratou dessa nova representação de mulher e de como ela, perto dos trinta anos, tem urgência em se realizar profissionalmente e está em busca da estabilidade do casamento. Embora as opiniões apresentem divergências, a posição dominante segue o “modelo” Bridget Jones e *Sex and the City*, entre outros, considerado como a postura pós-moderna, pós-feminista que demonstra a efetiva despolitização das mulheres, que vão adotando um discurso dominante e competente ideologicamente que as traz de volta “ao lar”, “solucionando”, pois, a dupla jornada e muito longe das reivindicações feministas dos anos 70/80 no país.

Essa representação de mulheres vai dar ênfase à aparência e vai focar (sem crítica) a difícil relação trabalho+casamento e a dupla jornada, nas comédias que seguem, a partir de 2005, e que podem ser tomadas como uma sequência da narrativa anterior, forjadas como medida exata para a vida das mulheres que, agora, se apresentam como altas executivas no mundo público, alternando esse papel com o de mulher-esposa-mãe, cuidadora de seus filhos, com as dificuldades de ser casada e enfrentar as solicitações de seu trabalho.

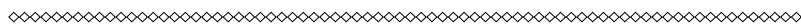
É provável que o contexto histórico e cultural tenha ajudado nesse retorno de posições conservadoras na sociedade de origem dessas séries, com a consolidação de uma profusão de religiões fundamentalistas, dos recursos financeiros que passam a ter as mulheres profissionais (um teto todo seu?), com a ameaça advinda da destruição das “torres gêmeas”, a promessa da felicidade como uma sensação permanente de completude, a emergência de consumo da moda tanto para homens quanto para mulheres e a própria indústria do lazer e cultural. Por outro lado, deve-se levar em conta, também, a efetiva convergência do poder e a tecnologia da mídia, através da internet e dos telefones celulares, fatores que se tornam propícios para a entrada dessa sociedade mais voltada para a performance, para a apresentação pessoal e, portanto, menos reflexiva. A configuração das mulheres de *Sex and the City* se impõe e dá o tom do cotidiano nas práticas sociais: conversas sobre trivialidades e superficiais modelam essas mulheres e dirigem as reais.

Talvez essa “virada”, a grande transformação do corpo (exigindo esforço, sacrifícios e academia), do vestuário (roupas ajustadas ao corpo, saltos altos e bolsas grandes para o trabalho), não tenha sido tão explícita e clara para a audiência do final do século, porque as comédias mesclaram temas discutidos nos anos noventa (as novas profissões relacionadas com a indústria cultural, resquícios da agenda feminista) com uma mulher menos reflexiva,

menos politizada, mais superficial e mais subordinada à impressão que sua aparência venha a causar aos outros.¹³

Thompson (2002), ao falar sobre a mídia, e Susana Funck e Nara Widholzer (2005), quando atentam para o efeito e a repercussão da TV no(a) receptor(a) desarmado(a), dizem que quando o real se mistura à ficção, ou vice-versa; quando se vê a modelagem do corpo das mulheres em busca do corpo de modelos e celebridades; quando se vê a orientação dos desejos da mulher – porque eles vêm sendo dirigidos, sutilmente, por reportagens, documentários, novelas, propagandas e séries que se tornam impossíveis de deter no maior veículo de modelagem da vida contemporânea; e quando se vê a direção ideológica que pretendem imprimir às sociedades de origem e receptoras, é preciso atentar para as “mensagens” que estão embutidas nessas séries. Apesar de a televisão parecer um lazer de segunda classe, menor, sem influência alguma para a internalização e a permanência de comportamentos, nós a consideramos de muita importância para a reentrada e a permanência de determinados códigos (que tinham sido desarticulados) os quais passaram, novamente, a forjar, de tão repetidos, os desejos e comportamentos nas relações de gênero.

Partimos dessa perspectiva de análise e seguimos a proposta de Susan Faludi (2001) de que, desde o final dos anos 80, começou a surgir um discurso conservador que fazia emergir as normas tradicionais com relação às mulheres e que ela denominou de *backlash*. A partir, mais ou menos, do ano de 2005, o tom desse discurso dominante tira, finalmente, o véu e se torna competente para abranger a ideologia de todas as classes sociais, independentemente de etnia e mesmo de geração, e que já vinha sendo tematizado pelas *sitcoms*. Portanto, o discurso não era novo.



13 Vide vários estudos, inclusive Messa, 2005.

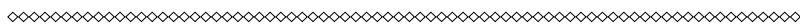
e economicamente, do século XXI? E mais: esse discurso parte da editora-chefe de uma grande rede de revistas de origem japonesa, no momento culminante de sua vida afetiva, no intervalo das estressantes atividades de edição de uma revista... É, portanto, bastante significativo esse diálogo inicial para que observemos outras pistas que vão demonstrar como a mulher “está fora do lugar” no ambiente público - e também no privado.

Voltemos ao ponto da divulgação dessas séries e das configurações das executivas de *Cashmere Mafia* e *Lipstick Jungle* - produzidas em 2008: na divulgação de ambas, as notícias informam as estreitas relações com *Sex and the City*, porque a primeira tem o mesmo produtor e a outra se baseia em livro da mesma autora, Candace Bushnell, que, segundo o noticiário do *The New York Post*, mostra, agora, a vida de três das “50 mulheres mais poderosas” - e o jornalista acrescenta - “dispostas a fazer quase tudo em troca do sucesso no mundo dos negócios”.

A primeira mulher destacada é Wendy Healy (Brooke Shields), uma produtora executiva da indústria do cinema, na faixa etária dos quarenta anos, casada há mais de quinze anos, que tem três filhos e um casamento instável devido à desigualdade econômica entre o casal. A segunda, a loura e sofisticada Nico Reilly (Kim Raver), é editora-chefe de uma famosa revista de moda do mesmo conglomerado, casada com um professor universitário de renome, sem filhos e, apesar dos seus 38 anos, acha sua relação tediosa e rotineira. Finalmente, a mais moça e bem mais jovem, Victory Ford (Lindsay Price), é uma designer de moda e empresária globalizada que vê sua carreira em decadência até encontrar o “homem dos sonhos de qualquer mulher”, rico e romântico. Esses bons ingredientes não ajudaram muito a série, cuja audiência decaiu, a desenvolver o cotidiano dessas mulheres, mas sem deixar de evidenciar as dificuldades no espaço afetivo e do casamento.

Cashmere Mafia segue a mesma disposição, apresentando quatro personagens mulheres,¹⁷ duas casadas, uma noiva e a outra solteira. Segundo os resumos informativos, a série tratava de quatro ambiciosas mulheres, amigas desde o tempo da escola¹⁸ que, além de suas reuniões íntimas em almoços semanais, se encontram frequentemente em eventos sociais e culturais, e que tentam conciliar trabalho e família ou trabalho e vida afetiva estável.

A greve dos roteiristas de Hollywood, no final de 2007, dificultou a continuação da série que, provavelmente, pretendia abordar problemas mais específicos, como deixa transparecer o episódio piloto que contempla, inclusive, um casal com um casamento mais próximo dos contratos atuais, e cujo plano narrativo iria desenvolver as relações amorosas e profissionais das personagens: Mia Mason – uma mulher independente e decidida que trabalha como editora de uma revista de um grande conglomerado e que abre a cena da série se tornando noiva de um colega com o qual vai ter que competir por um cargo maior; Zoe Burden – uma executiva de investimentos, que forma, junto com o seu marido, um arquiteto, o casal equilibrado e contemporâneo que negocia sobre as atividades dos dois filhos maiores de sete anos até quando ele viaja para ocupar um cargo fora do estado; Juliet Draper – chefe de operações de um importante grupo de hotelaria, casada há quinze anos, com uma filha adolescente, e que, ao contrário do casal anterior, tem conflitos no casamento tais como o adultério e a rebeldia da adolescente; e a personagem Caitlin Dowd, solteira, que apresenta grande dificuldade em relacionamentos afetivos e trabalha em uma empresa de cosméticos como executiva de marketing. Trilhando lado a lado com *Lipstick Jungle*, essa série se mostrou mais densa



17 Nos releases sobre a série vem como legitimação o nome de Kevin Wade como o criador de *Sex and the City*. A mudança é mínima e segue a mesma orientação: colocar mulheres no topo da carreira, entre sua vida pública e seu mundo afetivo.

18 Embora elas sejam de gerações diferentes! E como são de classe média, não há explicação para tanta diferença de idade entre elas.

e com situações melhor desenvolvidas, mas, no entanto, teve baixa audiência e a greve dos roteiristas ajudou-a a sucumbir, concluindo com sete episódios apenas.

Aparentemente, as duas séries, que se passavam em Nova York, em ambientes sofisticados da alta classe executiva, com cenas no ambiente do trabalho e doméstico, além das frequentes cenas em eventos culturais glamorosos, estavam dispostas a apresentar, uma década após *Sex and the City*, a história de mulheres casadas, com vidas e vivências diferenciadas. No entanto, ambas vão reduzir o foco e tratar apenas da instabilidade dos casamentos, além das constantes competições profissionais.

Partindo da premissa de que toda mulher estaria desestabilizada emocionalmente por ter alcançado sucesso na carreira profissional em detrimento de sua vida afetiva, quase todas as protagonistas estão no topo da carreira, mas não estão contentes; pesa o lado afetivo das relações amorosas, uma ideia de ausência de vida pessoal que já vinha subentendida em várias séries anteriores, da década de noventa, mas nunca fora tão bem explicitada como então. E, assim, elas iriam investir nisso e iriam mais longe, demonstrando que, mesmo casadas, suas vidas não deixaram de ser turbulentas. Em outras palavras: o deslocamento da mulher para o espaço público irá criar problemas com suas obrigações com a família, com os filhos e o marido. E para demonstrar esse discurso conservador, as dificuldades partem de situações familiares estereotipadas ou já cristalizadas ao longo do tempo e que são destacadas como um meio de impedir o trabalho ou a carreira ascensional das mulheres. São colocadas as seguintes temáticas ou situações desestabilizadoras: 1) competição profissional entre o casal; 2) assimetria financeira entre o casal; e 3) inversão de papéis, quando alguém precisa “cuidar dos filhos”.

Nas duas séries, é relevante observar que, embora as mulheres tenham assumido postos mais altos ou iguais aos homens, a ênfase

do conflito se dá na instituição do casamento, onde a assimetria dos papéis do homem e da mulher é vista de maneira tradicional, sem possibilidade de modificação ou negociação, relações de poder assimétricas que são visibilizadas, para as mulheres, tanto no âmbito profissional quanto no campo afetivo e doméstico. No âmbito público, as relações profissionais são competitivas e atravessadas pelas relações de gênero e poder e passam a ser explicitadas como uma selva entre homens e mulheres da qual elas precisam se proteger criando uma “máfia” em torno delas.

Uma das cenas exemplares dessas assimetrias pode ser analisada em *Lipstick Jungle*: em um almoço, no qual estão presentes o diretor-geral da empresa, um executivo e Nico Reilly, a protagonista, executiva, editora da revista de moda de maior vendagem do conglomerado, ela reivindica ser alçada ao posto de diretora de criação, posto acima de sua posição atual. Sua pretensão é imediatamente desencorajada pela fala do diretor-geral, que retruca dizendo que não a vê no posto de diretora de criação porque ela é uma mulher de certa idade e que está se aproximando do “momento crítico” de sua vida, que é a decisão de iniciar uma família (isto é, ter filhos). Ela refuta, falando que não tem essa intenção e que seu colega (que está sendo preparado para o cargo) tem dois filhos, ao que o diretor responde: “— Não tem comparação. É o mesmo que giz e queijo”. E finaliza com um exemplo: “— A última mulher que eu promovi a um cargo alto teve em seguida um bebê. E perdeu a direção, a concentração. Homens e mulheres são bem diferentes. Lógico que você pode me provar o contrário” (Episódio 101).

Enfim, ele não tem certeza e não vai apostar nela, um excelente discurso para evidenciar o retorno ao essencialismo em que se lançou o nosso tempo e a retomada dos parâmetros tradicionais pelo discurso dominante de ideologia patriarcal, pondo em questão as conquistas alcançadas pelas lutas das mulheres do século XX.

Voltamos ao convencionalismo?

Além de não perceber o atual deslocamento do comportamento das mulheres de suas antigas limitações de subalternidade, o discurso das comédias atuais reforça a dualidade de construções do homem e da mulher demonstrando que a mulher sempre irá privilegiar a afetividade, o ser querida, a “realização” e o desejo de ser mãe.

Cashmere Mafia e *Lipstick Jungle* acatam o discurso conservador, que já dominava a propaganda, ajustando essas mulheres emancipadas, no topo de suas carreiras, chefes e diretoras de negócios, ao contexto cultural do momento que se direciona para reforçar as tradicionais instituições burguesas capitalistas: o casamento, a maternidade e a permanência dos papéis sexuais que estruturam a família. Assim, essas séries “para mulheres” procuram explicitar ou mesmo justificar: 1) a desestabilização do casamento, em função de a mulher ocupar um cargo de alta responsabilidade fora do ambiente doméstico; 2) a crise na família, porque os papéis exigidos não estão sendo preenchidos a contento; 3) a instabilidade dos membros da família, no momento em que a mulher ocupa a “posição” de provedora, com a “inversão” dos papéis pré-estabelecidos; e 4) serem poucas as mulheres em postos de comando por causa da maternidade que não permite que elas fiquem concentradas nos interesses das empresas.

Assim, vêm reiterando, com uma roupagem aparentemente nova, atualizada, o papel central que as mulheres ocupam na família, colocando a antiga dualidade do pensamento moderno: ou isto ou aquilo. E nem bem essa polaridade: o que parece estar posto é que o melhor lugar para a mulher é em casa.

Referências

- AGUIAR, Flávio. *Antologia de comédia de costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%A9dia_de_costumes>. Acesso em: 4 nov. 2010.
- ALVES, Ivía. Uma leitura dos novos seriados policiais: a mulher no comando. In: MOTTA, Alda; AZEVEDO, Eulália; GOMES, Márcia (Orgs.). *Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional*. Salvador: UFBA/NEIM, 2005. p. 173-86.
- ALVES, Ivía. As herdeiras de Sex and the City (Mulheres em Série, 7). In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA - ENECULT, V. Salvador, maio 2009. *Anais...* Salvador: Ritos, 2009. v. 1. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19123.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2010.
- ARTHURS, Jane. Sex and the City and consumer culture: remediating Postfeminist Drama. *Feminist Media Studies*, 1471-5902, v. 3, n. 1, p. 83-98, 2003. Disponível em: <http://www.kirkarts.com/wiki/images/2/2b/Arthurs_Sex_and_the_City.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2010.
- BRANDÃO, Izabel. *Corpo em revista; olhares interdisciplinares*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- BUSHNELL, Candace. *Sex and the City* (O sexo e a cidade). 9. ed. Tradução Celina C. Falck. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2008.
- FALUDI, Susan. *Backlash; o contra-ataque da guerra não declarada contra as mulheres*. Tradução Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- FUNCK, Susana B.; WIDHOLZER, Nara. (Org.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres; Sta. Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- FURQUIM, Fernanda. *Entrevista*. 7 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.poucaseboasdamarim.com/2005/12/entrevista-fernanda-furquim-series-de-tv/>>. Acesso em: 7 nov. 2010.
- GHILARDI-LUCENA, Maria Inês (Org.). *Representações no feminino*. Campinas, SP: Átomo, 2003.
- GONÇALVES, Camila. *Bridget Jones; uma excepcional garota comum*. Redação Terra. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/cinema/bridgetjones/>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

HAMBURGER, Esther Império. A expansão do 'feminino' no espaço público brasileiro: novelas de televisão nas décadas de 1970 e 80. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 153-75, jan./abr. 2007.

HERBELE, Viviane; OSTERMANN, Ana C.; FIGUEIREDO, Débora. (Orgs.). *Linguagem e gênero; no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: UFSC, 2006.

JACOBINA, Eloá; KÜHNER, Maria Helena. (Org.). *Feminino/masculino no imaginário de diferentes épocas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MESSA, Márcia Rejane. Mulher solteira procura: um esboço de crítica diagnóstica de Sex and the City. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7: Gênero e Preconceitos. *Anais...* Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, ago. 2006.

PUPPIN, Andréa B. *Do lugar das mulheres e das mulheres fora de lugar; um estudo das relações de gênero na empresa*. Niterói: EDUFF, 2001.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto. 2006.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Tradução Carmen Grisci et al. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Sites acessados para este artigo

http://epipoca.uol.com.br/filmes_detalhes.php?idf=19181

<http://www.oyo.com.br/seriados-e-tv/seriado/ally-mcbeal/>

<http://www.imdb.com>

<http://teleseries.uol.com.br/>

<http://tv.globo.com/ENT/Tv/Seriados/House/0,,AA1668904-7231,00.html>

<http://wp.clicrbs.com.br/foradeserie/tag/saving-grace/>

<http://www.minhaserie.com.br/serie/235-saving-grace/>

http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/mcrobbe_posfeminismo.pdf

<http://soseriadosdetv.com/2007/08/13/ally-mcbeal-uma-descoberta-bem-tardia/>

<http://www.textually.org/tv/archives/archives/images/set2/5685.jpg>

<http://www.tvsinopse.kinghost.net/a/allymcbeal.htm>

<http://blogna.tv/sete-anos-depois-ally-mcbeal-finalmente-sai-em-dvd/#>

MULHERES

o transe como devir

Linda Rubim

O transe, o fazer entrar em transe é uma transição, passagem ou devir. (Gilles Deleuze)

Terra em Transe, a obra prima da cinematografia glauberiana, filme qualificado como um marco da crítica aos pressupostos estéticos e políticos da produção cultural desenvolvida no período de sua realização e objeto de incontáveis estudos, foi produzido no Brasil da segunda metade dos anos 60 quando transformações acontecem, especialmente aquelas desencadeadas pelo golpe militar, desmontando toda uma circunstância e perspectiva político-cultural.

Vivia-se um país onde a lógica da indústria cultural começava a apontar para um franco desenvolvimento, motivada pelas mudanças ocorridas na televisão, que chegara por aqui na década anterior, e pela expansão da propaganda e de seu mercado. Era uma nova cultura que se impunha e, com ela, a necessidade de outros centros de reflexão e formação que pudessem dar conta da nova

sociabilidade que daí surgia. Assim, observa-se o aparecimento, por exemplo, das escolas de comunicação, fato que acelerou a necessidade de tradução dos livros clássicos acerca da cultura midiática e da sociedade de consumo, como bem observa o professor Ismail Xavier (1993).

Se Eldorado, o país fictício do filme, vive momentos aflitivos, estados de sofrimento, também o Brasil real estava em “transe”. Seus intelectuais e artistas purgavam os equívocos populistas que chegavam ao seu colapso, embora os projetos políticos e culturais elaborados pela intelectualidade brasileira, em sua maior parte proveniente das classes médias derrotadas pelo Golpe Militar de 1964, teimosamente parecessem querer persistir, apesar das visíveis fraturas e da nova situação instalada. Assim, às portas da radicalização da ditadura, com a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, a intelectualidade se vê obrigada a repensar suas formulações. No caso do cinema, *Terra em Transe* desloca o olhar para o além campo que, anteriormente, parecera ser o cenário ideal para desfraldar a revolução, e procura rever os seus pactos. Inicia, inclusive, questionamentos quanto à inserção social dos intelectuais, de forma que se vê um Cinema Novo completamente em transe, focado em novas paisagens e novos atores sociais. (BERNARDET, 1967)

No filme, emergem os palcos urbanos e seus novos protagonistas, trabalhadores da produção simbólica, dentre os quais, além do poeta Paulo Martins (Jardel Filho) no seu doloroso conflito entre a “poesia e a política”, Sara (Glauce Rocha), “a professora eficiente”, militante política, “lançada no coração do seu tempo, e Silvia (Danuza Leão), com a sua “mudez de morte”, protagonistas da representação das mulheres no filme.

Este texto foca os personagens femininos de *Terra em Transe* buscando perceber a sua importância no contexto daquela narrativa fílmica. Elejo esse tecido múltiplo, o filme, para “deslindar”,

discursiva dos textos políticos que, em sua maior parte, são ditos por homens, habitantes hegemônicos daquele território fílmico e, não por acaso, da política no Brasil dos anos 60. Assim, no filme, elege-se a fala (o discurso verbal) como fundamental instrumento de trabalho da realização política, uma reprodução da tradicional relação dos discursos com a matriz cultural então predominante no país naquela época, – que privilegiava o caráter ornamental e “retórico” da cultura, utilizado para legitimar e por em destaque os atores sociais –, como também pelo estágio cultural brasileiro, marcadamente literário, devido à frágil presença de uma cultura audiovisual mais desenvolvida.

Há de se levar em conta os circuitos culturais dominantes no Brasil da época, do início dos anos 60, quando ainda predominava uma cultura de forte viés literário marcada pela presença do texto escrito. Por contraposição a essa cultura hegemônica, os excluídos, apartados da cultura dominante, permaneciam na tradição oral. A presença de uma cultura audiovisual, traduzida na existência dos novos meios sociotecnológicos de comunicação e na produção cultural midiática, ainda era tênue, apesar da existência do cinema, já dominado pelas empresas hollywoodianas, e da televisão, chegada na década anterior, mas ainda fortemente elitista até meados dos 60.

Observe-se, também, que só nos anos posteriores ao golpe militar começa a se configurar no país uma mudança cultural profunda com a emergência e a consolidação da lógica da indústria cultural sob a hegemonia da mídia televisiva. No pós-1968, a cultura audiovisual se desenvolve, redefinindo o panorama cultural brasileiro que passa a ser, simultaneamente, cada vez mais marcado, de um lado, pela repressão às atividades intelectuais e de outro pela intensificação da implantação da cultura midiaticizada entre nós. (RUBIM; RUBIM, 2004)

Assim, em meados dos anos 60, a situação predominante era outra. A comunicação desenvolvida nas atividades políticas estava, naquele contexto, presa à ambiência dos palanques tradicionais em praças públicas onde os candidatos disputavam eleitores através dos seus “retóricos” e emocionados comícios: esta é a marca discursiva de uma política, para a qual os excluídos eram uma massa a ser manobrada e moldada. É, portanto, a alegoria desse ambiente que Glauber Rocha faz migrar para o seu terceiro longa-metragem.

A fala do autor

O filme se desenvolve em torno de Paulo Martins, o angustiado poeta que deseja fazer uma poesia nova, jornalista, estrepante no universo da política que ele admira, mas que, também, o angustia: “– *Eldorado! um inferno me matando, me envelhecendo [...]*”; amesquinhado, ele vomita a sua repulsa sobre a estrutura podre e imoral da política que se faz naquele país fictício.

Não é mera coincidência que esse sentimento, experimentado pelo herói de *Terra em Transe*, seja compartilhado pelo seu autor. Em variados momentos, Glauber Rocha expressa a sua repulsa aos temas ali tratados.

[...] é um filme sobre o que existe de grotesco, horroroso e pobre na América Latina. Não é filme de personagens positivos, não é filme de heróis perfeitos, que trata do conflito da miséria, da podridão do subdesenvolvido [...] como eu detestava as coisas apresentadas por *Terra em Transe*, filmei com uma certa repulsa. (1981a, p. 140)

Por esse campo da política “abominado” por Glauber, em *Terra em Transe*, circulam, também, Silvia e Sara – o duplo que nomeia e constitui o foco do nosso interesse maior no filme, neste trabalho –, os personagens femininos. A primeira, festejada e

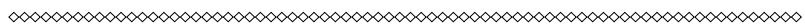
reverenciada como a “embaixatriz da beleza”, a futura “senhora Paulo Martins” circula com aparente desembaraço no mundo do transe, na sua emblemática mudez. A outra, Sara, que se auto-descreve como uma mulher que foi “lançada no coração do seu tempo”, tem o respeito de todos, inclusive, na visão do então candidato Vieira, é a “professora eficiente que veio dar vida a Alecrim”.

Já em 1965, em entrevista à *Revista Civilização Brasileira*, instado a falar sobre o lugar dos personagens femininos nos seus filmes, Glauber confessa: “*Eu acho que mulher é coisa que não se entende racionalmente. Por isso eu quis dar àquela mulher, todas as contradições da alma feminina*”.² Assim, é impossível não relacionar essa fala do cineasta com as teorias freudianas quando o criador da Psicanálise remete ao poeta a decifração da alma feminina. Essa recusa também é observada pela psicanalista Beth Fuks (1993) que diz:

[...] ao remeter a problemática feminina ao campo da arte, Freud não só problematiza as suas próprias construções teóricas, até então a respeito do tema, como nos dá indicações da inviabilidade de lhe fornecer uma resposta definitiva e categórica [...] a mulher é um continente negro [...] porque ausente no imaginário e no simbólico ele terá de ser construído ininterruptamente e desmoronado imediatamente. [...] Um vazio, um sintoma, um sempre desejo do outro: o masculino que o preenche com as fantasias calcadas nas suas próprias referências.

O cineasta e o pai da Psicanálise acabam por se encontrar, no que diz respeito ao entendimento do ser mulher ou à representação destas. Em 1967, por exemplo, quando instado a falar à revista *Positif* sobre as suas personagens, Glauber Rocha diz:

[...] eu tenho muita dificuldade de trabalhar os personagens femininos. Escrevi muitos roteiros que não foram filmados. Nos



2 Referindo-se a Rosa um dos seus personagens em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

quais eu tinha dificuldade de criar personagens que são comigo muito conscientes e têm uma influência moral e política [...]. (1965, p. 122)

A aura de mistério que circunda os personagens femininos no espaço fílmico de Glauber Rocha se traveste e se fragmenta, mas é sempre reflexo do olhar que os cria. No entanto, a opinião positiva, citada acima, acerca das personagens que representam mulheres não é generalizada. Em relação a Sílvia, também uma das habitantes de *Terra em Transe*, o cineasta não tem qualquer condescendência. Ela não figura na sua galeria de personagens “conscientes”, com valoração positiva: é interdita e, por antecipação, como poderá ser lido na citação abaixo, tem o seu decreto de morte determinado pelo estado racional discursivo do artista:

[...] não, Sílvia certamente não, [...] ela está em segundo plano, é uma espécie de musa, uma expressão de adolescência que se torna uma imagem fugitiva. Sílvia, aliás, não diz uma palavra em *Terra em Transe*, porque não consegui colocar uma palavra em sua boca. Escrevi diversos diálogos para ela, mas depois foram cortados porque tudo que ela dizia ficava ridículo. (ROCHA, 1965, p. 83)

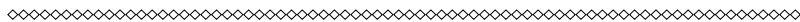
O silêncio que conforma Sílvia é visto pelo seu criador como a mais pura alienação, ausência de ser. Uma percepção compartilhada pela psicóloga Regina Andrade (1997) quando naturaliza a personagem como representação daquelas mulheres segundo ela, “sem vida, testemunhas passivas das lutas pelos ideais de poder. Cópia perfeita da época em que o filme foi realizado”. Cabe observar que a época à qual a estudiosa se refere, para além da cena cinematográfica, é o cenário social brasileiro dos anos 60, um contexto que, em geral, ainda não reconhece, de forma plena, o papel público das mulheres. Elas estavam fora da cena e desse cenário social compartilhado, instaladas no espaço privado da casa, com suas existências determinadas pelo amor a/de outrem. Suas

vidas só existiam através da garantia do emblema da “feminilidade”. (BRANDÃO, 1993, p. 115)³

No discurso glauberiano sobre *Silvia*, percebe-se o estabelecimento de um jogo em que afirmações e negações se permutam no tabuleiro narrativo. Isso pode ser visto na fala de Glauber, “não, *Silvia*, certamente não”!, ainda que a ênfase em tal negação seja explicada pela própria negação de si: *Silvia* expressaria “sonhos” da adolescência do autor, portanto, não estaria enquadrada na performance das demais representações de mulher consideradas coerentes da sua vida adulta.

Tal observação não tem qualquer intenção de psicanalisar o autor através da sua criação, porém, algumas associações nesse caminho são inevitáveis. Nós nos demos licença para os devaneios de forma a considerar que esse surto fugidivo e sem consistência de ideias da adolescência, que Glauber faz recorrente nas suas falas sobre *Silvia*, soa e/ou se impõe como fantasias recalçadas na infância que retornam e são sublimadas através dessa personagem, estabelecendo uma concorrência que a autoridade de autor impede de ser: ele rasga as suas falas porque, no juízo dos seus valores, “tudo que ela dizia ficava ridículo”. Ao mesmo tempo, ele também a responsabiliza pela sua impotência como criador quando atribui à personagem, sua criação, a ausência de falas: “[...] não diz uma palavra sequer em *Terra em Transe*”. E, assim, a intenção de explicar *Silvia*, através da consciência do autor acaba por subsumir outras perspectivas de compreensão da personagem.

É interessante lembrar que, em *Terra em Transe*, a palavra é moeda de identificação e de legitimidade para a economia e elaboração de sentidos dos personagens, mas, ainda assim, essa valoração é contraditada por Paulo Martins – o herói que, lembremos,



3 Esta referência é alusiva ao comportamento do personagem *Olimpia* em “*Contos Sinistros*” de Cesarotto Hoffmann, analisado pela autora. Este personagem feminino desempenha na narrativa literária um papel similar ao de *Silvia* em *Terra em Transe*.

realiza as ilusões do autor – quando, em determinado momento da narrativa ele murmureja: “- *As palavras são inúteis*”.

No filme, a relação entre o autor e sua personagem está conformada por uma percepção que mantém a separação entre o mundo masculino e o feminino no âmbito do universo sociocultural fundado na oposição entre os sexos, na lei dos contrários. Como observa a pesquisadora Rosyska Darcy de Oliveira:

No imaginário masculino, as mulheres são percebidas não só como diferentes, mas, sobretudo, como inferiores, ocupam, paradoxalmente, o lugar de ‘metade perigosa da sociedade’. Mais perto da natureza selvagem que da ‘paisagem humanizada’, detentoras da fertilidade da terra e da fecundidade do grupo, delas provém a ameaça suprema de que, caso rompam a relação primordial de alteridade/oposição e se recusem aos homens, estiole-se o solo e aniquile-se a espécie. (1991, p. 30)

No entanto, o silêncio, a “morte” que o autor impôs a Sílvia, na tessitura do seu discurso racional, verbal, não consegue apagar o personagem. Para apoiar essa afirmação, se fazem recorrentes os estudos de Eni Orlandi quando diz que “a força corrosiva do silêncio faz significar em outros lugares o que não ‘vinga’ em um lugar determinado” (1993, p. 13). E essa perspectiva do silêncio se torna desencadeadora de tensões que emergem com vigor significativo no filme. Mas, para segurar, por enquanto, a atenção sobre Sílvia na sua pobreza de fala, lançamos mão, também, de um texto de Eduardo Mascarenhas *A Idade da Terra*, no qual o psicanalista anota:

O ato psíquico mais banal representa uma trama impensavelmente complexa. Nada é simples, nada é pobre, nada é burro e também nada é ‘puro’. Há pois que se ter respeito pelo ideologicamente considerado pobre, feio ou banal e menos respeito pelo ideologicamente considerado rico, belo e virtuoso. (1981, p. 98)

A Sílvia, nos múltiplos discursos glauberianos, contrapõe-se Sara. Ela se afirma uma mulher “lançada no coração do seu tempo”, mas, de certa forma, também é interdita pelo seu criador quando observa:

Talvez, ela diga as coisas um pouco como um homem, talvez exista aqui um fenômeno de compensação porque não encontro na realidade brasileira mulheres tão conscientes. (ROCHA, 1981b, p. 83)

Glauber completa, tentando dar a Sara uma consistência de coerência da qual ele se apropria:

Ela é lúcida, mas sempre comunista sempre fiel à linha do Partido [...] quando Sara vem com seus dois amigos comunistas ver Paulo, para conseguir mais uma vez sua adesão a Vieira, ele está consciente que uma união com Vieira não levará a nada de positivo, mas neste momento, a sua consciência política sofre uma interferência existencial: como ele ama Sara, liga-se a Vieira por causa dela. No fim Paulo é derrotado, ela o deixa; é um personagem lúcido e político; ela continua a luta; é o único caráter ‘coerente’ de *Terra em Transe*. Eu partilho de sua opinião de que poesia e política são demais para um homem só. (ROCHA, 1981b, p. 93)

Desse modo, a positividade e a complexidade dessa outra representação feminina são também escamoteadas. A fala do autor nega a autoria do seu discurso já que, “talvez ela diga as coisas um pouco como homem” e neutraliza as suas ricas tensões, registros de um devir das mulheres que começa a ter solidez no mundo. Observamos que o filme foi realizado no apagar das luzes dos anos 60, período em que o Brasil e grande parte da América Latina viviam sangrentas ditaduras. Em vista disso, as mulheres também estavam envolvidas por batalhas sociais gerais que as fizeram retardar as lutas pelas suas bandeiras específicas. Mulheres representadas por Sara, que se autodescreve como “lançada no coração do meu tempo”, e que mal tiveram tempo de assimilar a passa-

gem de um estado mulher que tinha como percurso determinado o casamento e a maternidade, como evidencia a personagem, de forma veemente – “*Eu também queria casar, ter filhos, ambições normais de uma mulher normal*” –, para um momento que subverte esse caminho como destino. Assim, também nesse caso, mesmo dedicando a Sara o seu discurso mais fluente, o autor acaba por matar a personagem, ao amortecer as tensões que fazem emergir as suas diferenças.

O fato dessa confessa simpatia de Glauber Rocha pela personagem Sara nos faz questionar se o modelo de “mulher consciente” idealizado por ele não seria aquele representado por Sara em *Terra em Transe*. Uma indagação que ganha a colaboração de outros estudiosos, a exemplo do professor Julio Lobo (1993) ao sugerir, de forma pertinente, que a militância política “aguerrida” de Sara seja o grande motivo de admiração de Glauber Rocha pela personagem, acentuando:

[...] a política tinha naqueles anos uma aura toda especial. Dela partilhava a nata social que buscava os novos rumos para a sociedade brasileira, naquele momento, cheia de esperanças em suas potencialidades e em seu desenvolvimento. Constituía-se, portanto, como lugar sagrado para intelectuais e artistas desejosos de transformações. (1993, p. 53)

Como se sabe, na efervescência da sua inconstância, Glauber nunca foi filiado a qualquer partido. A esse respeito, dizia:

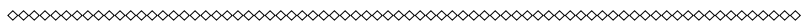
[...] nossa geração era comunista, utópica, vanguardística, populista e libertária e não poderia ser controlada pelo PC. Nossas relações eram cordiais e amistosas, mas nos sentíamos reprimidos porque logo queriam canalizar para uma prática burocrata da cultura. (ROCHA, 1981a, p. 294)

No entanto, como argumenta Lobo (1993), grande parte dos jovens progressistas tinha proximidade com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), força hegemônica da esquerda na época. (ROCHA,

1981a, p. 86)⁴ Nessa perspectiva, não sem razão, Glauber Rocha mantém grande afinidade e identidade com Paulo Martins, personagem central de *Terra em Transe*. E assim, é possível que a crítica para alguns aspectos da política decorresse, de fato, desta alta consideração pela militância política como o caminho para a conscientização do país.

É nesse lugar privilegiado que Glauber Rocha instala Sara. Não se pode esquecer que eram os anos 60 e a sociedade brasileira, mesmo em sua parcela progressista, guardava de forma acintosa as fronteiras entre os mundos público e privado. Às mulheres cabia cumprir os papéis definidos pelo segundo no qual a “esposa-mãe” era o modelo dominante enquanto os homens desenvolviam as relações mais relevantes e valorizadas, na esfera pública e, dentre estas, a política, seja no seu modelo conservador seja no progressista. Para as mulheres, esse lugar social significava, mais do que qualquer outro, um território estrangeiro e àquelas que conseguiam romper esta fronteira, no mínimo, era imposta a condição de “figura desviante” dos comportamentos sociais estabelecidos.

Mas, Sara “talvez fale feito homem!”, diz o autor, confessando um estranhamento à própria criação, que representa uma mulher desviada do seu “destino”, habitando um “território” de domínio masculino. Mesmo sendo um criador genial, no seu discurso racional, Glauber Rocha não deixou de ser um homem da sua época, uma época na qual até mesmo as organizações políticas progressistas reproduziam o comportamento discriminador das relações entre os sexos vigentes na sociedade, e para as quais, como diz Ana Alice Costa, “[...] as mulheres deveriam se restringir às questões concretas da sobrevivência física, enquanto os homens viviam o



4 É interessante observar esta relação identificadora entre Paulo Martins e seu autor. No livro *A Revolução do Cinema Novo*, Glauber escreve sobre o personagem: “Paulo Martins representa no fundo um comunista típico da América Latina. Pertence ao Partido sem pertencer, tem uma amante que é do partido. Coloca-se a serviço do partido quando este pressiona”.

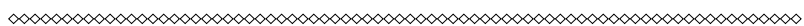
direito do mundo da liberdade, da ação e dos ideais” (1981, p. 82), ainda que nessas organizações, por vezes, acontecesse uma inversão em algumas funções previstas no modelo patriarcal da época.

Está anotado no livro *A memória das mulheres do exílio*, de Albertina Costa, que “as mulheres sustentavam os homens e os homens se dedicavam aos grande trabalhos da revolução” (1998, p. 32) e esse tipo de comportamento era tão usual que acabou por levar o Partido Comunista Brasileiro a fazer uma autocrítica, em 1979, quando reconheceu ter subestimado as potencialidades políticas femininas ao fazer uma divisão de trabalho por sexo dentro da organização, comportamento atribuído ao reflexo do machismo e do patriarcalismo milenar nas suas práticas. (COSTA, 1981, p. 82)

A fala dos personagens femininos

Na convulsão de tempo e memória, em que não é possível demarcar com nitidez as fronteiras entre as lembranças de algo realmente vivido e os desejos delirantes, entre as evocações do passado e as imagens do presente, Sara é o objeto de amor e admiração, tanto do autor quanto do dilacerado personagem Paulo Martins, dentre outros personagens. Ela é uma mulher discreta, comedida nas suas emoções, com trânsito no mundo da política e, em consequência, no universo dos homens. Sua presença e interferência nesse mundo são construídas de forma tão exemplar que lhe valeu o título de “um modelo de militante”.⁵

É importante observar que os personagens de *Terra em Transe* foram escolhidos de modo que, praticamente, vivenciassem no set as suas “realidades”, como declarou o próprio Glauber Rocha: “Glauce Rocha foi escolhida porque era comunista [...]. Danusa



5 Ver o título de capítulo da dissertação de mestrado de LOBO, Julio César. *Muito Romântico ou Poesia e Política no Filme Terra em Transe de Glauber Rocha* (1993).

porque era a mulher mais desenvolvida da granfinagem varguista” (1981a, p. 261). Tal estratégia, a peculiar atitude de construção dos personagens neste filme também mereceu a atenção de Robert Stam, que diz:

Em vez de criar personagens, *Terra em Transe* desenvolve figuras políticas [...] Porfírio Diaz [...] incorpora a visão latino-americana do despotismo ibérico, enquanto sua carreira política lembra a de Carlos Lacerda [...]. Vieira por sua vez apresenta uma síntese de diversos líderes populistas. (1993, p. 41-2)

A militância de Sara a faz se aproximar de Paulo Martins quando vai até a redação do jornal *Aurora Livre* em busca de um jornalista para ajudá-la na luta contra uma sociedade injusta que convive com crianças famintas. Esse primeiro encontro deflagra a entrada de Sara na vida de Paulo assim como é também decisivo para o ingresso do jornalista na militância política. Como já vimos, a admiração de Paulo Martins por Sara é compartilhada pelo criador dos personagens para quem ela é o único caráter coerente em *Terra em Transe*, o ideal de militância nunca realizado tanto por Paulo Martins quanto pelo próprio Glauber Rocha. Não é ele próprio que diz concordar com Sara de que “poesia e política são demais para um homem só”?

O fato é que Glauber Rocha se identifica com Paulo Martins – ele mesmo confessa: “as ilusões de Paulo são as minhas” –, mas, por sua inconstância, vulnerabilidade e ambiguidade, o herói se torna um anti-herói, ao contrário de Sara que, durante toda a narrativa, se desenvolve de forma coerente e plena nas suas virtudes. Contudo, como a pólis não é lugar permitido às mulheres, Glauber Rocha, no seu discurso racional, resultado da cultura patriarcal vigente no seu tempo, diz não encontrar “na realidade brasileira, mulheres tão conscientes” e desconstrói o lugar de gênero da personagem: “ela fala feito homem”: então, ela não existe. É interessante ouvir sobre isso a pesquisadora Rosyska Darcy de Oliveira:

Longe do eterno feminino, para além da ambigüidade, resposta possível a mensagens contraditórias, a autoria do feminino é, antes de mais nada, a de uma linguagem para dizê-lo, invenção que lhe permita exprimir-se sem fechar-se nas lógicas das definições que, entretanto são incessantemente exigidas das mulheres. Porque do ponto de vista da lógica masculina, negá-la significa fatalmente afirmar o seu oposto, dito com as mesmas palavras, dentro de um mesmo quadro de referência. Inconcebível, pois, uma lógica outra, em que conte mais o aproximar-se do que ainda é indefinido do que o apropriar-se de uma identidade pré-fabricada no espelho dos homens. Aproximar-se do feminino, inventando-o a cada dia, é o movimento que farão as mulheres neste fim de século. (1991, p. 13)

No percurso da construção dos personagens começam a emergir inevitáveis contradições que, inevitavelmente, tensionam os modelos estabelecidos. Se, por um lado, a consciência do homem Glauber não reconhece Sara enquanto representação de mulher, a sensibilidade do artista promove uma ação significativa ao instalar a personagem no território da política, um terreno hegemonicamente masculino, ao tempo em que liberta os seus simulacros de mulheres para expor os sentimentos contraditórios e as tensões próprias do seu momento histórico.

Nas cenas dos anos 60, a personagem Sara, ao tempo em que se entristece por ter renunciado ao casamento e à maternidade, tem no filme um lugar de vanguarda na postulação dos espaços públicos e políticos, onde inscreve como pano de fundo a reivindicação da igualdade com o masculino, esse “objeto do desejo” sempre tão caro aos movimentos de mulheres. Todavia, para atualizar a trajetória de Sara, já que são passados quarenta anos desde a sua construção, pode-se recorrer ao Marcuse dos anos 70, quando profeciou:

A realização dos objetivos do movimento de mulheres exige uma segunda etapa em que ele transcenderia o quadro no qual está funcionando no momento presente. Nessa etapa, para além da

igualdade, a libertação implica na consciência de uma sociedade regida por um princípio de realidade diferente, uma sociedade na qual a dicotomia atual masculino-feminino seria ultrapassada nas relações sociais e individuais. Assim, o movimento carrega consigo o projeto, não só de instituições sociais novas, mas também de uma mudança de consciência, de uma transformação das necessidades institucionais dos homens e das mulheres, liberadas das limitações da dominação e da exploração. (apud OLIVEIRA 1991, p. 48)

Silvia, o duplo de Sara, a “personagem muda” que, por essa sua condição, funcionaria na compreensão de Freud como suporte da fria máscara mortuária, nos sonhos do artista, também não se aquieta na sua mudez da morte. Essa mulher fictícia que convoca o seu criador, de modo tão declarado, a se debater com a alma feminina, no nosso entender, também vai além da imobilidade que lhe foi decretada.

É uma mulher bonita, exuberante, de gestos delicados. Em alguns momentos, tem a leveza de uma fada, em outros, a elegância de uma escultura grega, aparência perfeitamente coerente com a imagem de musa que nos legou a cultura. É uma representação de mulher que transita no universo “burguês” daquele mundo em transe. No entanto, já sabemos, ela “não dá uma palavra do início ao fim do filme” e este seria o detonador das tensões que provocam o desconforto em seu criador e intérpretes.

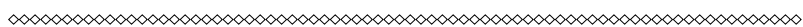
Se a comparamos com Sara, “a militante modelo”, Silvia realmente atua como o seu contraponto. Entre as duas, existem diferenças que se expressam nos modos de vestir, de comportamento, quicá de percepção de mundo. Enquanto a primeira é vista com o rosto lavado, tenso, roupas escuras e clássicas, isenta de vaidades, sempre escrevendo ou falando, investida da militância política, Silvia usa longos vestidos finos e anda com elegância e leveza como se deslizasse na vida. Mesmo com seu ar etéreo, ela também cultiva sentimentos apaixonados e concretos, só que vinculados aos pra-

zeres do sexo, da vida. O inesquecível Wilson Barros (1982) a interpreta como o oposto de Sara, “a sua cópia suja”, enquanto Ismail Xavier (1993) lhe dá o sentido da “fossa indolente” e Regina Andrade (1997) a vê como o lado “alienante e passivo” da feminilidade.⁶

Como se percebe, nas análises dos intérpretes dos personagens femininos glauberianos, aparece uma saturação de adjetivos dirigidos a Silvia que denotam antipatia, impaciência, intolerância e que a retêm na memória de todos sempre de modo depreciativo que, em certo sentido, convergem para a opinião de Glauber Rocha. Quando convocado a falar dessa sua criação ele sempre esteve impaciente em sua reiterada negação da personagem.

É certo que a economia de elaboração de Silvia e Sara se desenvolve através de moedas completamente diversas. Mas é complicado compreender o sentido valorativo que se atribui às duas personagens quando a primeira recebe uma carga depreciativa muito forte e, como se diria popularmente, “já entra perdendo”, inclusive por alguns atributos que fazem parte da sua conformação e que, socialmente, são considerados positivos como atração, beleza, bom gosto, entre outros, que não apenas são relegados como reforçam a sua depreciação, na compreensão da maior parte dos seus intérpretes. Tomando-se como exemplo a beleza, este é um atributo para o qual existe um consenso de valor, mas que, para Silvia, não funciona, o que nos leva a questionar se os intérpretes⁷ de Silvia não estariam reproduzindo o banal estereótipo de que “mulher bonita é sempre burra”? Se assim for, estaria instalado mais um impasse, tão a gosto de *Terra em Transe*: **beleza e positividade são demais para uma mulher só?**

Não resta dúvida que o personagem de Silvia transita de modo confortável no “lado padre”, o mundo dos vilões da trama. Os



6 Palavras de Vieira quando apresenta Sara a Paulo Martins.

7 Chamamos de intérpretes os pesquisadores que trataram desse tema nos seus estudos.

políticos conservadores como Diaz são os que mais a acolhem e, aparentemente, ela seria um deles. No entanto, a isso se contrapõe o fato de que Paulo Martins, que também faz o mesmo percurso de Silvia, em nenhum momento ter tido abalada a sua condição de herói na trama. O mesmo acontece com Sara que, em nenhum momento, tem ameaçada a sua condição de modelo exemplar, mesmo comungando das políticas populistas de Vieira que se utiliza do aparato repressivo para liquidar o povo que reivindica sua cidadania.

Tal problematização nos aponta para a suspeita da existência de um certo moralismo seja do autor, na sua fala sobre as personagens femininas, assim como dos seus intérpretes visitados por esse texto. Um moralismo que parece embotar as suas percepções em relação a várias ações da personagem, a exemplo da autonomia sobre o seu corpo, sua liberdade sexual sem qualquer insinuação de vulgaridade, em um contexto completamente adverso.

Em verdade há uma grande tensão em relação a Silvia, a “personagem muda”, naquele filme totalmente conduzido pelo verbo. Na nossa compreensão, o que provoca desconforto, agressão, depreciação da personagem são ações, marcas sutis que já insinuem a independência da mulher em relação ao seu corpo e ao direito de contrariar expectativas, o silêncio, seu maior emblema, que contraria o dizer popular de que “mulher fala muito” e faz insuportável a sua permanência enquanto enigma que foge ao controle.

Eni Orlandi, no seu interessante trabalho sobre os sentidos do silêncio, observa, com grande perspicácia, que:

o nosso imaginário social destinou um lugar subalterno para o silêncio. Há uma ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio, muito pronunciada nas sociedades contemporâneas. Isto se expressa pela urgência do dizer e pela multidão de linguagens a que estamos submetidos no cotidiano. Ao mesmo tempo, espera-se que se esteja produzindo signos visíveis (audíveis) o tempo todo. Ilusão de controle pelo que ‘aparece’:

temos de estar emitindo sinais sonoros (dizíveis, visíveis) continuamente. (1993, p. 37)

Esse trecho do estudo da professora é de extrema pertinência para uma interpretação menos passional de Silvia, particularmente inscrita no contexto de um filme como *Terra em Transe*. O universo do filme, como já foi dito, é saturado de falas. O verbo é sua via de comunicação hegemônica, como também o é na política, uma prática criticada pelo próprio filme. Naquele contexto, a linguagem exercita a sua soberania. Isso acontece nos diálogos entre os personagens, nos poemas que são declamados, nos discursos políticos, nas canções, nos textos que se transformam em imagens. É um mundo da retórica, das palavras. Dessa forma, o comportamento de Silvia só pode causar estranhamento, subverter aquela ordem tão preta de signos. Ademais, só existem duas figuras femininas de destaque no filme. Se a outra, Sara, é inteiramente integrada àquele contexto, Silvia, com o seu silêncio, a sua singular diferença, só pode ser desvio, transgressão, oposição.

A dificuldade em reconhecer e aceitar a diferença é visível não só entre os intérpretes; os personagens, os que seriam seus pares no filme, recorrentemente tentam fazer dela o seu eco: “– *Você entende, Silvia, porque ele nos acha irresponsáveis? [...] mas eu encontrei Deus! Silvia, você sabe o que é encontrar Deus?*”. Dizeres com entonações e gestos que caracterizam um falar para si próprio. Falas que se repetem operando outros dispositivos, como por exemplo, que é o de falar por ela: “*A Silvia que será a Sra. Paulo Martins!*”; “*[...] vai abandonar Silvia também?*”. Esse expediente, em verdade, inviabiliza seu próprio discurso. É a recusa de reconhecimento do outro que não é conhecido.

Eni Orlandi, ainda falando sobre o papel do silêncio, lembra da quebra de identidade produzida pela nossa relação com a linguagem. Diz a autora:

O silêncio, de seu lado, é o que pode transtornar a unicidade. Não suportando a ausência das palavras - ‘Por que você está quieto?’ ‘O que você está pensando?’ -, o homem exerce seu controle e sua disciplina fazendo o silêncio falar ou, ao contrário, supondo calar o sujeito. (ORLANDI, 1993, p. 36)

Glauber Rocha, quando assume - “[...] não consegui colocar uma só palavra em sua boca porque tudo que ela dizia ficava ridículo” - também mostra a censura que faz a Silvia, em decorrência da resistência da personagem, da negação de ser eco. Nessa guerra entre o criador e a criatura que se nega e foge do destino de ser imagem refletida do seu “dono”, só lhe resta o castigo, a rejeição. Em verdade, o silêncio do personagem não é um silêncio com sentido de vazio, de falta, ele aporta uma série de outros significantes dos quais o mais importante é o que evoca uma relação de poder. O silêncio de Silvia é silenciamento, atitude de resistência e lhe garante assumir uma alteridade naquele mundo saturado de falas. Portanto, não é de se perceber passiva, sem mais, uma figura que se revela contraponto de um contexto hegemonicamente masculino. E que fique claro, isto acontece não só pela sua mudez de fala.

Não nos interessa aqui, fazer um julgamento moral das relações de amizade da personagem, de ela estar próxima desta ou daquela facção na política. O que buscamos, são os seus estatutos de significância, em sentido positivo. Como, por exemplo, o corpo. No filme, a personagem é inteiramente constituída por ele. Ela é senhora de seu corpo e, conseqüentemente, ele é seu discurso. A legibilidade de Silvia se encontra na sua capacidade de manter uma lógica e um mundo marcadamente feminino à margem do território masculino contaminado pelo desencanto dos projetos políticos mal articulados.

Finalizamos, inferindo que, nas cenas dos anos sessenta, as mulheres do imaginário glauberiano, principalmente aquelas que emergem dos palcos urbanos, também estão em transe. Nesse tra-

- COSTA, Albertina de Oliveira (Org.). *Memória das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Cinema2: Imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FUKS, Betty Bernardi, A mulher, o feminino e a feminilidade. In: ASSOUN, Paul Lurent. *Freud e a mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- LOBO, Julio César. *Muito romântico ou poesia e política no filme Terra em Transe*. Salvador, 1993. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.
- MASCARENHAS, Eduardo. A Idade da Terra: um filme em questão. *Filme Cultura*, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 38/39, p. 59-73, ago./nov. 1981.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *O elogio da diferença*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993
- ROCHA, Glauber. *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- ROCHA, Glauber. Entrevista a Michel Ciment. In: ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Alhambra; Embrafilme, 1981b. p. 83.
- ROCHA, Glauber. Entrevista a Michel Ciment. In: ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Alhambra; Embrafilme, 1981b. p. 83.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Lindinalva. Televisão e política cultural no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 61, p. 16-28, mar./abr./maio 2004.
- RUBIM, Lindinalva S. O. A fala do intérprete. In: _____. *O feminino no cinema de Glauber Rocha: diálogo de paixões*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1999. 327p. Capítulo IV.
- STAM, Robert. *Bakhtin: Da teoria literária à cultura de massas*. São Paulo: Ática, 1993.
- XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1993

QUEM É QUEM

Alda Britto da Motta

Socióloga, Mestra em Ciências Sociais e Doutora em Educação. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo da UFBA. Pesquisadora do NEIM e do CNPQ.

Alinne de Lima Bonetti

Antropóloga e Doutora em Ciências Sociais, área de concentração Estudos de Gênero (Unicamp). Professora adjunta da Universidade Federal da Bahia, atuando no Bacharelado em Gênero e Diversidades e no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher - NEIM/UFBA. Contato: alinne.bonetti@gmail.com

Ana Alice Alcântara da Costa

Graduada em Ciências Sociais pela UFBA, Mestra e Doutora em Sociologia Política pela Universidade Nacional Autônoma do México e Pós-doutora no Instituto de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma de Madrid. Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, do PPGNEIM

e POSHIST da UFBA. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA. Bolsista (2006/2011) do Consórcio do Programa de Pesquisas (Research Programme Consortium – RPC) sobre o Empoderamento das Mulheres (Pathways of Women’s Empowerment), financiado pelo Department for International Development – DFID da Grã-Bretanha. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Atitude e Ideologias Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, cidadania, condição feminina, comportamento político, políticas públicas e feminismo.

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Bióloga e Doutora em Educação pela UFBA. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos. Pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher – NEIM/UFBA. Dentre os seus temas de interesse e pesquisa estão: Gênero nas Ciências, epistemologias feministas e Gênero e Ensino de Ciências.

Carla Gisele Batista

Graduada em História, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA (PPG-NEIM/UFBA). Integrante de CLADEM/Brasil, foi educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e Secretária Executiva da AMB; integrou as coordenações da Articulación Feminista Mercosur, das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro e também do Fórum de Mulheres de Pernambuco. A sua área de interesse são os estudos de gênero e feministas.

Cecília Sardenberg

Graduada em Antropologia Cultural na Illinois State University, Mestra e Doutora em Antropologia Social na Boston University. Professora do Departamento de Antropologia e no Programa

de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do NEIM, sendo, atualmente, coordenadora do PROCAD/CAPES com a Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora Nacional do OBSERVE - Observatório de Monitoramento da Aplicação da Lei Maria da Penha. Coordenadora (2006/2011) do Grupo da América Latina do Consórcio do Programa de Pesquisas (Research Programme Consortium - RPC) sobre o Empoderamento das Mulheres (Pathways of Women's Empowerment), financiado pelo Department for International Development - DFID da Grã-Bretanha através do Institute of Development Studies - IDS, Inglaterra, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos feministas, estudos sobre mulheres e relações de gênero, feminismo e políticas públicas, gênero e desenvolvimento, gênero e corpo.

Elizabete Silva Rodrigues

Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (1998), Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (2001) e Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPG/NEIM, da Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professora titular da Secretaria de Educação do Estado da Bahia; Coordenadora do Curso e Professora da Faculdade Maria Milza - FAMAM. Professora pesquisadora I do PARFOR/UFRB. Tem experiência na área de História e Estudos de Gênero, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, trabalho, resistência; e História da Educação.

Iole Macedo Vanin

Mestra e Doutora em História. Professora da Universidade Federal da Bahia.

Iracema Brandão

Professora da Universidade Federal da Bahia, do Departamento de Sociologia, PPGNEIM, PPGCS. Pesquisadora do CNPQ no CRH/UFBA.

Ivia Alves

Professora de Letras (aposentada) da Universidade Federal da Bahia, e vinculada pelo PROPAP ao PPGLitC e ao PPGNEIM. Pesquisadora do CNPq e Pesquisadora permanente do NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) da FFCH-UFBA, onde, atualmente, desenvolve pesquisa sobre o feminismo na Bahia, nas décadas 1970/80 a 1990. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura brasileira e baiana, bem como feminismo e gênero social e cultura. Trabalha as seguintes áreas de pesquisa: pesquisa de fontes primárias e estudos e recepção críticos: crítica feminista, crítica literária, mídia televisiva e representações de mulheres. Principais estudos já realizados: Herberto Salles, Vasconcelos Maia, Jorge Amado, Eugenio Gomes, Amélia Rodrigues, Arco & Flexa. Atualmente, desenvolve pesquisa sobre as representações de mulheres em narrativas serializadas de televisão (projeto *Imagens e representações de Mulheres... fragmentadas*). Possui, com um grupo de professoras pesquisadoras, o blog *Mulheres em série* e alimenta o site de *Autoras baianas*. Tem vários livros e artigos publicados sobre temas e autores acima citados.

Lina Maria Brandão de Aras

Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela UFBA, Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Pós-doutora na Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de História da UFBA, do PPGNEIM e do POSHIST/UFBA. Tem experiência na área de História, com ênfase

em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Bahia, rebeldias, região, literatura e gênero.

Linda Rubim

Professora da Facom-UFBA (Graduação e Pós) Doutora em Comunicação em Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999), com a tese: “O Feminino no Cinema de Glauber Rocha, diálogo de paixões e Pós-doutora na Universidade de Buenos Aires com a pesquisa “O Cinema Argentino e Brasileiro Recentes, mulheres em Cena”. Atualmente é Coordenadora do MIDAS, grupo que congrega pesquisas que trabalham a interseção entre Mídia, Cultura e Gênero. Investiga a produção de cinema feito por mulheres na América Latina.

Márcia dos Santos Macêdo

Socióloga, Doutora em Ciências Sociais (UFBA). Professora adjunta do Departamento de Ciência Política. Pesquisadora permanente do NEIM/UFBA.

Márcia Tavares

Assistente Social e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora de Pesquisa do Observatório pela aplicação da Lei Maria da Penha - OBSERVE. E-mail: marciatavares1@gmail.com.

Silvia Lúcia Ferreira

Enfermeira. Professora do Depto. de Enfermagem Comunitária, do Curso de Graduação e Permanente do Programa de Pós graduação em Enfermagem e do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM /UFBA). Pesquisadora e fundadora do Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher - GEM. Pesquisadora do NEIM.

Simone Andrade Teixeira

Enfermeira, Mestra em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília e Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo PPGNEIM/UFBA. Professora da graduação em Medicina da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Sonia Wright

Professora Doutora na área de Gênero, Poder e Políticas Públicas, do Bacharelado em Gênero e Diversidade, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim), vinculado ao Depto. de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Participa ainda como pesquisadora associada do Consórcio Bertha Lutz que investiga a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010.

COLOFÃO

Formato	15 x 23 cm
Tipologia	Leitura News e leitura Sans 10/16
Papel	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
Impressão	Edufba
Capa e Acabamento	Fast Design
Tiragem	500

ISBN 978-85-232-0851-6



9 788523 208516

A Coleção Bahianas é um espaço de divulgação destituído dos símbolos de dominação. Traz resultados de estudos teóricos que possibilitam uma análise crítica da condição feminina, das relações de gênero e do feminismo enquanto movimento social, assim como, de documentos que contribuam para o resgate da memória feminina e estudos que abordem a inserção da mulher nas diversas manifestações culturais.

**NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER**
FFCH/UFBA

